



Revista do
ARQUIVO PÚBLICO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Revista do
ARQUIVO PÚBLICO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Governador
José Renato Casagrande

Vice-governador
Ricardo Ferraço

Secretário de Estado da Cultura
Fabrício Noronha

Diretor Geral do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Cilmar Cesconetto Franceschetto

Diretor Técnico Administrativo
Luiz Gonsaga Pimentel Fraga

© 2023 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Rua Sete de Setembro, 414
CEP 29.015-905 - Vitória - ES - Brasil
Tel. (27) 3636-6100
E-mail: revista@ape.es.gov.br
Site: www.ape.es.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca de Apoio Maria Stella de Novaes - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Brasil - Ficha catalográfica elaborada por Ana Carolina Medici Rocha.

R454	Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo [Recurso eletrônico]. Ano 7, n. 13 (jan./dez.2023). Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2024.
	155 p. : il.
	ISSN: 2763-535X
	1. Cinema. 2. Política – Espírito Santo. 3. Arquivologia. 4. História. I. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.
	CDD – 981.52

As ideias, opiniões e conceituações contidas nos artigos desta revista são de inteira responsabilidade dos autores, não representando necessariamente o posicionamento deste Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Editor Executivo
Cilmar Cesconetto Franceschetto

Coordenação Editorial
Margarete Farias de Moraes
Departamento de Arquivologia - UFES
Oswaldo Martins de Oliveira
Departamento de Ciências Sociais - UFES
Julio Bentivoglio
Departamento de História - UFES

Editor Gerente
Alexandre Matias
Jória Motta Scolforo
Lucas Rodrigues Barreto
Marcos Antonio Briel

Projeto Gráfico e Editoração
Alexandre Matias

Pesquisa e Seleção Iconográfica
Erick Luiz do Valle Lopes
Sergio Oliveira Dias

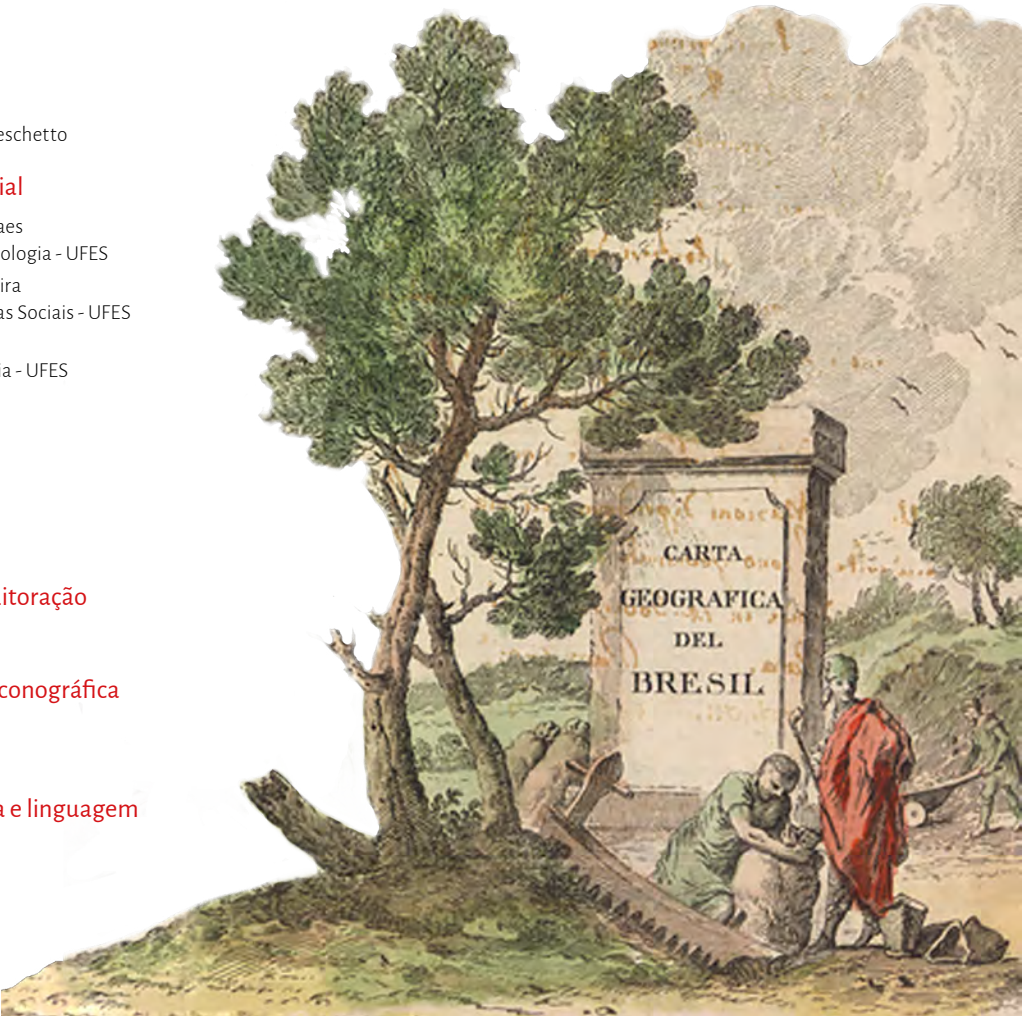
Revisão de estrutura e linguagem
Jória Motta Scolforo

Conselho Editorial

Alexandre de Sá Avelar (UFU), Aline Lopes de Lacerda (Casa Oswaldo Cruz), André Malverdes (Ufes), André Porto Ancona Lopez (UNB), Arno Wehling (IHGB), Bruno César Nascimento (Ufes), César Albenes de Mendonça Cruz (EMESCAM), Fábio Franzini (UNIFESP), Joan Boadas i Raset (Girona-Espanha), João Carlos Furlani (Ufes), João Eurípedes Franklin Leal (UFF), João Gualberto Vasconcellos (Ufes), José Antonio Martinuzzo (Ufes), Julio Bentivoglio (Ufes), Jurandir Malerba (UFRGS), Lúcia Maria Paschoal Guimarães (UERJ), Maria Beatriz Nader (UFES), Raquel Glezer (USP), Renzo M. Grosselli (PUC-RS), Rita de Cássia Maia (Ufes), Taiguara Aldabalde Vilella (Ufes), Telma Campanha de Carvalho Madio (UNESPE-MARILIA), Ueber José de Oliveira (Ufes) e Valdei Lopes de Araújo (UFOP).

Conselho Consultivo

Agostino Lazzaro (SECULT), Alexandre Faben (Ufes), Andrea Lisly (UFOP), Antônio Carlos Queiroz do Ó (Ufes), Bruno Santos Conde (IFES), Camila Mattos da Costa (IBICT-UFRJ), Cláudio Zanotelli (Ufes), Cristiano P. Alencar Arrais (UFG), Danilo José Zioni Feretti (UFSJ), Estilague Ferreira dos Santos (Ufes), Fernando Santa Clara Viana Junior (Ufes), Gustavo Henrique Araújo Forde (Ufes), Helena Mollo (UFOP), Isabel Lustosa (Casa Rui Barbosa), Janice Gusmão (PUC-SP), José Eustáquio Ribeiro (UFG), Jorge Vinícius Monteiro Vianna (SABERES), Kátia Sausen da Motta (Ufes), Luiz Cláudio Moisés Ribeiro (Ufes), Maria Cristina Dadalto (Ufes), Patrícia Maria da Silva Merlo, Pedro Ernesto Fagundes (UFES), Rodrigo Aldeia Duarte (Arquivo Nacional), Rodrigo da Silva Goularte (IFES), Rodrigo Mello de Moraes Pimenta (PMVV), Rogério Rosa (UNESC), Vânia Maria Losada (UFRRI) e Vitor de Ângelo (UVV).



SUMÁRIO

6	EDITORIAL Cilmar Cesconetto Franceschetto	107	<i>A prática do estágio em arquivologia: o caso de um escritório de contabilidade</i> Bianka Claro Dantas e Diana Vilas Boas Souto Aleixo
9	ENTREVISTA <i>Narrativas e câmeras: explorando o cinema com o professor</i> <i>Fábio Diaz Camarneiro</i> Sergio Oliveira Dias	119	<i>As Ruínas do Rio Salinas e as terras da Aldeia de Iiritiba, Anchieta, ES</i> Sônia Missagia Mattos
15	ARTIGOS <i>Reconstruindo o governo do Dr. Chiquinho: do ápice à queda (1955-1959/1962-1966) - Kimberlly Victoria de Mattos Reis</i>	147	RESENHA <i>Ricardo Salles e sua contribuição para a historiografia sobre a Guerra do Paraguai - Marcos Antonio Briel</i>
31	<i>As famílias cativas capixabas através de uma abordagem historiográfica</i> Laryssa da Silva Machado	153	REPORTAGEM <i>Arquivo Público disponibiliza on-line 129 relatórios de governo</i> Jória Motta Scolforo
49	<i>Projeto pedagógico dos cursos de arquivologia: uma análise da temática arquivo e educação nas matrizes curriculares - João Carlos Moraes e Sergio Anderson de Oliveira Cardoso</i>	156	<i>Relatório de gestão referente ao ano de 2023</i> Arquivo Público Do Estado Do Espírito Santo
65	<i>Análise do site da Shein: o suporte ao usuário - Emilly Pego Rosa, Luan Lopes de Oliveira e Diana Vilas Boas Souto Aleixo</i>		
75	<i>Uma reflexão sobre possibilidades do uso do blockchain na Arquivologia</i> Tânia Barbosa Salles Gava, Daniel Flores e Simone Perozini		
91	<i>O rio Itapemirim e São Tomé: As movimentações sociais, políticas e econômicas existentes no sul do Espírito Santo no século XVI</i> Lucas da Silva Machado		

EDITORIAL

Caros leitores,

Nesta edição da Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), trazemos uma rica seleção de artigos, entrevista, resenha e reportagem especial que mergulham profundamente em temas históricos, arquivísticos e sociais, refletindo a diversidade de abordagens e pesquisas apoiadas em documentos preservados por esta instituição. A cada publicação, reforçamos o papel fundamental do APEES como órgão responsável pela preservação da memória capixaba e promotora de investigações científicas que culminam em reflexões sobre o passado.

Abrimos esta edição com uma entrevista com o professor Fabio Dias Camarneiro, intitulada Narrativas e câmeras: explorando o cinema. O professor compartilha suas reflexões sobre o papel do cinema na construção de narrativas históricas e culturais, destacando como o audiovisual se entrelaça com as questões sociais e políticas.

O artigo intitulado, Reconstruindo o governo do Dr. Chiquinho: do ápice à queda (1955-1959/1963-1966), oferece uma análise detalhada da trajetória de Francisco Lacerda de Aguiar, governador do Espírito Santo em dois períodos cruciais. A pesquisa, ancorada em fontes documentais do Arquivo Público, examina suas alianças políticas, as principais pautas de seus mandatos e as razões que levaram à sua queda em 1966, apesar de sua adesão ao Golpe civil-militar de 1964.

No segundo artigo, As famílias cativas capixabas através de uma abordagem historiográfica, o estudo explora a composição das famílias cativas no Espírito Santo, destacando a diversidade social e familiar nas escravarias capixabas. Através de fontes eclesiásticas e cartoriais, o artigo revela como essas estruturas familiares se formaram e se mantiveram, mesmo em uma província de população reduzida.

O terceiro artigo, Projeto pedagógico dos cursos de arquivologia: uma análise da temática arquivo e educação nas matrizes curriculares, apresenta uma análise crítica dos currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil. A pesquisa revela que a interseção entre arquivos, educação e justiça social ainda é pequena em muitos cursos, propondo um debate necessário sobre a formação dos arquivistas brasileiros.

Na sequência, o artigo Análise do site da Shein: o suporte ao usuário, aborda o impacto da pandemia no comércio digital e as novas necessidades informacionais dos consumidores. Através da análise da plataforma Shein, o estudo evidencia as falhas e o descompasso entre a política da empresa e a experiência do usuário.

No quinto artigo, Uma reflexão sobre possibilidades do uso do Blockchain na arquivologia, os autores discutem o potencial da tecnologia blockchain para usos da Tecnologia no campo da Arquivologia, especialmente em relação à autenticidade de documentos no ambiente digital. Este artigo é uma chamada à inovação, convidando a comunidade acadêmica a explorar novas fronteiras tecnológicas, considerando proteção dos documentos digitais e mantendo-os autênticos e confiáveis ao longo do tempo.

Em seguida, o artigo O Rio Itapemirim e São Tomé: as movimentações sociais, políticas e econômicas existentes no Sul do Espírito Santo no século XVI, nos leva ao Espírito Santo colonial, analisando a importância do Rio Itapemirim e suas conexões políticas e sociais no século XVI. Através de relatos históricos e documentos oficiais, o artigo desvenda o contexto de pertencimento do rio à capitania de São Tomé e sua relevância regional e por que não permaneceu nessa jurisdição político-administrativa, tendo como análise uma vasta cartografia.

No sétimo artigo, A prática do estágio em arquivologia: o caso de um escritório de contabilidade, o autor relata a experiência de estágio supervisionado em Arquivologia, com foco em um arquivo contábil. O estudo de caso demonstra a importância de análises contínuas e ajustes nos sistemas de gestão documental para garantir sua eficiência e longevidade.

O último artigo, As ruínas do Rio Salinas e as terras da aldeia de Iiritiba, Anchieta, ES, evoca análise da obra arquitetônica composta por dois conjuntos de pilares de pedras, as ruínas do Rio Salinas e nos conflitos territoriais indígenas na região de Anchieta. Com base em documentos históricos preservados em acervos nacionais e internacionais, a autora buscou o significado da construção das ruínas e a luta persistente dos indígenas pela preservação de suas terras.

Encerramos esta edição com uma resenha do livro de Ricardo Salles, cujo título é Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército, que contribui para a historiografia sobre esse episódio da história do Brasil Império, e uma reportagem sobre os avanços do APEES na disponibilização on-line de 129 relatórios de governo, promovendo ainda mais o acesso à informação.

Esperamos que esta edição inspire reflexões, pesquisas e debates, e reafirme o compromisso do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo com a preservação da memória e a construção do conhecimento.

Boa leitura!

Cilmar Cesconetto Franceschetto
Editor Executivo



ENTREVISTA

**NARRATIVAS E CÂMERAS:
EXPLORANDO O CINEMA
COM O PROFESSOR FÁBIO
DIAZ CAMARNEIRO**

Sergio Oliveira Dias

*Bacharel em Artes Plásticas/UFES. Especialista em
Conservação de Bens Culturais Móveis/UFRJ.
Gerência de Acesso e Mediação Cultural - APEES.*



Fábio Diaz Camarneiro é doutor em Meios e Processos Audiovisuais pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e mestre em Comunicação Impressa e Audiovisual pela mesma instituição. É professor no curso de Cinema e Audiovisual na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Sergio Oliveira Dias: Como foi seu “approach” com o cinema? Como começou a sua paixão/aproximação com o cinema/audiovisual? Aconteceu de modo orgânico ou foi se consolidando como opção profissional?

Fábio Diaz Camarneiro: Minha paixão pelo cinema é muito antiga, desde a infância, com meus pais me levando para ver filmes de Hollywood (os blockbusters dos anos 1980) e filmes dos Trapalhões e também com a programação da televisão (sempre houve a televisão), onde pude muito cedo descobrir o cinema da Nova Hollywood, com Martin Scorsese, Francis Ford Coppola, Woody Allen, William Friedkin e Peter Bogdanovich entre meus favoritos dessa época.

Nos tempos de ensino médio (que chamávamos “colégio”) eu já era conhecido entre meus colegas pela cinefilia. Nessa época, descobri coisas novas, o cinema europeu e asiático, e meus parâmetros começaram a se ampliar. Lembro especialmente das sessões de Asas do desejo (Wim Wenders), no CineSesc da Rua Augusta, em São Paulo, até hoje minha sala de cinema favorita, e de ver O anjo exterminador, de Luis Buñuel, em uma sessão gratuita, salvo engano, na Biblioteca Pública de Santo André (cidade do ABC paulista onde nasci).

Na época da faculdade de jornalismo, a cinefilia se solidificou e comecei a ir ao cinema quase todos os dias, não raro mais de uma vez por dia e a acompanhar as mostras e retrospectivas, na Cinemateca Brasileira, no Centro Cultural Banco do Brasil, no Cinusp. Passei a estudar a história do cinema de maneira mais sistemática e a tentar assistir a maior quantidade possível de filmes, de diferentes épocas, nacionalidades, estilos e gêneros. Alguns pontos importantes nesse trajeto foram o curso de história do cinema

Na época da faculdade de jornalismo, a cinefilia se solidificou e comecei a ir ao cinema quase todos os dias, não raro mais de uma vez por dia e a acompanhar as mostras e retrospectivas, na Cinemateca Brasileira, no Centro Cultural Banco do Brasil, no Cinusp”.

do crítico Inácio Araújo (que existe até hoje, em versão on-line), do qual jamais me esqueço da aula sobre Douglas Sirk e também as sessões que o cineasta Carlos Reichenbach organizava mensalmente no CineSesc, com o nome de “Sessão Comodoro”, onde vi, por exemplo, Audition, do japonês Takashi Miike, entre outras coisas.

Comecei a escrever críticas de cinema, a frequentar cabines, a trabalhar como roteirista, a dar aulas de história do cinema em cursos livres da prefeitura de São Paulo e em outras instituições privadas. E decidi, anos mais tarde, por continuar meus estudos sobre cinema na USP, fazendo meu mestrado e doutorado sobre o cineasta carioca Júlio Bressane sob orientação do professor Rubens Machado Jr.



Fábio Diaz Camarneiro durante sessão do curso de extensão *Imagens do Cinema* no Cine Metrôpolis - UFES.

Sergio Oliveira Dias: Conte-nos como foi esse percurso para chegar até a UFES como docente do curso de Cinema e Audiovisual?

Fábio Diaz Camarneiro: Essa parte é simples: eu estava cursando o doutorado em São Paulo e a UFES abriu um concurso que pedia o título de mestre. Então eu poderia, se quisesse e caso passasse em primeiro lugar, assumir a vaga. Eu nunca tinha estado em Vitória antes, pousei no antigo aeroporto em um domingo à noite e me hospedei próximo à Ponte da Passagem. Após uma semana de concurso, os resultados me colocavam em primeiro lugar. Confesso que fiquei um pouco aturdido, mas resolvi encarar o desafio de assumir o cargo enquanto ainda terminava o doutorado na USP. Um pouco mais de dez anos depois, sigo em Vitória e sigo no curso de Cinema e Audiovisual.

Sergio Oliveira Dias: O curso “Imagens do Futuro” que você coordena na UFES é um projeto de extensão bem sucedido. Quais conceitos teóricos e práticos foram aplicados na sua elaboração e que adaptações (caso tenham ocorrido) foram inseridas durante o seu desenvolvimento para alcançar os objetivos propostos?

Fábio Diaz Camarneiro: Na verdade, “Imagens do Futuro” é, digamos assim, um nome fantasia. O nome oficial do projeto é “Uma História do Cinema no Cine Metrôpolis”. A ideia é organizar ciclos semestrais em torno de temas que tenham pertinência no mundo contemporâneo e, a partir daí, fazer uma curadoria com aproximadamente 12 filmes ou mais (de acordo com o calendário de cada semestre), de diferentes épocas e nacionalidades, misturando cineastas homens e mulheres, brancos e negros, cis e trans, heteros ou da comunidade LGBTQIA+. Enfim, tentar a maior diversidade possível entre os filmes e também criar, a partir deles, uma curadoria que proporcione debates interessantes e que faça com que os filmes se complementem e que “conversem” uns com os outros.

Acredito que não seja nada muito diferente de qualquer processo de curadoria de filmes, mas temos grande liberdade em experimentar, sempre com o apoio da equipe de programação do Cine Metrôpolis, que me auxilia em todas as etapas do processo, sugerindo filmes, testando as cópias, produzindo a divulgação etc. Além de “Imagens do Futuro”, que aconteceu em dois semestres, tivemos um semestre dedicado às “Imagens do Trabalho”, com filmes que

“Enfim, tentar a maior diversidade possível entre os filmes e também criar, a partir deles, uma curadoria que proporcione debates interessantes e que faça com que os filmes se complementem e que “conversem” uns com os outros”.



pensavam a questão do trabalho, as lutas pelos direitos trabalhistas, a nova precarização contemporânea etc. Importante ainda lembrar que a participação nas sessões é aberta a todas e todos, de forma gratuita, e que as sessões costumam acontecer todas as quartas-feiras, às 13h, no Cine Metrôpolis, no Campus da UFES, em Goiabeiras. Como a Universidade está atualmente em greve, as sessões sofreram uma pausa, mas planejamos retornar em junho com as sessões.

Sergio Oliveira Dias: O seu novo projeto “Imagens do Cinema” (me corrija se eu estiver errado) está mais voltado para os movimentos estéticos do cinema/audiovisual. Que reflexões poderia fazer a respeito do interesse dos novos estudiosos e realizadores do audiovisual capixaba pelo conhecimento da história do cinema e dos seus movimentos estéticos transformadores que despontaram no século XX e início do século XXI?

Fábio Diaz Camarinho: A ideia deste ciclo atual “Imagens do cinema” veio do Cine Metrôpolis. Neste ano, 2024, comemoram-se os 50 anos de criação do Cineclub Metrôpolis, que depois se transformaria na semente do que hoje é o espaço que conhecemos como Cine Metrôpolis. Uma história feita por mui-

tas pessoas ligadas ao cinema no Espírito Santo e na Grande Vitória e que, tenho certeza, ajudou a formar muita gente. Este ciclo quer prestar uma homenagem ao próprio cinema, aos filmes, às pessoas que os realizam, às paixões que movem essas pessoas e, também, ao público e seu desejo de assistir a sombras que se movem em uma tela. Queremos explorar diferentes cinematografias e estilos cinematográficos, tentando mostrar que o cinema não é apenas o blockbuster, não é apenas uma narrativa, não é apenas uma história contada por personagens, mas é também poesia e pensamento, filosofia e memória, música e tempo.

O cinema pode não ser a “arte completa” como imaginaram alguns de seus primeiros teóricos, mas é certamente uma arte que abrange muitas outras, que possui um alcance gigantesco, ainda que os filmes, dependendo de seus orçamentos, de suas origens e do cumprimento ou não de certas regras comerciais, tenham chances muito diferentes de alcançar o público. Queremos que pessoas possam experimentar assistir numa sala de cinema confortável, de forma gratuita, em tela grande, com projeção em DCP (a melhor disponível) e com som de alta qualidade, a alguns filmes importantes da história do cinema.

“O cinema pode não ser a “arte completa” como imaginaram alguns de seus primeiros teóricos, mas é certamente uma arte que abrange muitas outras, que possui um alcance gigantesco, ainda que os filmes, dependendo de seus orçamentos, de suas origens e do cumprimento ou não de certas regras comerciais, tenham chances muito diferentes de alcançar o público”.



cas, que muitas vezes é mais lenta do que gostaríamos. O investimento depende de políticas públicas, mas acho que, ainda que possam parecer insuficientes, temos canais de investimento para o cinema e o audiovisual em editais da Secult e outros. Sobre o público, temos mostras importantes como o Festival de Cinema de Vitória, mas acredito que seria interessante um espaço para olharmos não apenas para o presente, mas também para o passado. Como professor de história do cinema, acho que a Universidade em geral e o Cine Metrôpolis em particular poderiam ocupar esse lugar, fornecendo algumas referências históricas do cinema, apresentadas em tela grande, com uma projeção de alta qualidade. Sempre disse que cineastas como, por exemplo, Glauber Rocha, só podem ser apreciados em sua totalidade quando vistos em tela grande, é um cineasta que parece “pedir” a tela grande. Então é importantíssimo que algum espaço de cinema no Estado possa se dedicar, entre outras coisas, a esse olhar histórico e retrospectivo. Acreditamos que assim, possamos contribuir, ainda que de maneira muito modesta, para o fortalecimento da cultura audiovisual local.



ARTIGO

**RECONSTRUINDO
O GOVERNO DO
DR. CHIQUINHO:
DO ÁPICE À QUEDA
(1955-1959/1962-1966)**

Kimberlly Victoria de Mattos Reis

Estudante da licenciatura plena em História, pela Universidade Federal do Espírito Santo. Residente pedagógica, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na EMEF Experimental de Vitória UFES.



Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo analisar, em perspectiva panorâmica, a ascensão e os mandatos de Francisco Lacerda de Aguiar como governador do estado, comumente chamado de Chiquinho, durante os períodos de 1955-1959 e 1963-1966. É propósito da pesquisa entender a ordem socio-política do governo, que se expressa nas suas alianças e composições eleitorais e pós-eleitorais, bem como nas principais pautas para as quais suas ações governistas se dedicaram. Com base nos métodos e técnicas de análise documental, a pesquisa explora extensa gama de fontes: jornais da época, periódicos, correspondências, e documentos oficiais em geral de vários fundos, especialmente do fundo denominado “documentos da Secretaria de Governo”, existentes no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). A pesquisa também tem a finalidade de compreender as razões pelas quais ocorreu a queda de Chiquinho, verificada no início de 1966, apesar de o governador ter aderido ao Golpe civil-militar de 1964.

Palavras-chave: História capixaba; Política; Governo Chiquinho; Golpe civil-militar de 1964.

Abstract

The present research aims to analyze, from a panoramic perspective, the rise and mandates of Francisco Lacerda de Aguiar as governor of the state, commonly called Chiquinho, during the periods of 1955-1959 and 1963-1966. The purpose of the research is to understand the government's sociopolitical order, which is expressed in its alliances and electoral and post-electoral compositions, as well as in the main agendas to which its government actions were dedicated. Based on document analysis methods and techniques, the research explores a wide range of sources: newspapers of the time, periodicals, correspondence, and official documents in general from various funds, especially the fund called “documents from the Government Secretariat”, existing in the Archive Public of the State of Espírito Santo (APEES). The research also aims to understand the reasons why Chiquinho fell, which occurred at the beginning of 1966, despite the governor having joined the civil-military coup of 1964.

Keywords: History of Espírito Santo; Policy; Chiquinho Government; 1964 civil-military coup.

Introdução

Pesquisar os períodos da ruptura político-institucional, focando no modo como as oligarquias regionais se adaptam aos diferentes rearranjos institucionais, é sempre bastante complexo e delicado. Como abordado por Ueber José de Oliveira (2013), as transformações industriais advindas no Brasil, de modo mais pujante a partir de 1950, a crise do café (1955 e depois na década de 1960) e o processo de urbanização, que resultaram na migração campo-cidade, influenciaram as lideranças da época a praticarem outras formas de ações políticas dentro de um novo contexto social e econômico. No Espírito Santo, essas mudanças não seriam diferentes: Francisco Lacerda de Aguiar, fazendeiro de Guaçuí, vulgo Chiquinho, soube muito bem direcionar sua atuação em direção às massas populares rurais e urbanas que se reconfiguravam, ganhando apoio fundamental das regiões sul, central e norte do estado, redundando em duas campanhas eleitorais vitoriosas. Alcançou tal intento ao juntar-se com outros seis partidos, formando aquela que ficou conhecida como *Coligação Democrática*. Chiquinho dialogou com o povo usando de ferramentas como: a criação de *jingles* de campanha de letra fácil e instrumental animado, entre outros, com o intuito de se promover durante as eleições; desapropriou-se do pronome de tratamento “Doutor”, antes de seu nome, para que sua imagem fosse dissociada de elitismo, colocando-o próximo ao povo; e deu voz, sob um discurso carismático, à massa antes ignorada pela elite da região da Grande Vitória, com suporte de um plano de governo direcionado à assistência social e ao investimento econômico rural (LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007; OLIVEIRA, 2013).

Apesar de existirem alguns poucos trabalhos sobre essa faceta carismática e popular de Chiquinho, especialmente acerca das suas campanhas vitoriosas em 1954 e 1962, a exemplo dos trabalhos de Alvarenga (2012), Oliveira (2014), além de Silva (1986), são quase inexistentes trabalhos que aprofundam aspectos relacionados aos seus governos, conside-

rando sua composição e sua agenda governamental. Essa escassez de estudos redundou na cristalização de uma representação caricata ou folclórica de Chiquinho, em grande medida consagrada pela *A Gazeta*, o jornal oposicionista do Partido Social Democrata (PSD), controlado pelo seu principal adversário político, o também ex-governador Carlos Lindemberg.

Assim, a pesquisa utiliza como base uma ampla gama de fontes documentais, na intenção de melhor compreender os dois governos dessa enigmática e controversa figura, além de procurar dar vazão a novas possibilidades analíticas e novas interpretações acerca do fenômeno populista que foi sua passagem pelo cenário político. Não foi possível, ainda que apareçam algumas referências a *A Gazeta* em alguns momentos, aprofundar e expandir as análises para todas as representações que a imprensa (jornais) da época faziam de Lacerda de Aguiar, haja vista que seria necessário maior tempo para uma pesquisa do tipo dentro da proposta do subprojeto.

Antecedentes, jornada política e as diferentes fases da figura do Dr. Chiquinho

A monocultura cafeeira, predominante na economia local do estado do Espírito Santo, após a derrocada da produção açucareira, elevou o sobrenome de várias famílias latifundiárias durante o século XIX e a primeira metade do século XX, inclusive no vale do Itabapoana — curso de água que banha, além do sul capixaba, os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro — e nas cidades de Cachoeiro de Itapemirim, Guaçuí, Mimoso do Sul, Presidente Kennedy e São José do Calçado. Uma expansão gradativa do litoral capixaba para o interior deu-se após a redução dos cafezais no vale do Paraíba — acidente geográfico entre o norte de São Paulo e o sul fluminense do Rio de Janeiro — que ocasionou um movimento itinerante pelo território sudestino em busca de novas terras férteis. Em meio ao crescimento populacional da região, que per-

durou dos anos 1872 à década de 1960, temos a anexação dos filhos do Visconde de Aguiar Toledo, que foi um importante latifundiário do município de Bananal em São Paulo, até meados de 1873, quando a fazenda Resgate, pertencente à tradicional família Aguiar Vallim, já não produzia mais café (MENDONÇA, 2020). Os irmãos Antônio Ourique de Aguiar e José de Aguiar Vallim estabeleceram-se e fundaram o arraial de São Miguel do Veado, atual Guaçuí, ao passo que também fundaram novas fazendas nas terras descobertas. O comércio cafeeiro explorado e expandido pela família os conferiu importantes papéis políticos e sociais e até mesmo um poder econômico maior que o da elite na Capital, que não investia tanto quanto a região sul nas plantações de café. Após a criminalização do uso de escravos nas lavouras de café no século XIX, e a polaridade urbana da cidade de Cachoeiro do Itapemirim no início do século XX, Guaçuí tornou-se importante centro regional da região sul, em substituição a Alegre, após a conclusão da construção da estrada de ferro que ligava a cidade a Cachoeiro do Itapemirim e a Espera Feliz, em Minas Gerais.

O apanhado geral dessas informações busca contextualizar brevemente a presença marcante e a articulação política da aristocracia Aguiar Vallim, que manteve por anos escravos em suas fazendas, mas ao surgimento da crise já detinha fortuna para além do suficiente e estrategicamente passou a não investir mais no comércio escravista ao final dos oitocentos, e ainda liderou um movimento para que outros fazendeiros agissem igualmente (MENDONÇA, 2020). A família também teve papel importante na passagem de “arraial” para cidade, à medida que Guaçuí recebia investimentos diretos, como construção de escolas, igrejas, pontes e estradas de chão, posteriormente de pedra, e depois asfalto. Fruto desse poder econômico, insere-se a figura principal desse estudo, que conseguiu alavancar o sobrenome da família a nível estadual e nacional, não apenas regional e rural, apoiado em bases políticas sociais e várias vezes controversa.

Francisco Lacerda de Aguiar, popularmente conhecido como Chiquinho, nasceu em 3 de outubro

de 1903 na Fazenda do Castelo, na cidade capixaba de São José do Calçado, que também faz divisa com o estado do Rio de Janeiro. Filho primogênito de Virgílio de Aguiar Vallim e Zuraide Lacerda de Aguiar, tinha como irmãos João Darcy e Natália e Silvia. Sua vida escolar agitada e certamente privilegiada foi marcada por passagens em escolas como o Ginásio Carangolense (1915), na cidade de Carangola (MG); o Colégio Alfredo Gomes, em 1916 no Rio de Janeiro; de 1917 a 1920 no Colégio Militar do Rio de Janeiro e pelo Colégio Paula Freitas, também no Rio de Janeiro, em 1921. Além de ter concluído o curso de Engenharia Elétrica na Escola Livre de Engenharia do Rio de Janeiro, em 1925, e retomar posse de suas fazendas em Guaçuí, ele também ocupou cargos de informante do Ministério da Agricultura, em 1928; avaliador do Banco do Brasil, de 1935 a 1940; representante da Lavoura do Espírito Santo no Instituto Brasileiro do Café (IBC), em 1945; e professor de Matemática, na cidade (LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007).

Apesar de suas relações interioranas, enraizadas na produção agrária do café e na exportação desse mesmo produto e no arraigar conservador do passado de sua família, Chiquinho matrimoniou-se em 1927 com Zélia Vianna, filha do empresário e político Geraldo Vianna, um dissidente varguista do Partido Republicano do Espírito Santo, pelo qual fora deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa entre 1910 e 1920. Do enlace, assimilou-se influências liberais e mais à esquerda da atuação política estadual da família Vianna e Emery¹ em Guaçuí, sendo essas apresentadas pelas tias de Zélia: Emiliana Emery Vianna, a primeira mulher capixaba a conquistar o direito ao voto, em 1929, e Maria Emery (Dona Zinha), cofundadora da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, e do Partido Comunista da Cidade, em 1945.

Como um homem de seu tempo, criado entre o pré e o pós-guerra, no seio da oligarquia do café e

emergindo em meio a duas tendências distintas de pensamentos, pertencentes às famílias Aguiar Valim e Vianna-Emery, Chiquinho ingressou na vida política estadual compondo frente à emancipação de Guaçuí, ainda na década de 1920. Durante sua filiação no Partido Social Democrático (PSD), elegeu-se a vereador do mesmo município em 1936, e nos anos de 1945 e 1946, por indicação do ministro das Relações Exteriores do governo Dutra, João Neves da Fontoura, foi interventor substituto da cidade. Venceu igualmente as eleições de 1947, em que disputou a prefeitura contra o candidato Henrique Daumas de Almeida, e as de 1950, ocupando o cargo de deputado federal, ainda pelo PSD, liderado na época por Carlos Monteiro Lindemberg e Jones dos Santos Neves, e que foi extinto em 1965 após o Ato Institucional Número Dois, durante a ditadura militar.

Aspecto essencial foi sua atuação como deputado federal, na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, após sair da prefeitura de Guaçuí. Essa atuação se deu no contexto do segundo governo Vargas, na primeira metade da década de 1950, momento marcado por muitas agitações políticas. Como toda a sua trajetória política, econômica e social foi desenvolvida na região sul do Espírito Santo e no estado do Rio de Janeiro, Lacerda de Aguiar foi uma personalidade pouco conhecida no próprio Espírito Santo até o lançamento de sua candidatura ao governo do estado. Aliás, antes de eleito, em 1954, não conhecia a região norte capixaba e havia estado apenas quatro vezes na Capital (SILVA, 1995; LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007).

Para compreender a jornada de Chiquinho até a disputa ao primeiro mandato de governador, é necessário introduzir brevemente a situação do PSD, partido do qual fazia parte no contexto do governo de Jones dos Santos Neves (como interventor federal, 1943-1945; e depois eleito democraticamente, 1951-1955) e Carlos Lindemberg (1947-1951). Ao longo do primeiro governo Lindemberg, foram reforçados os interesses *agrofundiários* ao passo que no governo Jones, priorizou-se os interesses ligados aos setores

urbano-industriais emergentes com intenção de manter os interesses da burguesia comercial litorânea (ALVARENGA, 2012).

Inicialmente, grande parte das mais importantes lideranças do estado se concentraram no PSD, do qual fizeram parte nomes como Attilio Vivacqua, que depois rompeu com a sigla e fundou o Partido Republicano (PR) e também Asdrúbal Soares e Raul Gilberti, que juntos fundaram o Partido Social Progressista (PSP). Para além disso, também se deu fim à aliança entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN). É nesse contexto, onde a necessidade de modernizar os métodos de comunicação e articulação tanto na arena política quanto no próprio partido tornaram-se intensos logo no primeiro pleito eleitoral ocorrido em 1947 no estado (OLIVEIRA, 2013; SILVA, 1986), que entra em cena uma frente ampla de oposição, com forte aproximação nas camadas mais pobres da sociedade da época — principalmente no interior do estado —, formada por vários partidos e acordada a se chamar *Coligação Democrática* (durante o pleito de 1954 era composta pelos partidos PSP/PR/PRP/PTB²).

A transformação de um fazendeiro sulista capixaba em um candidato com potencial de disputa pela governadoria teve início quando o PSD lançou a candidatura de Eurico de Aguiar Salles no pleito eleitoral de 1954 e a *Coligação Democrática*, que precisava de “alguém que se identificasse [...] com as classes dominantes do interior do Estado, e, [...] com as classes populares urbanas” e de “um homem que tivesse dinheiro e estrutura para enfrentar a máquina da oposição (aos partidos coligados)” (SILVA, 1986, p. 468-469). Nesse contexto e diante desse panorama, lançou-se a candidatura do ex-pessedista, Lacerda de Aguiar.

A partir daqui, o estudo irá se declinar sobre a sua primeira campanha vitoriosa, os mecanismos utilizados tanto pela *Coligação Democrática* quanto pela figura Francisco Lacerda de Aguiar, as táticas

¹ Variações do sobrenome: Emery; Émile. (CAMPOS JUNIOR; MENDONÇA, 2014), (SILVA, 1986), (OLIVEIRA, 2013), (TEODORO, 2014).

² Partido Social Progressista, Partido Republicano, Partido Republicano Progressista, e Partido Trabalhista Brasileiro.

dos adversários para “*minar*” sua imagem perante o público e no pós-eleição, desdobrando seu plano de governo e o que de fato foi posto em prática durante os anos de 1955 e 1959. Em relação à primeira candidatura oficial de Chiquinho, solenemente lançada na cidade de Colatina — principal fronteira agrícola e cafeeira para o norte do estado —, caracterizou-se como o primeiro passo na direção de uma mudança radical na forma de se “fazer política” no Espírito Santo, pois adotou-se diversos procedimentos na intencionalidade de aproximação com a população rural, donos de terra ou não, e setores menos abastados dos principais centros urbanos, num oposto ao discurso de industrialização e urbanização adotados pelo rival, Eurico Salles, apoiado por Jones dos Santos Neves, então governador em final de mandato (LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007; SILVA, 1986). É preciso ressaltar que essa *virada* na propaganda eleitoral da época teve como importante arranizador um indivíduo que é visto como o primeiro a desempenhar de modo embrionário a função do que hoje chamaríamos de *marqueteiro político*, uma espécie de agente de comunicação pública, em terras capixabas (OLIVEIRA, 2013): o capitão do Exército e articulador pessepista, Joaquim Leite de Almeida, ou *Kinkas*.

O lançamento de um *jingle* — uma música composta na intenção de promover algo ou alguma coisa nas rádios e televisão — foi a inovação, nunca antes utilizada em campanhas eleitorais no estado e adotada pela *Coligação Democrática* para alavancar a figura de Chiquinho. O slogan, “*Chiquinho vem aí*”, acompanhava sua agenda, comícios, passeatas, *santinhos* - folhetins eleitorais, debates, e entrevistas, e os versos da *musiquinha* chiclete contagiavam a população nem um pouco acostumada com esse tipo de comunicação (MEDEIROS, 2002).

Em uma das estrofes do *jingle*, fica claro a quem é direcionada a letra, que relaciona Chiquinho a ações humildes, em apoio aos trabalhadores (uma referência ao espírito varguista e adhemarista), e sem distinções raciais: *Chiquinho andou a pé, andou de bonde, andou de trem/ Apertou mão de preto, de branco,*

apertou também/ Chiquinho é amigo do povo trabalhador/ O povo quer Chiquinho para seu governador.

Na visão de Kinkas, considerando o histórico que marcava o Executivo capixaba até a época, era necessário superar a ideia de que para “[...] ser político de sucesso, era imprescindível ter o termo Doutor na frente do nome [...]” (Joaquim Leite de Almeida apud MEDEIROS, 2002, p. 24). Com a criação do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, além da institucionalização do voto feminino (ampliado com o direito ao voto para presidente em 1945) e do voto secreto na Era Vargas, as campanhas eleitorais precisavam se adaptar aos discursos e aos anseios latentes do povo (OLIVEIRA, 2013), que não aguentavam mais candidatos tradicionalistas apegados ao próprio passado aristocrata, formados no ensino superior em profissões clássicas (Direito, Medicina, e Engenharia Civil) e donos de terra. Ainda que Lacerda de Aguiar se enquadrasse facilmente nesse perfil, como a própria *Coligação Democrática* relatou a Joaquim Leite de Almeida³, ele era acompanhado por uma “facilidade de comunicação com a gente do interior”⁴ e com as massas populares urbanas, que o PSD não parecia ter adquirido ainda.

Outras novidades que passaram a acompanhar a comitiva de Chiquinho em seus comícios foram o uso de um carro propaganda, com alto-falantes, que tocava a música da campanha, acompanhado de “um avião, um teco-teco, rodando a cidade [de Vitória] com uma faixa de *Chiquinho vem aí*” (ALMEIDA apud MEDEIROS, 2002), e o encontro corpo-a-corpo com eleitores nos bairros da Grande Vitória. Ao redor da campanha de Chiquinho, até então um forasteiro para o conjunto da política capixaba, avançando so-

3 “Os homens não queriam aprovar. Queriam Dr. *Chiquinho vem aí*. Afinal, diziam ele, o Chiquinho que eu tinha inventado, em verdade era um rico fazendeiro do sul do Estado, de tradicional família paulista [...] queriam mesmo era Dr. Francisco Lacerda de Aguiar como era o seu nome real. [...]” (Joaquim Leite de Almeida apud MEDEIROS, 2002, p. 25).

4 As confissões de Carlos Lindenberg. **Espírito Santo Agora**. Vitória, nº 5, p. 54-60, mar. 1973.

bre a, em certo ponto apática política capixaba, em algum momento entendeu-se que a melhor forma de angariar votos era tornar carro chefe das campanhas, instrumentos que melhor se adequassem à crescente “democracia de massas”, numa intencionalidade guiada pelas possibilidades de formação de uma opinião pública plural, que já existia em âmbito nacional, mas precisava ser despertada no estado. Nesse sentido, o candidato guaçuense se tornou referência, em contrapartida ao seu adversário, Eurico Salles, que, integrante da Aliança formada pelo PSD, o Partido Democrata Cristão (PDC) e a União Democrática Nacional (UDN), usou de mecanismos midiáticos para alavancar a própria campanha, mas também para *balançar* a reputação de Lacerda de Aguiar (SILVA, 1986). Além do apoio do até então governador Jones dos Santos Neves e todo o seu aparato estatal, a principal ferramenta utilizada para isso foi o jornal *A Gazeta*, do ex-governador Carlos Lindenberg.

Segundo o ponto de vista de Marta Zorzal e Silva (1986), a tática do candidato pessedista foi mais um reflexo das várias outras campanhas feitas anteriormente e o jornal *A Gazeta* reforçava veemente que ele era “o único melhor, o mais capaz, o imbatível”, além de divulgar parceladamente sua campanha carregada com a mensagem da “necessidade da continuidade” do plano de governo jonista, assim tornando sua presença um destaque nas páginas dos jornais.

O jornal *A Gazeta*, veículo oficial do PSD, submetido aos interesses e à influência dos partidos da Aliança, injetou em suas reportagens uma impressão de estranho, intruso e até mesmo apartado ao se referir a Chiquinho. Trabalhando com as interlocuções da obra de Norbert Elias, *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade* (2000), é possível notar certa semelhança entre os *estabelecidos* na política capixaba e os *estabelecidos* na pequena cidade inglesa de Wiston Parva e uma certa semelhança entre a figura *outsider* de Lacerda de Aguiar — e seus ligados — com o grupo novo de habitantes da mesma cidade inglesa, considerados *outsiders* e estigmatizados pelo primei-

ro grupo. A diferença entre esses grupos se encontra apenas nos seus discursos políticos, visto que ambos — agora tratando-se da Aliança e da *Coligação Democrática* — detinham recursos financeiros, ampla formação superior, e, em grande maioria, eram brancos. O discurso de aproximação com a massa popular dava para a campanha de Chiquinho um caráter de defesa aos excluídos, considerados inferiores, em períodos eleitorais anteriores. O próprio Setembrino Pelissari, futuro líder do governo do candidato coligado, afirma em depoimento:

[...] em Vitória, os principais redutos políticos dele (Lacerda de Aguiar) eram os bairros de Maruípe e Santo Antônio onde o ex-governador era carregado frequentemente pelo povo. A ideia de nos prejudicar dizendo que Chiquinho era da raia miúda (massa popular) só nos deu vantagens.⁵

Periféricos, os bairros de Santo Antônio e Maruípe, além dos morros e aglomerados de favelas na Grande Vitória que subiam os comícios, refletem a aproximação do plano de campanha da *Coligação Democrática* para com os socialmente excluídos dos espaços urbanos no contexto da esfera da elite capixaba. De acordo com Elias (2000), uma relação de interdependência entre *estabelecidos* e *outsiders* gira em torno de longas décadas, assim como no caso da *oligarquia pessedista* no estado, onde certa identidade social foi construída com base em boas doses de tradicionalismo, aristocracia e influência. O que é curioso quando se trata da figura de Lacerda de Aguiar é que, baseado em fofocas depreciativas, sua existência política foi resumida a um “*arrasa quarteirão*”, por ter atingido tanta popularidade fora dos moldes eleitorais utilizados durante outros pleitos. Sobre este aspecto, mais uma vez recorreremos aos escritos de Norbert Elias (2000), quando afirma o seguinte:

5 Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. **Espírito Santo Agora**, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.

Candidato	Partido	%	Votos Válidos
Eurico Sales	PSD/PDC/UDN	44,8	77.467
Francisco Lacerda de Aguiar	Col. Dem. (PSP/PTB/PR/PRP)	55.2	95389
Votos Brancos	-	2,1	3.734
Votos Nulos	-	2.0	3.665
Total de Votos Válidos		100	172.856
Total de Votos Apurados		100	180.255

Tabela 1 – Resultados das eleições para Governador - 1954.
Fonte: Oliveira (2013).

[...] comum às pessoas desconcertarem ou silenciarem aqueles de quem discordam ou a quem estão combatendo, jogando-lhes na cara algum termo depreciativo e infamante ou algum boato vergonhoso que se refira ao seu grupo, desde que tais pessoas pertençam a um grupo que tenha sucesso em afirmar seu status superior em comparação aos dos seus adversários.

Não é possível afirmar qual elemento principal levou à vitória do candidato Francisco Lacerda de Aguiar. Suas inovações durante a campanha, o discurso paternalista com o povo, a ruptura com o PSD e as mesmas técnicas utilizadas em pleitos anteriores pelo adversário podem ter sido a junção completa para a comemoração imbatível da conquista ao cargo de governador do estado. Os coligados obtiveram 95.389 dos votos válidos, o que representa 55,2%, conforme tabela da página a seguir.

O primeiro Governo Lacerda de Aguiar (1955-1959)

Durante seu primeiro mandato, que ocorreu entre 25 de fevereiro de 1955 e 31 de janeiro de 1959, Lacerda de Aguiar precisou dialogar com todos os partidos que compunham a *Coligação Democrática*. O preenchimento dos cargos dirigentes do governo procurou aliar interesses ao projeto político direcionado ao

favorecimento dos produtores de café. Além disso, também abriu espaço para maior participação política das massas com a criação e audiências populares (SILVA, 1986, p. 304).

Entre as ações governamentais, muitas vezes voltadas principalmente para a área rural do estado, destacam-se: forte apelo às assistências sociais presididas por sua esposa, Zélia Viana Aguiar, que trocava várias correspondências com o governador e seus secretários de governos solicitando auxílios para determinadas causas e pessoas, por fazer parte da Legião Brasileira de Assistência (LBA); estímulo ao melhoramento técnico da agricultura capixaba, incluindo os laticínios e o trigo, e a expansão da fronteira agrícola estadual para além de Colatina; o investimento na construção de estradas e a chegada de novidades automobilísticas na Capital, Vitória; ampliação da rede telefônica. No setor da educação, muitas escolas foram construídas e reformadas, além das novas contratações de docentes e passes escolares para professoras primárias foram distribuídos. Por último, permitiu que as populações carentes ocupassem terrenos devolutos da periferia da capital e morros como o de Gurigica, Itararé, Romão, etc (ALVARENGA, 2012, p. 90).

Para aproximarmos de uma interpretação teórica de Max Weber (2004) do líder carismático, torna-se importante questionar o conceito de *populismo*, presente tantas vezes nos parques estudos sobre Chiquinho no Espírito Santo. Ao longo da primeira campanha eleitoral, e também do seu primeiro mandato, opositores e até mesmo os próprios partidários coligados de Chiquinho tentaram tornar o aspecto populista do discurso e ações políticas de Lacerda de Aguiar uma realidade, respectivamente, preocupante ou vantajosa a nível estadual.

Enquanto a *Aliança* trabalhava para *balançar* a credibilidade que levou o adversário a vitória em 1954, utilizando-se da crise cafeeira, fracassos orçamentários e dos recursos financeiros escassos — um reflexo do governo Jones —, a *Coligação Democrática*, heterogênea ideologicamente, tentava se desen-

volver na conjuntura momentânea. A construção de uma figura como Chiquinho, que expressava tão bem a imagem de que sua gestão, o Estado assim dizendo, também era do povo (SILVA, 1986), sendo seu eleitorado rural e *proletariado* urbano, seria, de acordo com Octavio Ianni (1975), o fato do “horizonte cultural” dessa parcela da população estar “marcado pelos valores e padrões do mundo rural”, sendo um dos elementos constitutivos da “política de massas”, característica do populismo.

Mas ao revisitar as relações políticas e de *poder simbólico*⁶ estabelecidas durante o primeiro mandato de Chiquinho, com seus eleitores e as lideranças coligadas, entendemos que há uma reciprocidade de interesses (COMES, 2001) realçada por um líder carismático. Ainda sobre o conceito de populismo, algumas vezes usado de forma pejorativa ou desqualificadora, a exemplo o trabalho de Marta Zorzal e Silva (1986), ou de forma partidária, a exemplo o articulador pessepista Joaquim de Almeida Leite, o historiador Jorge Ferreira (2001) renova a crítica e enfatiza o contexto da palavra tão debatida entre acadêmicos:

[...] O populista é o adversário, o concorrente, o desafeto. O populista é o Outro. Trata-se de uma questão eminentemente política e, muito possivelmente, político-partidária, que poderia ser enunciada da seguinte maneira: o *meu* candidato, o *meu* partido, a *minha* proposta política não são populistas, mas o *teu* candidato, o *teu* partido e a *tua* proposta política, estes, sim, são populistas. Populista é sempre o Outro, nunca o Mesmo. (FERREIRA, 2001, p. 124)

A assistência social no plano de governo Chiquinho tinha um caráter principal que adentrava até mesmo a sede do poder executivo, o Palácio Anchieta, onde às quintas-feiras eram atendidos até 400 (quatrocentos) eleitores no salão nobre e também eram

distribuídas cestas básicas à população dos morros ao entorno do Centro de Vitória. Todos esses elementos, que tornaram Lacerda de Aguiar visado por muitos, para Weber (1999), consiste numa das características de um líder *carismático*, reconhecido fundamentalmente como a *esperança* pela comunidade.

Porém, para a existência do carisma, foram necessários mecanismos como: criar o imaginário de um sujeito simples, interiorano, preparado para atender as demandas de uma massa popular vulnerável, anteriormente abandonada, reforçado pela campanha vitoriosa no pleito de 1954, repleta de aparatos inovadores, e pela derrocada do PSD e a descredibilidade de seus candidatos. Para ser breve, a ascensão política de Chiquinho foi, em grande medida, um plano arquitetado pela *Coligação Democrática*, que assimilou o que a demanda de cidadãos capixabas, guiados pelo contexto social da época, desejavam: um “pai”, tal qual fora Vargas. Sobre isso, afirma Weber,

Se aqueles aos quais ele se sente enviado não reconhecem sua missão, sua exigência fracassa. Se o reconhecem, é o senhor deles enquanto sabe manter seu reconhecimento mediante ‘provas’. Mas, neste caso, não deduz seu ‘direito’ da vontade deles, à maneira de uma eleição; ao contrário, o reconhecimento do carismaticamente qualificado é o dever daqueles aos quais se dirige sua missão (WEBER, 1999, p. 324).

No entanto, o próprio Weber reconhece que “apesar de as capacidades carismáticas não poderem desenvolver-se em nada e em ninguém que não as possua em germe, tal germe permanece oculto se não é estimulado ao desenvolvimento, se o carisma não é ‘despertado’” (WEBER, 2009, p. 280). Entende-se então que, o trabalho do político, ou seja, colocar em prática as ações traçadas no plano de governo, coexiste com a sua personalidade, visto que, uma das qualidades principais dos líderes políticos do século XX era ser confiável pelo tipo de homem que era, e não pelas ações ou programas que defendia.

6 “[...] poder invisível que só pode se exercer com a cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele se submetem ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1977, p.31).

Para mais, um bom líder deve ser capaz de atrair ou conciliar grupos cujos interesses sejam diferentes das suas crenças pessoais e ideológicas. No caso de Lacerda de Aguiar e toda a intimidade que o aproximava do eleitorado *humilde*, representada por assistências sociais e até mesmo o ato de ir *tomar* café na casa de um morador, abriu margem, principalmente aos opositores políticos e demais críticos, para uma interpretação que enxergou seu mandato como efeito da credibilidade dessas relações e não por suas proezas — atos governamentais impessoais.

Nos trabalhos de SILVA (1969) e ALVARENGA (2012) são apresentados indícios de que, num apanhado geral, o primeiro mandato de Chiquinho não revolucionou ou causou grandes transformações econômicas, mantendo-se até mesmo *tradicional*⁷, ao valorizar cafeicultores mesmo em meio à crise do café no estado. Um líder *carismático* não necessariamente precisa romper com o passado, desde que não exista realmente um retorno a este, como no caso do objeto de estudo, para que seja considerado uma *nova* política. Sendo assim, as estratégias utilizadas pelos ligados, nas quais inclui-se o próprio Lacerda de Aguiar ao longo dos anos 1955 até 1959, podem ser analisadas como a possível consolidação eleitoral de uma nova elite política capixaba, constituída pela graça do líder.

De acordo com Marta Zorzal e Silva (1969), dentro do campo econômico capixaba no primeiro mandato do governo Chiquinho, houve uma diminuição gradativa de investimentos no Plano de Valorização Econômica criado por Jones dos Santos Neves, uma neutralização ao padrão intervencionista do governo, algumas revisões irregulares nos recursos orçamentários e também uma oposição, ainda que não proposital, ao Plano de Metas do presidente em exercício Juscelino Kubistchek. Utilizando-se de Weber para uma análise profunda desse contexto, é possível apontar que o carisma enquanto fenômeno extracotidiano —

sendo o cotidiano a essência da ordem social — é carregado pelo apelo emocional, alheia-se às estruturas de relevância social (religiosidades, política, cultura, ciência, etc), inclusive os interesses econômicos.

Constitui, onde existe, uma ‘vocação’, no sentido enfático da palavra: como ‘missão’ ou ‘tarefa’ íntima [...]. O que todos eles desdenham - enquanto existe o tipo carismático genuíno - é a economia *cotidiana* tradicional ou racional, a obtenção de ‘receitas’ regulares por meio de uma atividade econômica contínua dirigida para esse fim (Weber, 1991, p.160-161).

Porém, ainda que Lacerda de Aguiar, considerado um líder carismático ao longo do estudo, se passe como alheio às mudanças urbano-industriais que ocorriam em campo nacional, direcionando investimentos para as áreas rurais do estado, os interesses econômicos persistem, visto que se encontram com lideranças políticas da *Coligação Democrática* e a sociedade, ambos materialistas.

Assim, o próprio líder precisa ceder benesses, — doação de “terrenos devolutos na periferia da capital e morros como o de ‘Gurigica’, ‘Itararé’, ‘Romão’ etc.” (SILVA, 1969) — cargos, — distribuição dos cargos dirigentes do governo aos ligados — entre outras coisas para que a normalidade seja novamente instaurada, indiretamente influenciadas por aqueles considerados “*chegados*” que se aproveitam de forma imediata do estado de exceção carismático (BACH, 2011).

O Pleito eleitoral de 1962 e o segundo Governo Chiquinho

Chiquinho retornou a se candidatar em 1962 contra o também ex-governador, Jones dos Santos Neves. O pleito eleitoral configurou-se muito parecido com o de 1954, em que o conjunto de forças partidárias formou dois blocos políticos na disputa. Porém, essas forças não se mantiveram idênticas, considerando o contexto político e econômico em nível nacional e o

crescimento das populações urbanas e decréscimo das populações rurais capixabas.

Sobre o segundo pleito, volta-se à análise para os anos finais da década de 50, que acentuou progressivamente o aparelhamento do PSD no que diz respeito aos setores mais industrializados respaldados pela Ala Moça⁸. Em consequência disso, indicou-se Jones dos Santos Neves como candidato ao governo em 1962, após conversações fracassadas com o PSP de Raul Gilberty, também figura importante de Colatina, preterido do então governador Carlos Lindemberg à concorrência do pleito. A importância de um candidato de Colatina, segundo a avaliação de Lindemberg, se deve ao fato de a cidade encontrar-se em posição de polo regional no noroeste do estado. Ao fim das negociações e após a dissidência do PTB liderada por Floriano Rubim, o PSD havia angariado apoio apenas do PTN, partido recém-formado. Em meio a tais reviravoltas, uma recomposição, incluindo também o PSP, da *Coligação Democrática*, deu início a mais uma disputa carregada de apelo pelo eleitorado que elegeu Chiquinho em 1954 e também mais incitações da oposição aliada, novamente, por parte do jornal *A Gazeta*.

A fórmula utilizada pelos ligados no primeiro pleito apenas seis anos antes foi reutilizada, mas dessa vez direcionada para uma caminhada de benevolência com os adversários, perdão e sem revanchismos. Enquanto o PSD passara praticamente todo o governo de Carlos Lindemberg utilizando-se da plataforma do jornal *A Gazeta* para criticar a gestão de Lacerda de Aguiar, além de perseguir e rever seus atos por meio de comissões administrativas, esse por sua vez, junto com sua equipe de campanha, transformou as manchetes negativas da imprensa em *slogan*: *Sem ódio, sem rancor, Chiquinho para governador* (SILVA, 1969).

A evidenciada disputa de narrativas partidárias e pessoais não só alavancou gratuitamente a figura de Chiquinho, como também expressou a dificuldade do PSD em abandonar as raízes políticas que

Candidato	Partido	%	Votos Válidos
Jones dos Santos Neves	PSD	48,0	105.586
Francisco Lacerda de Aguiar	PSP (Col. Dem. (PSP/UDN/PRP/PTB/PDC/PRT/PTN/PSB)	52,0	114.673
Votos Brancos	-	8,8	21.773
Votos Nulos	-	2,6	6.554
Total de Votos Válidos		100	220.259
Total de Votos Apurados		100	248.586

Tabela 2 – Resultados das eleições para Governador - 1962. Fonte: Oliveira (2013).

compunham o partido desde sua criação, em 1930, mesmo após a derrota significativa em 1954 num contexto que poderia ter influenciado diretamente a forma de fazer política pessedista caso não estivessem imensamente arraigados ao Aparelho Regional do Estado (SILVA, 1969). Durante sua campanha, Jones dos Santos Neves enfatizou, fazendo-se contrário ao discurso hegemônico do setor rural, o objetivo de retomar o plano de governo de seu primeiro mandato em 1951 que consistia em investimentos na industrialização capixaba, na política rodoviária e portuária, e na exportação e importação internacional.

Além do *slogan* anteriormente mencionado e mais um *jingle* que tocava nas caminhadas pelo estado e carros de som — *Chiquinho se sai às ruas/ sorrindo e a cumprimentar/ o povo, respondendo, vai dizendo:/ Chiquinho!/ Chiquinho vai voltar!* -a campanha de Lacerda de Aguiar imprimia um tom aliado a uma esperança de ascensão social, de maior participação dos humildes e marginalizados da sociedade, pelas oligarquias exploradoras (SILVA, 1986). De inovador, Joaquim de Almeida Leite apresentou os comícios relâmpagos, que segundo suas palavras consistia numa visita informal e amigável de Chiquinho as casas do eleitorado, três ou quatro dias antes do comício propriamente dito, quando ele convidava pessoalmente quem ali residisse.

A resposta do povo foi nas urnas, levando os ligados a mais uma vitória sobre o PSD de Jones dos

7 O conceito de líder tradicional também foi trabalho por Weber em: **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. 4ª ed. Brasília-DF: Editora da UnB. 2009. V. I

8 Facção surgida dentro do partido e que defendia a renovação dos métodos do mesmo baseado em teses nacionalistas e modernizantes.

Santos Neves. Os dados dessa eleição encontram-se na tabela acima.

Durante seu segundo mandato, que ocorreu entre 31 de janeiro de 1963 e 5 de abril de 1966, Lacerda de Aguiar foi mais assertivo no diálogo para com as lideranças políticas, fazendo poucas alterações nos cargos dirigentes. O período foi marcado pela ação governamental sendo orientada ao atendimento das demandas do setor agrário, presididas pela Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização, subsidiada pela Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (ACARES); a continuação do Plano de Educação de Emergência que contribuiu para a construção, reforma e ampliação de novas escolas; providências no setor de segurança pública, incluindo compra de viaturas novas e reformas de delegacias; modernização da aparelhagem do serviço de radiotelegrafia; inauguração de estradas e pontes; assinatura de um convênio nacional, em 1964, entre a Espírito Santo Centrais Elétricas S/A (ESCELSA) e a Eletrobras, na intenção de solucionar a problemática da energia elétrica no estado; estruturação da Secretaria Sem Pasta – Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Espírito Santo, na intenção de controlar o rombo dos cofres públicos, inflamado pelo governo anterior de Carlos Lindemberg e o atraso de pagamentos de servidores e também a criação e instalação de municípios desmembrados como Pinheiros, Pancas, Montanha, e outros.⁹

A conjuntura dos movimentos sócio-políticos que ocorriam em nível nacional, em meio à posse de Chiquinho na antevéspera ao Golpe militar de 1964, pareceu anunciar os limites e obstáculos que surgi-

ram ainda no início de seu mandato, e marcaram seu fim prematuro. De fato, Lacerda de Aguiar começou a governar no momento em que João Goulart, conhecido popularmente como Jango, assumiu plenos poderes reorientando a política socioeconômica do país num viés mais à esquerda. Chiquinho, que sabia dialogar habilmente entre as diferentes esferas ideológicas e contava com uma boa adesão dos ligados às ações de cunho socializantes, soube assimilar a benesse de apoio econômico e proximidade com o alto escalão do executivo nacional para dar voga às realizações do seu plano de governo, demonstrando assim um ganho de experiência se comparado com o primeiro mandato.

Assim, o Espírito Santo foi diretamente beneficiado pela política de investimento em infraestrutura do governo João Goulart, que deu início, por exemplo, às obras do Porto de Tubarão em 1962 e também à ampliação da Companhia Ferro e Aço de Vitória, que recebeu a construção da Usina de Laminação do Ferro. No longo prazo, as políticas implementadas pelas diretrizes do Plano Trienal¹⁰ continuaram seu curso, mesmo após o Golpe de 1964.

Após a eclosão do Golpe civil-militar e a deposição de Jango, Chiquinho não foi automaticamente afastado do cargo e substituído por um interventor, já que o mesmo, avaliando a cassação de seu mandato caso permanecesse favorável aos partidários janguistas, aderiu ao movimento de 64. Apesar disso, à medida que o Regime avançava, o governo Chiquinho passou a representar um obstáculo aos objetivos e mudanças do regime autoritário no Espírito Santo. Os adversários, agregados em torno do PSD e inseridos na Arena, que haviam perdido o controle do Aparelho Regional do Estado articularam, em nome do movimento político-militar, meios para removê-lo da direção do governo. A utilização do jornal *A Gazeta* que, como mencionado ao longo do estudo, já veicu-

lava uma imagem caótica de Lacerda de Aguiar em suas manchetes, em 1965 também passou a denunciar supostos atos de corrupção do coligado, inflamadas pelos discursos do deputado estadual Christiano Dias Lopes, líder da oposição na Assembleia Legislativa e do deputado federal Oswaldo Zanello, ambos do PRP (OLIVEIRA, 2014).

As acusações levaram à instauração de um Inquérito Policial Militar (IPM), que foi enviado à Assembleia Legislativa com a intenção de cassar o mandato de Chiquinho. No geral, as denúncias eram baseadas em adiantamentos de créditos suplementares sem autorização legislativa a Fernando Ferreira do Amaral, empreiteiro e administrador de obras do Estado junto à Secretaria de Viação e Obras Públicas; superfaturamento em compras de equipamentos agrícolas; irregularidades na venda de terras na Capital e no norte do Estado e contratação de servidores públicos desrespeitando lei já estabelecida. O jornal *A Gazeta*, que não perdia tempo para anunciar cada novo desdobramento dessa *Cruzada Anti-Chiquinho*, que já estava encaminhada até mesmo ao Ministro da Justiça titular, Juracy Magalhães, também relacionava Chiquinho a elementos considerados subversivos na intenção de legitimar politicamente e nacionalmente a deposição do governador Lacerda de Aguiar (OLIVEIRA, 2014). Criou-se então uma Comissão Parlamentar de Inquérito, na intenção de dar a oportunidade do direito à defesa do acusado, que foi inocentado. Porém, pressionado, o governador solicitou licença alegando problemas de saúde, em fevereiro de 1966.

Posteriormente, Francisco Lacerda de Aguiar renunciou definitivamente ao cargo por meio de uma carta-renúncia que pedia o arquivamento do seu caso e que o vice-governador, Rubens Rangel, assumisse o Governo em seu lugar. Sendo assim, em 5 de abril de 1966, terminava a trajetória política de uma das figuras interioranas mais interessantes da segunda metade do século XX.

Alguns anos depois, em 1972, entrevistado pela revista “Espírito Santo Agora”, Chiquinho falou bre-

vemente sobre a sua renúncia *voluntária* e se ainda pretendia retornar a algum cargo político novamente. Quando perguntado o quanto o inquérito aberto na Assembleia Legislativa havia lhe custado, retrucou: “É, acabou me custando um governo. Aliás, isso é uma coisa que não entendi, não quero entender e não quero falar” (ES-Agora, 1972, p.37). E na mesma entrevista, também respondeu se retornaria ao *jogo* político novamente: “[...] só que a escolha não depende mais do povo, né?”

Considerações finais

No presente estudo foi feito um esforço para resgatar a figura do ex-governador Francisco Lacerda de Aguiar, em um contexto de profundas transformações políticas, econômicas e sociais a que tanto o Brasil, quanto o Espírito Santo estavam submersos. Nessa quadra, o eleitorado, antes majoritariamente rural e limitado a um número bastante restrito de pessoas habilitadas ao voto, passa por um significativo processo de expansão, redundando na necessidade de se imprimir mudanças também no modo de fazer as campanhas eleitorais e a própria política, de modo mais amplo. Ademais, a difusão do trabalhismo do pós-Vargas teve rebatimentos no Espírito Santo, principalmente no Partido Social Democrata (PSD), mas também por várias outras agremiações partidárias dissidentes, surgidas de sua heterogeneidade ideológica.

É nesse contexto que ascende Chiquinho, ex-ve-reador, ex-prefeito e ex-deputado, economicamente e estruturalmente preparado para o *jogo* político da Capital, que, inclusive, só havia conhecido presencialmente quatro vezes até aquele momento (SILVA, 1986). Para o pleito de 1954, agregou em torno de si uma frente ampla denominada *Coligação Democrática*, inicialmente formada por quatro partidos (PSP, PR, PRP, e PTB), mas que no decorrer do tempo foi se ampliando. Lançando mão de inovadoras técnicas de campanhas eleitorais em democracias de massa, Chiquinho à frente da *Coligação Democrática* obteve

9 ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais.** Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; nº 3, abril, 1964; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais.** Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; nº 2, janeiro, 1964; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais.** Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; nº 1, outubro, 1963.

10 Foi uma proposta elaborada com a intencionalidade de combater a inflação, fazer o Brasil crescer a uma taxa de 7% ao ano e que também visava iniciar uma política de distribuição de renda.

importante vitória, o que veio a se repetir em 1962.

Em geral, os dois mandatos de Lacerda de Aguiar foram caracterizados pela ascensão dos menos favorecidos ao jogo político (ALVARENGA, 2012), por um lado, por políticas voltadas ao setor agro fundiário, por outro.

Quanto à construção da figura pública, Chiquinho aparece como um típico líder carismático, e que, por não fazer parte do jogo político do ES, já que sua atuação estava muito restrita ao sul do estado, representou uma ameaça aos *estabelecidos* (em especial os adversários pessedistas). Após o Golpe de 64, observa-se que por seu perfil eminentemente popular e de representante dos interesses fundiários no plano econômico, acabou se tornando indesejado diante dos objetivos desenvolvimentistas do regime autoritário implantado no mesmo ano (OLIVEIRA, 2014), o que redundou na sua renúncia em fevereiro de 1966. Apesar do desejo retroalimentado a cada eleição de retornar à política, isso não mais aconteceu¹¹.

11 AGUIAR, Francisco Lacerda de. [Correspondência]. Destinatário: Setembrino Idwald Pelissari. Guaçuí, 6 de junho de 1978. 2 cartas.

Referências Bibliográficas

ALVARENGA, Jefferson Ferreira. **Considerações sobre o populismo na política do Espírito Santo (1959– 1966). 2012. 271f.** 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

ALVARENGA, Jefferson Ferreira. Lideranças políticas e o desenvolvimento da economia capitalista: um estudo sobre o espírito santo (1959-1966). **Embornal**, v. 4, n. 7, p. 150-184, 2013.

BACH, Maurizio. Carisma e racionalismo na sociologia de Max Weber. **Sociologia & Antropologia**. 2011, v. 1, n. 1, p. 51-70.

BORDIEU, Pierre. Sur le pouvoir symbolique. **Annales**, Paris, v.32, n.3, p.405-11, maio/jun. 1977.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 60-124.

Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. **Espírito Santo Agora**, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.

GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil”. In FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IANNI, Octavio. O colapso do populismo no Brasil. 3a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LIMA JÚNIOR, Carlos Benevides; GURGEL, Antônio de Pádua. **Francisco Lacerda de Aguiar**. Vitória: Contexto, 2007.

MEDEIROS, Rogério. Kinkas: o detonador de oligarquias. **Século Diário**. Vitória, p.24-26, Abr. 2002.

MENDONÇA, Marcos Cândido. **História da construção de Guaçuí - ES. Aspectos da formação urbana no vale do Itabapoana capixaba (1920–1960). 233f.** 2020. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia) – Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

MENDONÇA, Marcos Cândido; CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira De. Construção da cidade: A participação da produção rentista na formação urbana de Guaçuí-es/City Building: the participation in the production of income in urban formation of Guaçuí-Es. **REVISTA GEOGRAFARES**, v. 18, p. 3, 2016.

OLIVEIRA, Ueber José de. A Fórmula para o Caos: O Golpe de 64 e a Conspiração Contra o Governador Francisco Lacerda de Aguiar, no Espírito Santo (1964-1966). **Revista Crítica Histórica**, v. 5, n. 10, 2014.

OLIVEIRA, Ueber José de. As campanhas eleitorais vitoriosas de Francisco Lacerda de Aguiar, no Espírito Santo (1954 e 1962). **Historiae**, v. 4, n. 2, p. 149-168, 2013.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do Regime Militar: um estudo regional acerca das trajetórias de Arena e MDB. 335f.** 2013. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-sp.

SCOTSON, John L.; ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

TEODORO, M. A.. **Guaçuí- Ensaio & História. Colonização - Desen-**

volvimento & Cultura. 1. ed. São Paulo: AgBook, 2014. v. 1. 354p.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. Editora Cultrix, 2004.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. 4ª ed. Brasília-DF: Editora da UnB. 2009. V. I.

___. **Economia e sociedade** Brasília: Ed. UnB , 1991 (vol. 1).

___. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. São Paulo: Imprensa Oficial. 1999. V. II.

Fontes primárias

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; nº 1, outubro, 1963.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; nº 3, abril, 1964.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; nº 2, janeiro, 1964.

AGUIAR, Francisco Lacerda de. [Correspondência]. Destinatário: Setembrino Idwald Pelissari. Guaçuí, 6 de junho de 1978. 2 cartas.





ARTIGO

AS FAMÍLIAS CATIVAS CAPIXABAS ATRAVÉS DE UMA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA

Laryssa da Silva Machado

Doutoranda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2022-2026) Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2017-2019). Especialista em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Espírito Santo (2016). Especialista em Psicopedagogia pelo Centro Universitário São Camilo Espírito Santo (2010). Graduada em História pelo Centro Universitário São Camilo Espírito Santo (2004-2007). Professora Efetiva da Rede Municipal de Educação de Marataízes-ES (desde 2012).



Resumo

Nas últimas décadas, estudos sobre famílias cativas tornaram-se abundantes, principalmente porque passaram a utilizar fontes eclesiais e cartoriais que ajudam a remontar as composições familiares diversas que existiam no Brasil colonial e imperial. No Espírito Santo, essas pesquisas também ganharam fôlego principalmente após a criação do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, (Mestrado em 2003 e Doutorado em 2011). Os trabalhos liderados pela professora Adriana Pereira Campos trouxeram luz as escravarias capixabas, e assim, pode-se conhecer melhor a composição dos cativos presentes no solo espírito-santense, bem como a organização familiar desses trabalhadores que ocupavam territórios de norte a sul da província. Esse artigo apresenta trabalhos relevantes produzidos pela historiografia capixaba nos últimos anos. Apesar de ser uma província pequena e com reduzida população, se comparada a outras da região, as escravarias capixabas apresentavam diversidades em sua composição, mas ambas possuíam o elemento familiar e a reprodução endógena.

Palavras-Chaves: Família cativa; historiografia capixaba; história do Espírito Santo.

Abstract

In recent decades, studies on captive families have become abundant, mainly because they began to use ecclesiastical and notary sources that help to retrace the diverse family compositions that existed in colonial and imperial Brazil. In Espírito Santo, this research also gained momentum mainly after the creation of the Postgraduate Program in History at the Federal University of Espírito Santo, (Master's degree in 2003 and Doctorate in 2011). The work led by professor Adriana Pereira Campos brought to light the slaves of Espírito Santo, and thus, it is possible to better understand the composition of the captives present on Espírito Santo soil, as well as the family organization of these workers who occupied territories from north to south of the province. This work presents relevant works produced by Espírito Santo historiography in recent years, as well as the historiographic production carried out in Espírito Santo. Despite being a small province with a small population, compared to others in the region, the slaves in Espírito Santo presented diversity in their composition, but both had a family element and endogenous reproduction.

Keywords: Captive family, Espírito Santo historiography, history of Espírito Santo.

Introdução

Os estudos sobre organização familiar são complexos em qualquer período. Isso porque, dentro das ciências humanas existem muitas formas de organização familiar que podem se enquadrar como família, tanto naturais/biológicas quanto culturais, porém, sempre houve um padrão de família entre as sociedades, resultante de diversos matizes. Pesquisas sobre o assunto utilizam variadas fontes para reconstruir os arranjos familiares.

Na sociedade brasileira colonial e imperial, principalmente, o modelo católico prevaleceu, como apontou Ronaldo Vainfas (2002, p.260-262) em seu *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Era a Igreja que definia o que era lícito e ilícito dentro dos arranjos familiares, o que não impedia que os outros modelos fossem possíveis. Ela controlava e registrava os momentos vitais das pessoas (nascimento, casamento e óbito). Nesses momentos, teias sociais eram construídas ou se fortaleciam entre os indivíduos participantes, uma vez que “através do compadrio e das alianças matrimoniais, unindo famílias distintas pelo parentesco ritual” (VAINFAS, 2002, p.260).

Deve-se considerar, porém, que as relações tidas como lícitas podiam transitar entre as fortuitas ou esporádicas até as estáveis e duradoras, configurando, nesse último caso, relações de concubinato, ainda que não impliquem a coabitação. Mas também podiam fundar famílias não enquadradas no modelo católico, como no caso de muitas famílias escravas. Embora os escravos se casassem menos, na Igreja, do que os homens livres, sua organização familiar se pautava, em muitos aspectos, nas culturas de origem, sobretudo com a entrada maciça de africanos da primeira metade do século XIX. Tais relações não sacramentadas permitiam, de todo modo, a formação de familiares e estabeleciam alianças fundamentais na constituição das comunidades escravas (VAINFAS, 2002, p.260-261).

Em relação à composição das famílias cativas, em geral, obtém-se informações por meio de vários documentos, tais como: eclesiais, que são os registros de batizados, casamentos, óbito e processos de banhos matrimoniais, ainda que sejam descontínuos; listagens nominais, mapeamentos populacionais por fogos em que aparecem nomes dos chefes de família, cônjuges, filhos, escravos, agregados (FARIA, 1998, p. 39); e os registros cartoriais, principalmente inventários *post-mortem* e testamentos, que oferecem informações sobre filhos legítimos e ilegítimos, pais, órfãos, parentes, agregados, dentre outros (FURTADO, 2009, p.112).

Segundo Patrícia Merlo (2008, p.13), “a utilização de ampla documentação, sobretudo cartorial, possibilitou a inserção de novas dinâmicas e agentes sociais no mosaico descritivo da história do Brasil.” Ainda assim é preciso ressaltar a dificuldade de lidar com tais documentos, já que, dificilmente, uma região possui essa diversidade de fontes num mesmo período disponíveis para que sejam comparadas através de acompanhamento nominal (FARIA, 1998, p.40).

Ainda assim, trabalhos significantes vêm sendo produzidos nas últimas décadas dentro da historiografia brasileira sobre famílias cativas. As ideias de “promiscuidade” relacionadas às mulheres cativas e a inexistência de laços de sociabilidade por parte dos escravizados vêm dando lugar a inúmeras produções que demonstram a diversidade de composições familiares nas inúmeras localidades do Brasil. Tanto em grandes cidades como em pequenas vilas, as uniões e laços de sociabilidade que envolvem cativos são inúmeros e muito importantes para conhecer a dinâmica da sociedade brasileira nos períodos imperial e colonial.

No caso do Espírito Santo, os trabalhos nessa temática ganharam fôlego após a criação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo, em 2003 com o curso de Mestrado e em 2010 com o curso de Doutorado.¹ Os trabalhos co-

¹ Informações em <https://historia.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGHIS>.

ordenados pela professora Adriana Pereira Campos² no Laboratório História, Poder e Linguagens³ dinamizaram as pesquisas dentro do território capixaba, principalmente no período imperial. Tais trabalhos serão apresentados aqui e demonstrarão como a reprodução endógena era parte da composição social das escravarias espírito-santenses.

Esse artigo pretende então, realizar um balanço historiográfico de trabalhos nacionais relevantes a respeito das famílias cativas, enfatizando os produzidos nas últimas décadas e que serviram de base teórica para novas produções realizadas em inúmeras localidades e vilas brasileiras. Além disso, se destacarão os trabalhos capixabas, que remontam às famílias cativas de norte a sul da província.

As famílias cativas brasileiras: alguns apontamentos

Entre os séculos XVI e XVIII, o termo família representava a ideia de coabitação enunciada, independente de laços consanguíneos, e abrangia a “gente da casa”, que eram criados e agregados. Também estavam relacionados aos parentes, àqueles ligados por laços consanguíneos, mas que não coabitavam. No Brasil, os cativos não eram incluídos como membros da família. Ainda assim, o parentesco por afinidade, obtido em rituais como os de compadrio, por exemplo, era traço importante na composição familiar (FARIA, 1998, p.43).

Ana Scott (2015), ao analisar os estudos desenvolvidos sobre famílias no Brasil nas últimas décadas, observou consideráveis e distintas combinações. A coexistência étnica, a introdução da escravidão, os fluxos migratórios e outros fatores tornaram a sociedade brasileira complexa e hierarquizada. A Igreja Católica contribuiu com o aparato normativo, endossado pelo Estado, que desde o início da colo-

nização ditou o modelo ideal de família, fundado no casamento monogâmico e indissolúvel. Esse modelo vigorou até a República, mas as famílias buscavam alternativas a esse modelo (SCOTT, 2015, p.25).

Dentro dessa perspectiva, o estudo desenvolvido por Mariana Dantas (2015) sobre mulatos e pardos na Comarca do Rio das Velhas em Minas Gerais no século XVIII, demonstrou incontáveis laços familiares formados por “relacionamentos íntimos que se desenvolveram entre homens portugueses brancos e mulheres africanas” (DANTAS, 2015, p.125). As uniões mistas geraram indivíduos que, inseridos na sociedade escravocrata e com relações desiguais de poder, criaram estratégias de sobrevivência para garantirem bem-estar socioeconômico e até influência política, o que comprova a multiplicidade de relações familiares.

Quanto às formalidades para a formação de uma família, o Cristianismo, como citado, constitui peça fundamental na mudança dos costumes, uma vez que foi o responsável por atribuir formalidades às uniões, exigindo a consagração do ato por representantes da Igreja. Esta passou a regulamentar a formação das famílias por meio do Direito Canônico (CAMPOS, MERLO, 2005, p.333). Ainda assim, no Brasil, muitas uniões não eram sacramentadas pela Igreja, configuradas como concubinato. Havia também as famílias chefiadas por mulheres solteiras, algumas com filhos. As crianças consideradas “bastardas” eram comuns no cotidiano do século XIX (VAINFAS, 2002, p.260).

Embora Portugal trouxesse para o Brasil uma tradição jurídica com larga experiência escravista, no campo das relações familiares a Igreja e o direito canônico assumiram a responsabilidade em disciplinar tal matéria. A importância desse assunto inscreve-se no debate acerca do papel da família entre cativos no Brasil, não só para comprovar a existência dessas relações, como também para enriquecer o conhecimento acerca dessa forma de sociabilidade ainda pouco trabalhada na historiografia nacional (CAMPOS, MERLO, 2005, p.350).



(DEBRET, 1839).

Vainfas, no Dicionário do Brasil Imperial, apresenta o Romantismo como o principal causador de impacto moral nas relações conjugais. Ao criticar os interesses familiares, políticos e financeiros por trás das uniões, o romantismo propôs que os noivos tivessem o direito de escolha e a “união de corações levaria à felicidade individual” (VAINFAS, 2002, p.261). O século XIX, assim, marcaria o início das discussões sobre o monopólio da Igreja Católica a respeito do conceito das uniões familiares, já que imigrantes não católicos chegavam ao Brasil na época. Além disso, a família cativa é descrita por Vainfas como a união fora do modelo católico, pois pautava sua organização, em muitos aspectos, na sua cultura de origem. Ainda assim, destaca-se que a formação de famílias “estabeleciam alianças fundamentais na constituição das comunidades escravas” (VAINFAS, 2002, p.261).

As últimas décadas trouxeram para a historiografia brasileira novos trabalhos a partir de fontes que antes não eram utilizadas e personagens que por muito tempo foram estigmatizados. O uso de fontes cartoriais, judiciais, cartas, diários, inventários *post-mortem*, lista de escravos, documentos eclesiásticos de batismo, casamento e óbitos proporcionaram novas perspectivas e análises da dinâmica da sociedade brasileira nos períodos colonial e imperial. Os trabalhos sobre escravidão ganharam realce porque se conferiu lugar de agente da história e não de simples mercadoria inanimada aos escravos.

Importante ressaltar, como cita Robert Slenes (2011, p.54), que os novos estudos não têm por objetivo minimizar os horrores da escravidão. Ao contrário, as novas pesquisas devolvem historicidade ao escravismo, sistema construído por agentes sociais múltiplos. Com essas novas fontes, a vida cotidiana dos

² Informações em <http://lattes.cnpq.br/1013756650302841>.

³ Informações em <https://lhpl.ufes.br/>.

homens e mulheres escravizados e suas relações sociais foram redescobertas e pensadas sob novo olhar (MATTOS, 2014, p.85).

Segundo Manolo Florentino e José Roberto Góes (1997, p.1), com o uso das novas fontes a partir da década de 1970, historiadores brasileiros observaram que os cativos eram capazes de “criar e viver sob normas intrínsecas ao humano [...] e a escravidão e o parentesco não são experiências excludentes; o cativeiro não abortou a família escrava.” Manolo Florentino e João Fragoso (2001) romperam com o paradigma metrópole-colônia a respeito do tráfico de escravos, demonstrando que o controle desse comércio pertencia, em grande parte, aos comerciantes brasileiros.

Um dos trabalhos inovadores produzidos na década de 1980 foi o de Kátia Mattoso, intitulado *Ser Escravo no Brasil* (1990). Na análise das relações entre escravos e senhores, Mattoso concluiu que a predominância do paternalismo constituía no principal determinante nessas sociabilidades. Considerada parte da sociedade patriarcal, a família escrava obtinha, ironicamente, alguma vantagem dessas relações. A autora compreendeu o escravo na sociedade brasileira não mais como um ser sem ação e voz. “Negro ou mestiço, africano ou crioulo, é um homem novo que o Brasil fez nascer. Nós o vimos viver e sobreviver na sua família, em sua comunidade, em seu trabalho. Nós o vimos sonhar seu sonho de libertação” (MATTOSSO, 1990, p.172).

Manolo Florentino e José Roberto Góes concluíram que a escravidão era mantida não apenas pelo tráfico, mas também pelas famílias. A senzala, contudo, era lugar de permanente tensionamento devido à chegada constante de novos cativos por meio do tráfico. “A verdade é que um plantel não era, em princípio, a tradução de um *nós*. Reunião forçada e penosa de singularidades e de dessemelhanças, eis como melhor se poderia caracterizá-lo” (FLORENTINO, GÓES, 1997, p.35).

Florentino e Góes descreveram as famílias formadas nas senzalas como predominantemente ma-

trilineares e algumas delas chegavam a ter avós, o que demonstrava certa estabilidade nesses enlaces. Os autores detectaram também que, de maneira geral, as famílias permaneciam unidas mesmo com a morte do seu dono e partilha da herança.

A família escrava apresentava, portanto, diversas estratégias de paz dentro das senzalas, em resposta ao ambiente de tensão causado pela própria dinâmica da escravidão. A escassez de mulheres nos plantéis contribuía para a crise entre os cativos, acentuada pelo incremento de “negros novos”, que chegavam com o tráfico transatlântico. Para os autores é nítida a relação proporcional entre o tamanho da escravaria e os laços de parentesco, indicando que “as famílias escravas tinham por sentido fundamental o estabelecimento da paz” (FLORENTINO, GÓES, 1997, p.95). Manolo Florentino e José Roberto Góes defendem a ideia de que a violência não era suficiente para obter do escravo o necessário à produção escravista. Assim, a permissão da constituição de famílias era uma estratégia política da escravidão.

A família escrava se abria, pois, e, no contexto específico da escravidão, tal abertura tinha um sentido eminentemente político. Na verdade, o que se buscava era aumentar o raio social das alianças políticas e, assim, de solidariedade e proteção, para o que se contava inclusive com ex-escravos, escravos pertencentes a outros senhores e, em casos eventuais, com alguns proprietários (note-se aqui o papel estabilizador da família tanto para os cativos como para o sistema inclusivo, já que, em tese, no interior destes grupos parentais, as expectativas de conflito, indefinidamente recriadas pela escravidão, deviam tender a tornarem-se mais modestas). A família escrava ia além do que revelam os inventários, mas não sabemos ao certo o quanto (FLORENTINO, GÓES, 1997, p.90).

Robert Slenes (2011), por sua vez, considerou as famílias escravas como elemento decisivo para a criação de uma comunidade cativa que compartilhava

experiências, valores e memórias. As famílias fazem parte de um mundo criado a partir de recordações e esperanças dos escravos, parte crucial na formação de identidades no cativeiro. O historiador trabalhou com a ideia da permanência da ancestralidade africana. Segundo ele, os africanos que vieram para o Sudeste brasileiro, “apesar da separação radical de suas sociedades de origem, teriam lutado com uma determinação ferrenha para organizar a vida deles, na medida do possível, de acordo com a gramática (profunda) da família-linhagem” (SLENES, 2011, p.155).

Para Slenes, a família cativa ia além de estratégias de domínio escravista ou meros mecanismos de manutenção da paz e enfraquecimento das resistências dos escravos em relação aos senhores. Para ele, os laços familiares eram formados a partir de esperanças e recordações, descobrindo a “flor” nas senzalas a partir de experiências semelhantes às heranças culturais em comum com a África.

Entretanto, se a “promiscuidade” tivesse sido desenfreada quanto a bibliografia clássica sugere, os proprietários não teriam adotado qualquer tentativa de impor a seus escravos o casamento pela igreja. Ou, se tivessem insistido em escrever roteiros para seus cativos que frequentemente não eram representados, não poderiam ter lembrado com tanta precisão (ou com imprecisões tão coerentes) das complexidades dos enredos e subtramas familiares. Em suma, a concordância das informações sobre essas uniões matrimoniais no tempo e mesmo suas inconsistências, compatíveis com as falhas de uma memória senhorial imperfeita, porém ancorada nos fatos sociais, inspiram confiança. Sugerem fortemente que os dados, em seu conjunto, retratam de forma bastante fiel a realidade da coabitação entre os escravos. Não representam uniões fictícias impostas por seus proprietários (SLENES, 2011, p. 105).

Florentino e Góes, por sua vez, como discutido, consideravam a família escrava como pilar da escravidão, uma vez que pacificavam as tensões dentro

das escravarias oriundas das desigualdades causadas pelo tráfico. As discordâncias entre os autores não invalidam suas contribuições historiográficas. Os trabalhos de Robert Slenes e Manolo Florentino e José Roberto Góes abriram caminho para que outros estudos semelhantes fossem desenvolvidos em vários lugares do Brasil. Desde então se consolidou a compreensão de família escrava existente em inúmeros lugares do país, tanto em economias agroexportadoras, como em regiões que produziam para o abastecimento interno.

Na década de 1990 emergiram estudos que buscaram trazer novas problemáticas ao tema. Neste artigo, as leituras do aspecto demográfico da família escrava de Carlos Engemann (2006) e de Roberto Guedes (2008) sobre família de libertos forneceram instrumentos heurísticos para a pesquisa da família escrava em Itapemirim. Já as pesquisas de Júnia Furtado (2001) trouxeram ao artigo o apoio necessário para pensar as mulheres escravas e libertas no interior das famílias. As investigações de Sheila Faria (1998), por sua vez, contribuíram para a reflexão do casamento, do batismo e do óbito nas famílias de escravos. O batismo introduzia o sujeito na comunidade local; o casamento apenas se oficializava com a benção do padre e o óbito representava a morte social.

A coletânea *História da Vida Privada no Brasil* (1997) trouxe temas relacionados ao cotidiano do Brasil nos períodos colonial e imperial. No caso do último, o texto de Hebe Mattos expôs os laços familiares dos cativos e seus direitos. Em trecho de seu artigo, ela expõe a moradia dos cativos casados. “Não eram apenas os “feitores” que habitavam cabanas separadas das conhecidas senzalas em quadrado. A maioria dos cativos casados ou amasiados o faziam” (MATTOS, 1997, p.352). Em outro trecho, ela demonstra como funcionava a escolha dos parceiros dentro das sociedades cativas:

O caso é paradigmático. Sugere a existência de regras bastante complexas a definir as opções do ca-

samento escravo, propondo uma hierarquia geracional (com os pais – e em especial das mães – tendo ingerência na escolha das filhas). Mas ainda ilustra o papel que o acesso à relação conjugal desempenhava para a construção de uma relação de pertença dos recém-chegados com a comunidade cativa já estabelecida (MATTOS, 1997, p.352).

Outras coletâneas que abordam o tema “família cativa” no Brasil, lançadas nos últimos anos, trazem trabalhos mais recentes sobre o tema e com perspectivas variadas, uma vez que apresentam trabalhos produzidos em várias localidades do país. No caso da *História da Família no Brasil* (2015), a obra conta com a organização de Douglas Libby, José Newton Coelho Meneses, Júnia Ferreira Furtado e Zephyr L. Frank. A coletânea não se dedica exclusivamente às famílias cativas, mas artigos como o de Mariana Dantas, *Pai branco, mãe negra, filho pardo: formação familiar e mobilidade social na Comarca do Rio das Velhas*, e de Helen Ulhôa Pimentel e Gefferson Damasceno Costa, *Família escrava a partir de arquivos paroquiais: laços de parentesco e estratégias de sociabilidade* são exemplos de reconstrução dos laços familiares e estratégias sociais de cativos e ex-escravizados.

Em outra coletânea organizada por Roberto Guedes e João Fragoso, *História Social em Registros Paroquiais* no ano de 2016 as famílias cativas se destacam. No texto de Afonso de Alencastro Graça Filho e Douglas Cole Libby, *As diversas fontes documentais das alforrias: as alforrias batismais, as alforrias notariais, as alforrias em sisas e as testamentais em São João del Rei, séculos XVIII e XIX*, as relações sociais entre senhores e cativos são apresentadas nas concessões de alforrias. No caso das alforrias batismais, esse conjunto de documentos é de suma importância, pois além da regularidade e constância, era fácil para o senhor e o cativo o reconhecimento da alforria diante da autoridade eclesiástica (GRAÇA FILHO, LIBBY, 2016, p.11). Em outro artigo da coletânea, novamente os cativos são protagonistas: *Pardos e pardos forros: agentes da escravidão e da mestiçagem (São Gonçalo do Amarante, Rio de Janeiro, século XVIII)*, de Júlia

Ribeiro Aguiar e Roberto Guedes. Nos demais textos, os autores apresentam as composições familiares tanto de livres quanto dos cativos que se fazem presente nos livros eclesiásticos.

Já na coletânea *Últimas Vontades: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (séculos XVII e XVIII)*, de 2015, organizado por Roberto Guedes, Claudia Rodrigues e Marcelo da Rocha Wanderley, a parte II dedica-se exclusivamente aos estudos sobre famílias. Nos demais artigos, a temática da escravidão é constante, uma vez que os cativos eram um dos principais bens que aparecem nos documentos de testamento e inventários *post mortem*.

Documentos eclesiásticos e cartoriais compõem base documental importante para se conhecer e entender as famílias cativas, e por isso essas coletâneas são tão importantes nas discussões mais recentes sobre o tema. Praticamente em todas as vilas e cidades brasileiras a presença da família cativa era notada. O avanço nos estudos do tema possibilita que mais localidades possam observar essa dinâmica e apresentar as características próprias das composições familiares.

O Espírito Santo é mais uma localidade que apresenta estudos relevantes sobre essa temática. Embora saiba-se que escravarias ainda precisam ser levantadas e estudadas, para se compreender a composição e organização das mesmas, estudos que consideravam a importância foram elaborados e apresentam um panorama da escravidão e de suas composições familiares, como se verá no próximo tópico.

Uma historiografia em construção: análise dos trabalhos sobre as famílias cativas capixabas

Os estudos sobre família cativa demonstram a diversidade existente nas comunidades das várias regiões do Brasil. Como cada uma apresenta características peculiares, tais estudos podem ser contemplados por meio da micro-história, pois admite temáticas li-

gadas ao cotidiano de comunidades específicas, ajudando na compreensão de redes familiares e laços de solidariedade. Segundo Jacques Revel “a abordagem micro-histórica se propõe a enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis” (REVEL, 1998, p.23). Os estudos em escala micro são interessantes por trazerem situações reais à tona, caso das inúmeras escravarias estudadas no país, incluindo a capixaba. Cada região apresenta peculiaridades, ainda que estejam inseridas em uma pequena província, como o Espírito Santo.

Apesar de o Espírito Santo ser uma província pequena e de pouco destaque, quando comparada às outras do Sudeste brasileiro, as escravarias capixabas apresentam características únicas. Em estudo pioneiro, Vilma Almada (1984) detectou a presença de famílias cativas nas regiões de Cachoeiro de Itapemirim e São Mateus. “Contrariamente, nas economias mais dinâmicas a existência de maiores plantéis de escravos nas unidades produtivas parece ter agido no sentido de facilitar as uniões entre escravos” (ALMADA, 1984, p.145). Em sua obra, *Escravidão e Transição*, Almada analisa a escravidão capixaba, principalmente nas regiões cafeeicultoras, e como os cativos tiveram papel peculiar na economia até a abolição em 1888, e assim, a mesma foi a primeira a identificar a união entre os cativos espírito-santenses.

Nas décadas seguintes apareceriam estudos mais específicos sobre o assunto. O primeiro trabalho que abordou especificamente as famílias cativas no Espírito Santo contemplou a capital Vitória no período de 1800-1871, realizado por Patrícia Merlo (2008),⁴ que observou que havia número significativo de cativos aparentados nas pequenas e médias escravarias, com mulheres desempenhando papéis de relevância nas famílias escravas (MERLO, 2008, p.137). De outra parte, houve entre 1850 e 1871, segundo a historiado-

ra, já no segundo período, a formação da comunidade cativa nas grandes escravarias. Conclui, ainda, que as escravarias de Vitória contavam com a reprodução natural dos escravos, alta concentração de crioulos, taxa elevada de crianças e frequentes laços familiares. Assim, a reposição das escravarias contava pouco com o tráfico internacional, o que dava à reprodução endógena lugar indispensável à manutenção da escravidão em Vitória (MERLO, 2008, p.181).

No tocante aos padrões familiares entre cativos, foi possível identificar significativa autonomia dentro do cativeiro na constituição de arranjos parentais, além de um número significativo de laços familiares envolvendo escravos, libertos e livres, explicitados por ocasião do batismo, do casamento ou mesmo da morte. Na verdade, os estudos sobre família escrava realizados em regiões menores como Vitória apontam que a alta representatividade de escravos nascidos no Brasil ao longo do Dezenove parece corroborar a hipótese de se tratar de escravarias já antigas, onde ocorreu paulatina renovação de mão-de-obra via natalidade, apesar do ingresso de recém-chegados pelo tráfico. Em Vitória, especialmente, a tendência foi a substituição da lógica demográfica baseada no desequilíbrio entre sexos, com maioria de homens adultos, pela lógica demográfica da família escrava, o que resultou numa situação de razoável equilíbrio entre os sexos, ocasionado, principalmente, pelos nascimentos no interior das propriedades. No pequeno universo de Vitória o tráfico foi complementar, sendo a família a forma fundamental de reposição de cativos, pelo menos de acordo com as informações coligidas nas fontes que datam desde o final do século XVIII.

Todos os indícios – queda do índice de masculinidade, forte predomínio de crioulos, alta porcentagem de crianças e laços familiares – apontam para a confirmação da importância da reprodução natural na manutenção da escravidão capixaba. Esse se revelou, afinal, o caminho mais vantajoso para a

4 Recentemente, a professora Patrícia Merlo lançou sua monografia como livro. MERLO, P. *O Nó e o Ninho*. Estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871. Vitória: EDUFES, 2018.,

região, há muito desvinculada do mercado externo. A reprodução natural tornou-se a alternativa mais viável aos proprietários e tal política abriu caminho para a construção de laços familiares estáveis no interior dos plantéis, permitindo ao cativo construir, inclusive, estruturas sociais para além daquelas constituídas pelo poder senhorial, ultrapassando os limites dos plantéis e envolvendo a sociedade como um todo (MERLO, 2008, p.217).

Mas foi a partir da criação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo e dos estudos desenvolvidos pela professora Dr^a Adriana Pereira Campos, que as pesquisas sobre o assunto ganharam fôlego, quando as escravarias capixabas começaram a ser analisadas. As pesquisas desenvolvidas pelas orientandas da professora Adriana Campos como as de Enaile Carvalho (2008), *Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo* (1790-1821); Juliana Simonato (2008) *Fazenda Santa Helena: Escravidão, bastardia e poder*; e Thiara Dutra (2016) *Autoridades coloniais e o controle dos escravos: Capitania do Espírito Santo, 1781-1821*, são exemplos de como funcionava a escravidão capixaba. Três outras autoras, orientandas da mesma professora, falam exclusivamente sobre as famílias cativas capixabas. São elas: Geisa Ribeiro, Rafaela Lago, Laryssa Machado. Nessas pesquisas aparecem a reprodução endógena das escravarias do Espírito Santo, principalmente na região central.

As pesquisas desenvolvidas pela professora Adriana Pereira Campos no “Laboratório História, Poder e Linguagens” vão dinamizar os trabalhos sobre a escravidão capixaba. Em 2005, Adriana Campos junto com Patrícia Merlo publicaram o artigo *Sob as benções da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira*. Com esse trabalho as duas historiadoras discutiram as bases legais para o casamento de cativos no Brasil. As autoras pesquisaram sobre a Legislação Portuguesa e a escravidão no Brasil (p.329-333), o regime matrimonial nas Américas (p.333-334), a elevação do matrimônio a casamento

após o Concílio de Trento (334-341) e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (p.341-350), principal documento eclesiástico brasileiro no período colonial e que legitimava o casamento cativo como um sacramento católico. Os poderes da igreja iam além do campo religioso, se infiltravam nas questões particulares das relações entre senhores e escravizados, como o caso dos casamentos.

a legislação laica portuguesa ocupa lugar secundário na normatização do casamento, especificamente da união de escravos. Podemos constatar que a partir do Concílio de Trento o conúbio foi elevado à condição de sacramento para reger a lascívia entre os cristãos, ritualizando-se o ato do casamento, que então passou a ocupar um lugar de honra ao lado dos demais sacramentos. Inspirados nessa nova mentalidade reformadora dos hábitos cristãos, os clérigos brasileiros criaram as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, nas quais se incluiu o casório de escravos como um assunto da Igreja. A despeito das resistências senhoriais, que se interessavam pelo uso cada vez mais proveitoso e menos humano de seus cativos, a Igreja imiscuiu-se nesses assuntos à época considerados privados, estabelecendo mais do que regras de sacramento, na verdade veiculando em seus cânones recomendações e orientações de tratamento aos escravos, tal qual o respeito, dentro do possível, à indissolubilidade da família, mesmo a cativa (CAMPOS, MERLO, 2005, p.351).

Em outro trabalho, Adriana Campos discute a crioulação dos cativos da província capixaba. No artigo publicado em 2011, *Escravidão, reprodução endógena e crioulação: o caso do Espírito Santo no Oitocentos*, a autora apresenta a importância da família escrava capixaba, principalmente na região de Vitória, capital da província. A autora comprovou que a escravidão da região central capixaba sobreviveu através da reprodução endógena e não do tráfico transatlântico de africanos, como em outras regiões brasileiras e da própria província do Espírito Santo,

caso da região sul capixaba, que será visitada por vários negreiros ao longo do Oitocentos.

As fontes mostram que a natalidade chegava a movimentar cerca de uma quarta parte do comércio escravista praticado na praça de Vitória. Pode ser que parcela dessas crianças nem fosse nascida exatamente na província, mas elas eram crioulas, não africanas, o que reforça a hipótese de a escravidão ter se reproduzido em certos lugares do Brasil principalmente por meio do crescimento endógeno dos cativos, figurando o tráfico apenas como elemento suplementar dessa dinâmica. Novo lugar deve ser dado à família escrava na reflexão acerca da reprodução da escravidão no Brasil, cujos aspectos demográficos encontram-se ainda subestimados nos estudos sobre o tema (CAMPOS, 2011, p.94-95).

Outro trabalho de destaque da professora Adriana Campos é o Livro “*Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*”, organizado por ela em parceria com João Fragoso, Manolo Florentino e Antônio Carlos Jucá, publicado no ano de 2014. Na parte 5, destinada a *Trajetórias Africanas*, a pesquisadora apresenta o artigo “*Escravidão e Crioulização: a Capitania do Espírito Santo, 1790-1815*”, onde traça o perfil dos cativos e livres da população de Vitória nos anos finais do período colonial. Os arranjos familiares eram presentes nas escravarias capixabas, bem como as alforrias concedidas nos testamentos e a miscigenação da população.

Os pardos livres tornar-se-ão expressiva categoria populacional na sociedade do Espírito Santo, já incluída no censo de 1824, realizado pelo presidente da Província do recém instalado Império Brasileiro. Essa diluição da cor criava oportunidades de circulação espacial aos negros, escravos ou não, permitindo-lhes acesso a diversos bens comercializados nas vendas locais [...]. Outro interessante aspecto dessa crioulação afigura-se na ausência de laços de solidariedade entre afrodescendentes que os

opuseram de forma conjunta à escravidão. Embora muitos elementos livres da sociedade escravista da Capitania do Espírito Santo tivessem origem nas escravarias locais, o ingresso no mundo da liberdade constituía também uma oportunidade de ascensão e hierarquia social. E a liberdade representava mais do que apenas a condição de não-escravo, porquanto abria, igualmente, a possibilidade de acumular a riqueza numa forma quase inacessível, mas não impossível, ou seja, mediante a posse de outros cativos (CAMPOS, 2014, p.557-558).

Os trabalhos de Adriana Campos e Patrícia Merlo revelaram o perfil das famílias cativas capixabas e possibilitaram que outros trabalhos pudessem ser produzidos, com a ampliação do território de pesquisa. Na década de 2010, as famílias da região sul capixaba foram analisadas pelas pesquisadoras Geisa Ribeiro, Rafaela Lago e Laryssa Machado. Através dessas pesquisas pode-se concluir diferenças grandes entre as composições das escravarias capixabas, com a presença ou ausência de africanos. Apesar do Espírito Santo ser um território pequeno, as regiões Sul e Central era bem diversificadas, tanto na composição econômica quanto social.

As pesquisas de Geisa Ribeiro, *Enlaces e Desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo* (1790-1871), dissertação de mestrado defendida em 2012, e “*O glorioso ato de 13 de maio: escravidão e liberdade na comunidade remanescente de Quilombo de Monte Alegre, Cachoeiro de Itapemirim-ES* (1885-2019), tese de doutorado defendida em 2021, abordam as famílias cativas da região Central e Sul. Na dissertação de Doutorado, Ribeiro pesquisou inventários *post mortem* e testamentos da região de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim. Em Vitória, assim como as professoras Patrícia Merlo e Adriana Campos já haviam observado, a reprodução endógena e a crioulação eram traços marcantes das escravarias. Já em Cachoeiro de Itapemirim havia forte presença de africanos. As lavouras de café implantadas na região, principalmente na segunda metade do Oitocentos, fizeram

com que inúmeros africanos chegassem à região. Verificou-se, porém, que ainda que Cachoeiro contasse com maior presença de escravizados africanos, as famílias eram presentes e a reprodução endógena uma das estratégias de manutenção das escravarias. Outro aspecto interessante foi a permanência da família escrava unida, mesmo após a morte de seu senhor.

O grande número de crianças, a proporcionalidade entre homens e mulheres, o predomínio de crioulos, permitem pensar na importância fundamental da reprodução endógena para a manutenção e ampliação das escravarias, isto é, da família escrava para a reiteration da sociedade escravista no Espírito Santo. De modo algum, pretende-se negar a iniciativa dos homens e mulheres cativos na construção de seus arranjos familiares. As fontes, mesmo que não privilegiassem a observação do protagonismo de seus personagens, por vezes, o indicou. As famílias escravas não foram fruto da manipulação dos proprietários. Entretanto, seu valor para o funcionamento do sistema não passou despercebido para a sociedade escravista, sendo explicitada pelas autoridades e senhores. Se alguns verbalizaram a importância do ventre gerador, a maioria a indicou por suas ações. A principal delas, provavelmente, foi a tentativa de manter os laços familiares no momento da partilha do patrimônio, sobretudo os casais abençoados pela Igreja (RIBEIRO, 2012, p.189).

No doutorado, Geisa Ribeiro continuou com suas pesquisas sobre laços familiares, porém limitou-se a Cachoeiro de Itapemirim e escolheu o recorte do pós-abolição. A comunidade quilombola de Monte Alegre foi o local onde a pesquisadora realizou suas pesquisas, com recorte de 1885, anos anteriores ao fim da abolição da escravidão, até o ano de 2019, início do século XXI. O recorte temporal foi longo pois a autora quis mostrar como os remanescentes da escravidão de Monte Alegre não esqueceram seu passado, apesar de todo incentivo por parte das elites brasileiras em associar o passado cativo à

vergonha e humilhação. Nas últimas décadas, datas como o 13 de maio e o 20 de novembro trouxeram novos significados, o que antes era vergonha, se tornou motivo de orgulho. “Foi a Lei Áurea que libertou a maioria de seus ancestrais e inaugurou um campo de possibilidades, exploradas por eles, que se alarga na atualidade com a construção da identidade quilombola em substituição a de descendentes de escravos” (RIBEIRO, 2019, p.296).

Outro estudo sobre família cativa capixaba foi realizado por Rafaela Lago, em dissertação defendida no ano de 2013, com o título de “*Sob os olhos de Deus e dos homens*: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)”. A autora concentrou suas pesquisas nas análises de registros batismais da região central de Vitória e da região sul em Cachoeiro do Itapemirim. Como já observado nos estudos anteriores de Patrícia Merlo, Adriana Campos e Geisa Ribeiro, Lago também concluiu que na região de Vitória havia grande quantidade de cativos crioulos enquanto que na região de Cachoeiro, a presença de africanos era marcante, tanto nas composições familiares quanto nos laços de sociabilidade através do compadrio. A autora observou o compadrio no estabelecimento de laços de solidariedade entre iguais. Notou ainda que, em Vitória, o parentesco espiritual foi instrumento efetivo na formação e consolidação de comunidade cativa.

Rafaela Lago também observou que a maioria dos casais cativos se uniam por vontade própria, mas também havia arranjos políticos forjados na Pia Batismal, como mecanismo de apaziguamento das escravarias. Senhores apadrinhavam cativos, mas a predominância, em ambas as localidades, foi de padrinhos cativos. Em Vitória, os escravos escolhiam compadres, libertos e livres, de fora de sua escravidão de origem. Havia, portanto, certa mobilidade dos cativos na construção dos laços rituais. Já na região sul, os padrinhos eram escolhidos dentro da própria escravidão. Outra característica em comum foi a presença da Igreja Católica na vida cotidiana das senzalas. O ritual batismal tornava o cativo um ator social

e possibilitava ao mesmo estabelecer relações sociais diversas. Ao comparar as duas regiões, Rafaela concluiu que

Na região sul observou-se o desenvolvimento de relações comunitárias majoritariamente entre escravos. Local em processo de ocupação e expansão, o compadrio era importante instrumento para se criar vínculos e estreitar relações entre iguais. O escravo que provavelmente chegou com seu proprietário na região possuía maior chance de estabelecer parentesco espiritual com a parentela de seu senhor, como ocorreu com Anastácio e Carolina. Ainda que concedida a liberdade em testamento para o casal, os laços de dependência e subordinação para com a família do senhor certamente permaneceriam. Já na região central, pelo tempo de convívio e pela ampla mobilidade dos cativos – que ocasionava contato entre escravos de diferentes senhores e entre desiguais juridicamente –, o parentesco ritual foi instrumento efetivo na formação e consolidação de comunidades com perfis distintos. Havia aquelas compostas majoritariamente por mancipios; outras por escravos, livres, inclusive senhores; e ainda, aquelas onde a religiosidade influenciou sobremaneira na formação de parentes, com a invocação de santas como protetoras. Em relação à última tendência, basta recordar as escravarias de Julia Acioli Souto e de José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, onde 76,2% e 45,6% dos inocentes, respectivamente, eram entregues aos cuidados de santas (LAGO, 2013, p.144).

Assim como Geisa Ribeiro, a autora continuou seus estudos com pesquisa dedicada ao pós-abolição. Em tese defendida em 2018, com o título “*Entre a escravidão e a liberdade em Vitória/ES (1871-1920)*”, a autora se dedicou a estudar as relações sociais dos cativos e egressos na região de Vitória nos anos finais da abolição até as primeiras décadas do século XX. O objetivo do trabalho foi conhecer as mudanças socioeconômicas dessa população, além de identificar os

impactos das leis abolicionistas (1871 – Ventre Livre; 1885 – Sexagenário) e da Lei Áurea (1888) nessa população. Como fontes a autora usou registros de batismo e civis de nascimento, cartas de alforrias, relatórios provinciais e de dirigentes e jornais capixabas da época, onde pode-se observar uma intensificação nas relações sociais dos cativos com livres a partir da Lei do Ventre Livre, uma vez que famílias formadas por escravos se utilizavam do parentesco ritual estabelecido no batismo da Igreja Católica para adentrar no universo livre da região. Rafaela Lago também observou migração significativa no pós-abolição das regiões rurais capixabas para a cidade. Também ocorreu migração de outras províncias.

Na província do Espírito Santo a preponderância das alforrias pagas em dinheiro pelos cativos e com a ajuda de indivíduos que compunham suas redes de relações ao longo de praticamente todo o período analisado representava a sobreposição da conquista escrava à mera concessão senhorial. Dito de outro modo, tal perfil trouxe à tona a ideia de que apesar da força do sistema escravista, este não era capaz de anular os escravizados como atores sociais. A recorrência de cartas de liberdade pagas expressou a habilidade do escravo na sociedade capixaba do Oitocentos em arregimentar recursos e, por conseguinte, obter ganhos políticos na luta pela sua liberdade e a dos seus. Tal autonomia não significou, contudo, ameaça ao controle senhorial, como visto, o processo da abolição caminhava de forma lenta e gradual. Não houve no imediato pós-abolição a migração de parte da população do Espírito Santo da zona rural para a cidade, tão pouco para outros estados do Sudeste. Os egressos do cativo não desapareceram após conquistarem a liberdade. Sabemos também que não houve migração em massa dos que aqui viviam. A queixa de falta de braços não passava, portanto, de retórica. Algumas famílias continuaram nas terras onde trabalhavam na condição de parceiros, diaristas ou realizando empreitadas. Outros haviam encontrado alternativas de

sustento fora dos limites das antigas propriedades senhoriais, mantendo ou não vínculo com seus antigos senhores (LAGO, 2018, p.217).

Trabalhos como o de Geisa Ribeiro e Rafaela Lago comportam um grande período de tempo e ajudam a compreender as relações sociais dos cativos, durante o período da escravidão e dos egressos após a abolição em 1888. Além disso, o uso de fontes diversificadas para traçar um paralelo entre as escravarias de Cachoeiro de Itapemirim, região economicamente ativa e dominante entre a segunda metade do século XIX e décadas iniciais do século XX, e Vitória, capital da província, é de fundamental importância para se conhecer a sociedade capixaba nesse período.

Outro trabalho que aborda as famílias cativas capixabas foi defendido por Laryssa Machado em 2019, com o título de *“Retratos da Escravidão em Itapemirim-ES: uma análise das famílias escravas entre 1831-1888”*. A autora analisou dados populacionais do município de Itapemirim, região sul do Espírito Santo, que até 1864 compreendia toda a região. Isso porque, neste ano, Cachoeiro de Itapemirim emancipa-se da região, que passa a concentrar terras do litoral e do extremo-sul. A dissertação apresenta caráter demográfico, com análise de Relatórios e Falas de presidentes e vice-presidentes provinciais, censos oficiais do Governo Imperial, lista nominal da população, inventários *post-mortem* e testamentos e registros de batismo. A partir das conclusões obtidas para Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, realizou-se comparação com as mesmas, com a expansão das análises sobre famílias cativas capixabas.

O recorte temporal entre 1831, primeira tentativa do Império brasileiro de colocar fim do tráfico internacional de cativos e 1888, promulgação da Lei Áurea, que determinou o fim imediato da escravidão, foi cuidadosamente escolhido, uma vez que o litoral sul capixaba, especialmente o de Itapemirim, participou ativamente do desembarque de cativos africanos, principalmente após 1850, com a promul-

gação da Lei Eusébio de Queiróz e o fim definitivo do tráfico de almas para o Brasil. Enfim, esse trabalho acrescenta as escravarias de Itapemirim aos estudos sobre família escrava desenvolvidos sobre a Província do Espírito Santo. Segundo a autora:

A relação entre Itapemirim e os africanos escravizados na província é muito forte. A quantidade de correspondências encontradas nos arquivos sobre os desembarques que aconteciam no litoral sul capixaba, após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, demonstra que a região despertava a preocupação das autoridades provinciais e nacionais. A participação de grandes fazendeiros e autoridades políticas locais, como o Barão de Itapemirim, o Coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt e o Major Caetano Dias da Silva, revelam que a teia do tráfico de almas era complexa, comprovada pela ligação com as regiões norte do Rio de Janeiro e a Zona da Mata de Minas Gerais, já que os cativos desembarcados em Itapemirim se espalhavam pelas três províncias. Em muitos documentos cartoriais e eclesiásticos, porém, a origem dos cativos foi omitida, o que dificulta as descobertas de outros detalhes. Não se pode afirmar que a omissão dos documentos foi proposital para esconder informações, ou se ocorreu apenas por descuido dos escrivães, mas, poucos africanos aparecem nos documentos pesquisados após 1850 [...]. Não é apenas sobre a origem dos cativos que os documentos cartoriais omitem informações. O mesmo ocorre com dados a respeito das composições familiares [...]. De maneira geral, os documentos cartoriais de Itapemirim apresentam grande quantidade de crianças sem vínculos familiares. Não foram encontrados indícios sobre a presença de infantes no tráfico interno, ocorrido entre as províncias, ou no tráfico internacional, mas a ausência de dados nos documentos podem ser indícios de que, a trama da escravidão em Itapemirim era mais complexa do que apontam os documentos oficiais. Quanto aos assentos de batismo muitas famílias foram identificadas. A predominância das fa-

mílias matrilineares com apenas um filho, característica das escravarias jovens, é observada, porém, muitas famílias nucleares foram encontradas e algumas com a presença de avós [...]. Em relação aos padrinhos, na maioria dos assentos eram escolhidos outros cativos para apadrinharem os infantes. Apenas no período entre 1872-1888 a maioria dos padrinhos e madrinhas era livre, isso porque, após a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871, a escolha de compadres e comadres livres possibilitava que os infantes adquirissem mais benefícios na sociedade. Quando são comparados os documentos encontrados em Itapemirim com as pesquisas realizadas em Vitória e Cachoeiro, observam-se muitas semelhanças entre as três regiões. Encontrou-se grande quantidade de crianças com vínculos familiares em ambas as localidades, o que demonstra que tanto em regiões dedicadas ao abastecimento interno, exemplo de Vitória, como nas regiões agroexportadoras, caso de Itapemirim e Cachoeiro, as escravarias também eram abastecidas pela reprodução endógena. No momento da partilha as famílias escravas de Itapemirim, como das outras regiões da província, permaneciam totalmente ou parcialmente unidas (MACHADO, 2019, p.191-193).

As pesquisas sobre famílias cativas capixabas, como se percebeu até aqui, são de grande significância e apresentam um perfil diversificado de escravarias, relações socioafetivas e de sociabilidade de maneira geral, mas também pode-se concluir que outras regiões capixabas carecem de estudos complexos sobre famílias cativas, para se compreender melhor a composição e organização social das escravarias do Espírito Santo. O que já se tem levantado e comprovado demonstra como o Espírito Santo, mesmo sendo uma província tão pequena e com pouca relevância social, política e econômica dentro do Império Brasileiro, apresentava diferenças drásticas em suas regiões geográficas.

O centro capixaba era dominado por cativos urbanos e crioulos, com mais liberdade de circulação

na cidade, o que possibilitava maior articulação social entre os cativos e egressos, após a abolição. Enquanto o Sul, marcado pela presença africana e com laços sociais e familiares recentes, vida laboral concentrada em grandes fazendas e pouca circulação e articulação social, quando comparados a Vitória, tinham uma outra dinâmica de organização familiar e de criação de laços de sociabilidade. É importante que outras pesquisas sobre o tema, não apenas no Espírito Santo, mas em outras localidades brasileiras, aconteçam, para que se perceba o dinamismo em que viviam os cativos brasileiros, apesar de todas as restrições e humilhações impostas pelo cativo.

Conclusão

A família cativa brasileira é um assunto bastante estudado desde as décadas de 1970, quando se passou a utilizar novo *corpus* documental que demonstraram uma multiplicidade de relações sociais entre os escravizados. Robert Slenes, Manolo Florentino e José Roberto Góes tornaram seus trabalhos referências no assunto, aquele por defender a permanência dos vínculos africanos na composição das famílias cativas, enquanto estes trabalharam com a ideia de composições conjugais como mecanismos políticos de pacificação nas senzalas. Outros trabalhos que seguem essas linhas de pesquisa foram desenvolvidos em vários lugares do Brasil onde revelam a pluralidade de vínculos e laços de família e sociais.

No Espírito Santo, Vilma Almada inicia os trabalhos quando encontra os registros de famílias em suas pesquisas. Patrícia Merlo e Adriana Campos, nos anos seguintes, ampliam as discussões e levantam os perfis das escravarias da região Central Capixaba. Nas últimas décadas, trabalhos relevantes foram produzidos, tanto por essas historiadoras quanto por aquelas que as seguem. Geisa Ribeiro, Rafaela Lago e Laryssa Machado trouxeram novos perfis familiares presentes em escravarias que ainda não haviam sido estudadas, caso de Cachoeiro de Itapemirim e

Itapemirim. Assim, pode-se observar as diferenças gritantes entre as regiões Central e Sul da Província Capixaba.

Porém, tanto pesquisas sobre famílias cativas, quanto outras pesquisas sobre escravidão espírito-santense precisam ser desenvolvidas para que se possa compreender de maneira mais completa as relações sociais, econômicas e políticas que envolviam a Capitania e posteriormente Província do Espírito Santo. O que já se tem pesquisado demonstrou que as terras capixabas, ainda que pequena em tamanho geográfico e quantitativo populacional era dinâmica e diversificada, com diferenças entre o Centro e o Sul. O que se pretendeu apresentar nesse artigo de levantamento historiográfico foi essa diversidade encontrada nas pesquisas.

Referências Bibliográficas

ALMADA, Vilma P. F. *Escravidão e Transição*: o Espírito Santo, 1850-1888. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

DEBRET, J. B. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL* (TOME TROISIÈME). Paris: Firmin Didot Frères, Imprimeurs de l'institut de France, 1839.

CAMPOS, A. P. *Escravidão, reprodução endógena e creolização*: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. *Topoi*, v. 12, n. 23, 2011, p. 84-96.

CAMPOS, A. P. *Escravidão e Creolização*: A Capitania do Espírito Santo, 1790-1815. In: FRAGOSO, João ... [et al.], organizadores. *Nas Rotas do Império*: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, p.571-607.

CAMPOS, Adriana Pereira; MERLO, Patrícia Maria da Silva. *Sob as benções da Igreja*: o casamento de escravos na legislação brasileira. *TOPOI*, v. 6, n. 11, 2005.

CARVALHO, Enaile F. *Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo* (1790-1821). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

DANTAS, Mariana L. R. Pai branco, mãe negra, filho pardo: formação familiar e mobilidade social na Comarca do Rio das Velhas. In.: LIBBY, D. C. et. Al. *História da Família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX)*: novas Análises e Perspectivas. Belo Horizonte-MG: Fino Trato, 2015.

DUTRA, Thiara Bernardo. *Autoridades coloniais e o controle dos escravos*: Capitania do Espírito Santo, 1781-1821. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*: constituição e dinâmica de

comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos. Tese de doutorado ao Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998.

FLORENTINO, Manolo; CÔES, José Roberto. *A paz nas senzalas*: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c. 1790-c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João ... [et al.], organizadores. *Nas Rotas do Império*: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo: *O Arcaísmo como Projeto*: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testamento da vida. In.: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

FURTADO, Júnia. F. Família e relações de gênero no Tejuco: o caso de Chica da Silva. *Varia Historia*. Belo Horizonte, n. 24, jan/2001, p. 33-74.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro*: trabalho, família e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798 - c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2008.

GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João (org.). *História Social em registros paroquiais*: (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX). Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha. Últimas Vontades: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (séculos XVII e XVIII). Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os olhos de Deus e dos homens*: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888). Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

LIBBY, Douglas Cole. et. al. *História da Família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX)*: Novas Análises e Perspectivas. Belo Horizonte-MG: Fino Trato, 2015.

MATTOS, Hebe. Colonização e escravidão no Brasil: memória e historiografia. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial*: vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MATTOS, Hebe. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.), ALENCASTRO, Luis Felipe (org.) *História da Vida Privada no Brasil*: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.337-384.

MATTOSO, Kátia M. Q. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasileira, 1990.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. *O Nó e o Ninho*: Estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871. Tese (Douto-

rado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

NOVAIS, Fernando A. (coord.), ALENCASTRO, Luis Felipe (org.) *História da Vida Privada no Brasil*: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Geisa Lourenço. *Enlaces e Desenlaces*: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

RIBEIRO, Geisa Lourenço. *“O glorioso ato de 13 de maio”*: escravidão e liberdade na comunidade remanescente de Quilombo de Monte Alegre, Cachoeiro de Itapemirim-ES (1885-2019). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

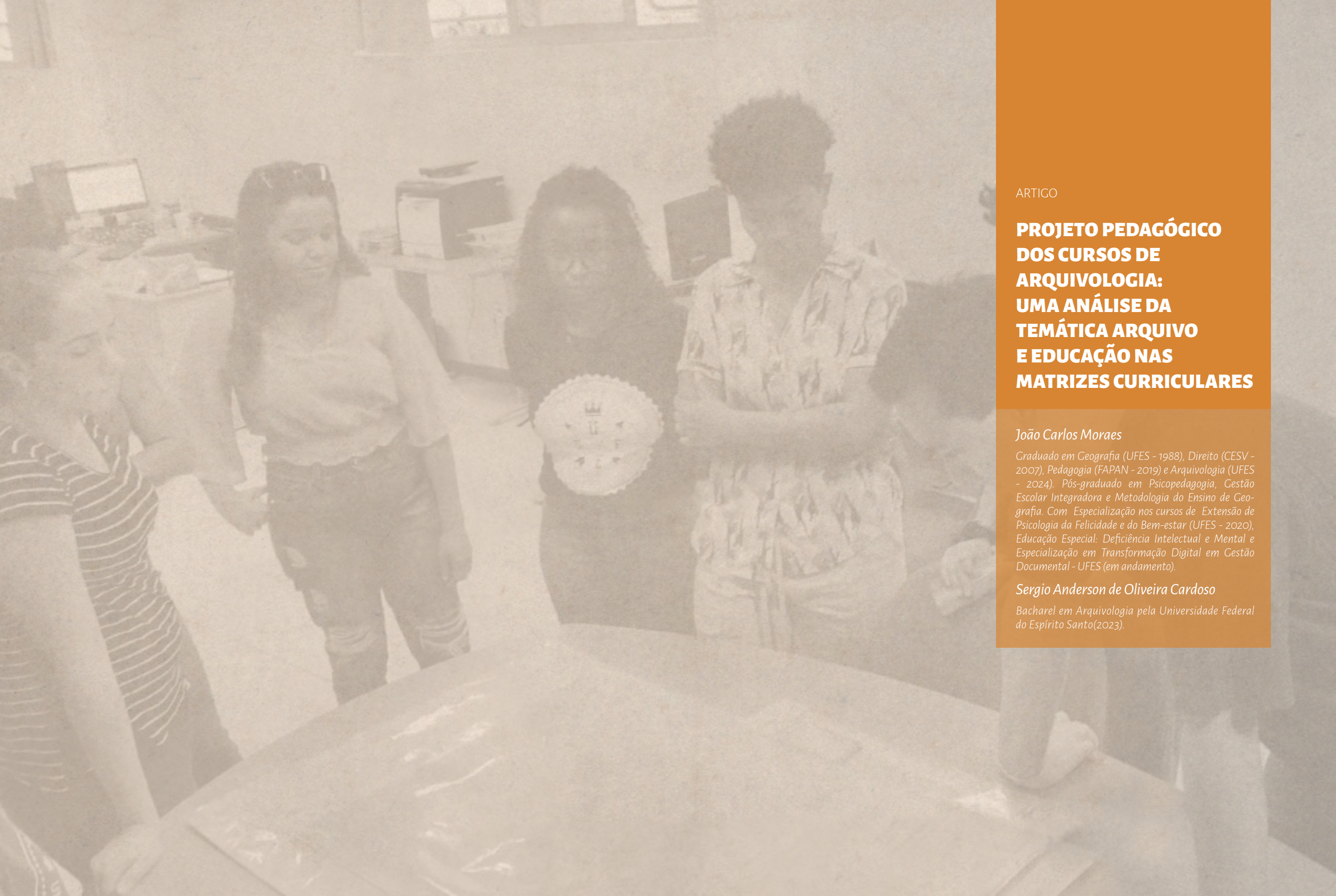
SCOTT, Ana Silva Volpi. Entre a “curva” e o “caso”: três décadas de história da família no Brasil. In.: LIBBY, Douglas Cole. et. Al. *História da Família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX)*: novas Análises e Perspectivas. Belo Horizonte-MG: Fino Trato, 2015.

SIMONATO, Juliana S. *Fazenda Santa Helena*: Escravidão, bastardia e poder. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. (org.) *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.





ARTIGO

PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: UMA ANÁLISE DA TEMÁTICA ARQUIVO E EDUCAÇÃO NAS MATRIZES CURRICULARES

João Carlos Moraes

Graduado em Geografia (UFES - 1988), Direito (CESV - 2007), Pedagogia (FAPAN - 2019) e Arquivologia (UFES - 2024). Pós-graduado em Psicopedagogia, Gestão Escolar Integradora e Metodologia do Ensino de Geografia. Com Especialização nos cursos de Extensão de Psicologia da Felicidade e do Bem-estar (UFES - 2020), Educação Especial: Deficiência Intelectual e Mental e Especialização em Transformação Digital em Gestão Documental - UFES (em andamento).

Sergio Anderson de Oliveira Cardoso

Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Espírito Santo(2023).



Resumo

Trata-se de pesquisa que tem por objetivo analisar as disciplinas e ementas constantes nos Projeto Pedagógico dos Cursos de Arquivologia, dos 16 (dezesesseis) cursos presenciais devidamente regularizados da federação, a fim de constatar se há interlocução entre a temática arquivos e a educação comprometida. Quanto aos procedimentos adotados, caracteriza-se por pesquisa exploratória, bibliográfica e documental. O corpus foi selecionado a partir da leitura das disciplinas e ementas dos 16 Projetos Pedagógicos dos Cursos de Arquivologia. As informações foram dispostas em um documento Excel, realizando a caracterização dos campos: Universidade, quantidade de disciplinas, título das ementas e carga horária do curso. Das disciplinas analisadas, as que trabalham a educação comprometida, nos Projeto Pedagógico dos Cursos de Arquivologia, representaram menos de 10%. Nos piores casos, chegaram a menos de 2% da grade curricular dos cursos. A análise e os resultados do presente estudo demonstram que os cursos de Arquivologia têm preparado de forma superficial seus graduandos no que tange às disciplinas que tratam de justiça social, acesso à informação e diversidade social. Importante destacar que algumas ementas revelaram que mesmo as disciplinas que se comprometem a discutir estas temáticas, em algumas instituições de ensino, não dialogam com os arquivos, acesso à informação e com o labor arquivístico.

Palavras-chave: Arquivos; Educação Comprometida; Justiça Social.

Abstract

This is research, which aims to analyze the disciplines and syllabi contained in the Pedagogical Project for Archival Courses, of the 16 (sixteen) face-to-face courses duly regularized by the federation, in order to determine whether there is a dialogue between the theme of archives and education. compromised. As for the procedures adopted, it is characterized by exploratory, bibliographic and documentary research. The corpus was selected based on reading the subjects and syllabuses of the 16 (sixteen) Pedagogical Project for Archival Studies Courses. The information was displayed in an Excel document, characterizing the fields: University, number of subjects, title of syllabi and course workload. Of the subjects analyzed, in all cases the subjects that work on committed education, in the Pedagogical Project of Archival Courses, represented less than 10% of the subjects. In the worst cases, they reached less than 2% of the course curriculum. The analysis and results of the present study demonstrate that Archiveology courses have superficially prepared their undergraduates in terms of disciplines that deal with social justice, access to information and social diversity. It is important to highlight that some syllabuses revealed that even the subjects that commit to discussing these themes, in some educational institutions, do not dialogue with archives, access to information and archival work.

Keywords: Archives; Committed Education; Social Justice.

Introdução

Este projeto de pesquisa tem por finalidade analisar as disciplinas e ementas constantes nos Projetos Pedagógicos de Arquivologia (PPCs), dos 16 cursos devidamente regularizados da federação. Busca-se, com isso, constatar se há interlocução entre a temática arquivos e a educação comprometida. Como educação comprometida, compreendemos os temas que tratam da justiça social e do direito à informação, em vista das desigualdades sociais existentes no Brasil. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa exploratória com procedimento de pesquisa bibliográfica, tendo em vista que se buscou realizar uma investigação detalhada das hipóteses. Nesse sentido, foram utilizadas informações disponibilizadas em repositórios digitais de teses e dissertações. A fim de definir e delimitar os PPCs do curso de Arquivologia utilizou-se a plataforma e-mec¹ para encontrar os cursos presenciais devidamente reconhecidos pela federação. Desta forma, a delimitação do corpus dessa pesquisa pesquisou 16 cursos de Universidades, a partir da plataforma de busca Google, localizando os PPC's a serem analisados. Em um segundo momento, buscou-se discutir as temáticas informação e educação comprometida. Os referenciais teóricos adotados nesse trabalho apoiaram-se em Ferro (2014), ao buscar o entrelaçamento entre os Direitos Humanos e os Arquivos. Em Martendal (2018), discutiu-se a difusão da Arquivologia e suas expressões nos cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil. Os resultados desta pesquisa nos levam a inferir que os cursos de Arquivologia presenciais, devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, não têm ofertado aos seus graduandos disciplinas que privilegiem as temáticas de informação e educação comprometida. Além disso, outro fato perceptível, trata-se da distância temporal da criação e aprovação do último curso presencial de Arquivologia, no Brasil, aprovado no ano de 2011, pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

1 <https://emec.mec.gov.br>

Procedimentos metodológicos

A metodologia empregada nesse estudo, caracteriza-se como uma pesquisa exploratória. De acordo com Gil (2002), esse tipo de estudo busca encontrar uma proximidade e familiaridade com a temática, através de uma investigação detalhada e da formulação de hipóteses. Em relação aos procedimentos adotados, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que pode ser definida como um conjunto de informações e dados que constam em documentos impressos, artigos, dissertações, livros, em que os textos e as informações são fontes da pesquisa e da investigação, de forma a colaborar com o desenvolvimento do estudo (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021). O corpus da pesquisa foi selecionado por meio da leitura das ementas constantes nos PPC's dos 16 cursos de Arquivologia regularizados da federação, com objetivo de identificar aqueles que fazem referência à temática arquivos e educação comprometida.

Conceitos e aspectos históricos

A criação do Arquivo Público Nacional, no ano de 1838, prevista na Constituição de 1824, adveio da transferência da corte real portuguesa para o Rio de Janeiro, em decorrência das guerras napoleônicas, que, com a chegada da Família, trouxeram como pertences documentos, mapas, moedas, estampas, livros, entre outros (TANUS; ARAÚJO, 2013). Este processo acentuou a constituição dos espaços nacionais, tais como Arquivo, Biblioteca e Museu, sendo responsáveis pela organização, armazenamento e preservação dos documentos da corte (TANUS; ARAÚJO, 2013). Nesta mesma época, na Europa, no ano de 1910, ocorreu, por iniciativa da fundação da Associação de Arquivistas e Bibliotecários na Bélgica, o I Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários, que contou com a presença de atores importantes na área de Documentação e Arquivos, a fim de refletir sobre questões técnicas e profissio-

nais no âmbito dos arquivos e bibliotecas (SCHMIDT, 2012). O Congresso aconteceu cerca de dez anos após a publicação do “Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos”, também chamado de Manual dos Holandeses (SCHMIDT, 2012). O Manual é conhecido como a porta de entrada da Arquivologia no campo científico, já que teve como objetivo pesquisar problemas concernentes à organização prática de arquivos (SCHMIDT, 2012). Neste, foram estabelecidas cem regras para se trabalhar com documentos de arquivo, posteriormente traduzido para mais de 60 idiomas e sua publicação se tratou de um marco teórico para sistematização de Princípios utilizados até hoje na Arquivologia (SCHMIDT, 2012). No Brasil, a publicação ocorreu no ano de 1960. Neste mesmo ano, foi criado o Curso Permanente de Arquivos, no Arquivo Nacional, sendo o primeiro curso de Arquivologia do país, pois anterior a esta data, os profissionais do Arquivo Nacional e de outros arquivos, contavam somente com cursos de formações esporádicas (TANUS; ARAÚJO, 2013). É possível observar que somente após 60 anos da publicação do Manual dos Holandeses é que o Brasil teve acesso ao documento, bem como, demorou-se mais dez anos para a institucionalização acadêmica e científica. Voltado ao campo científico e de formação, dentro do contexto atual, observou-se que na federação existem 16 cursos reconhecidos de Arquivologia no ensino superior, um número ainda pequeno comparado a outras tantas áreas do conhecimento, que estão disponíveis, em alguns casos, nos 109 campi das Universidades Federais no Brasil.

Informação e educação comprometida

O conceito de Regime de Informação foi introduzido no ano de 1995, compreendido como um sistema de rede, mais ou menos estável, pelo qual a informação flui através de canais, por meio de produtores específicos, estruturas específicas ou consumidores e usuários específicos (ROCHA, 2021). Este conceito vem sendo utilizado por diferentes atores em diversas

análises, a fim de versar sobre política, informação e poder, demonstrando suas várias facetas nos contextos sociais (ROCHA, 2021). Trata-se de um espaço que envolve a relações de trocas e informações, como estas são produzidas, organizadas, disseminadas, armazenadas e usadas, que, na globalização, ocorrem em tempo real, com maior velocidade, de forma intencional ou não (ROCHA, 2021). Nota-se, contudo, que, apesar de tamanha abrangência e muitos esforços realizados pelos arquivistas, pelos quais contribuíram para a crescente produção de teses e dissertações no país, em vários programas de Pós-Graduação, temos hoje, somente, curso e Mestrado em Arquivologia no Brasil e nenhum doutorado (ROCHA, 2021). Assim, é notório que as políticas de informação não conseguem obter grande sucesso no Brasil, deste modo, quando a atuação dos profissionais da informação, aliados à sociedade da informação e do conhecimento, levam em conta o caráter social da informação, estabelecendo, assim, relação entre os contextos em que estão inseridas as informações e a sociedade, há serventia e ressignificação destas (MARTENDAL, 2018). Cada indivíduo compreende e apreende as informações de maneira diferente, e, desta forma, constrói capitais sociais a partir das suas experiências de vida, que influenciam na apreensão das informações orgânicas – podendo ser localizadas em arquivos ou de outras formas (MARTENDAL, 2018). Assim, o trabalho do arquivista deve ser compreender as nuances em que a sociedade está envolvida, pois dependem de uma história de vida, dos usos destinados aos documentos (MARTENDAL, 2018). Tais apontamentos fizeram com que esta pesquisa tenha nascido do anseio em analisar os currículos dos 16 cursos presenciais de Arquivologia reconhecidos da federação, de forma a compreender se os PPC's têm proporcionado uma formação do arquivista voltada à educação comprometida e informacional. Dito isso, há um encontro com os fatos que pretendemos demonstrar neste estudo: que não há nos PPC's, disciplinas e ementas obrigatórias, nos cursos de Arquivologia, que façam reflexões sobre temáticas

que envolvam justiça social e direito à informação. O ofício do arquivista deve ser construído em torno da adequação dos diferentes tipos de público e das diferentes condições de disseminação informacional, no compromisso de dar lugar às pessoas, a fim de que estas possam conhecer sua história à luz dos arquivos como lugar de memória (MARTENDAL, 2018). Entendemos que esta realidade deve compreender, sobretudo, os temas que tratam da justiça social e do direito à informação, em vista das desigualdades sociais existentes no Brasil. Sabemos que as tecnologias proporcionaram o amplo acesso às informações, contudo, deve-se tratar a informação do ponto de vista da educação comprometida – como direito social, como diminuição da exclusão e pobreza que circundam nosso país.

Resultados e discussões

Para realizar esta etapa da pesquisa, buscou-se junto à plataforma *e-mec*, um Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, a fim de obter informações de quais e quantas Universidades, possuíam, reconhecidamente, o curso de Arquivologia.

A busca na plataforma foi realizada na aba “consulta textual”, com a opção de consulta “nome do curso”, descrição Arquivologia. Nos resultados, foi possível localizar 16 universidades, curso no grau bacharelado e modalidade presencial. No total, são ofertados, no país, 17 cursos de Arquivologia em instituições diversas, sendo 16 presenciais, um à distância e um ainda não iniciado.

Pela facilidade da disponibilização e fácil acesso dos PPC's dos cursos de Arquivologia, esta pesquisa baseou-se apenas nas 16 Universidades, na modalidade presencial.

Ato de criação e início de funcionamento

De acordo com o relatório do *e-mec*, a primeira Uni-

versidade a obter a graduação em Arquivologia, foi a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), pública federal, com data de criação e início em 09/12/1911, com autorização para 80 vagas. Já a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pública federal, teve seu ato de criação com data em 10/08/1976 e início do funcionamento em 01/03/1977, com autorização de 30 vagas. Sendo assim, entre a criação do primeiro e segundo curso de Arquivologia na federação, demorou-se 66 anos, tendo este segundo sido precedido pelo ato que transformou o primeiro em graduação, e, desta forma, no mesmo ano, sendo disponibilizada a segunda graduação em Arquivologia no Brasil. Observa-se, no entanto, que a última Universidade a dispor o curso de Arquivologia foi a UFPA, no ano de 2011. Há, portanto, 12 anos, que no Brasil não há disponibilização de novos cursos de Arquivologia na rede federal de ensino.

Análise das ementas e disciplinas

O corpus da pesquisa foi selecionado por meio da leitura das ementas constantes nos PPC's dos 16 cursos de Arquivologia regularizados da federação, com objetivo de identificar aqueles que fazem referência à temática arquivos e educação comprometida.

Como educação comprometida, definimos por aquelas que trabalham as temáticas entre a justiça social e o acesso à informação. Neste contexto, poucas disciplinas foram encontradas nos 16 cursos analisados.

Porém, destacamos e apresentamos algumas informações obtidas por esta análise, haja vista que grande parte dos cursos analisados apresentaram disciplinas que envolvem o contexto social, diferenças e a acessibilidade.

A UNIRIO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo a primeira do país a aprovar o curso de bacharelado em Arquivologia, possui atualmente 18 disciplinas obrigatórias e 53 optativas, destas, destacamos três disciplinas, quais sejam no **Quadro 1**:

DISCIPLINAS UNIRIO COM ENFOQUE NAS TEMÁTICAS		
Título	Descrição	Ementa
Políticas de Acesso à informação Arquivística	Optativa	Conceito de políticas de acesso. Legislação de acesso. Acesso nas três idades. Políticas de acesso nos arquivos públicos e privados.
Educação Especial	Optativa	O portador de necessidades educativas especiais, problemas e desafios na inclusão social-escolar.
Culturas afro-brasileiras em sala de aula	Optativa	Diversidade étnico-racial na escola de ensino fundamental. Diáspora negra. Civilizações africanas. Dimensões de cultura e ensino.

Quadro 1 - UNIRIO. Fonte: PPC Arquivologia UNIRIO, 2013.

DISCIPLINAS UFSM COM ENFOQUE NAS TEMÁTICAS		
Título	Descrição	Ementa
Formação Social do Brasil	Obrigatória	Essência do processo socioeconômico brasileiro, indígena e africano. Formação social do Brasil. Discutir demandas sociais, problemas relacionados aos Direitos Humanos e movimentos sociais.
Arquivos e Direitos Humanos	Obrigatória	Marcos jurídicos referentes aos Direitos Humanos, relação existente entre arquivos e Direitos Humanos, relacionados à proteção ou violação de Direitos Humanos. Direitos Humanos nos arquivos.
Políticas Públicas e Legislação Arquivística	Obrigatória	Aspectos básicos das políticas públicas em arquivos, processo de desenvolvimento da legislação e normalização dos arquivos e arquivísticas no Brasil. Perspectivas sobre as políticas públicas.

Quadro 2 - UFSM. Fonte: PPC Arquivologia UFSM, 2020.

Observa-se que, nas disciplinas da UNIRIO, todas que envolvem temáticas voltadas ao social, são disciplinas optativas, ou seja, que não são obrigatoriamente cursadas pelos estudantes, que as podem selecioná-las e ainda, que dependem da escolha docente para haver fornecimento nos períodos/semestres.

Outra observação é de que as ementas não tratam especificamente da Educação Especial e dos Arquivos ou da Diversidade Étnico-Racial sob o prisma dos Arquivos, somente a primeira disciplina é que é relacionada à questão das Políticas de Acesso e os Arquivos públicos e privados.

A carga horária do curso de Arquivologia na UNIRIO dispõe de 2400h, dentre as quais, 840h são destinadas às disciplinas obrigatórias, 840h de disciplinas optativas a serem cursadas, 360h de estágio, 180h de atividades complementares e 180h de trabalho de conclusão de curso.

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o PPC dispõe somente de disciplinas obrigatórias a serem cursadas pelos estudantes de graduação em Arquivologia. Desta forma, trata-se de 39 disciplinas que devem integralizadas, como requisito parcial de obtenção do título de bacharel em Arquivologia. No **Quadro 2** ao lado destacamos algumas disciplinas:

Com exceção da disciplina de Formação Social do Brasil, as disciplinas de Arquivos e Direitos Humanos e Políticas Públicas e Legislação Arquivística trabalham na ementa a relação existente entre as temáticas e os arquivos. Outro ponto importante é que são disciplinas obrigatórias, ou seja, serão realizadas pelos estudantes em Arquivologia da Universidade.

Em relação à carga horária do curso, estas compreendem: 2.715h distribuídas em 2.355h em disciplinas obrigatórias, 300h para Estágio Supervisionado e 180h para o Trabalho de Conclusão de Curso.

DISCIPLINAS UFF COM ENFOQUE NAS TEMÁTICAS		
Título	Descrição	Ementa
Arquivo, Cultura e Sociedade	Obrigatória	Explorando ações educacionais e culturais com ênfase na utilização de arquivos. As instituições arquivísticas e seu protagonismo para que a efetiva aproximação entre os arquivos e a sociedade ocorra.

Quadro 3 - UFF. Fontes: PPC Arquivologia UFF, 2023.

DISCIPLINAS UNB COM ENFOQUE NAS TEMÁTICAS		
Título	Descrição	Ementa
Arquivos e Direitos Humanos	Optativa	A Declaração Universal dos Direitos Humanos e suas implicações para os arquivos. O conceito de acesso aos arquivos como direitos humanos fundamentais. Políticas Arquivísticas para a defesa dos Direitos Humanos.

Quadro 4 – UNB. Fonte: PPC Arquivologia UNB, 2020.

DISCIPLINAS UNB COM ENFOQUE NAS TEMÁTICAS		
Título	Descrição	Ementa
Ação Cultural e Educação nos Arquivos	Optativa	Os arquivos como fonte primária de informação para a gestão cultural e educacional dos cidadãos. Formação da Cidadania.

Quadro 5 - UFBA. Fonte: PPC Arquivologia UFBA, 2017.

Já a Universidade Federal Fluminense (UFF), consta em sua grade curricular 34 disciplinas obrigatórias e 32 disciplinas optativas. Destas, após a leitura das ementas, destacamos somente uma, conforme o **Quadro 3**.

Apesar de constar uma única disciplina que envolve as temáticas buscadas por este trabalho, é a que mais se aproxima do nosso objetivo: constatar se os PPC's estão preparando os arquivistas para a aproximação entre os arquivos e a sociedade, por meio de ações educacionais.

Contudo, observa-se que entre 66 disciplinas, somente uma tem o enfoque nas temáticas delimitadas. O que demonstra uma baixa preparação dos arquivistas neste contexto.

A carga horária do curso de Arquivologia da UFF possui o total de 2.660h, dentre as quais estão distribuídas entre 2.250h de disciplinas obrigatórias, 150h de disciplinas optativas e 260h de atividades complementares.

Com relação à Universidade de Brasília (UNB), são disponibilizadas 19 disciplinas obrigatórias e 39 disciplinas optativas. Destas, destacamos apenas uma disciplina, conforme o **Quadro 4**.

Nota-se que a disciplina é optativa, e, portanto, não é um tema tratado como prioridade na formação do arquivista. Assim, a carga horária do curso de Arquivologia na UNB é de 2.400h, sendo 1.080h destinadas às disciplinas obrigatórias, 1.080h às disciplinas optativas, 120h de estágio e 120h para o Trabalho de Conclusão de Curso.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) contém em seu PPC o total de 24 disciplinas obrigatórias e 29 disciplinas optativas. Em análise às ementas, destacamos uma disciplina, qual seja, conforme **Quadro 5**.

Nesta, observamos uma interligação da temática estudada com a disciplina fornecida pelo curso de Arquivologia da UFBA. Ocorre que, mais uma vez, se trata de uma disciplina optativa, que pode não contemplar todos os arquivistas, haja visto ser ne-

DISCIPLINAS UEL COM ENFOQUE NAS TEMÁTICAS		
Título	Descrição	Ementa
Cultura Afro-Brasileira	Obrigatória	Aspectos da cultura brasileira de raízes africanas.

Quadro 6 - UEL. Fonte: PPC Arquivologia UEL, 2013.

DISCIPLINAS UFES COM ENFOQUE NAS TEMÁTICAS		
Título	Descrição	Ementa
Mediação Cultural em Arquivos	Obrigatória	Funções arquivísticas e direitos culturais. Patrimônio cultural e patrimônio documental. Democratização e democracia cultural em Arquivos.
Arquivo e Sociedade	Optativa	A função social dos arquivos. Arquivo e suas implicações no processo de transparência das administrações públicas. Arquivo, Democracia, Direitos Humanos e Movimentos Sociais.
Serviços Educativos em Arquivos	Optativa	O Arquivo e sua dimensão educacional. Ações educativas em Arquivo. Planejamento, implantação e acompanhamento de ações educativas em Arquivos.

Quadro 7 - UFES. Fonte: PPC Arquivologia UFES, 2017.

cessário o interesse do aluno e a disponibilização do docente.

Quanto à carga horária, o curso contempla 2.445h, sendo 1.921h destinadas às disciplinas obrigatórias, 374h para as disciplinas optativas e 150h para as atividades complementares.

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) dispõe de 50 disciplinas obrigatórias e 12 optativas. Destas, destacamos apenas uma disciplina, pela qual consta no **Quadro 6**.

Sem nenhuma menção aos arquivos, discutindo apenas os aspectos da cultura do país com as raízes africanas, a disciplina contempla a carga horária obrigatória dos arquivistas da UEL.

Em relação à carga horária, o curso contempla 2.424h, pelas quais, 2.304h são destinadas às disciplinas obrigatórias e 120h às disciplinas optativas.

Já em relação à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a que este estudo pertence, constam no currículo 25 disciplinas obrigatórias e 39 disciplinas optativas. Três disciplinas chamaram atenção, conforme o **Quadro 7**.

Nota-se que no PPC de Arquivologia da UFES

consta uma disciplina obrigatória e duas optativas que envolvem as temáticas, que, apesar de ainda ser um número mais expressivo que algumas Universidades, ainda revela uma carência no projeto de formação do arquivista para a educação, democratização, informação e justiça social relacionados à educação comprometida.

Nesta, a carga horária contempla 2.400h, com 1.380h voltadas às disciplinas obrigatórias, 420h às disciplinas optativas, 240h de atividades complementares, 180h de estágio e 180h para o Trabalho de Conclusão de Curso.

Com relação à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), esta contempla em seu PPC, 34 disciplinas obrigatórias e 55 disciplinas optativas. No **Quadro 8**, ao lado, destacam-se algumas disciplinas:

Pesquisas sempre contam com nuances, e, desta vez, não foi diferente. Ao buscar localizar no *google* e no site UFRGS, mais especificamente, no site da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), não foi possível localizar as ementas das disciplinas.

Ocorre que, chamamos a atenção para o fato de que o nome das disciplinas pode parecer algo que, na

DISCIPLINAS UFRGS COM ENFOQUE NAS TEMÁTICAS		
Título	Descrição	Ementa
Conhecimento e Sociedade	Obrigatória	(não localizada)
Instituições de Direito	Optativa	(não localizada)
Arquivos, memórias e Direitos Humanos	Optativa	(não localizada)

Quadro 8 - UFRGS. Fonte: PPC Arquivologia UFRGS, 2017.

DISCIPLINAS UNESP COM ENFOQUE NAS TEMÁTICAS		
Título	Descrição	Ementa
Legislação e Políticas Públicas em Arquivos	Obrigatória	(não localizada)

Quadro 9 - UNESP. Fonte: PPC Arquivologia UNESP, 2013.

DISCIPLINAS UEPB COM ENFOQUE NAS TEMÁTICAS		
Título	Descrição	Ementa
Legislação e Políticas Públicas em Arquivos	Obrigatória	O profissional arquivista como agente social. Direito de acesso à informação.

Quadro 10 - UEPB. Fonte: PPC Arquivologia UEPB, 2016.

ementa, é completamente diferente, e, assim, não ser possível traçar paralelos com a nossa temática. Contudo, buscamos demonstrar que existem disciplinas da UFRGS que parecem buscar diálogo com as bases de uma educação comprometida.

Quanto à carga horária, o curso de Arquivologia possui 2.550h, com 1.695h de disciplinas obrigatórias e 240h optativas, com 300h de estágio, 30h de introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso, 150h para o Trabalho de Conclusão de Curso e, por fim, 135h de atividades complementares.

A Universidade Estadual Paulista (UNESP), traz 46 disciplinas obrigatórias e 12 eletivas. Apenas uma das disciplinas chamou a atenção para esta pesquisa, conforme o **Quadro 9**.

Acerca desta e das demais disciplinas, não constam no PPC as ementas relativas, e, assim, não foi possível localizar as ementas via pesquisa na *web*. Por esta razão, também se trata de uma suposição da existência de paralelo entre a disciplina e a temática deste estudo.

Mais uma vez nos deparamos com PPC que não apresenta base formativa para com a educação com-

prometida. A carga horária do curso de Arquivologia da UNESP é de 2.850h, sendo 2.310h voltadas às disciplinas obrigatórias, 240h às optativas, 210h ao estágio e 90h às atividades complementares.

Com relação à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), foram integradas 43 disciplinas obrigatórias e 16 disciplinas eletivas no currículo do curso de Arquivologia, chamando atenção para uma disciplina, conforme **Quadro 10**.

Vemos, pela primeira vez, uma disciplina com ementa que trata do profissional arquivista como agente social, voltando-se ao direito de acesso à informação, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988.

Contudo, ainda retida a uma única disciplina, entre 43 obrigatórias. Um número ínfimo se relacionado à importância do tema tratado. A carga horária do curso de Arquivologia é disposta em 2.850h, divididas entre: 930h básico comum, 150h básico específico estágio, 120h de básico específico TCC, 1.260h de básico específico do curso, 240h de complementar, 240h de complementar eletivos e livres, 150h livres.

Na Universidade Federal do Amazonas (UFAM),

DISCIPLINAS UFAM COM ENFOQUE NAS TEMÁTICAS		
Título	Descrição	Ementa
Arquivos e Cultura Brasileira	Optativa	Propiciar o conhecimento do processo de formação cultural dos povos brasileiros, seus elementos básicos. Valorizar as experiências multiculturais, como elemento facilitador da comunicação sob viés dos valores informacionais e históricos oriundos dos Arquivos públicos.
Cultura Afro-Brasileira	Optativa	Analisar a pluralidade étnica brasileira. Contribuição política, econômica e cultural dos povos africanos para a formação do Brasil. Dimensões do ensino da cultura afro-brasileira.

Quadro 11 - UFAM. Fonte: PPC Arquivologia UFAM, 2019.

DISCIPLINAS FURG COM ENFOQUE NAS TEMÁTICAS		
Título	Descrição	Ementa
História Afro-indígena	Optativa	Diversidade e alteridade. Aculturação e resistência cultural dos povos indígenas. As matrizes africanas na cultura afro-brasileira. Trabalho, cultura e resistência negra no Brasil escravocrata.
Gêneros e Sexualidades nos Espaços Educativos	Optativa	Corpos, gêneros e sexualidades na contemporaneidade, ensino e aprendizagem destas questões nos diversos espaços educativos. Análise do processo de produção dessas temáticas nas distintas instâncias sociais e pedagogias culturais.

Quadro 12 - FURG.Fonte: PPC Arquivologia FURG, 2017.

DISCIPLINAS UFPB COM ENFOQUE NAS TEMÁTICAS		
Título	Descrição	Ementa
Educação e Trabalho	Obrigatória	O trabalhador e o saber na relação educação e trabalho. A profissionalização e a formação do trabalhador na educação.

Quadro 13 - UFPB. Fonte: PPC Arquivologia UFPB, 2008.

33 disciplinas obrigatórias e 18 disciplinas optativas contemplam a estrutura curricular do curso de graduação em Arquivologia, destas, duas disciplinas chamaram atenção, conforme o **Quadro 11**. Denota-se que entre as duas disciplinas mencionadas, ambas optativas e com grau de disponibilidade e prioridade inferior às obrigatórias, somente a primeira, “Arquivos e Cultura Brasileira”, trata da dimensão do Arquivo, com foco na valorização da formação cultural e experiências multiculturais dos valores informacionais. Ainda, nos parece que as disciplinas que tratam de cultura africana e afro-brasileira parecem não se

encaixar com os diversos ramos de estudo da arquivologia, em vista de que, raramente são relacionadas às áreas na ementa. Ficando disciplinas importantes, sem uma ementa que trace paralelos entre as áreas, através da discussão e conhecimento. Em relação à carga horária, o curso de Arquivologia da UFAM contém 2.565h, dentre as quais, 2.385h devem ser de cumprimento de disciplinas obrigatórias e 180h de optativas. A Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em seu PCC, apresenta 37 disciplinas obrigatórias e 25 disciplinas optativas, pelas quais, destacamos duas, conforme o **Quadro 12**.

DISCIPLINAS UFMG COM ENFOQUE NAS TEMÁTICAS		
Título	Descrição	Ementa
Cultura e Informação	Obrigatória	Cultura e produção social do conhecimento. Informação, democracia e cidadania. Bibliotecas, museus e arquivos como espaços educacionais e culturais.
Memória e Patrimônio Cultural	Obrigatória	Políticas Públicas de patrimônio cultural no Brasil. Patrimônio imaterial e inserção dos debates sobre memória e história afro-brasileira e indígena nas políticas culturais brasileiras.
Ação Cultural e Educação Patrimonial	Obrigatória	Ação cultural e educação patrimonial. Difusão da informação. Atividades educacionais e culturais nas unidades de informação. História e cultura afro-brasileira e indígena e o debate sobre identidade nacional. Educação patrimonial e educação ambiental. Observação e construção da proposta Educação Patrimonial: a articulação entre as instituições de memória, patrimônio e escola.
Sociedade da Informação	Optativa	Relação de acumulação financeira e dificuldades de democratização da informação. As novas tecnologias e processo de democratização informacional e o aprendizado.

Quadro 14 - UFMG. Fonte: PCC Arquivologia UFMG, 2015.

Pela primeira vez, a temática de Gênero e Sexualidade foi abordada em um currículo do curso de graduação em Arquivologia. Apesar disso, se trata de uma disciplina optativa, que depende de uma demanda de interesse do discente e disponibilização pelo docente, que, acaba não sendo trabalhada com constância na formação do arquivista. Da mesma forma, observa-se que não há uma interligação das temáticas com os Arquivos. Assim como a história afro-indígena, que também não faz menção e paralelo com os Arquivos. A carga horária do curso é de 2.400h, com 2.050h de disciplinas obrigatórias e 260h optativas, com 90h de atividades complementares. Com relação à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), constam no currículo 39 disciplinas obrigatórias, 30 disciplinas optativas e duas flexíveis, pelas quais selecionamos uma única, conforme disposta no **Quadro 13**. Novamente, a disciplina parece não estabelecer relações com os conceitos que permeiam a Arquivologia. Neste caso em questão, ainda se trata de disciplina optativa.

A carga horária do curso é de 2.760h, com 2.400h voltadas às disciplinas obrigatórias, 240h para as optativas e 120h para as flexíveis. Quanto à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o PPC conta com 32 disciplinas obrigatórias e 54 disciplinas optativas, que, dentre estas, se relacionam com a nossa temática quatro, conforme **Quadro 14**. Dentre todas as Universidades mencionadas, a UFMG é a que ao nosso ver, mais dispõe de disciplinas que envolvem a educação comprometida. Apesar de pouco relacionar, em algumas disciplinas, os conceitos pertinentes do ramo da Arquivologia, parece dispor de maiores conteúdos a fim de que se realize uma reflexão sobre as temáticas deste estudo. Quanto à divisão da carga horária do curso de Arquivologia, somam-se 2.400h, com 1.980h voltadas às disciplinas obrigatórias, 300h às optativas e 120h às atividades formativas. Em relação à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), constam 49 disciplinas obrigatórias e 54 disciplinas optativas, tendo sido selecionadas duas, conforme o **Quadro 15**. Infere-se que duas disciplinas importantes são

DISCIPLINAS UFSC COM ENFOQUE NAS TEMÁTICAS		
Título	Descrição	Ementa
Informação, Direito e Cidadania	Optativa	Estatuto da cidadania como categoria jurídica e política em transformação. Análise da relação entre cidadania, Estado e Espaço Público. Cidadania e gestão liberal. Cidadania e Estado de Bem-estar Social. Cidadania e Estado Brasileiro. Participação popular e razão comunicativa.
Políticas de informação	Optativa	Indivíduo e seu ambiente sociocultural-econômico. Informação e construção da cidadania. Direito de uso, produção e acesso à informação. Políticas nacionais e internacionais para arquivos. Legislação arquivística.

Quadro 15 - UFSC. Fonte: PPC Arquivologia UFSC, 2015.

DISCIPLINAS UFPA COM ENFOQUE NAS TEMÁTICAS		
Título	Descrição	Ementa
Estudo Transversal I Estudo Transversal II Estudo Transversal III Estudo Transversal IV	Optativas	O curso de transversalidade contempla educação ambiental, sustentabilidade, educação das relações étnico-raciais, ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. Educação em Direitos Humanos, pacto universitário pela promoção e respeito à diversidade, cultura de paz e dos Direitos Humanos.

Quadro 16 - UFPA. Fonte: PPC Arquivologia UFPA, 2011.

integralizadas na grade de Arquivologia da UFSC, contudo, como disciplinas optativas. Aqui, uma das disciplinas, “Informação, Direito e Cidadania”, trata do Estado de Bem-Estar social, participação popular e comunicativa, enquanto a outra, políticas de informação, trata dos direitos de uso, produção e acesso.

A carga horária do curso é de 2.400h, com 2.200h em disciplinas obrigatórias e 180h em optativas.

Por fim, e, chegando à 16ª Universidade com o Curso de Arquivologia reconhecido pela federação, na modalidade presencial, estamos com a Universidade Federal do Pará (UFPA), que em seu PPC traz 40 obrigatórias e uma única disciplina optativa. Dentre as disciplinas, destacamos uma, conforme **Quadro 16**.

Na UFPA, notamos a existência de quatro disciplinas obrigatórias, acima listadas, que tem por objetivo cumprir o pacto universitário pela promoção e respeito à diversidade, cultura de paz e dos Direitos

Humanos, assim, foram dispostas quatro disciplinas para tratar temas considerados transversais.

Apesar disso, pouco se faz relações, ao menos na ementa, com os conceitos da Arquivologia. No entanto, apresenta um espaço maior do que algumas Universidades aqui retratadas.

Para fins de análise visual, dispomos no **Gráfico 1**, a quantidade de disciplinas selecionadas por Universidade:

Neste viés, observa-se que as disciplinas relacionadas à educação comprometida não representam nem 10% daquelas disponibilizadas pelos 16 cursos de Arquivologia existentes e reconhecidos na federação. Em alguns casos, tais disciplinas representam menos de 2% da grade curricular. É conclusão do presente estudo que os cursos de Arquivologia do Brasil não reconhecem a importância do trabalho de formação do arquivista com a educação comprometida.

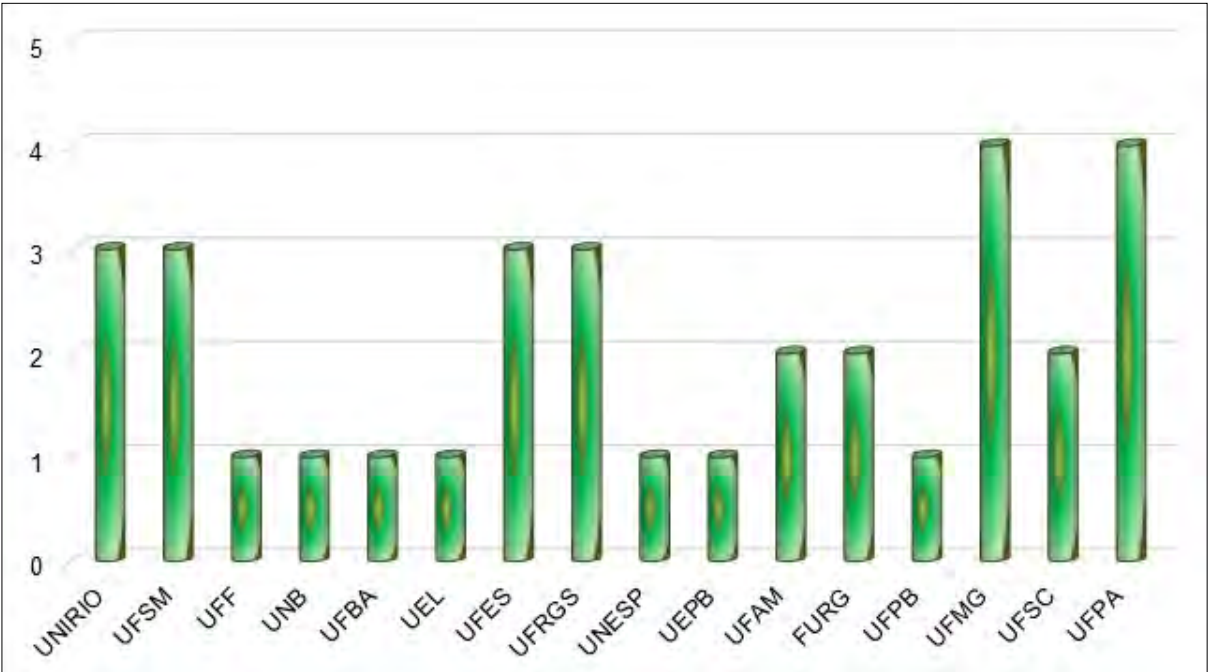


Gráfico 1 - Quantitativo de Disciplinas selecionadas por Universidade. Fonte: Pesquisador, 2023.

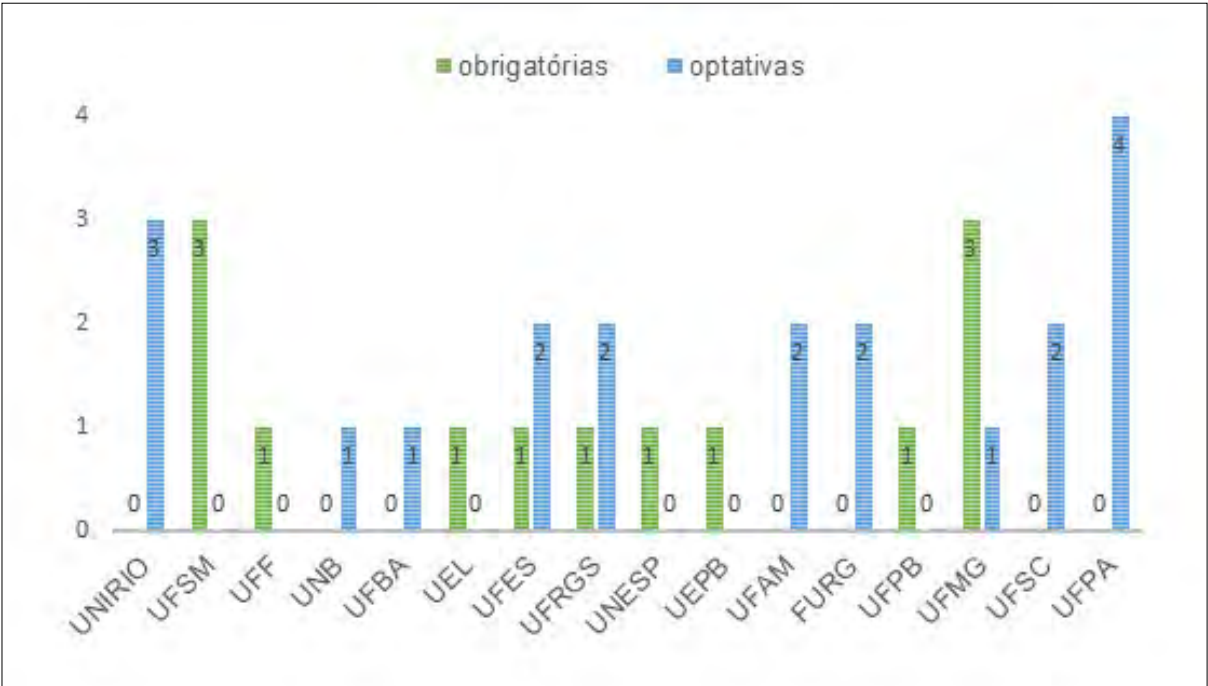


Gráfico 2 - Disciplinas obrigatórias e optativas selecionadas por Universidade. Fonte: Pesquisador, 2023.

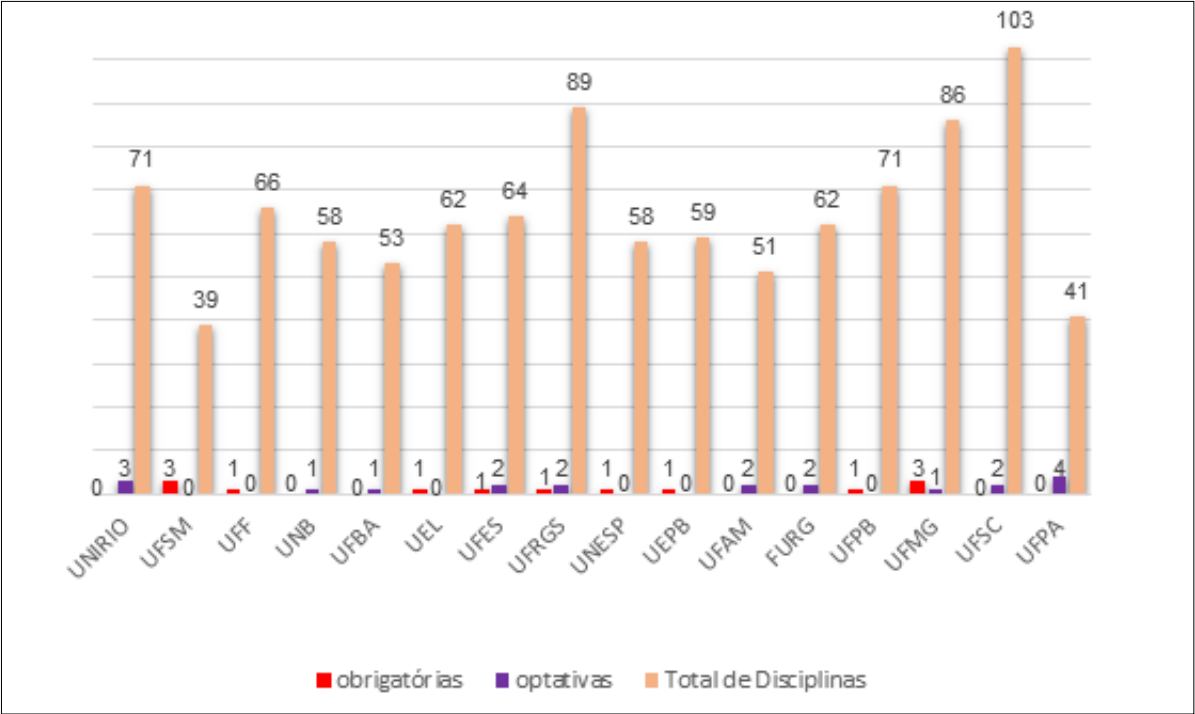


Gráfico 3 - Quantitativo de disciplinas total e disciplinas selecionadas por temática. Fonte: Pesquisador, 2023.

Considerações finais

O levantamento apontou que, no melhor dos casos, cerca de 10% das disciplinas utilizavam temas transversais que podem ser entendidos, ao menos em parte, como fortalecimento e espaço para difusão da educação comprometida. Nos piores casos, apenas 2% das disciplinas dos cursos trabalhavam com a temática.

Desta forma, evidencia-se o fato de que há pouco espaço, no contexto dos cursos de Graduação em Arquivologia presencial, para discussão e formação em torno da temática.

Os dados apontam ainda que esse número deve ser levado em atenção, quando grande parte das disciplinas citadas são disciplinas eletivas, ou seja, nem sempre estão disponíveis para serem cursadas, a depender do desejo e disponibilização do docente em fornecê-las e do desejo do aluno em cursá-las.

Sendo assim, ao final do estudo, enfatizamos que lutas e movimentos por parte dos arquivistas, estudantes e bacharéis devem ser protagonizadas, a fim de que a educação comprometida e a informação, com base social, sejam inseridas de forma efetiva nos currículos dos cursos de Arquivologia da federação, que ainda contam com desvalorização da temática em seu seio.

Referências

FERRO, C. M. **Os Direitos Humanos, a Unesco e os Arquivos. Dissertação.** (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** Ed. Atlas, 4ª ed. São Paulo, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 05 de jun. 2023.

MARIZ, A. C. A; AGUIAR, A. F. da S. O curso de Arquivologia da UNIRIO: breve histórico, características e sua importância no cenário da Arquivologia brasileira. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.7. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: wpro.

rio.rj.gov.br/registaagcrj/o-curso-de-arquivologia-da-unirio-breve-historico-caracteristicas-e-sua-importancia-no-cenario-da-arquivologia-brasileira/.

MARQUES, J. F. **“Nas ondas da Rádio-Escola”: A Educomunicação conectando saberes na sociedade aprendente.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Gestão em Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.

MARTENDAL, F. F. **Difusão da Arquivologia e suas expressões nos cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

ROCHA, M. M. V da. **Um olhar sobre os cursos de bacharelado em arquivologia no Brasil à luz do regime de informação.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Infor-

mação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2021.

RODRIGUES, F. da S.; GOMES, P. R. **Arquivologia e educação: múltiplas abordagens.** Rio de Janeiro, 2021.

SCHMIDT, C. M. dos S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SOUSA, A.S; OLIVEIRA, S.O; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43. p. 64-83/2021. Acesso em: 08 de jun. 2023.

TANUS, G. F. de S. C.; ARAÚJO, C. A. Á. O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 18, n. 37. Santa Catarina, 2013. p. 83-102. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14729734006>. Acesso em: 01 de jul. 2023.





ARTIGO

ANÁLISE DO SITE DA SHEIN: O SUPORTE AO USUÁRIO

Emilly Pego Rosa

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); graduanda no Curso de Arquivologia; Vitória (ES), Brasil.

Luan Lopes de Oliveira

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); graduando no Curso de Arquivologia; Vitória (ES), Brasil.

Diana Vilas Boas Souto Aleixo

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); docente no Curso de Arquivologia; Vitória (ES), Brasil

Resumo

Após o momento da pandemia vivenciado pela sociedade, observa-se a consolidação de novos ambientes virtuais voltados ao varejo. A implementação de várias plataformas digitais voltadas à venda, aos e-commerces e à expansão dos marketplaces, levou o usuário (cliente) a ter novas necessidades informacionais que são o reflexo deste novo ambiente. Neste sentido, o presente trabalho teve como objetivo analisar o processo de atendimento via o “Serviço de Atendimento ao Consumidor” disponibilizado pela plataforma Shein. A metodologia utilizada fez uso da observação direta do site e aplicativos da referida empresa. Como resultados, menciona-se que ao realizar a observação do site e aplicativo, houve certa dificuldade com a arquitetura usada e ausência de retorno às solicitações realizadas, o que demonstra um descompasso à política da empresa. Conclusões: percebe-se a ausência de um equilíbrio na troca de informações entre as partes de vendas e de relacionamento com o cliente/usuário.

Palavras-Chave: Usuário; Acesso à informação; Informação; Necessidade informacional.

Introdução

A sociedade pós-pandemia passou a ter novas ferramentas voltadas a atender as demandas de compra. Esse novo espaço, marcado pela facilidade de um “clic” favorece o crescimento dos e-commerce e também abre caminho para uma nova fase: o varejo 4.0. Conforme Mendonça (2016), e-commerce é a abreviação de eletronic Commerce, uma iniciativa que se fortaleceu com a chegada da internet, e se expandiu após o processo migratório das empresas varejistas tradicionais para o mercado online, os chamados marketplace, que reúnem vendedores e compradores em uma mesma plataforma (Resch; Silva; Pereira, 2020), e compreende a compra, o pedido, o pagamento e a entrega ao consumidor final. Um ponto muito discutido e relevante pode ser

Abstract

After the pandemic, society has seen the consolidation of new virtual retail environments. The implementation of various digital platforms aimed at sales, e-commerces and the expansion of marketplaces, has led the user (customer) to have new informational needs that are a reflection of this new environment. With this in mind, the aim of this study was to analyze the customer service process provided by the Shein platform. The methodology used direct observation of the company's website and applications. The results show that when observing the website and application, there was some difficulty with the architecture used, and a lack of feedback on requests made, which demonstrates a mismatch with the company's policy. Conclusions: There was a lack of balance in the exchange of information between sales and customer/user relations.

Keywords: User, Access to information; Information, Information Need.

associado a este contexto é a necessidade informacional do usuário, de maneira a compreender como suas demandas podem ser atendidas neste ambiente online. Para Silva (2022, p. 40-41) [...] a necessidade informacional é influenciada pelas características de cada indivíduo e pelas experiências vivenciadas por meio da interação com seu contexto social. Quando o sujeito busca por informação, ele age com algum propósito, seja para ampliar o seu conhecimento, para sanar uma dúvida momentânea ou para seu crescimento profissional. Desta maneira, pode-se constatar que a interação do usuário com o ambiente vai depender da

motivação impulsionada por sua necessidade informacional. Diante deste contexto, o presente trabalho buscou analisar o atendimento ao usuário na plataforma de vendas SHEIN com foco no processo de atendimento via Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) disponibilizado pela plataforma. No decorrer do trabalho frisou-se o atendimento de demandas surgidas do cliente, se possui um acesso ao atendimento eficiente e eficaz, se realmente a empresa solucionará a demanda, observamos também a forma que este atendimento é feito (seja ele por programação ou não). A pesquisa teve como premissa fazer o possível para trazer os dados e informá-los de forma clara para, no fim, refletir e propor melhorias no acesso à informação, demonstrando o olhar diante da necessidade informacional do usuário. Os estudos de usuários Os estudos de usuário destinam-se a compreender as necessidades de informação dos utilizadores, como os utilizadores usam a informação e o seu comportamento de pesquisa, razões de utilização, satisfação e adequação dos produtos e serviços. De acordo com Figueiredo (1994, p.7) “[...] os estudos de usuários são investigações que se fazem para saber o que os indivíduos precisam em matéria de informação [...]”, segundo o mesmo autor, tais estudos também podem ser aplicados a fim de saber se as necessidades informacionais dos usuários estão sendo sanadas de maneira adequada. Levando em consideração o que se apresentou acima, os estudos de usuário são essenciais para o produtor e para a disponibilização de informação, assim como para o usuário da informação, uma vez que, ao dar a devida atenção à necessidade informacional do usuário, as empresas, no caso deste estudo, as plataformas de vendas digitais, tem a possibilidade de traçar um perfil de usuário e com isso, traçar estratégias para atender a demanda do usuário.

Martucci (1997) pontua dois tipos de abordagens ao usuário da informação: tradicional e alternativo. A abordagem tradicional tem por característica ser mais engessada, ou seja, existe um modelo pré-determinado e o usuário deve se adequar a ele. A informação não é passada de acordo com a demanda do usuário, mas sim de acordo com o que o sistema quer que o usuário veja. Já a abordagem alternativa corresponde ao inverso da tradicional. Nela, o sistema responde à procura, de acordo com a demanda do usuário. Os estudos de usuário surgiram no início da década de 1980, Thomas Wilson (Thomas Wilson, 1981) se empenhou em elaborar modelos de comportamento informacional por meio da observação e descrição de características individuais de sistemas de informação, visando à otimização dos indivíduos. As contribuições dos estudos de usuário visam determinar perfis de usuários, suas necessidades de informação e satisfação com os serviços prestados por uma determinada unidade de informação. O que o usuário procura? O usuário encontra o que procura de forma eficaz? Com qual frequência o usuário retorna para fazer compras na plataforma de vendas digital? São questões que podem ser respondidas pelo estudo de usuário e que podem servir para um melhor atendimento da empresa. Plataformas de vendas digitais: Shein A Shein é uma plataforma de e-commerce criada na China e que já opera em mais de 150 países. Embora o foco principal do varejista seja moda e vestuário, o catálogo da plataforma também vende acessórios para casa e animais de estimação (Shein, 2023). O e-commerce pode ser traduzido como o comércio digital, meio onde ocorrem todas as transações comerciais dessa modalidade. As plataformas de vendas digitais, são os sites ou aplicativos dedicados a essa modalidade. No Brasil, a popularização do acesso à internet no final dos anos 2000 contribuiu

para o crescimento do e-commerce, assim com a pandemia a partir de 2020 (Tomé, 2021).

Neste contexto, o surgimento do que mais tarde viria a ser a empresa objeto de nosso estudo, a SHEIN.

A zzkko foi fundada em 2008 pelo empresário Chris Xu com um nome diferente. Em 2011, o site passou a se chamar SheInside e é mais conhecido como site de venda de vestidos de noiva, embora também venda outros tipos de roupas femininas. A partir de 2015, adota o nome de SHEIN e passa a produzir seus produtos sob demanda (Schendes, 2022).

A SHEIN é uma plataforma de vendas digital que oferece os serviços de fornecimento de uma plataforma de mercado virtual para publicidade, promoção, listagem e venda de produtos. Em linhas gerais, além de vender seus produtos, a plataforma é utilizada por terceiros para vender seus produtos, servindo de intermediário entre o vendedor e o usuário (Shein, 2023).

Metodologia

O trabalho fez uso do método de estudo de caso, onde centrou-se em um estudo detalhado e particular do aplicativo/site da Shein.

A pesquisa possui caráter exploratório, descritivo e explicativo, pois visou “[...] compreender um fenômeno ainda pouco estudado [na área de arquivos] [...]” (Branski; Franco; Lima Junior, 2010, p. 2).

O universo da pesquisa é caracterizado pelo aplicativo/site da empresa Shein e a amostra corresponde à pesquisa elaborada pelo grupo.

A coleta de dados se deu por meio da observação direta no local definido e de posse dos dados obtidos estruturou-se os resultados apresentados a seguir.

Resultados

A princípio, fez-se uma vista geral no aplicativo/site a fim de identificar como é feito o acesso ao atendimento ao cliente. Logo identificou-se não se tratar

da forma usualmente utilizada pelos demais sites do ramo. Geralmente tem-se um link ao final do site escrito “SAC” - Serviço de Atendimento ao Cliente, porém não foi encontrado no site da Shein.

No final do site há três seções (FIGURA 1) sobre informações: informações da empresa, ajuda e suporte e atendimento ao cliente. O usuário deve acessar a opção “suporte e atendimento ao cliente” (Figura 2). Ao acessar o “Serviço ao Cliente” aparecem algumas opções de forma automática. A primeira opção volta-se às “Opções de Perguntas” (FIGURA 3).

No caso da problemática que motiva a pesquisa, procurou-se por um atendimento que não estava contemplado nas perguntas indicadas (FIGURA 4). Sendo direcionado para um autosserviço (FIGURA 5). Após o pedido de “autosserviço” (FIGURA 6) foi repassado um e-mail para o contato. Ao entrar em contato com o e-mail fornecido, recebeu-se uma resposta (FIGURA 7) dizendo basicamente que aquele e-mail era destinado à imprensa, onde, novamente, foi passado um link para acesso. Ao acessar o link (FIGURA 8), ele remeteu uma mensagem de erro.

Menciona-se, que o procedimento descrito acima para contato com a empresa, apenas pode ser realizado por pessoas cadastradas no site/aplicativo.

Outro ponto, é que em nenhum momento a empresa oferece um canal de contato com um futuro cliente. Em razão do atendimento realizado pelo site, entrou-se também em contato via redes sociais, via chat do Instagram, de certa forma, a resposta ao questionamento foi rápida, porém, novamente foi vaga e não atendeu à necessidade.

Ao analisar as formas de acesso e as respostas da empresa, observa-se que ela oferece preços relativamente baixos e grande variedade de produtos para estimular a procura, a fim de influenciar no consumo, os clientes podem ser compensados com mais descontos, que são incentivados a aplicar em sua próxima compra, porém, ao contrário da oferta de produtos, constatou-se que o serviço de atendimento ao cliente é precário. O usuário é privado de informações e suporte básico.

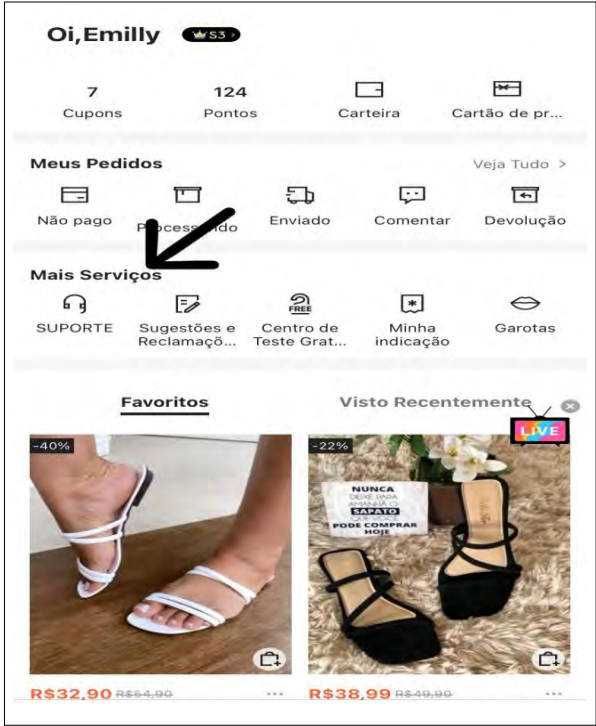


FIGURA1-Página Inicial Aplicativo Shein-IOS. Fonte: Dados da pesquisa (2023).

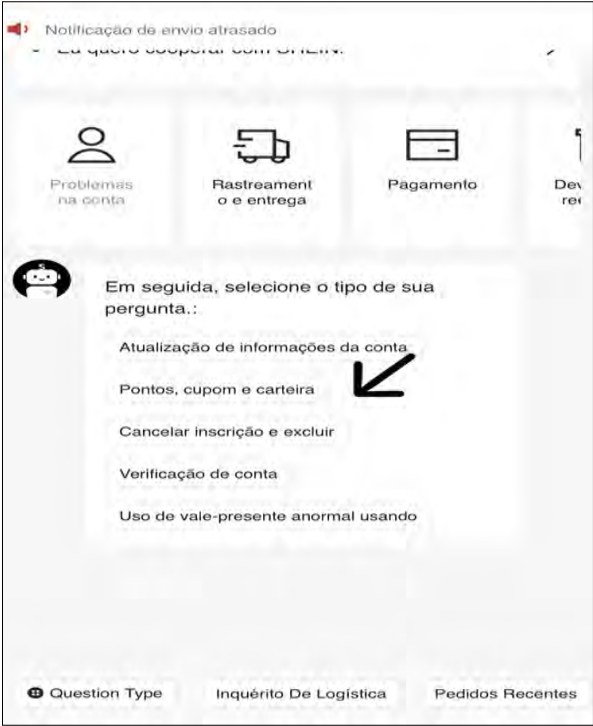


Figura 3 - Opções de Perguntas. Fonte: Dados da pesquisa (2023).



Figura 2 - Acesso Serviço Ao Cliente. Fonte: Dados da pesquisa (2023).

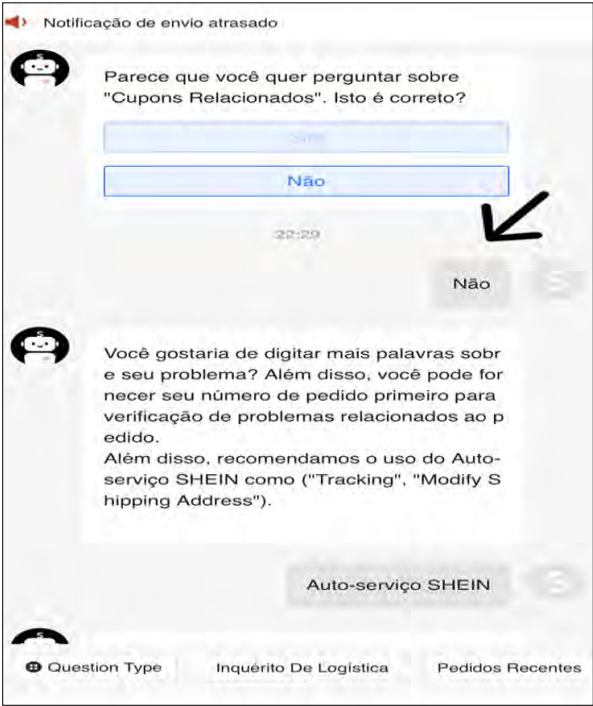


Figura 5 - Tentativa de Autosserviço. Fonte: Dados da pesquisa (2023).

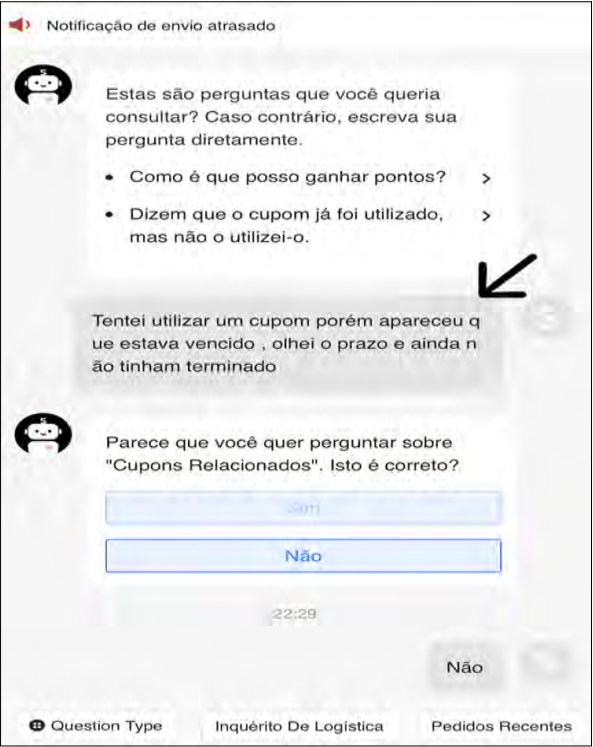


Figura 4 - Opção Não Disponibilizada. Fonte: Dados da pesquisa (2023).

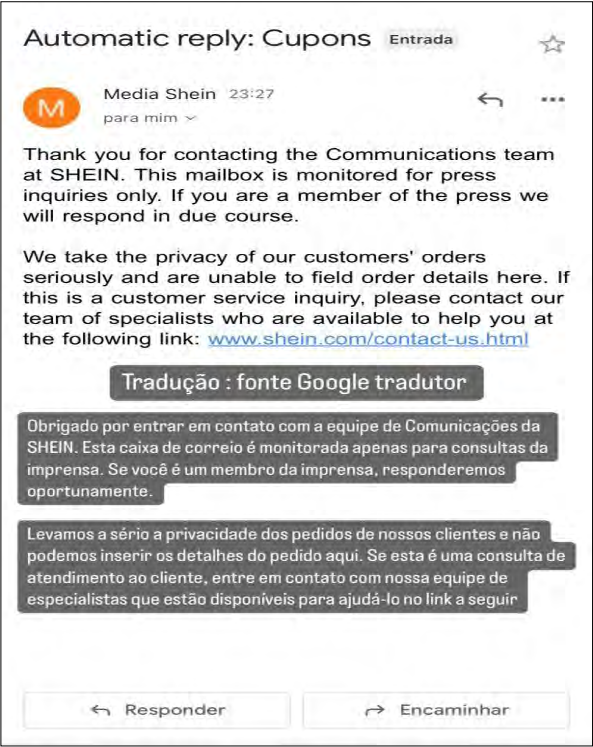


Figura 7 - Resposta do E-Mail Enviado . Fonte: Dados da pesquisa.

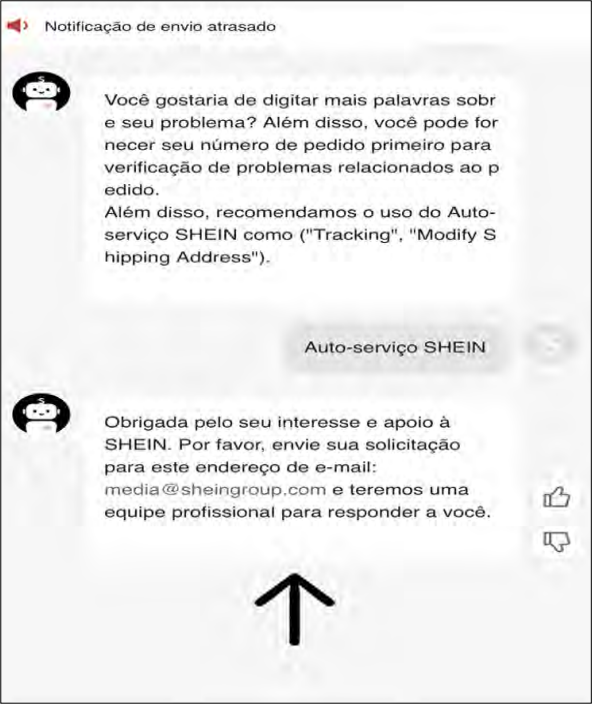


Figura 6 - Resposta Automática - E-Mail. Fonte: Dados da pesquisa (2023).



Figura 8 - Mensagem De Erro. Fonte: Dados da pesquisa.

No entanto, o sistema de acesso à informação não é feito pensando no usuário, uma vez que a dificuldade se inicia logo no primeiro contato para a busca de informações. O acesso não é facilitado, muitas respostas vagas e engessadas, não atendendo de fato à necessidade do usuário. Há um grande esforço para que o usuário conheça e tenha mais acesso aos produtos da plataforma, porém, não se tem o mesmo esforço no atendimento básico ao usuário do que diz respeito ao acesso à informação. Após análise aos atendimentos ao usuário na plataforma SHEIN, observou-se três tipos de atendimentos dados ao cliente na plataforma.

O primeiro analisado se dá através de um serviço de SUPORTE onde já existem opções prontas com possíveis perguntas e respostas para elas, uma opção boa, porém não muito agradável, devido sempre serem respostas engessadas que ajuda, porém muita das vezes não soluciona.

O segundo foi a opção chamada SERVIÇO AO CLIENTE, que por sua vez, te deixa livre para escrever o seu problema, porém o atendimento é feito através de uma programação o que te deixa travado nas opções fornecidas como respostas.

O terceiro foi através da opção de ATENDIMENTO POR E-MAIL, uma boa opção, se não fosse pelo fato de termos tentado entrar em contato, porém recebemos apenas um e-mail que te direciona a uma página que infelizmente não tem nada. Para concluir, as opções oferecidas pela plataforma SHEIN ao atendimento ao cliente se dão em um atendimento engessado e por programações.

Visando o melhoramento no atendimento ao cliente/usuário das plataformas da empresa Shein, tanto no site como nos aplicativos de smartphones, vemos a necessidade de intervenção na área. Sugere-se que o sistema seja menos tradicional, ou seja, menos engessado, com respostas prontas tentando encaixar o usuário nele mesmo e seja mais voltado para o indivíduo, ou seja, o cliente/usuário, que fará uso das informações do mesmo.

Martucci define esse tipo de abordagem como abordagem alternativa, segundo o qual

[...] enfocam o problema individual dos usuários: que informação o indivíduo quer encontrar no sistema, que uso fará dela e como o sistema pode ser melhor projetado para preencher essas necessidades de informação dependerão exclusivamente dele próprio, de seu propósito na busca de informação e de seu uso na transposição de lacunas (Martucci 1997, p.3).

Tomando por base Martucci (1997) sobre a abordagem alternativa, sugere-se a reformulação do sistema de atendimento ao cliente, a fim de que ele deixe de fazer o cliente/usuário se enquadrar no sistema, passando para um sistema que se amolde às necessidades do cliente/usuário.

Entende-se que ao mudar a abordagem do sistema, moldando o sistema às necessidades do cliente/usuário, a empresa demonstrará mais cuidado com o cliente/usuário tornando sua experiência única, amarrando todas as pontas soltas, tornando a plataforma mais confiável contribuindo desta forma com a missão da empresa.

Outra intervenção necessária diz respeito à forma de acesso ao sistema de atendimento ao cliente. O mesmo, da forma que se encontra, não é intuitivo e é acessado de formas diferentes dependendo da plataforma em uso. Sugere-se sua reformulação, para que fique de uma forma explícita e intuitiva.

Conclusão

Observou-se a necessidade de oferecer um atendimento a demandas surgidas com bastante atenção, visto que o contato direto com eles é dificultoso, um ponto de extrema importância a se investir na empresa.

Como demonstrado, a empresa precisa melhorar seu relacionamento com o cliente/usuário de suas plataformas. Falta um equilíbrio na troca de informações entre as partes de vendas e de relacionamento com o cliente/usuário, pois ter um alto índice de reclamações ou de não resolução de problemas

divulgados na internet, pode acarretar atrapalhar no principal objetivo da empresa que é tornar a moda acessível a todos.

Sendo assim, sugere-se que a empresa torne o processo de contato “cliente/usuário x empresa” mais fácil e prático, mostrando de forma direta em suas plataformas as formas de contato, de igual modo, sugerimos que este contato seja o menos automatizado possível, para, desta forma, demonstrar cuidado e apreço pelo cliente/usuário.

Além disso, propõem-se também, a abertura de um canal em suas plataformas para sugestões, fazendo dessa forma que o cliente/usuário se sinta parte das melhorias da empresa.

Referências bibliográficas

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudos de uso de usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994.

MARTUCCI, Elisabeth M. **Abordagem sense-making para estudo de usuário**. Porto Alegre: ABEED-Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação da UFRGS, 1997.

MENDONÇA, Herbert Garcia de. E-commerce. **Journal of Innovation, Projects and Technologies** –JIPTRevista Inovação, Projetos e Tecnologias –IPTECvol. 4, N. 2. Jul./ Dez. 2016. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/iptec/article/view/9361/pdf_49. Acesso em: 01 mar. 2024.

RESCH, Sibelly; SILVA, Joice do Nascimento; PEREIRA, Jaiane Aparecida. MARKETPLACES E AS TRANSFORMAÇÕES NO VAREJO. Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN), v. 4, n. 1, **Anais....** 2020.

SCHENDES, William. **Shein**: conheça a história da marca que está bombando no Brasil. Olhar digital. Disponível em: <https://olhar-digital.com.br/2022/11/09/pro/shein-conheca-a-historia-da-marca-referencia-em-fast-fashion/>. Acesso em: 03 maio. 2023.

SHEIN. **Sobre nós**. Disponível em: <https://br.shein.com/About-Us-a-117.html>. Acesso em: 01 mar. 2024.

SILVA, Ana Rosa da. **A experiência do usuário no acesso à informação**: um retrato das bibliotecas universitárias da UFPE. Dissertação. 133f, 2022. (Mestrado em Ciência da Informação). Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/50670>. Acesso em: 01 mar. 2024.

TOMÉ, Luciana Mota. **Comércio eletrônico**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ano 6, n.205, dez. 2021 (Caderno Setorial Etene). Disponível em: <https://bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/1114>. Acesso em: 01 mar. 2024.





ARTIGO

UMA REFLEXÃO SOBRE POSSIBILIDADES DO USO DO BLOCKCHAIN NA ARQUIVOLOGIA

Tânia Barbosa Salles Gava

Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF) com o projeto de pesquisa intitulado "Preservação Digital Sistêmica" (2022).

Daniel Flores

Doutor em Documentação pela USAL/Espanha - revalidado pela UFRJ como Doutor em Ciência da Informação no Brasil e pós-doutorado na USAL/ Fundação Carolina em Documentos Digitais: Gestão e Preservação Digital. Consultor e Assessor em Projetos de Transformação Digital Arquivística.

Simone Perozini

Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal do Espírito Santo(2023).

Resumo

Este trabalho tem como objetivo geral apresentar uma reflexão sobre possibilidades de uso da tecnologia blockchain na Arquivologia e como objetivos específicos apresentar a mudança de paradigma em relação ao conceito de autenticidade dos documentos arquivísticos no ambiente analógico e digital; apresentar um breve histórico da tecnologia blockchain e apresentar algumas aplicações da tecnologia blockchain na Arquivologia. Como principais resultados, o trabalho apresenta uma reflexão inicial sobre o uso da tecnologia blockchain na Arquivologia, no contexto da mudança de paradigma do conceito de autenticidade do ambiente analógico para o digital, como também algumas aplicações, características, uso potencial, fatores críticos de sucesso, oportunidades e barreiras da tecnologia blockchain. Finalizando, esta pesquisa deixa o tema em aberto propondo que no futuro se realizem novas pesquisas com a finalidade de contextualizar e aprofundar mais o que aqui foi apresentado. Juntamente com possíveis novas pesquisas de contextualização e aprofundamento, sugere-se a realização de estudo de caso.

Palavras-chave: autenticidade; autenticação; blockchain; documentos digitais.

Abstract

This work has the general objective of presenting a reflection on the possibilities of using blockchain technology in Archival Science, and the specific objectives of presenting the paradigm shift in relation to the concept of authenticity of archival documents in the analogue and digital environment; present a brief history of blockchain technology and present some applications of blockchain technology in Archival Science. As main results, the work presents an initial reflection on the use of blockchain technology in Archival Science, in the context of the paradigm shift in the concept of authenticity from the analogue to the digital environment, as well as some applications, characteristics, potential use, critical success factors , opportunities and barriers of blockchain technology. In conclusion, this research leaves the topic open, proposing that new research be carried out in the future with the aim of contextualizing and deepening what was presented here. Along with possible new contextualization and in-depth research, it is suggested to carry out a case study.

Keywords: authenticity; authentication; blockchain; digital documents.

Introdução

Desde 1990 a tecnologia digital no Brasil vem substituindo gradativamente e cada vez mais, a tecnologia analógica no que se refere à produção documental. Essa realidade vem transformando a sociedade como um todo.

As telecomunicações são quase integralmente digitais desde 1990 e a maioria da nossa memória tecnológica (94%) já estava em formato digital no ano de 2007. Se pensarmos que um dos traços marcantes da utilização actual das tecnologias de comunicação e informação consiste em carregar para as várias plataformas disponíveis não só conteúdos novos mas também conteúdos previamente exis-

tentes em outros suportes - tornando assim digital a nossa memória colectiva que antes era analógica - concluímos que, para todos os efeitos práticos, a maior parte da nossa memória colectiva registrada tecnologicamente está hoje em formato digital (Manovich, 2001, apud Moreno, 2013, p. 4 e 5).

No contexto tecnológico digital, o documento fica vulnerável à alteração física, seja ela legítima ou ilegítima, assim como sujeito à obsolescência de hardware, software e formatos. Assim, a tecnologia evidenciou um novo paradigma para a preservação – e para a gestão documental – na arquivística, com base na mudança do ambiente analógico para o ambiente digital. Ou seja, o documento deixou de ser uma unidade indissolúvel entre a informação e seu

suporte de registro (Santos, 2012, p.118), como acontecia com os documentos produzidos no ambiente analógico, que “[...] se apresentam como um pacote bem amarrado, em que o conteúdo do documento está firmemente fixado em seu suporte, e o próprio documento está arquivado contextualmente com outros documentos a ele relacionados” (InterPARES 2 Project, 2010, p. 04). Rondinelli (2013) reforça esse entendimento quando assevera sobre a relação inextricável do documento de linguagem alfabética e registrado em papel com o suporte. Ao invés disso, no ambiente digital, suporte e cadeias de bits de um documento digital podem mudar com o tempo, porque diferentemente dos documentos analógicos, os documentos digitais não têm sua forma física e conteúdo vinculados ao suporte (Conselho Nacional de Arquivos, 2012). No entanto, essas mudanças devem manter a forma fixa e o conteúdo estável dos documentos, a fim de não comprometer sua autenticidade (InterPARES 2 Project, 2010).

Segundo Gava e Flores (2021), as vulnerabilidades dos documentos digitais advindas da evolução tecnológica trouxeram preocupação no que se refere à autenticidade e confiabilidade desses documentos, visto que, para que eles cumpram suas funções primárias, é preciso que se mantenham autênticos e confiáveis pelo tempo que for necessário.

A Resolução nº 37/2012 do CONARQ considera o conceito de autenticidade a partir da Arquivologia e da Diplomática, e a define como:

A qualidade de um documento ser exatamente aquele que foi produzido, não tendo sofrido alteração, corrupção e adulteração. A autenticidade é composta de dois elementos, sendo eles: identidade e integridade. A identidade é o conjunto dos atributos de um documento arquivístico que o caracterizam como único e o diferenciam de outros documentos arquivísticos e a integridade é a capacidade de um documento arquivístico transmitir exatamente a mensagem que levou à sua produção (sem sofrer alterações de forma e conteúdo) de ma-

neira a atingir seus objetivos (Conselho Nacional de Arquivos, 2012, p.37).

Outro conceito importante é o da autenticação, que não se deve confundir com o conceito de autenticidade. Autenticação de acordo com o CONARQ é:

Autenticação: declaração de autenticidade de um documento arquivístico, num determinado momento, resultante do acréscimo de um elemento ou da afirmação por parte de uma pessoa investida de autoridade para tal (Conselho Nacional de Arquivos, 2012, p. 2)

O Projeto InterPARES 2 (2010) define autenticação como “[...] a declaração da autenticidade, resultante da inserção ou da adição de elementos ou afirmações nos documentos arquivísticos em questão, e as normas que a regulam são estabelecidas pela legislação” (InterPARES 2 Project, 2010, p. 04)

A autenticação é o processo de determinar a identidade de um usuário com base nas informações fornecidas a ele. É necessário diferenciar o acesso a dados e serviços. Existem diferentes maneiras de autenticar usuários - senhas, arquivos de chave, chaves eletrônicas, que já se tornaram clássicos e ainda não são muito difundidos, como por exemplo, biometria e métodos não padronizados como a análise das características de tempo de uma frase-chave inserida por um usuário com uma rede neural (Paula; Cordeiro, 2015), sendo as s senhas um dos métodos de autenticação mais simples e comuns.

A área de Arquivologia não foge a esta tendência, da autenticação de documentos à emissão de certificados digitais. O setor de Arquivologia, e particularmente as instituições públicas, enfrenta muitos problemas de segurança de dados. Segundo Silva et al., (2021), existe uma evolução de uma hierarquia arquivística para uma estrutura de rede no setor público. Questões relacionadas à falsificação de dados, perda e roubo de dados digitais, entre outras, levaram as entidades que atuam no setor a buscar novas

formas de promoverem seus processos de forma rápida, segura e eficaz, tendo como cerne a criptografia oferecida pelo *blockchain*.

Segundo Flores (2022), o *blockchain* é uma tecnologia disruptiva com potencial aplicação segura nos Arquivos, porém ao ter uma adoção sem preservação digital sistêmica, ele preserva apenas os *ledger*s de autenticação. De acordo com Rondinelli (2005) a autenticidade do documento digital está diretamente ligada ao modo, à forma e ao status de transmissão. Para Flores (2022) a autenticidade é ampla e contextual e está relacionada ao armazenamento.

Desde o final dos anos 2000 a conceituação do *blockchain* revolucionou muitos setores. Desde os serviços financeiros, com o advento da criptomoeda e do *bitcoin*, ao setor de saúde, para melhor acesso aos dados pessoais dos pacientes, o advento do *blockchain* revela uma necessidade significativa de segurança de dados entre os mais diversos setores.

A tecnologia *blockchain* pode ser resumida como sendo uma base de dados descentralizada, permanente e imutável, mantida por uma rede distribuída de computadores, constituindo-se basicamente como uma tecnologia de autenticação (Moreira; Delgado; Santos, 2021, p. 26). Nas palavras de Mougayar (2017), o *blockchain* é uma tecnologia que grava transações permanentemente de uma maneira que não podem ser apagadas depois. Em suma, a tecnologia *blockchain* é inerentemente resistente à alteração de dados. Portanto, vem despertando grande interesse, por se tratar de uma tecnologia que pode ser útil para facilitar o acesso a dados de pesquisa, armazenar de forma segura dados coletados e fornecer transparência na distribuição de recursos (Gonçalves; Rodrigues, 2020, p.28), por exemplo. Costa (2018) também sugeriu o uso do *blockchain* nas universidades, colaborando para a preservação e autenticidade de documentos acadêmicos. Além de poder até mesmo transformar o serviço financeiro (Deloitte, 2017), visto que tem chamado a atenção das empresas e pode assegurar até mesmo a realização de contratos mais inteligentes e seguros. Logo, o *blockchain* deixa de ser

considerado apenas uma tecnologia de autenticação, mas um recurso com inúmeras possibilidades de aplicações arquivísticas.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral apresentar uma reflexão sobre possibilidades de uso da tecnologia *blockchain* na Arquivologia e como objetivos específicos apresentar a mudança de paradigma em relação ao conceito de autenticidade dos documentos arquivísticos no ambiente analógico e digital; apresentar um breve histórico da tecnologia *blockchain* e apresentar algumas aplicações da tecnologia *blockchain* na Arquivologia.

Em relação aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental. De acordo com Gil (2002, p. 44-45), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e a pesquisa documental se constitui de fontes mais diversificadas, ou seja, documentos que ainda não receberam nenhum tratamento analítico. Para Gil, as pesquisas bibliográfica e documental se assemelham de alguma forma. A primeira porque se utiliza das contribuições de autores sobre determinado assunto e a segunda porque se utiliza de trabalhos que ainda podem ser reelaborados porque ainda não receberam tratamentos analíticos (Gil, 2002, p. 41-45).

Por fim, este trabalho está estruturado da seguinte maneira: a seção 2 apresenta uma breve discussão sobre a mudança de paradigma em relação ao conceito de autenticidade dos documentos arquivísticos no ambiente analógico para o ambiente digital e o conceito de autenticação de documentos. A seção 3 apresenta um breve histórico da tecnologia *blockchain*. A seção 4 apresenta alguns exemplos de aplicação da tecnologia *blockchain* na Arquivologia. A seção 5 apresenta as considerações finais e em seguida estão as referências bibliográficas.

Mudança de paradigma em relação ao conceito de autenticidade dos documentos arquivísticos: do ambiente analógico ao ambiente digital

De acordo com as diretrizes para presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais (Conselho Nacional de Arquivos, 2020), para que um documento tenha a característica de documento arquivístico, independente do suporte em que foi criado, é preciso que ele seja confiável, autêntico, acessível e compreensível. A autenticidade, ademais dos seus dois componentes: identidade e integridade, tem como três dependências: a custódia, a preservação e a transmissão no tempo. No entanto, é importante destacar que, segundo a resolução nº 43 do CONARQ, a responsabilidade sobre a custódia e preservação dos documentos arquivísticos digitais deve ser de um RDC-Arq (Repositório Arquivístico Digital Confiável), sendo a tecnologia *blockchain*, por suas especificidades, consegue garantir somente a transmissão segura no tempo e espaço.

O e-ARQ Brasil (Conselho Nacional de Arquivos, 2022) define autenticidade como: documento arquivístico autêntico é aquele que diz ser, independentemente de se tratar de minuta, original ou cópia, e que é livre de adulterações ou qualquer outro tipo de corrupção (Conselho Nacional de Arquivos, 2022, p. 29).

Para Hirtle, no ambiente analógico a transferência física e legal dos documentos de uma instituição produtora para uma instituição arquivística custodiadora (sucessor legítimo), ou seja, do produtor para um custodiador confiável, assegurava uma cadeia de custódia ininterrupta (Hirtle, 2001). Logo, nos documentos arquivísticos analógicos, conteúdo e suporte não se separam, de modo que sua identidade e integridade podem ser constatadas à luz da Diplomática, que diz que a autenticidade se refere a não adulteração do documento após sua produção. A autenticidade dos documentos arquivísticos analógicos está intrinsecamente relacionada com o conceito de documento de arquivo proposto por T.R Schellenberg:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função de suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (Schellenberg, 2006, p. 41).

Para Rondinelli, a autenticidade de um documento de arquivo está diretamente ligada ao modo, à forma e ao status de transmissão deste documento, bem como às condições de sua preservação e custódia. Isso quer dizer que o conceito de autenticidade se refere à adoção de métodos que garantem que o documento não foi adulterado após sua criação e que, portanto, continua sendo tão fidedigno quanto era no momento que foi criado (Rondinelli, 2002).

Santos (2011) refere-se à autenticidade como sendo um controle do processo de criação, manutenção e custódia do documento arquivístico. Corroborando com esse entendimento o CONARQ quando diz que:

[...] a confiabilidade está relacionada ao momento da produção, autenticidade está ligada a transmissão do documento e a sua preservação e custódia. Um documento autêntico é aquele que se mantém da mesma forma como foi produzido, e, portanto, apresenta o mesmo grau de confiabilidade que tinha no momento de sua produção. Assim, o documento não completamente confiável, mas transmitido e preservado sem adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção, é autêntico (Conselho Nacional de Arquivos, 2020, p. 37)

Para Rondinelli (2013), o documento analógico está inextricavelmente ligado ao suporte, possui linguagem alfabética, registro em papel e de leitura

direta. Já no paradigma digital, segundo Rondinelli (2013), para que o documento seja acessível aos olhos humanos, faz-se necessário a intermediação de equipamentos tecnológicos passíveis de leitura da linguagem binária, e vai além:

[...] documento arquivístico digital é um documento, isto é, “uma unidade indivisível de informação constituída por uma mensagem fixada num suporte (registrada), com uma sintática estável”, “produzido e/ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer das suas atividades”, “codificado em dígitos binários e interpretável por um sistema computacional”, em suporte magnético, óptico ou outro” (Rondinelli, 2013, p. 235).

Embora no ambiente analógico a transferência física e legal dos documentos de uma instituição produtora para uma instituição arquivística custodiadora assegurasse uma cadeia de custódia ininterrupta, mantendo a autenticidade dos documentos, no ambiente digital isso não é verdade, pela especificidade e complexidade do documento digital e suas vulnerabilidades (Gava; Flores, 2021). Assim, em relação ao ambiente digital, para o InterPARES 2 Project, 2010, a autenticidade dos documentos é colocada em risco sempre que os documentos são transmitidos através do tempo e do espaço. De acordo com o Conselho Nacional de Arquivos (2020), a presunção de autenticidade do documento arquivístico digital se dá com base na análise da forma e do conteúdo (integridade) e no ambiente de produção, manutenção/ uso e preservação desse documento.

Segundo Rondinelli (2013), de acordo com a Diplomática, um documento arquivístico digital possui as seguintes características: forma fixa, conteúdo estável, relação orgânica, contexto identificável, ação e cinco pessoas envolvidas: autor, redator, destinatário, originador e produtor. Rondinelli ressalta o entendimento de que o documento digital possui forma fixa e conteúdo estável, mesmo ciente de que um documento digital tem seu formato alterado

quando da sua apresentação, citando como exemplo os formatos de Word para pdf, que possuem diferentes codificações digitais. Reforça ainda que, para os documentos digitais, por sua natureza dinâmica, certa variabilidade, tanto de forma quanto de conteúdo, deve ser levada em conta (Rondinelli, 2013, p. 245).

Breve histórico da tecnologia *Blockchain*

O termo *blockchain* surgiu em 2008 com a publicação do documento: “*Bitcoin: A Peer-To-Peer Eletronic Cash System*” assinado por um autor de codinome Satoshi Nakamoto. Segundo Cesar apud Fernal (2022, p. 34):

O prelúdio da tecnologia *blockchain* foi no início da década de 1970, com o surgimento das bases de dados. Esse período, em questão ficou conhecido como *big iron*, no qual as grandes corporações do setor tecnológico como, por exemplo, International Business Machine (IBM) armazenavam seus dados em grandes bancos de dados (Cesar, Apud Fernal, 2022, p. 34).

Um *blockchain*, originalmente cadeia de bloco, é uma lista crescente de registros, chamados blocos, que são ligados usando criptografia. Cada bloco contém um *hash* criptográfico do bloco anterior, um registro de data e hora e dados de transação (geralmente representados como um *hash* de raiz de árvore merkle) (Friedrich et al., 2020).

Por ser uma tecnologia que grava transações permanentemente de uma maneira que não podem ser apagadas depois (Mougayar, 2017), em suma, a tecnologia *blockchain* é inerentemente resistente à alteração de dados, sendo “um livro-razão aberto e distribuído que pode registrar de forma eficiente, verificável e permanente as transações entre duas partes”. Um *blockchain* é frequentemente administrado por uma rede *peer-to-peer* coletivamente em conformidade com um protocolo para comunicação entre nós e verificação de novos blocos quando usado como um livro-razão distribuído (Moura et al., 2020).

O *Blockchain* foi inventado por uma pessoa usando o nome Satoshi Nakamoto, em 2008, para servir como razão de transação pública da *bitcoin* criptomoeda. A identidade de Satoshi Nakamoto é desconhecida. A invenção do *blockchain* para a *bitcoin* fez dela a primeira moeda digital a resolver o problema do gasto duplo sem a necessidade de uma autoridade confiável ou servidor central (Bovério et al., 2018).

Um *blockchain* é um *ledger* digital descentralizado, distribuído e público que é usado para registrar transações em vários computadores, de forma que qualquer registro envolvido não possa ser alterado retroativamente, sem a alteração de todos os blocos subsequentes. Isso permite aos participantes verificar e auditar transações de forma independente e relativamente barata (Lyra, 2019).

A rede ponto a ponto e um servidor de carimbo de data/hora distribuído são usados para administrar de forma autônoma um banco de dados *blockchain*. A cooperação em massa motivada pelo interesse próprio da comunidade os autentica (Silveira et al., 2021).

Essa arquitetura suporta um processo robusto em que as dúvidas dos participantes sobre a segurança dos dados são mínimas. A implementação de um *blockchain* elimina o atributo de reprodução ilimitada de um ativo. Ele verifica se cada unidade de valor foi transmitida apenas uma vez, resolvendo assim o antigo problema de gastos duplicados (Viana et al., 2020).

Um *blockchain* tem sido caracterizado como um mecanismo de troca de valor. Uma *blockchain* pode preservar os direitos de propriedade porque, quando construída corretamente para especificar o acordo comercial, cria um registro imutável de oferta e aceitação (Greve et al., 2018).

Stuart Haber e W. Scott Stornetta publicaram o primeiro trabalho em um *blockchain* protegido criptograficamente em 1991. Eles queriam construir um sistema que evitasse que os carimbos de data/hora dos documentos fossem alterados. Em 1992, Haber, Haber e Stornetta integraram as árvores Merkle na arquitetura, o que aumentou sua eficiência ao permi-

tir a coleta de várias certificações de documentos em um único bloco (MOURA et al., 2020).

Em 2008, como dito, uma pessoa ou grupo identificado como Satoshi Nakamoto concebeu o primeiro *blockchain*. Usando uma abordagem semelhante ao *Hashcash* para adicionar blocos à cadeia sem precisar que eles sejam assinados por uma entidade confiável, Nakamoto aprimorou significativamente o conceito. No ano seguinte, Nakamoto implantou o projeto como um componente fundamental da criptomoeda *bitcoin*, onde atua como livro-razão público para todas as transações da rede (Friedrich et al., 2020).

Em agosto de 2014, o arquivo *blockchain* do *bitcoin*, que contém registros de todas as transações da rede, ultrapassou 20 GB de tamanho (gigabytes). Em janeiro de 2015, a capacidade aumentou para cerca de 30 GB e, entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017, o tamanho aumentou de 50 GB para 100 GB. As palavras bloco e corrente foram usadas separadamente no artigo original de Satoshi Nakamoto, mas acabaram sendo popularizadas como uma única palavra, *blockchain*, até 2016 (Migliorini et al., 2019).

A tecnologia *blockchain* pode ser integrada em várias áreas. O principal uso de *blockchains* hoje é como um livro distribuído para criptocorrências, mais notavelmente o *bitcoin*. Existem alguns produtos opcionais que vencem a prova de conceito no final de 2016 (Greve et al., 2018).

A partir de 2016, alguns observadores continuam céticos. Steve Wilson, da *Constellation Research*, acredita que a tecnologia foi anunciada com reivindicações irrealistas. Para mitigar o risco, as empresas relutam em colocar *blockchain* no centro da estrutura de negócios (Viana et al., 2020).

Aplicações da tecnologia *Blockchain* na arquivologia

É praticamente um truismo dizer que a sociedade tem uma relação difícil com sua história. É igualmente banal dizer e descrever os graves perigos que

ameaçam o patrimônio cultural, monumental e imaterial. Da mesma forma, não há nada de original em mostrar o lugar que os arquivos ocupam na vida administrativa e econômica (Melo et al., 2020).

Com o avanço tecnológico, as Instituições Arquivísticas se viram diante de uma sociedade em busca de direitos demandando uma política organizacional voltada à preservação digital em longo prazo e mantidos em repositórios confiáveis (Santos; Flores, 2018). No Brasil, esses repositórios devem ser Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RCD-Arq), segundo preconiza a Resolução n. 43 do CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos, 2015). Embora o cidadão esteja ciente de seu direito de encontrar nos arquivos os documentos que procura, independentemente da sua natureza jurídica, ainda parece haver uma lacuna persistente entre a percepção dos arquivos na sociedade e o papel que às vezes se quer que eles desempenhem na relação entre a administração e os cidadãos (Moura et al., 2020).

Além disso, a última década testemunhou uma ampliação do público. Os arquivistas encontram-se diante de novas restrições e desafios. Devem, portanto, responder às novas necessidades de um público tão diverso quanto uma sociedade pode ser, vendo-se diante de um novo usuário que ocupa cada vez mais espaço e tempo: o cidadão em busca de direitos e da história (Domingues et al., 2022). Compreendendo que a Arquivologia é a disciplina dedicada à análise dos arquivos, também conhecida como arquivística, a Arquivologia investiga todas as questões relacionadas aos arquivos e às instituições dedicadas à sua preservação. Surgindo da Diplomática, a disciplina também se preocupa com as circunstâncias (contexto ou proveniência) sob as quais a informação ou item foi e é usado (Melo et al., 2020).

A Arquivologia também abrange o estudo de esforços anteriores para preservar documentos e itens, correção dessas técnicas nos casos em que esses esforços falharam e o desenvolvimento de novos processos que evitam erros de técnicas anteriores utilizadas. O campo também inclui o estudo de mé-

todos de armazenamento de catálogos tradicionais e eletrônicos, preservação digital e o impacto de longo alcance de todos os tipos de programas de armazenamento. O termo arquivo, por sua vez, refere-se a um documento que uma entidade, uma empresa ou um indivíduo gera no âmbito do desenvolvimento de uma atividade ou função (Moura et al., 2020).

Os arquivos incluem todos os documentos relacionados com a atividade de uma empresa (arquivos privados) ou de uma organização pública (arquivos públicos). Desempenham uma tríplice função administrativa, jurídica e testemunhal. São necessários ao bom funcionamento de uma organização e para contextos históricos (Santos; Flores, 2016). Os arquivos são de grande valor para os historiadores e para a manutenção da memória coletiva. Os arquivos podem ser utilizados como referências para o conhecimento do passado. Em uma organização privada, os arquivos permitem, por exemplo, forjar uma cultura corporativa ou fornecer informações. No âmbito público, os arquivos contribuem para uma melhor compreensão das civilizações e pode auxiliar no desempenho da gestão (Melo et al., 2020).

Desta forma, a Arquivologia visa promover o uso e a preservação destes arquivos. É comum que a Arquivologia seja enquadrada nas ciências da informação. Gerir recursos, examinar informação em contexto e explorar sua potencial utilidade são alguns dos temas de interesse desta área (Moura et al., 2020). Ademais, a ciência arquivística não trata apenas de promover a preservação e o uso de documentos. A Arquivologia se concentra em como eles devem ser avaliados, classificados, ordenados, geridos, interpretados e divulgados. O arquivamento geralmente está vinculado a grandes arquivos públicos. No entanto, suas contribuições também são importantes nos arquivos de pequenas organizações ou mesmo em registros familiares (Santos; Flores, 2016).

No entanto, todos os documentos são vulneráveis à destruição ou podem ser corrompidos (se forem digitais), seja de forma maliciosa, por acidente ou por um desastre natural, como inundação ou in-

cêndio. Os documentos digitais, por exemplo, podem ser comprometidos por: ameaças à segurança, falha de software ou hardware, falha de energia, mau funcionamento do computador, roubo e erro humano. A Arquivologia correta dos documentos busca evitar tais problemas, garantindo uma maior segurança para os dados (Moura et al., 2020).

Tradicionalmente, a ciência arquivística envolve métodos consagrados pelo tempo para preservar itens e informações em instalações de armazenamento climatizadas. Essa técnica envolvia tanto a catalogação quanto o acesso de itens a um arquivo de coleção, sua recuperação e manuseio seguro. No entanto, as transformações tecnológicas trouxeram novos desafios para as organizações quanto às novas formas de gestão dos documentos arquivísticos e a busca por ferramentas tecnológicas capazes de conferir confiabilidade e segurança aos dados (Moura et al., 2020).

A privacidade dos dados e a segurança da informação também tem sido um aspecto crucial e muito importante, que desafia as instituições. Além disso, à medida que mais dados são digitalizados e mais informações são compartilhadas on-line, a privacidade dos dados se torna ainda mais importante (Souza, 2016). Sendo a prática de impedir o acesso não autorizado, uso, divulgação, distorção, modificação, pesquisa, registro ou destruição de informações, a principal tarefa da segurança da informação é uma proteção equilibrada da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados, levando em consideração a adequação da aplicação e sem qualquer prejuízo desempenho organizacional. Isso é obtido principalmente por meio de um processo de gerenciamento de risco de várias etapas que identifica ativos fixos e intangíveis, fontes de ameaças, vulnerabilidades, exposição potencial e recursos de gerenciamento de risco. Este processo é acompanhado por uma avaliação da eficácia do plano de gerenciamento de risco (Sousa, 2014).

Neste sentido, as comunidades científica e profissional estão em constante colaboração com o objetivo de desenvolver metodologias, políticas e padrões para a proteção e confiabilidade da informa-

ção, responsabilidade legal e padrões de formação de usuários e administradores. Essa padronização é amplamente influenciada por uma ampla gama de leis e regulamentos que governam como os dados são acessados, processados, armazenados e transmitidos (Leonardi, 2012).

A confidencialidade da informação é alcançada fornecendo acesso a ela com o mínimo de privilégios com base no princípio do conhecimento mínimo necessário (need-to-know). Em outras palavras, uma pessoa autorizada deve ter acesso apenas às informações de que necessita para o desempenho de suas funções. Uma das medidas mais importantes para garantir o sigilo é a classificação das informações, o que permite que sejam classificadas como estritamente confidenciais ou destinados ao uso público ou interno. A criptografia da informação é um exemplo típico de um dos meios de garantir a confidencialidade (Leonardi, 2012).

Registros que são potencialmente confidenciais são armazenados com segurança até que passe um período predeterminado, quando se tornam disponíveis ao público em geral. Enquanto eles estão sendo armazenados, apenas os profissionais adequados, tais como os arquivistas e outros profissionais da informação, com permissão apropriada podem acessá-los para garantir que os objetos sejam preservados adequadamente. O interesse da tecnologia *blockchain* para arquivamento é que ela permite encadear, compartilhar, carimbar o tempo e proteger qualquer transação, preservando sua integridade, confiabilidade, autenticidade e legibilidade (Iglesias, 2018).

Devido ao uso das tecnologias de informação e comunicação (TICS), que mudaram o mercado de trabalho e o ambiente científico ao possibilitar a criação, o compartilhamento e o acesso à informação, a Arquivologia vive um momento desafiador. O trabalho arquivístico nesse contexto requer preservar, organizar, regular, armazenar e verificar a autenticidade dos recursos digitais sob uma nova perspectiva (Peck, 2017).

Assim como os documentos tradicionais, os documentos de arquivo digital precisam de cuidados

com os registros de suporte (datacenter, disco rígido, fita magnética e memória flash), pois a preservação do documento digital requer requisitos e técnicas para preservar sua autenticidade e integridade. Estes são compostos por seu suporte, substância, forma, ação, pessoas, conexão orgânica e cenário de produção. Em registros arquivísticos gerados digitalmente, esses aspectos são vistos individualmente por meio de metadados ou dados que explicam ou descrevem outros dados (Nascimento et al., 2020).

No contexto de armazenamento distribuído, o *blockchain* garante a imutabilidade e confiabilidade dos dados sem permitir que ninguém os possua ou controle sem autorização. Assim, o uso de *blockchain* para a Arquivologia digital também pode garantir um mecanismo para acessar, gerenciar e proteger o patrimônio cultural diariamente e em momentos de desastres (devido, por exemplo, às mudanças climáticas ou provocadas pelo homem). Graças à propriedade *append-only-register* da *blockchain*, a estrutura fornece uma proteção em camadas e meios de conservação para o patrimônio cultural (Iglesias, 2018). A estrutura também explora algumas vantagens específicas do *blockchain* (integridade, transparência e autenticidade dos registros) para apoiar o armazenamento seguro de patrimônio tangível menor contido em arquivos digitais, desde que esteja associado a uma plataforma de preservação, que deve ser desenvolvido com base no Modelo OAIS (ISO 14721:2012), que é um modelo conceitual que define os componentes funcionais de um sistema de preservação digital. A estrutura integra tecnologias para armazenamento distribuído de registros, a fim de garantir a preservação digital e a transmissão do patrimônio material e imaterial de geração em geração. O uso dessas tecnologias de armazenamento permite o desenvolvimento de uma proteção sustentável e valorização dos arquivos, bem como a gestão a longo prazo do patrimônio cultural em risco (Peck, 2017).

Os *blockchains* podem ser usados em uma variedade de áreas da ciência arquivística. Um exemplo é o prontuário eletrônico do paciente (PEP), um documen-

to que contém informações pessoais sensíveis que, se divulgadas, podem colocar em risco a privacidade, a intimidade, a honra e a reputação de seus titulares. Além de infligir danos monetários ou morais e outras penalidades não só aos indivíduos culpados pela ocorrência, mas também aos responsáveis por zelar pela privacidade de tais dados (Zyskind; Nathan, 2015).

A tecnologia *blockchain* é vista como potencial para uso com PEPs quando for necessário o acesso e compartilhamento de dados pela internet. Isso se deve ao fato de utilizar diversos mecanismos de segurança de dados, incluindo criptografia, assinaturas digitais, armazenamento descentralizado (backup) e auditorias frequentes de novos blocos de dados trazidos para suas redes por mineradores, que são computadores de grande porte. Esses computadores destinam-se a fazer cálculos matemáticos para a validação da operação (Melo et al., 2019). Além disso, o *blockchain* privado pode ser usado para permitir que apenas os usuários confiáveis da instituição validem os documentos (Vaibhav, 2019). Como resultado, a ausência de informações falsas pode ser garantida e o remetente pode ser responsabilizado por qualquer informação incorreta registrada no *blockchain*. Podendo ser uma tecnologia que, aliada às técnicas e estratégias de preservação arquivista de arquivos, resulte em plataformas mais adequadas para auxiliar a preservação (Zyskind; Nathan, 2015).

O interesse da tecnologia *blockchain* para arquivamento é que ela permite encadear, compartilhar, carimbar o tempo e proteger qualquer transação, preservando sua integridade, confiabilidade, autenticidade e legibilidade (Iglesias, 2018). O **Quadro 1** apresenta as principais características, uso potencial e fatores críticos de sucesso na aplicação da tecnologia *blockchain*, de acordo com um estudo realizado pelo Tribunal de Contas da União.

No entanto, de acordo com Cardoso e Pinto (2018), ainda há muitas incertezas nos usos e impactos que a tecnologia *blockchain* pode causar devido a sua inflexibilidade e irretroatividade no que diz respeito aos contratos inteligentes. Para Gonçalves e

Características	Uso potencial	Fatores críticos de Sucesso
- Hipertransparência e auditabilidade - Distribuído e descentralizado - Desintermediação - Disponibilidade - Imutabilidade - Integridade - Irrefutabilidade	- Repositório compartilhado - Múltiplos participantes têm direito a escrita - Baixa confiança ou conflito de interesses - Intermediários desnecessários - Dependências de transações - Rastreabilidade e procedências das informações - Concordância entre os participantes sobre os dados e transações	- Conhecimento da tecnologia - É necessário justificar o uso - Integração com ambiente computacional - Implementação gradual - Os benefícios são potencializados com mais colaboração - Mudança cultural

Quadro 1 – Características, uso potencial e fatores críticos de sucesso na aplicação da tecnologia *blockchain*.
Fonte: Adaptado de Tribunal de Contas da União (2019).



Quadro 2 – Oportunidades e barreiras na aplicação da tecnologia *blockchain*.
Fonte: Adaptado dos dados de pesquisa obtidos em Gonçalves e Rodrigues (2020).

Camargo (2017) esse fator distancia seu uso mais diversificado no dia a dia das instituições.

Conforme estudo realizado por Gonçalves e Rodrigues (2020), podemos destacar ainda outras barreiras que se impõem ao uso mais abrangente da tecnologia *blockchain*. São elas: acompanhamento sistemático da infraestrutura tecnológica e de pessoal; falta de confiança por partes das Instituições jurídicas. Seguem demonstradas no **Quadro 2** algumas possibilidades e barreiras na aplicação da tecnologia *blockchain*.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo apresentar uma reflexão sobre a possibilidade de uso da tecnologia *blockchain* na Arquivologia, apresentando a mudança de paradigma em relação ao conceito de autenticidade dos documentos arquivísticos no ambiente analógico e digital, um breve histórico da tecnologia *blockchain*, bem como apresentando algumas características, uso potencial, fatores críticos de sucesso, oportunidades e barreiras da tecnologia *blockchain* na Arquivologia.

Essa reflexão demonstrou que o conceito de autenticidade do documento arquivístico no ambiente analógico precisou ser ressignificado para o ambiente digital. Nos estudos realizados constatou-se que a presunção de autenticidade dos documentos arquivísticos no ambiente analógico, onde conteúdo e suporte não se separam, refere-se à não adulteração do documento após sua produção. Diferentemente do documento arquivístico no ambiente digital, que por não possuir vinculação com o suporte e ter sua cadeia de bits alterada com o tempo quando da aplicação de estratégias de preservação como a conversão de formatos, por exemplo, permite tais alterações desde que se mantenham a forma fixa e o conteúdo estável dos documentos.

Identificou-se também que, diante do avanço tecnológico, os Arquivos se viram diante de uma so-

riedade em busca de direitos que demandam uma política organizacional voltada à preservação digital em longo prazo e mantidos em um ambiente de preservação. No entanto, o uso do *blockchain* tem ganhado força à medida que seu uso avança, sendo um modelo para autenticação descentralizada automatizada que já contempla o contexto da gênese do documento arquivístico digital. Dessa forma, se torna possível que os dados sejam armazenados de forma descentralizada e com acessos disponíveis somente por quem é autorizado para tal. Todavia, se faz necessário recuperar que a tecnologia *blockchain* tem como foco principal a autenticação dos documentos, ou seja, uma declaração de sua autenticidade. Isso porque essa tecnologia envia *ledgers* de autenticação para serem minerados na sua rede, não sendo, portanto, uma tecnologia adequada para a custódia e preservação dos documentos, que são dependências fundamentais para a garantia da autenticidade, sendo, portanto, uma tecnologia de autenticação, que apoia a transmissão dos documentos de forma segura ao longo do tempo, mas não de garantia de autenticidade. Ao invés disso, para a custódia e preservação dos documentos, o ideal é adotar a implantação de um RDC-Arq. Assim, pode-se dizer que a tecnologia *blockchain* colabora com a autenticidade, mas não a garante.

Essa reflexão nos mostrou que a tecnologia *blockchain* pode se tornar futuramente uma grande aliada para a Arquivologia no contexto digital, trazendo grandes modelos de inovação e de mudanças, elevando assim o ambiente e o nível de prestação de serviço no setor. E que, atualmente, a utilização dessa tecnologia representa acima de tudo uma vantagem considerável de autenticação segura e duradoura.

Concluiu-se ainda que, a aplicação do *blockchain*, colabora, se aplicada juntamente com um ambiente de preservação (RDC-Arq), para um armazenamento seguro de documentos digitais correntes, com uso de chaves assimétricas, distribuição de registro e verificação da origem e destino da informação, além de ser um grande aliado para verificação de autenticação.

Essa tecnologia se torna mais interessante à medida que reduz os processos burocráticos nas instituições e se transforma numa plataforma sólida para consulta e tramitação segura de documentos em sua fase corrente. Sendo assim, diante de tantas possibilidades do uso da tecnologia *blockchain*, principalmente no contexto da arquivística, neste artigo entendemos a tecnologia de *blockchain* como uma ferramenta promissora para a autenticação dos documentos arquivísticos. No entanto, por ser uma tecnologia de autenticação, e de controle das transações realizadas, não permitindo a alteração de dados, entendemos que esta tecnologia não pode ser confundida com uma ferramenta de garantia de autenticidade.

Por fim, sugere-se manter o tema em aberto propondo que no futuro se realizem novas pesquisas e discussões, com a finalidade de verificar, avaliar e validar não somente possíveis usos e aplicações da tecnologia *blockchain*, mas a eficácia delas em relação à proteção dos documentos digitais, mantendo-os sempre autênticos e confiáveis ao longo do tempo.

Referências

BOVÉRIO, M. A.; SILVA, V. A. F. da. **BLOCKCHAIN**: uma tecnologia além da criptomoeda virtual. Revista Interface Tecnológica, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 109–121, 2018. DOI: 10.31510/infa.v15i1.326. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/326>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CARDOSO, J. A. A.; PINTO, J. de S. **BLOCKCHAIN E SMART CONTRACTS**: UM ESTUDO SOBRE SOLUÇÕES DISPONÍVEIS PARA SEGURADORAS. Ideias e Inovação - Lato Sensu, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 29, 2019. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/ideiaseinovacao/article/view/7908>. Acesso em: 4 jan. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Glossário Documentos Arquivísticos Digitais**. Anexo: Diretrizes para a presunção de autenticidade dos documentos arquivísticos digitais. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2012. p.1-6.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Resolução nº 37, de 19 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes de presunção de autenticidade dos documentos arquivísticos digitais. Anexo: Diretrizes para a presunção de autenticidade dos documentos arquivísticos digitais. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2012. p.1-6. Disponível em: Acesso: 12 set. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. 31 p. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf Acesso em: 04 nov. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020. v. 2. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/noticias/conarq-abre-consulta-publica-visando-a-atualizacao-do-e-arq-brasil/EARQ_v2_2020_final.pdf. Acesso em: 24 mar. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2009. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/gestao-documental-e-memoria-proname/gestao-documental/moreq-jus-e-sistemas-informatizados/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Resolução nº 37, de 19 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes de presunção de autenticidade dos documentos arquivísticos digitais. Anexo: Diretrizes para a presunção de autenticidade dos documentos arquivísticos digitais. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2012. p.1-6. Disponível em: Acesso: 12 set. 2022.

COSTA, R. et al. **Uso Não Financeiro de Blockchain**: Um Estudo de Caso Sobre o Registro, Autenticação e Preservação de Documentos Digitais Acadêmicos. In: WORKSHOP EM BLOCKCHAIN,1, 2018, Campos do Jordão. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2018. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/wblockchain/article/view/2356/2320>. Acesso em: 18 dez. 2022.

FERNAL, A. **Blockchain e os impactos na arquivologia**: um modelo lógico para autenticação distribuída dos documentos arquivísticos digitais. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/237524>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FLORES, D. **A Transformação Digital Compulsória Que Vem Acometendo os Arquivos, os Documentos e Arquivistas. Quais Subsídios temos para uma tomada de decisão: Disruptiva ou Inovação sustentada?** Boletim Digital de laAsociación Latinoamericana de Archivos, Lima, Edición 65, ano 2022, disponível em: <<https://www.alaarchivos.org/wp-content/uploads/2022/03/Artigo-Daniel-Flores.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2022.

FRIEDRICH, D. B., & PHILIPPI, J. H. M. (2020). **Inclusão digital e Blockchain como instrumentos para o desenvolvimento econômico**: Digital inclusion and Blockchain as instruments for economic development. International Journal of Digital Law, 1(1), 97-116.

CAVA, T. B. S.; FLORES, D. **Auditoria e certificação ao longo da cadeia de custódia digital arquivística. Informação & Informação**, v. 26, n. 4, p. 424-449, 2021. DOI:10.5433/1981-8920.2021v26n4p424 Acesso em: 15dez. 2022.

CAVA, T. B. S.; FLORES, D. Problematizando a Pós-Custódia com a contemporaneidade da Cadeia de Custódia Digital Arquivística compartilhada e distribuída na Preservação Digital Sistêmica. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 222-243, 2022. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.

v13i2p222-243. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/in-cid/article/view/191654>. Acesso em: 18 abr. 2023.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, N.C; RODRIGUES, F.A. **Arquivologia e blockchain**: discussão teórica sobre oportunidades e barreiras. [TESTE] Ciência da Informação em Revista, Maceió, v. 7, n. 3, p. 21-38, dez. 2020. ISSN 2358-0763. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/ojs-2-somente-consulta/index.php/cir/article/view/10673>. Acesso em: 24 nov. 2022. doi:<https://doi.org/10.28998/cirev.2020v7n3b>.

GREVE, F. G., SAMPAIO, L. S., ABIJAUDE, J. A., COUTINHO, A. C., VALCY, Í. V., & QUEIROZ, S. Q. (2018). **Blockchain e a Revolução do Consenso sob Demanda**. Simpósio Brasileiro de Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos (SBRC)-Minicursos.

HIRTLE, P. B. Archival authenticity in a digital age. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, n. 6, p. 73-90, 2001. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/136/128>. Acesso em: 29 jun. 2021.

IGLESIAS, D.**Privacidadeemperspectivas**: Nudging Privacy: Benefits and Limits of Persuading Human Behaviour Online. Organizadores: Sérgio Branco e Chiara de Teffé. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

INTERPARES 2 PROJECT. **Diretrizes do produtor: a elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos**. Tradução Arquivo Nacional e Câmara dos Deputados. TEAM Brasil, 2010. Disponível em: http://www.interpares.org/ip3/display_file.cfm?doc=ip2_creator_guidelines_booklet--portuguese.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

INTERPARES 3 PROJECT. **Estudo de Caso BR08 – Câmara dos Deputados –Dossiê digital das proposições legislativas: Relatório final**. TEAM Brasil, 2012.Disponível em:http://www.interpares.org/ip3/display_file.cfm?doc=IP3_BRAZIL_cs08_Final_Report.pdf.

LACOMBE, C.; RONDINELLI, R.C. **Gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais**: revisando alguns dos conceitos que as precedem. Acervo, [S. l.], v.29, n. 2, p. 61-73. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/709>. Acesso em: 20 out. 2023.

LEBRE, O. C. das N.; ANDRADE, E. R.; MIRANDA, M. R. **A Tecnologia Blockchain nos Tribunais de Contas do Brasil**. Cadernos de Prospecção, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 1056–1074, 2022. DOI: 10.9771/cp.v15i4.49749. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/49749>. Acesso em: 7 dez. 2022.

LEONARDI, M.**Tutela e privacidade na internet**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEHMKUHL, C. S.; MINTEGUI, E. M.; SILVA, E. C. L.; BRÄSCHER, M.; LEHMKUHL, C. S.; MINTEGUI, E. M.; SILVA, E. C. L. **Diálogos entre a função arquivística de avaliação e a representação da informação**. Informação & Informação, v. 24, n. 2, p. 163-181, 2019. DOI: 10.5433/1981-8920.2019v24n2p163 Acesso em: 22 dez. 2022.

LYRA, J. G. **Blockchain e organizações descentralizadas**. Rio de Janeiro, editora Brasport, 2019.

MELO, J. H.; CARNEIRO, N. S.; BANDEIRA, P. M. **Pordentro do arquivo**

público da paraíba. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, v. 15, n. 3, p. 172-179, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1981-0695.2020v15n3.55432 Acesso em: 12 jan. 2023.

MIGLIORINI, I. B.; DA ROCHA, E. **Estudo de viabilidade sobre a utilização do blockchain na contabilidade**.CAFI , [S. l.], v. 2, n. 1, p. 99–111, 2019. DOI: 10.23925/cafi.v2i1.40601. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/CAFI/article/view/40601>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MOREIRA, Arthur Salles de Paula; CHAGAS, Ciro Costa; SANTANA, Mariana Damiani. **Repensando a tecnologia blockchain: por que nem tudo o que você leu até hoje era verdade?** In: PARENTONI, Leonardo; MILAGRES, Marcelo de Oliveira; VAN DE GRAAF, Jeroen (Coord.). Direito, Tecnologia e Inovação – v. III: Aplicações Jurídicas de *Blockchain*. Belo Horizonte: Expert Editora Digital, 2021. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/05/Direito-tecnologia-e-Inovacao.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2022.

MORENO, J.C.**Do Analógico ao Digital: Como a digitalização afeta a produção, distribuição e consumo de informação, conhecimento e cultura na Sociedade em Rede**. Observatório (OBS*), [S. l.], v. 7, n. 4, 2013. DOI: 10.15847/obsOBS742013695. Disponívelem: <https://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/695>. Acesso em: 6 dec. 2022.

MOUGAYAR, W. **Blockchain para negócios: promessa, prática e aplicação da nova tecnologia da internet**. Tradução: Vivian Sbravatti. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

MOURA, L. M. F. D., BRAUNER, D. F., & JANISSEK-MUNIZ, R. (2020). **Blockchain e a perspectiva tecnológica para a administração pública: uma revisão sistemática**. Revista de Administração Contemporânea, 24, 259-274.

PAULA; Lorena Pires de; CORDEIRO, Douglas Farias. **Políticas de segurança da informação em instituições públicas**. Revista Eletrônica de Sistemas de Informação e Gestão Tecnológica. 2015; v. 6, n. 2; p. 58-69.

PECK, M. E. **Blockchains**: How they work and why they'll change the world. IEEE spectrum, IEEE, v. 54, n. 10, p. 26–35, 2017.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O documento arquivístico ante a realidade digital uma revisão conceitual necessária**. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2013.

SANTOS, V. B. D. **Preservação de documentos arquivísticos digitais**. Ciência da Informação, v. 41, n. 1, 2012. DOI: 10.18225/ci.inf..v41i1.1357 Acesso em: 12 dez. 2022.

SANTOS, H. M.; FLORES, D. **A Obsolescência do Conhecimento em Preservação Digital**. Ciência da Informação em Revista, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 41–58, 2018. DOI: 10.28998/cirev.2018v5n1d. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/3337>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SANTOS, H.M; FLORES, D. **Preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos reflexões e perspectivas**. BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 30, n. 2, p. 64-85, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/22829>. Acesso em: 05 jul. 2022. Revista ACERVO, v. 28, N. 1, p. 241-253. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/603/601>, Acesso em: 28 jun. 2022

SANTOS, H. M; FLORES, D. BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 30, n. 2, p. 64-85, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/22829>. Acesso em: 05 jul. 2022.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos – Princípios e Técnicas**; Tradução de Nilza teixeira Soares – 6ª. ed. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2006.

SILVA, E. C. C. E.; MARQUES, R. M. **Blockchain no setor público: uma revisão sistemática de literatura**. AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento, v. 10, n. 3, p. 1-11, 2021. DOI: 10.5380/atoz.v10i3.79903.Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/79903>. Acesso em: 29 set. 2022.

SILVEIRA, G. M., SILVA, M. R. D. S. D., LUFT, M. C. M. S., & DUARTE, R. G. (2021). **Aplicações e Possibilidades do Blockchain**: Uma Revisão Sistemática da Produção Científica Brasileira.

SOUSA, P. M. C. **Gestão da Informação: do modelo de segurança e preservação ao repositório confiável**. PÁGINAS a&b. S.3, 1 (2014) 03-13.

SOUZA, J. G. S. et al. **Gestão de riscos da segurança da informação em uma instituição pública federal: um estudo de caso**. ENIAC Projetos, Guarulhos (SP), v.5, n.2, jun.- dez. 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório de Levantamento**. 2019. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-realiza-estudo-inovador-sobre-a-tecnologia-blockchain-e-elabora-guia-para-orientar-os-gestores.htm>. Acesso em: 19 dez. 2022.

VAIBHAV, S. (2019) **“Understanding IPFS in Depth: A Beginner to Advanced Guide”**,

VIANA, C., BRANDAO, A., DIAS, D., & CASTELLANO, G. (2020). **Blockchain para gerenciamento de prontuários**. RISTI-Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação, 177-187.

ZYSKIND, G.; NATHAN, O. et al. **Decentralizing privacy**: Using *blockchain* to protect personal data. In: IEEE. 2015 IEEE Security and Privacy Workshops. [S.l.], 2015. p. 180–184.





ARTIGO

**O RIO ITAPEMIRIM
E SÃO TOMÉ: AS
MOVIMENTAÇÕES
SOCIAIS, POLÍTICAS E
ECONÔMICAS EXISTENTES
NO SUL DO ESPÍRITO
SANTO NO SÉCULO XVI**

Lucas da Silva Machado

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do Espírito Santo
(UFES). Membro do Laboratório de História Regional
do Espírito Santo e Conexões Atlânticas (LACES)
UFES. Membro do Instituto Histórico e Geográfico
de Itapemirim e Marataízes.*



Resumo

O presente artigo tem por objetivo estudar o rio Itapemirim e suas movimentações sociais, políticas e econômicas existentes no sul do Espírito Santo nos séculos XVI. Neste sentido, será apresentado quais os contextos que fizeram o Itapemirim pertencer à capitania de São Tomé e por que não permaneceu nessa jurisdição político-administrativa, assim como as conexões interpessoais que ocorreram ao longo do século XVI. Para isso, são abordados relatos de viajantes e párocos, que proporcionam um olhar diferenciado sobre o rio Itapemirim, registros oficiais do governo do Espírito Santo e uma cartografia ampla que aponta o crescimento do conhecimento acerca de Itapemirim.

Palavras-Chave: Itapemirim; São Tomé; sul do Espírito Santo; colonização.

Abstract

The present article aims to study the Itapemirim River and its social, political, and economic movements in the southern part of Espírito Santo in the 16th century. In this regard, it will present the contexts that led to the Itapemirim belonging to the Captaincy of São Tomé and why it did not remain under this political-administrative jurisdiction, as well as the interpersonal connections that occurred throughout the 16th century. To achieve this, accounts of travelers and parish priests are addressed, providing a unique perspective on the Itapemirim River, official records from the government of Espírito Santo, and extensive cartography that points to the growth of knowledge about Itapemirim.

Keywords: Itapemirim, São Tomé, southern Espírito Santo, Colonization.

Introdução

O presente artigo é um recorte da dissertação defendida em 2021 no programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) sobre a movimentação social, política e econômica existente no sul do Espírito Santo entre os séculos XVI e XVIII.

Investigações científicas de distintos campos do conhecimento que envolvem a região sul do Espírito Santo tratam do rio Itapemirim, seja por batizar cidades, por sua relevância para a economia local, pelos estudos sobre as doenças, clima, solo, vegetação, entre outros. Suas torrentes se entrelaçam com diversos campos de estudos que abrangem o território sulino capixaba. Itapemirim, palavra derivada da língua tupi (Ita – pedra; pé – caminho; mirim – pequeno; ou: itapé – laje; mirim – pequeno)¹ ou do guarani (pequena pedra chata)², foi antecedido por outros nomes, tais como Tapemiry, Tapemiri, Pemirim e Santa Catarina³, este último graças a um imbróglio envolvendo as divisas das terras de Vasco Coutinho e Pero de Góis⁴, respectivamente, as capitanias do Espírito Santo e São Tomé.⁵

A escolha do nome Santa Catarina foi uma homenagem à esposa do rei Dom João III, de Portugal e não prevaleceu, predominando a toponímia tupi.⁶ Os limites das capitanias serão aprofundados no decorrer deste artigo, valendo-se antecipar que o rio Itapemirim não se perpetuou como marco natural de divisa da Capitania do Espírito Santo, sendo o rio Itabapoana a fronteira definitiva⁷. O caso citado, de

acordo com Levy Rocha, em seu livro *Crônicas de Itapemirim*, publicado em 1966, talvez seja a menção mais antiga ao nome de Itapemirim pelos portugueses, registrada na carta de confirmação dos limites das capitanias.

No presente artigo apresentarei o rio Itapemirim, sua posição no sul do atual estado do Espírito Santo. Serão apresentados quais os contextos que fizeram o Itapemirim pertencer a outra capitania; por que não se perpetuou nessa jurisdição político-administrativa e quais conexões interpessoais ocorreram ao longo do século XVI. Para isso, são abordados relatos de viajantes e párocos, que proporcionam um olhar do outro sobre o rio Itapemirim⁸, registros oficiais do governo do Espírito Santo e uma cartografia ampla que aponta o crescimento do conhecimento acerca de Itapemirim.

Um rio: o Itapemirim

O rio Itapemirim tem suas nascentes em dois braços de rios na Serra do Caparaó, um no município de Lajinha, em Minas Gerais, outro em Ibitirama, no Espírito Santo. Sua bacia se estende por todo o sul capixaba, abrangendo uma área de aproximadamente 5.920 km²⁹, tendo como afluentes rio Pardo, rio Braço Norte Direito, rio Braço Norte Esquerdo, rio Castelo, rio Muqui do Norte, alcançando o total de dezoito municípios, sendo eles Lajinha, Irupi, Iúna, Ibatiba, Ibitirama, Venda Nova do Imigrante, Conceição do Castelo, Muniz Freire, Castelo, Alegre, Vargem Alta, Jerônimo

1 ROCHA, Levy. *Crônicas de Cachoeira*. Rio de Janeiro: Editora Livros S. A., 1966, p. 7.

2 SAINT-HILAIRE, Auguste. *Segunda Viagem ao interior do Brasil*. Espírito Santo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, Coleção Brasiliana, v. 72. p. 50.

3 SAINT-HILAIRE, 1936, p. 7.

4 OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008. p. 24.

5 OLIVEIRA, 2008, p. 7.

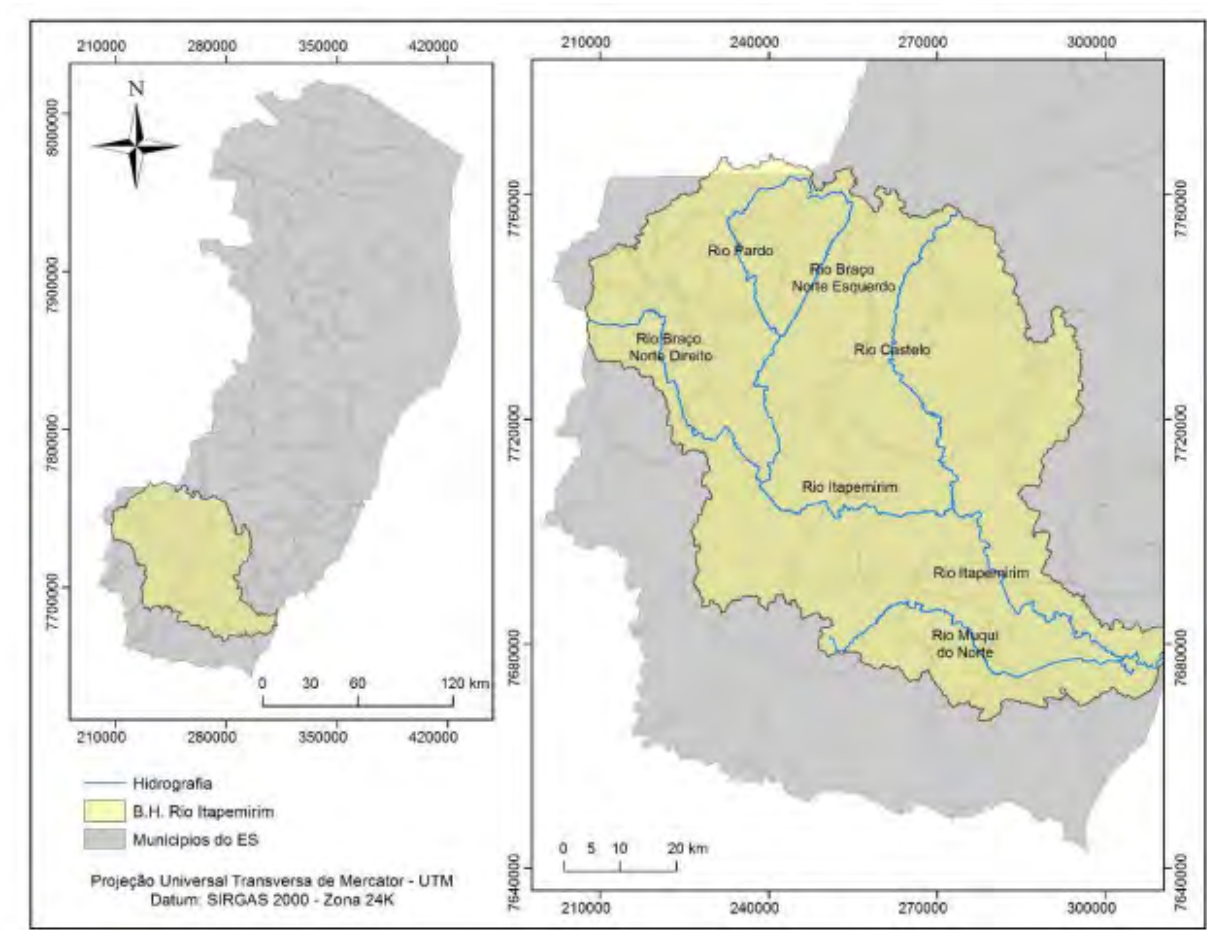
6 OLIVEIRA, 2008, p. 7.

7 DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: Sua Desco-*

berta, História Cronológica, Sinopse e Estatística; Coordenação, Notas e Transição de Maria Clara Medeiros Santos Neves. – 2.ED.-. Vitória: Secretaria de Estado e Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010, p. 113.

8 BELLUZZO, Ana Maria. A propósito d' o Brasil dos viajantes. *Revista USP*, São Paulo, 1996, n. 30, p. 8-19.

9 MENDES, Natália Gomes de Souza. Estudo das vazões na bacia hidrográfica do rio Itapemirim. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Espírito Santo. Jerônimo Monteiro–ES, 2016, p. 19.



MAPA 1: Localização da bacia do Itapemirim e seus afluentes. Fonte: Base de dados obtidos junto ao Sistema Integrado de Bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo (GEOBASES). Apud MENDES, Natália Gomes de Souza. Estudo das vazões na bacia hidrográfica do rio Itapemirim. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Espírito Santo. Jerônimo Monteiro - ES 2016. p. 20.

Monteiro, Muqui, Atílio Vivácqua, Presidente Kennedy, Cachoeiro de Itapemirim, Itapemirim, Marataízes, como pode ser observado no mapa acima.

O solo da bacia do Itapemirim era mais fértil, menos ondulado e possuía um clima úmido, com chuvas regulares, o que proporcionou a implantação de fazendas¹⁰. Sobre essas características, Nara Seleto afirma que:

As condições naturais são aí mais favoráveis que no resto da Província, sobretudo no que diz respeito ao solo, o massapê, consistente e resistente à erosão, ainda que pouco profundo. Esse tipo de solo também é encontrado em outras regiões [...] do Espírito Santo, porém o do sul sempre foi considerado o mais fértil por agricultores e técnicos. Quanto ao relevo, toda a região serrana da Província é muito acidentada, com encostas íngremes e cortes abruptos, que favorecem as enxurradas e interrompem as plantações. Sob esse aspecto, o sul, no seu conjunto, iguala-se às demais regiões; no entanto, as condições

10 QUINTÃO, Leandro do Carmo. *A Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e a Interiorização da Capital*. Vitória: Secult, 2010, p. 92.



MAPA 2: mapa Brasiliaanze Scheepvaard door, de Johan Lerus Gedaan vit Urankryk in't laar, no ano de 1556. Fonte: Brasiliaanze Scheepvaard door, de Johan Lerus gedaan vit Urankryk, in't laar de 1556. Acervo da Biblioteca digital Luso-Brasileira.

mais suaves e propícias ao café são encontradas nos vales de seus rios [...]. O clima do sul é mais úmido e apresenta chuvas mais regulares que as observadas em algumas áreas do centro, sujeitas à seca.¹¹

A descrição mais antiga acerca do Rio Itapemirim que se tem conhecimento foi feita no mapa Brasiliaanze Scheepvaard door, de Johan Lerus Gedaan vit Urankryk in't laar, no ano de 1556, que traz o topônimo Tapemiry.

Nesse mesmo período, por volta de 1558¹², Jean de Lery, que publicou, no ano de 1578, seu livro “Viagem à Terra do Brasil”, descreve que passaram pelo lugar denominado Tapemiry, onde se encontraram

com pequenas ilhas na entrada da terra firme.¹³ Estas ilhas citadas por Lery seriam as ilhas de Itaputera e dos Ovos. Durante o século XVI era comum que os viajantes não desembarcassem nas terras da colônia portuguesa¹⁴, tendo em vista que o desembarque era de difícil acesso e o medo de ataques indígenas era grande, fazendo com que permanecessem a bordo de seus navios.¹⁵

Também há descrições do rio Itapemirim em mapas portugueses do século XVII.¹⁶ Este século viu o

11 SALETTO, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996, p. 35.

12 SOFFIATI, 2019, p. 70.

13 LERY, 1578 apud ROCHA, Levy. *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: EBRASA, 1966, p. 15-16.

14 SOFFIATI, Arthur. *O norte do Rio de Janeiro no século XVI: à luz da história mundial e da eco-história*. Rio de Janeiro: Autografia, 2019, p. 70.

15 SARAT, Magda. *Literatura de viagem: olhares sobre o Brasil nos registros dos viajantes estrangeiros. Patrimônio e Memória*. São Paulo, 2011, v. 7, n. 2, p. 33-54, p. 34.

16 MACHADO, Laryssa da Silva. *Retratos da escravidão em Itapemirim - ES: uma análise das famílias escravas entre 1831-1888*. Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das

número de mapas se expandir, pois a cartografia passou a ocupar uma função especial entre os súditos e o rei.¹⁷ Nesse sentido, o Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo, escrito por Cezar Augusto Marques, publicado em 1878, traz à luz mapas que mostram o rio Itapemirim.

Mappa da Terra de Santa Cruz, a que vulgarmente chamam o Brasil, que acompanha a *Rasão do Estado do Brasil* escripto em 1612, indica este rio sob o nome de *Tapemery*.

O *Mappa de todo o Estado do Brasil*, organizado em Lisboa no anuo de 1627 por João Teixeira, Moço da Câmara de Sua Magestade e seu Cosmographo indica o mesmo rio com o nome de *Itape- mery*;

O *Mappa do Brasil*, que acompanha a *Istoria delle guerre del regno del Brazile* por Giovani Giuseppe di Santa Teresa, publicada em 1698, dá-lhe o nome de *Tapemirini*.¹⁸

Estes registros denotam qual era o conhecimento acerca do Itapemirim, desde o início da colonização brasileira. *Várias outras descrições foram feitas sobre o rio*, desde sua foz, sua barra, seu curso, partes navegáveis, as cachoeiras ou cascatas, afluentes, nascentes, apontando que seu estuário era motivo de atenção das pessoas que o cruzavam e dependiam de suas águas, uma vez que:

com a franca expansão do espírito iluminista pela Europa do século XVIII retoma-se o processo de pe-

reginação pelos domínios coloniais, agora, com vistas à construção de um conhecimento global e total, tendo a História Natural e a Biologia como elementos norteadores, afinal, a experiência é um elemento central no processo de racionalização iniciado no século XVII, e que possui a observação como um dos pilares da fundamentação do conhecimento.¹⁹

Sobre a foz do Itapemirim, Saint-Hilaire²⁰, em viagem ao Espírito Santo no ano de 1818, narra que sua “entrada é estreita e difícil, não tem verdadeiramente mais de oito a nove palmos de profundidade” e prossegue descrevendo o curso do rio Itapemirim, destacando o vasto campo que suas águas banham, além de suas curvas e cadeias de montanhas. O estudioso francês afirma também que “[o] riacho de Itapemirim está orlado de altas gramineas e de arbustos do verde mais bello e se insinua em uma região plana e alegre, entrecortada de bosques e pastagens”, sendo navegável por cerca de oito léguas, pois “dahi em deante, são detidas, a navegação, quér por quedas d’agua quer por cascatas”. Saint-Hilaire não visitou as montanhas do sul do Espírito Santo e nada registrou sobre as nascentes do Itapemirim.²¹

No ano de 1888 a Princesa Teresa da Baviera partiu do Rio de Janeiro em uma expedição pelo Espírito Santo. Sua primeira parada nesta província foi na vila de Itapemirim, local onde ficou por cerca de duas horas. Mesmo com a breve estadia, Teresa da Baviera descreve a embocadura do rio como de “difícil acesso” e, por meio de uma esquematização, proporciona ao artista R. Wiegandt reproduzir o seu estuário e parte da sua bacia (FIGURA 1).²²

19 NASCIMENTO, Bruno César. *Viagens à Capitania do Espírito Santo*: 200 anos das expedições científicas de Maximiliano de Wied-Neuwied e Auguste Saint-Hilaire.. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018, p. 27.

20 ROCHA, 1966, p. 64-66.

21 SAINT-HILAIRE, 1936, p. 50-55.

22 BAVIERA, Teresa. *Viagem ao Espírito Santo 1888*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013.



FIGURA 1: Estuário do rio Itapemirim - Natureza esquematizada pela Princesa Teresa da Baviera em 1889 e reproduzida por R. Wiegandt. FONTE: BAVIERA, Teresa da. Viagem ao Espírito Santo 1888. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013.

Sobre o curso e entrada do rio, a princesa da Baviera descreve da seguinte forma:

A barra do Itapemirim é de difícil acesso e somente navios de baixo calado conseguem chegar ao rio, que se torna navegável a cerca de 70 km antes da embocadura. Chegamos em terra com uma lancha, atravessando uma forte ressaca e passando pelo meio de uma série de recifes que haviam adquirido forma arredondada pela ação do movimento das águas e eram ocupados por muitas gaivotas. Alguns veleiros e canoas vagavam sobre a superfície do rio estreito.²³

O Imperador do Brasil, Dom Pedro II, em sua visita à vila do Itapemirim em 1860, observa que “a barra é toda de arrebentação e muito melhoraria se tapasse a passagem entre um ilhote e o pontal do S”. Destaca-se a observação para a criação de um dique entre uma das ilhas próximas de sua barra e a terra firme, para facilitar a entrada de embarcações neste estuário.²⁴

23 BAVIERA, 2013, p. 42.

24 ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Secretaria

“A obra que se pretende e deve fazer” — explicava o representante capixaba — “é encaminhar as águas daqueles canais para um só rumo, o que lhes dará maior fundo, e facilitará a navegação.” E concluía: “A despesa para tal obra é de pequena monta; consiste em um curto paredão tirado à terra firme, e a pedra para fatura dessa muralha pode ser extraída da mesma ilha”.²⁵

Marques (1878), em seu Dicionário, ressalta que “as canoas sobem o rio aproximadamente oito léguas até a região das cachoeiras”²⁶; prossegue descrevendo os afluentes do Itapemirim, os rios Muqui, Castelo e Pardo, e aponta algumas de suas características.

Muqui. — Rio no districto de Itapemirim. É afluente do rio Itapemirim, e com elle faz conllucncia 9 kilometros acima da embocadura deste, e corre em contravertentes do rio Itabapoana. Tem 60 palmos

de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008, p. 232-233.

25 ROCHA, 2008, p. 233.

26 MARQUES, 2003, p. 165.

Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: 2019. p. 51.

17 Apud REIS, Fabio Paiva. As Representações Cartográficas da Capitania do Espírito Santo no Século XVII. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa da Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais. Braga, Portugal 2017, p. 65.

18 MARQUES, Cezar Augusto. *Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2003, p. 165.

de largura e 2 só de fundo. Dificilmente dá passagem no verão, e assim mesmo só em canôas pequenas no inverno, até 40 leguas acima da sua embocadura. É importantíssimo pela lavoura existente em suas margens

Castello – Rio — Nasce entre os matos da margem N. da estrada de S. Pedro d’Alcantara, e pela margem esquerda recebe o ribeirão Viçosa.

Pardo—Rio nasce na serra geral, corre mansamente por espaço de tres legoas em leito sem escabrosidade sobre terreno elevado, depois acolhe o pequeno rio do seu nome e o Norte, precipita-se de uma altura calculada em mais de 500 braças formando assim um grande catadupa, cuja queda produz um estrondo, que é ouvido em distancia de meia legoa, donde mui naturalmente segue com mais violência o vai desagoar no Itapemirim.²⁷

As nascentes do Itapemirim, como mencionado, se localizam em dois pontos distintos, se entrelaçando em terras capixabas. Marques descreve suas nascentes em dois ramos, apontando que o conhecimento acerca do rio foi se ampliando no decorrer do XIX.

Rio - Nos tempos primitivos chamou-se Tapemirim

Nasce na serra do Pico, corre do occidente para o oriente, rega a villa do seu nome, perto da sua embocadura dá varias voltas e entra no mar tres léguas ao nordeste de Itabapuana na lat. de 21° 17’ e long. 43° 15’, merid. de Pariz.

Na barra tem duas pequenas ilhas.

Sobem por este rio as canôas até a villa, e esperam a enchente da maré para descerem. Sobem as canôas por espaço de oito léguas até o ponto onde começam as cachoeiras.

Dizem que um dos ramos, que o formam, tem sua origem nas Minas do Castello, que foram depois abandonadas por causa da invasão dos gentios.²⁸

No século XIX, a compreensão acerca do rio Itapemirim foi se expandindo ao longo dos anos. Se em 1818 Saint-Hilaire não conseguia mensurar a dimensão do Itapemirim, sessenta anos mais tarde, em 1878, sua extensão e localização eram conhecidas.

O itapemirim e a Capitania de São Tomé

Logo no início da colonização brasileira no século XVI, precisamente, após a divisão do território em capitanias hereditárias, em 1534, a bacia do rio Itapemirim ganha destaque na organização territorial, uma vez que os limites sul da Capitania do Espírito Santo, doada a Vasco Fernandes Coutinho, colidem com os limites norte da Capitania de São Tomé, de posse de Pero de Góis da Silveira. As terras doadas a Vasco Coutinho se estendiam por cinquenta léguas correndo em direção ao sul, a partir da mercê concedida a Pero do Campo Tourinho.²⁹ Entretanto, a carta de doação não apresenta nenhum topônimo como marco desses limites. De acordo com José Teixeira de Oliveira, não se sabe qual o processo ou por que convenção se estabeleceu o rio Mucuri como o limite setentrional da Capitania, já o limite sul foi objeto de um acordo.³⁰

As terras doadas a Góis, confirmado em 1536, têm seus limites se estendendo por treze léguas, a contar de Cabo Frio, em direção ao norte, até chegar ao misterioso Baixo dos Pargos³¹, nome resultante do fato de se pescar a espécie de peixe pargo³². O mapa



MAPA 3: Mapa Terra Brasilis, do Atlas Miller de 1519, onde se vê o Baixos dos Pargos.FONTE: Mapa Terra Brasilis, do Atlas Miller de 1519.

Terra Brasilis³³, do Atlas Miller de 1519, obra conjunta de Lopo Homem e Jorge e Pedro Reinel³⁴, registra os “bayxos dos pargos”. Vejamos acima:

Fabio Paiva Reis, em sua tese de doutoramento intitulada *As Representações Cartográficas da Capitania do Espírito Santo no Século XVII*, ao abordar os primeiros registros cartográficos da capitania capixaba, aponta o Baixos dos Pargos em dois mapas – o supracitado Terra Brasilis, de 1519, e um produzido quinze anos mais tarde, em 1534, por Gaspar Viegas, que apresenta os “bayxos dos parguetes”.

A utilização de mapas nos auxilia a compreender melhor como era a visão dos europeus a respeito de sua recente terra conquistada, uma vez que a cartografia se tornou os olhos dos governantes e das cortes nos domínios distantes.³⁵ Entretanto, os mapas em que constam o território das capitanias do Espírito Santo e São Tomé não apresentam muitos topônimos; o que se encontra nesses registros é um vasto espaço entre o rio de Santa Lúcia (que historiadores reconheceram como o rio das Caravelas, na atual Bahia) e a serra de São Tomé (atual Cabo Frio, no Rio de Janeiro).³⁶ Fabio Reis explica:

Motivo era muito simples: a própria cartografia do Espírito Santo e os primeiros mapas do Brasil apon-

27 MARQUES, 2003, p. 25,183,194.

28 SAINT-HILAIRE,1936, p. 50.

29 OLIVEIRA, 2008, p. 23.

30 OLIVEIRA, 2008, p. 24.

31 SOFFIATI, 2019, p. 70.

32 CINTRA, Jorge Pimentel. Os limites das capitanias hereditárias do sul e o conceito de território. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N.

Sér. v.25. n.2. p. 203-223. Mai.-Ago. 2017.

33 Disponível em: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL. A Cartografia Histórica do século XVI ao XVIII. Rio de Janeiro. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/artigos/terra-brasilis/>. Acesso em 06 de abril de 2021.

34 REIS, 2017, p. 35.

35 REIS, 2017, p. 65.

36 REIS, 2017, p. 34.



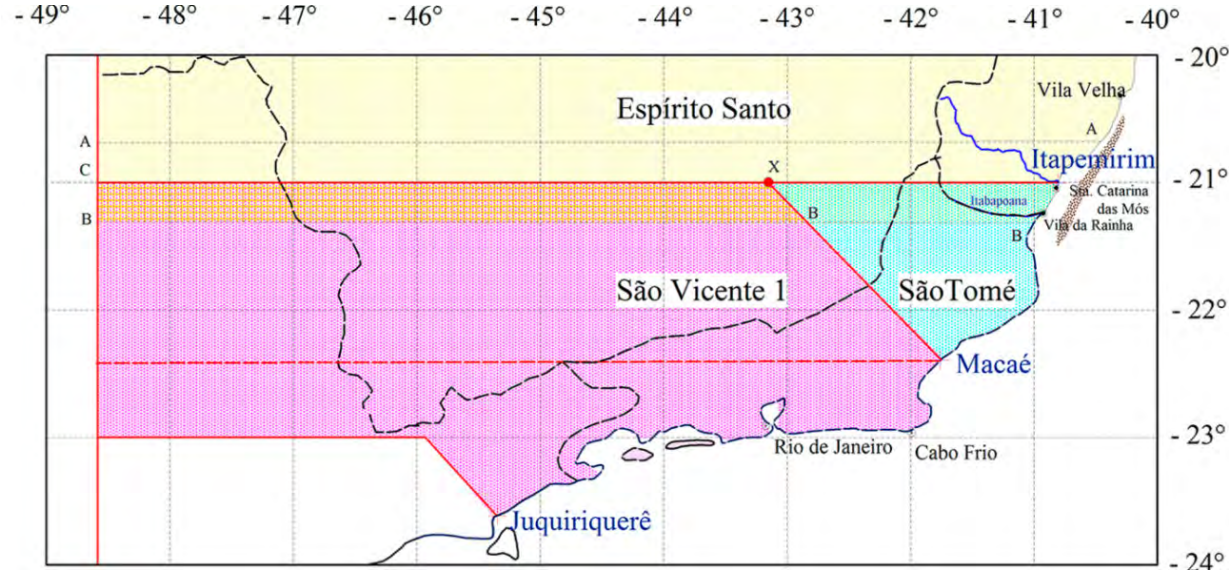
MAPA 4: Detalhe d'O Brasil no mapa de Gaspar Viegas onde apresenta o Baixos dos Parguetes de 1534. FONTE: *Brasil no mapa de Gaspar Viegas de 1534*, Apud: REIS, Fabio Paiva. As Representações Cartográficas da Capitania do Espírito Santo no Século XVII. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa da Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais. Braga, Portugal 2017.

tam uma grande área de abrolhos logo ao sul do rio das Caravelas. No meio desses bancos de areia, um conjunto de ilhas, no qual a maior recebeu o nome de Santa Bárbara, impedia a passagem dos navios, que precisavam se afastar a leste para fazer o desvio. A lenta reaproximação para o litoral teria feito com que os primeiros portugueses ali tivessem “perdido” a região ao norte do Cabo Frio.³⁷

A falta de conhecimento acerca da costa das terras doadas tanto para Vasco Fernandes Coutinho como para Pero de Góis da Silveira, provavelmente, foi o motivo da escolha do Baixos dos Pargos como marco divisor dessas capitanias, uma vez que sua localização era de difícil precisão.³⁸ Diante disso, os donatários se viram em um imbróglio, que foi resolvido em 14 de março de 1539, quando estabeleceram os li-

37 REIS, 2017, p. 34.

38 SOFFIATI, 2019, p. 88.



MAPA 5: As linhas divisórias de São Tomé e do Espírito Santo. FONTE: CINTRA, Jorge Pimentel. Os limites das capitanias hereditárias do sul e o conceito de território. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.25. n.2. p. 203-223. Mai.-Ago. 2017. p. 208.

mites de seus domínios em local de reconhecimento mais fácil.³⁹ Nesse sentido, foi escolhido o rio Itapemirim, que passou a se chamar Santa Catarina. Esse acordo foi visto com bons olhos por ambas as partes, principalmente, por Coutinho, que não se sentia enganado (não considerava estar perdendo terras), mas contente em resolver a questão com seu vizinho ao sul⁴⁰, que alguns anos antes o tinha ajudado com escravos e boas obras, a quem era muito grato.⁴¹ O acordo firmado foi sancionado em 1543 por D. João III, rei de Portugal, onde se lê:

(...) e óra o dito Pedro Góes me apresentou um assignado do dito Vasco Fernandes de que o theor tal é:
- Digo eu Vasco Fernandes Coutinho que é verdade que nós somos demarcados Pedro Góes e eu por o rio Santa Catharina [Itapemirim] que está em vinte e um grãos.⁴²

39 SOFFIATI, 2019, p. 69.

40 REIS, 2017, p. 113.

41 OLIVEIRA, 2008, p. 49.

42 Carta do rei D. João III, confirmando e aprovando a demarcação de Vasco Coutinho e Pero de Góis, datada de 12 de março de 1543. In Rubim, B. D. C. (1861). *Memórias históricas e documentadas da província do Es-*

De acordo com o documento assinado por D. João III, o rio estaria a 21 graus e a divisão das capitanias ficaria de acordo com o mapa a seguir.

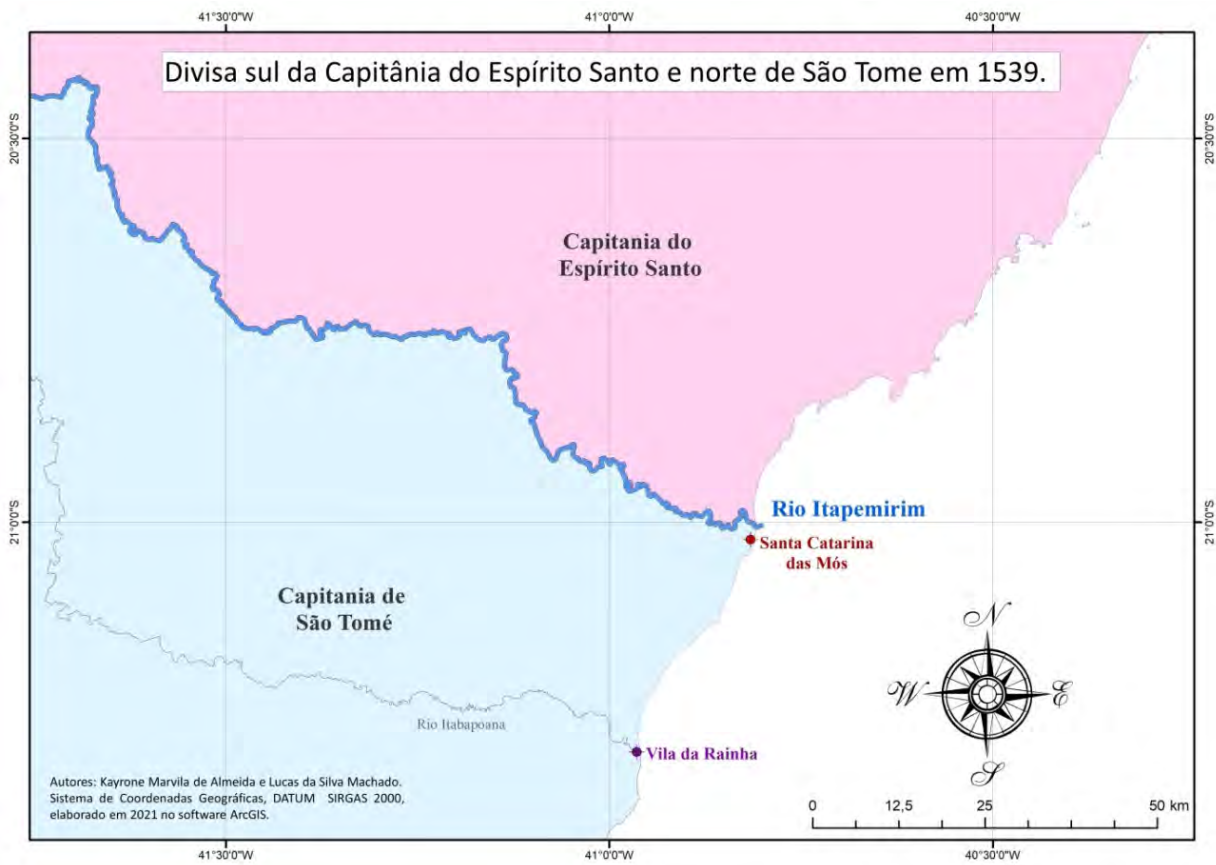
Entretanto, no período em que ocorre a divisão das capitanias, precisar com exatidão esta linha divisória era uma tarefa impossível e nem era de fato o desejo dos donatários, uma vez que o território que buscavam colonizar era a costa e suas proximidades, ficando o problema dos limites no interior relegado a um segundo momento.⁴³ Nesse sentido, Pero de Góis ficaria com a banda do sul e o dito Vasco Fernandes com a banda do rio Itapemirim para a parte do norte.⁴⁴ Por essas informações, as fronteiras das capitanias seguiriam o rio Itapemirim, portanto, uma divisa tortuosa, correndo de sudeste a noroeste, abandonando o retilíneo e imaginário paralelo de divisa,⁴⁵ de acordo com o que sugere a representação na página a seguir.

pírito Santo. Rio de Janeiro: Typographia de D. Luiz dos Santos. p. 36-37. Apud: REIS, 2017, p. 112.

43 CINTRA, 2017, p. 208.

44 LAMEGO, p. 46, apud: CINTRA, 2017, p. 207.

45 CINTRA, 2017, p. 208.



MAPA 6: Definição da fronteira sul da Capitania do Espírito Santo e da fronteira norte da Capitania de São Tomé, com base no acordo feito entre os donatários Vasco Fernandes Coutinho e Pero de Góis da Silveira.

A margem direita do Rio Itapemirim nos primórdios da colonização brasileira não pertencia ao Espírito Santo, fato que é pouco problematizado, mesmo por conta da ausência de fontes, mas que nos revela que as movimentações sociais deram ânimos em diferentes aspectos para esse local, como sua presença em outra área política administrativa que não fosse a espírito-santense, além de receber um novo nome, Santa Catarina, em homenagem à esposa de D. João III.

Após delimitar sua fronteira ao norte, Pero de Góis da Silveira inicia a colonização de suas terras onde, no ano de 1539, ergue, às margens do rio Managé, atual Itabapoana, um povoado batizado de vila da Rainha, em homenagem a dona Catarina, rainha

de Portugal. Góis instalou um engenho na costa, outro, na última queda d'água do rio próxima à Pedra do Garrafão.⁴⁶ A vila da Rainha sofreu com constantes ataques indígenas, sendo o último incitado por piratas, liderado por Henrique Luiz, ou *Anrique Luiz*, que navegava vindo da direção da Capitania do Espírito Santo, capturando-se o líder do grupo de “gentios” que habitava a região para entregar a seus rivais, ocasionando uma forte rebelião em que os engenhos e povoações foram assaltados, os canaviais, incendiados, e tudo destruído.⁴⁷

46 SOFFIATI, 2019, p. 69.

47 VARNHAGEN, Francisco Adolfos. *História Geral do Brasil antes da sua eparação e Independência de Portugal*. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1887.

Pero de Goes ainda juntou os seus, e offereceu resistencia; mas teve de ceder com a perda de vinte e cinco mortos, e com o ficar elle ferido e com um olho de menos. Quiz fazer pazes; mas, os Indios lh'as quebraram com mil traições. E como diariamente perdia alguns homens, e padecia mais fome, e ninguem o socorria, foi constrangido a deixar a terra, - que de todo ficou despovoada de colonos.⁴⁸

Após esse episódio, que culminou com uma flechada em seu olho, Pero de Góis abandonou a Capitania, fugindo junto com alguns colonos para o Espírito Santo. As terras de São Tomé, bem como as margens do rio Itapemirim, passaram a ser habitadas por fugitivos da justiça, como criminosos e escravizados, que conseguiam se associar e obter proteção dos grupos indígenas que dominavam a região.⁴⁹

Na virada do século XVI para o XVII, Gil de Góis da Silveira, herdeiro da Capitania de São Tomé, filho de Pero de Góis da Silveira, em um período em que São Tomé já era chamada de Paraíba do Sul⁵⁰, associado a João Gomes Leitão, buscou reiniciar os empreendimentos de colonização do território. Para tanto, formou um povoamento à margem direita do rio Itapemirim, na altura do Baixo dos Pargos,⁵¹ ao qual, em homenagem à esposa de D. João III, batizou de Santa Catarina das Mós, significando esta última palavra, moendas de engenhos.⁵² O novo donatário introduziu lavouras, onde utilizou o trabalho indígena.⁵³ Entretanto, o empreendimento de Gil também não durou muito tempo, “sendo este, vítima de uma

48 VARNHAGEN, 1877, p. 13.

49 FEYDIT, Júlio. *Subsídios para a história dos Campos dos Goytacazes*. Rio de Janeiro: Gráfica Luartson, 2004, p. 30.

50 PESSANHA, Yvan Senra. *Campista. Nem fiado nem à vista: A saga dessa gente que não se vende*. Niterói: Imprensa Oficial. Campos dos Goytacazes, 1999, p. 30.

51 LAMEGO, Alberto. *Terra Goitacá, à luz de documentos inéditos*. Niterói: Diário Oficial, 1942, p. 33.

52 CINTRA, 2017, p. 208.

53 LAMEGO FILHO, Alberto. *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro. Biblioteca Geográfica Brasileira. Série A “Livros”, IBGE, 1945. p. 79.

nova rebelião indígena”⁵⁴, que o fez abandonar o local por não conseguir conter o levante.

Gil de Góes, não tendo recursos nem podendo assistir no Brasil, resolveu renunciar a sua capitania em favor da Corôa, e juntamente com sua mulher, passou sua procuração a Antônio Diniz, residente em Lisboa, em 9 de outubro de 1618, para assegurar a respectiva escriptura que foi feita em 22 de março de 1619, recebendo Gil de Góes, em pagamento a mercê de 200\$000 rs de tença em vida, com a faculdade de poder testar, por sua morte, 100\$000rs a sua mulher.⁵⁵

Após o abandono da Capitania, já denominada Paraíba do Sul pela família Góis, e com o falecimento de seu último donatário, em 1630, essas terras foram divididas, o lado norte do rio Paraíba do Sul passou a pertencer à Capitania do Espírito Santo, e a parte sul, à do Rio de Janeiro.

Em 1630, pouco mais ou menos, tendo sido a Capitania de S. Tomé incorporada na Coroa, por deixação que dela fez Gil de Góis da Silveira – a esse tempo residente em Madri, onde faleceu – mediante a tença de cem mil réis, concedida a sua mulher d. Francisca de Aguilar Manrique, veio Ordem para que todo este imenso trato de terreno fosse dividido em dois termos. As terras do norte da barra do Rio Paraíba passaram a pertencer ao termo da Vitória, Capitania do Espírito Santo; passando as do sul da mesma barra a fazer parte do termo de Assunção de Cabo Frio, com sujeição ao governo do Rio de Janeiro.⁵⁶

54 (Afável com os índios, consegue domesticar alguns. Entre esses, acolhe uma menina, filha de um cacique, batizando-a com o nome de Catarina. E repete-se o inevitável de quase todo o senhor de engenho ante a graça estranha da mulher diferente. Vela, porém, a esposa castelhana Dona FRANCISCA DE AGUIAR MANRIQUE. Durante uma viagem de GIL DE GÓIS, O tronco e O chicote vingam os ciúmes da espanhola arrebatada. A índia foge para as cabildas. Ante seu corpo ensanguentado, os índios se exasperam contra a selvajaria do branco. E por um levante em massa a colhia é inteiramente destruída) (LAMEGO FILHO, 1945, p. 79).

55 LAMEGO, 1942, p. 33-34.

56 CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a história da capitania de São Tomé*. Campos dos Goitacazes, 1888.

Assim, a bacia do Rio Itapemirim, 91 anos após o acordo firmado entre Vasco Fernandes Coutinho e Pero de Góes da Silveira, passa a integrar os limites políticos e administrativos do Espírito Santo.

Considerações finais

O presente artigo buscou apresentar o rio Itapemirim, sua posição no sul do atual estado do Espírito Santo, os contextos que fizeram o Itapemirim pertencer a outra capitania e o por que não se consolidou nessa jurisdição político-administrativa, além das conexões interpessoais que ocorreram ao longo do século XVI e XVII. Para isso, foi utilizado relatos de viajantes e párocos, que proporcionam um olhar do outro sobre o rio Itapemirim⁵⁷, registros oficiais do governo do Espírito Santo e uma cartografia ampla que aponta o crescimento do conhecimento acerca de Itapemirim.

57 BELLUZZO, Ana Maria. A propósito d' o Brasil dos viajantes. Revista USP, São Paulo, 1996, n. 30, p. 8-19.

Bibliografia

BELLUZZO, Ana Maria. A propósito d' o Brasil dos viajantes. Revista USP, São Paulo, 1996, n. 30.

BAVIERA, Teresa. Viagem ao Espírito Santo 1888. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013.

Brasiliaanze Scheepvaard door, de Johan Lerijs gedaan vit Urankryk, in't laar de 1556. Acervo da Biblioteca digital Luso-Brasileira.

CARVALHO, Augusto de. Apontamentos para a história da capitania de São Tomé. Campos dos Goitacazes, 1888.

CINTRA, Jorge Pimentel. Os limites das capitanias hereditárias do sul e o conceito de território. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.25. n.2. p. 203-223. Mai.-Ago. 2017.

DAEMON, Basílio Carvalho. Província do Espírito Santo: Sua Descoberta, História Cronológica, Sinopse e Estatística; Coordenação, Notas e Transição de Maria Clara Medeiros Santos Neves. – 2.ED.-. Vitória: Secretaria de Estado e Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

FEYDIT, Júlio. Subsídios para a história dos Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro: Gráfica Luartson, 2004.

LAMEGO, Alberto. Terra Goitacá, à luz de documentos inéditos. Niterói: Diário Oficial, 1942.

LAMEGO FILHO, Alberto. O Homem e o Brejo. Rio de Janeiro. Biblioteca Geográfica Brasileira. Série A "Livros", IBGE, 1945.

MACHADO, Laryssa da Silva. Retratos da escravidão em Itapemirim - ES: uma análise das famílias escravas entre 1831-1888. Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós-Graduação

em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: 2019.

MARQUES, Cezar Augusto. Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2003.

Mapa Terra Brasilis, do Atlas Miller de 1519. Disponível em: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL. A Cartografia Histórica do século XVI ao XVIII. Rio de Janeiro. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/artigos/terra-brasilis/>. Acesso em 06 de abril de 2021.

MENDES, Natália Gomes de Souza. Estudo das vazões na bacia hidrográfica do rio Itapemirim. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Espírito Santo. Jerônimo Monteiro—ES, 2016.

NASCIMENTO, Bruno César. Viagens à Capitania do Espírito Santo: 200 anos das expedições científicas de Maximiliano de Wied-Neuwied e Auguste SaintHilaire.. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018

OLIVEIRA, José Teixeira de. História do Estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

PESSANHA, Yvan Senra. Campista. Nem fiado nem à vista: A saga dessa gente que não se vende. Niterói: Imprensa Oficial. Campos dos Goytacazes, 1999.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. A Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e a Interiorização da Capital. Vitória: Secult, 2010

REIS, Fabio Paiva. As Representações Cartográficas da Capitania

do Espírito Santo no Século XVII. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa da Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais. Braga, Portugal 2017.

ROCHA, Levy. Crônicas de Cachoeiro. Rio de Janeiro: Editora Livros S. A., 1966.

ROCHA, Levy. Viagem de Pedro II ao Espírito Santo. Vitória: Secretaria de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

SALETO, Nara. Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930). Vitória: Edufes, 1996

SAINT-HILAIRE, Auguste. Segunda Viagem ao interior do Brasil. Espírito Santo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, Coleção Brasileira, v. 72.

SARAT, Magda. Literatura de viagem: olhares sobre o Brasil nos registros dos viajantes estrangeiros. Patrimônio e Memória. São Paulo, 2011, v. 7, n. 2, p. 33–54.

SOFFIATI, Arthur. O norte do Rio de Janeiro no século XVI: à luz da história mundial e da eco-história. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. História Geral do Brasil antes da sua eparação e Independência de Portugal. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1887.



ARTIGO

A PRÁTICA DO ESTÁGIO EM ARQUIVOLOGIA: O CASO DE UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE

Bianka Claro Dantas

*Universidade Federal do Espírito Santo (UFES);
graduanda no Curso de Arquivologia; Vitória (ES), Brasil.*

Diana Vilas Boas Souto Aleixo

*Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); docente
no Curso de Arquivologia; Vitória (ES), Brasil.*

Resumo

Dentre as atividades relacionadas ao fazer arquivístico nas quais o aluno tem contato durante o curso de graduação em Arquivologia está o “Estágio supervisionado”, o qual é realizado em instituições, sejam elas públicas ou privadas, com o intuito de aproximar o futuro arquivista do fazer de sua área. Desta maneira, o presente artigo teve como objetivo analisar as necessidades de um arquivo contábil identificadas durante o estágio supervisionado em um Escritório de Contabilidade e apresentar as melhorias realizadas no local. Trata-se de uma pesquisa que fez uso do estudo de caso, de caráter exploratório e descritivo. Os resultados relacionam-se ao diagnóstico e prognóstico realizados no local e demonstram que as atividades realizadas junto a quaisquer instituições necessitam de constantes análises e ajustes, pois sem as manutenções, a gestão perde a sua utilização, podendo levar a sua obsolescência.

Palavras-Chave: Estágio Supervisionado; Gestão de Documentos; Escritório de Contabilidade.

Introdução

O estágio curricular consiste em atividades exercidas pelo estudante durante o seu curso de graduação e propicia o entendimento do ensino teórico por meio da prática, de modo a auxiliar o aluno a compreender a realidade no campo de estudo no desenvolvimento de relação com o curso de formação e o conhecimento adquirido.

O conhecimento teórico, quando aplicado na prática no decorrer da formação do arquivista, torna todo o conteúdo apreendido em um conhecimento coerente e concreto à realidade do aluno. Assim, no processo do desenvolvimento profissional, o futuro arquivista cometerá o mínimo de erros durante sua atuação no mercado de trabalho. Pois

[...] a prática enquanto fonte e como finalidade da

Abstract

Among the activities related to archival practice that students come into contact with during their undergraduate degree in Archivology is the “supervised internship”, which is carried out in institutions, whether public or private, with the aim of bringing the future archivist closer to their field. The aim of this article is to analyze the needs of an accounting archive identified during the supervised internship in an accounting office and to present the improvements made there. This is an exploratory and descriptive case study. The results relate to the diagnosis and prognosis carried out at the site, and show that the activities carried out at any institution need constant analysis and adjustment, because without the necessary maintenance, management loses its use, which can lead to its obsolescence.

Keywords: Supervised internship, Document management, Accounting Office.

teoria, demonstram que as relações entre teoria e prática não podem ser entendidas de maneira simplista ou mecânica. E a separação, a dissociação, a desvinculação entre a teoria e a prática segmentam e hierarquizam o saber. O ensino sustentado nessas bases torna-se desconectado de um contexto mais amplo, aumentando o hiato entre este e a prática profissional (Sousa, 1999, p. 169).

Para Bellotto (2017), em todas as profissões, a teoria não pode prescindir à prática, é preciso treinar: “O treino quer dizer o viver uma situação real de trabalho arquivístico” (BELLOTTO, 2017, p. 213) e o estágio supervisionado

Art. 10 [...] é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à

preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008).

A aprendizagem do aluno no campo de estágio, como o estágio supervisionado, “[...] pode trazer ao futuro profissional aspectos como: questionar, mudar, procurar, descobrir, inventar, modificar, melhorar, sentir, participar, arriscar e inovar.” (Sousa, 1999, p.170); e auxilia a compreender as atividades realizadas pela instituição. Tendo o conhecimento da informação gerada e realizando análises para que se otimize as informações e os fluxos documentais existentes, é possível não só controlar e propiciar um tratamento adequado às informações, mas também oferecer serviços de melhor qualidade.

O estágio supervisionado oportunizado no curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) possibilita ao estudante uma aproximação com a realidade do profissional arquivista, a partir do desempenho de atividades ligadas à gestão de documentos.

Diante deste contexto, a presente pesquisa teve como objetivo analisar as necessidades de um arquivo contábil e apresentar melhorias com a finalidade de otimização de seus processos.

Como qualquer tipo de instituição, os escritórios de contabilidade durante o desempenho de suas atividades acabam por produzir e receber uma grande quantidade de documentos, e em algumas situações, a falta de conhecimento sobre os procedimentos para uma boa gestão de seus documentos, acaba por vezes permitindo a ausência de um devido cuidado aos documentos, ocasionando problemas que vão desde ao mal acondicionamento até a perda dos documentos no suporte papel e eletrônico.

Do arquivo aos documentos de arquivo

O ser humano tem produzido e acumulado ao longo de sua existência um grande número de registros, os quais testemunham e indicam seu caminho trilhado, possibilitando que seja reconstruída sua trajetória por meio dos documentos que foram produzidos/acumulados junto aos arquivos.

Jameson (1964) relaciona que a palavra arquivo tem origem do grego archeion se referindo a edifício público, casa da câmara, e documentos, ou seja, um local onde eram escritos e conservados os documentos expedidos pelas autoridades.

O “arquivo” pode ser desde um móvel para guarda de documentos até uma instituição mantenedora de um conjunto de documentos arquivísticos. Prado (1985) acrescenta que o arquivo pode ser utilizado tanto para designar o conjunto de documentos, como também ser o local onde eles estarão armazenados para a recuperação da informação.

Os primeiros arquivos, datados de cerca do IV milênio a.C. eram compostos por registros contábeis, correspondências, tratados, contratos, atos notariais, testamentos, promissórias, recibos e sentenças de tribunais. (Silva *et al.*1998). Tais registros eram feitos de forma artesanal em tábuas de argilas, e armazenados em áreas restritas (Paes, 2004). Com o passar dos anos, algumas mudanças ocorreram, tanto no físico dos registros, quanto no suporte (Paes, 2004). Infelizmente, a instabilidade descrita anteriormente, fez com que houvesse um transporte contínuo dos documentos, sem considerar o correto acondicionamento e armazenamento, o que ocasionou a perda de boa parte dos registros. Por sua vez, as monarquias medievais e os senhores feudais, implementaram um tipo de administração ambulante, onde os documentos passaram a ser transportados em arcas e cofres, para possível guarda. Segundo Rousseau e Couture (1998), neste período, os documentos eram mantidos em mosteiros, e ou claustros da igreja, o que levou a perda de grande parte dos documentos do período medieval (Rousseau; Couture, 1998).



Figura 1: Classificação por entidade mantenedora. Fonte: Elaborado com base em Paes (2004, p. 21).

A informação materializada em um documento, é “[...] um registro de uma ação administrativa que ele gerou ao longo de sua produção” (Indolfo, 2007, p. 29). Hoje com a evolução constante das tecnologias, existem vários tipos documentais utilizados pela administração moderna, estando registradas nos mais diferentes suportes. Rousseau (1991 Apud Brito, 2005, p. 34), menciona a respeito dos “[...] diversos usos, realidades e valores [...]”, que podem ser atribuídos a um documento, devido aos seus fins de prova e ou informação.

Considerando as entidades mantenedoras que guardam e organizam os documentos, conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p 27) os arquivos podem

ser denominados como arquivo público e arquivo privado, que independentemente de seu suporte. Di Mambro (2013) descreve que os arquivos públicos são formados por conjuntos de documentos produzidos e/ou recebidos por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias; enquanto os arquivos privados são formados por documentos produzidos e/ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades. Paes (2004), completa a compreensão acerca do tema e classifica os arquivos conforme 4 (quatro) pontos, sendo: entidades mantenedoras; estágios de evolução; a extensão de sua atuação; e por fim, a natureza dos documentos.

A classificação conforme as entidades mantenedoras se estabelece a partir das características das organizações, conforme exposto na Figura 1:

Os estágios de evolução se estabelecem à medida das fases de uso dos documentos que compõem o arquivo.

Arquivo Corrente - onde são guardados os documentos de uso frequente e aqueles em que o ato administrativo ainda não terminou.

Arquivo Intermediário - onde são guardados os documentos cuja frequência de uso é esporádica e que são conservados em razão de seu valor histórico, probatório ou informativo: a permanência nesses arquivos é transitória.

Arquivo Permanente - onde são guardados os documentos que perderam todo valor de natureza administrativa, que se conservam em razão de seu valor histórico ou documental e que constituem os meios de conhecer o passado e sua evolução. (Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1972, p. 52)

Acrescenta-se que os arquivos podem também ser classificados conforme a frequência de uso dos documentos, ou pela extensão de sua atuação (Paes, 2004).

Insere-se ao debate, o documento de arquivo, o qual pode ser definido conforme Vazquez (1998 Apud Rodrigues, 2004, p. 42) como suporte que contém uma informação arquivística ou como “[...] um suporte modificado por um texto a ele aderido que surge como resultado de uma atividade administrativa e tem como finalidade comunicar uma ordem, provar algo ou transmitir uma informação útil para um trâmite.” Nas palavras de Tanodi (1961 Apud Rodrigues, 2004, p. 42) “É o resultado das atividades administrativas de uma entidade, efetuada para cumprir seus objetivos e finalidades.”

Independente da característica que motive a classificação dos arquivos, observa-se na literatura a

presença de princípios arquivísticos que possibilitam identificar as qualidades do arquivo ou dos seus documentos (Rodrigues, 2004). Os princípios arquivísticos estabelecem a principal diferença entre a Arquivologia e as outras ciências documentais. Para que aconteça a gestão de maneira efetiva e eficiente indica-se a adoção dos princípios arquivísticos. O princípio da proveniência, também chamado por alguns autores como o princípio de “respeito aos fundos” , apresenta que todo documento que for organizado e classificado deve respeitar a origem, ou seja, nenhum documento deve ser misturado com qualquer outro de origem diferente. Pois uma vez separados dos seus fundos os documentos perdem seu contexto resultando em dificuldade da aplicação da gestão de documentos. O princípio é importante para a gestão de documentos, pois possibilita a identificação dos fundos, que é a base da classificação documental. Identificando quem produziu um documento pode-se compreender o processo e a atividade que motivou a criação e/ou acumulação do documento, e assim preservar a origem.

Derivado do princípio da proveniência, tem-se o princípio da ordem original, o qual refere-se à organicidade dos documentos, o princípio está relacionado a acumulação, ou seja, a ordem em que os documentos foram produzidos ou recebidos dentro de um contexto e não a sua ordem material (ordem física) em si. Rodrigues (2006) descreve que a ordem original:

Considerando que os princípios da proveniência e da ordem original são indispensáveis para uma boa gestão de documentos, infere-se que sua aplicação propiciará a preservação da identidade e a garantia da integridade do acervo documental.

Menciona-se também outros princípios arquivísticos destacados por Bellotto (2006, p. 88), sendo:

Princípio da organicidade: as relações administrativas orgânicas refletem-se nos conjuntos documentais. Organicidade é a qualidade segunda a qual os arquivos espelham a estrutura, as funções e as ati-

vidades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas.

Princípio da unicidade: não obstante sua forma, gênero, tipo ou suporte, os documentos de arquivo conservam seu caráter único, em função de seu contexto de produção.

Princípio da indivisibilidade ou integridade arquivística: os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida.

Princípio da cumulatividade: o arquivo é uma formação progressiva natural e orgânica.

A execução dos princípios arquivísticos, dentro do acervo documental, visa uma limitação na produção da massa documental, para que não haja acúmulo desnecessário de documentos, e a eliminação incorreta de informação, de modo a inserir a aplicação de uma boa gestão de documentos, prezando pela organização e controle dos documentos, facilitando a busca e disseminação da informação.

A gestão de documentos

A Lei de nº 8.159/1991 define a gestão de documentos¹ como o “[...] conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente ou intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”. (Brasil, 1991, online, grifo nosso). Assim, a gestão de documentos é

¹ Conforme pesquisa realizada por Moreschi (2022), essa pesquisa compreende que o uso do termo gestão documental refere-se às práticas arquivísticas, baseando-se no contributo de Rousseau e Couture (1998 apud MORENO, 2006). Desta forma, optou-se pelo emprego do termo Gestão de Documentos, mas será considerada a forma usada pelos autores de origem no caso das citações diretas e indiretas presentes nesta pesquisa.



Figura 2: Gestão de documentos e suas operações conforme a Lei de nº 8.159/1991. Fonte: Elaborado com base na Lei de nº 8.159/1991 (Brasil, 1991).

[...] responsável pelo controle eficiente e sistemático da produção, recepção, manutenção, uso e eliminação de documentos, [...] os processos de captação e manutenção de provas e informações sobre as atividades de negócios e transações [...]. (International Organization for Standardization, 2001 Apud Valentim, 2012, p. 15).

A gestão de documentos deriva do uso de técnicas arquivísticas que visam facilitar a localização e acesso das informações, ajudando na relação com os outros documentos de maneira a evitar perdas, prazos e acúmulo de documentos desnecessários. “[...] de forma a conservar permanentemente os que têm um valor cultural futuro sem menosprezar a integridade substantiva da massa documental para efeitos de pesquisa”. (Burnet Apud Jardim, 1987, p. 35).

A gestão de documentos, conforme a Lei de nº 8.159/1991 é composta por algumas operações (Brasil, 1991), vide Figura 2.

A produção de documentos é um dos pilares da gestão de documentos, e está relacionada diretamente a “[...] execução das atividades de um órgão ou entidade.” (Arquivo Nacional, 2011, p. 21).

A tramitação é a “[...] sequência de diligências e ações prescritas para o andamento de documentos de natureza administrativa, até seu julgamento ou solução.” (Camargo; Bellotto, 1996, p. 74).

A avaliação de documentos tem o objetivo de designar os valores dos documentos definindo prazos para sua guarda, de acordo com a legislação vigente. Bellotto (2006, p. 15) afirma que: “[...] esses aspectos estão intrinsecamente ligados, já que o valor é fazer com que o documento ‘mereça’ adentrar a terceira idade e aí obter seu direito à perenidade e conservação.”

O uso (ou utilização) “[...] diz respeito ao fluxo percorrido pelos documentos para o cumprimento de sua função administrativa, assim como de sua guarda, após cessar o trâmite.” (Arquivo Nacional, 2011, p. 22).

O arquivamento é o “[...] conjunto das operações de acondicionamento e armazenamento de documentos. [...] Ação pela qual a autoridade administrativa ou judiciária determina a guarda de um documento, cessada sua tramitação.” (Camargo; Bellotto, 1996, p. 4).

Por sua vez, a eliminação configura-se como a “[...] destruição de documentos que, na avaliação, foram considerados sem valor para a guarda permanente.” (Arquivo Nacional, 2011, p. 33), e por fim, o “[...] recolhimento é a operação pela qual um conjunto de documentos se transfere do arquivo intermediário para o arquivo permanente.” (Arquivo Nacional, 2011, p. 30).

Em virtude dos fatos, pode-se concluir, que de modo geral, a gestão de documentos, sempre auxiliará o acervo, pensando no acesso futuro, em como os documentos estarão preservados e conservados, ligado não somente à história, memória, pesquisa, mas como valor de prova, testemunho e servindo na tomada de decisão. Tudo é uma junção, uma vez que se tem o cuidado desde a produção dos documentos vislumbrando claramente também a preservação da informação.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa que fez uso do estudo de caso por se centrar em um caso particular. Considera-se uma pesquisa de caráter exploratório por com-

preender um fenômeno que está amparado em vários aspectos, e descrito uma vez que descreve um caso em particular.

O universo da pesquisa é um escritório de contabilidade situado no município de Serra, estado do Espírito Santo (ES), e a amostra pesquisada corresponde ao setor responsável pelas atividades de arquivo.

Os dados que compõem a apresentação dos resultados foram coletados por meio de entrevistas com os colaboradores do escritório e observação direta no local.

Resultados

Inicialmente faz-se um recorte para caracterizar a instituição na qual realizou-se o estágio, essa ação se deu por meio de um diagnóstico, o qual é o “[...] “ponto de partida para os projetos de organização de documentos, subsidiando a proposta de modelos de classificação, avaliação e descrição apropriadas, visando um destino final eficiente e eficaz.” (Calderon et al., 2004, p. 101).

Caracterização da instituição

O escritório foi criado no ano de 1996 por um único sócio com a finalidade de oferecer serviços contábeis para empresas de pequeno e médio porte. Nos seus primeiros 15 anos não foram implementadas ações relacionadas à gestão dos documentos gerados/acumulados, logo não havia qualquer tipo de padronização nos processos existentes.

Foi identificado que o arquivo analisado passou por uma consultoria de gestão documental no ano de 2013, mas, desde a ação não houve nenhuma revisão ou manutenção nas ações para manter a gestão atualizada de acordo com as novas necessidades que surgiram ao longo do tempo.

Verificou-se que alguns departamentos ainda executavam as ações referentes à gestão dos docu-

mentos de acordo com a primeira consultoria realizada, e na ocasião da coleta dos dados o arquivo possuía uma estagiária atuando na gestão, e um sistema Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) de protocolos de entrada e saída de documentos.

Os serviços oferecidos pelo escritório englobam:

- Abertura / Alteração / Encerramento de Empresas
- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física e Jurídica
- Escrituração Fiscal
- Rotinas Trabalhistas
- Escrituração Contábil
- Demais assuntos relacionados à Serviços Contábeis

A documentação gerada/recebida se encontra em suportes digitais e não digitais. A documentação gerada digitalmente se encontra em armazenadores de dados, sendo um sistema GED, e também um arquivo compartilhado onde todos os funcionários possuem acesso. A documentação em suporte de papel é controlada por meio de planilhas onde são descritas as caixas encontradas no arquivo. Cada caixa possui um código de identificação para facilitar o processo de localização.

O arquivo físico conta com aproximadamente 1000 caixas de documentos de arquivo, e compreende as idades corrente, intermediária e permanente, observando a existência de documentos desde o início das atividades da empresa até os dias atuais.

Os documentos estavam arquivados de forma indevida, e sem qualquer tipo de classificação ou identificação (FIGURA 3). Havia também um acúmulo de documentos que deveriam ter sido eliminados anteriormente, o que não ocorreu devido a ausência do estabelecimento de uma tabela de temporalidade.

O espaço físico do arquivo é improvisado, com acesso direto à uma rua, o que oportuniza a entrada de insetos e o acúmulo de sujeira. Verificou-se também a presença de materiais que não fazem parte



FIGURA 3 - Documentos e espaço físico. Fonte: Dados da pesquisa (2023).

do arquivo, o que agrava ainda mais a preservação e conservação dos documentos encontrados (FIGURA 4): Os instrumentos de pesquisa existentes estavam desatualizados, a ordenação das caixas no arquivo não correspondia com as planilhas, e não havia um controle de entrada e saída dos documentos no arquivo.

Após a identificação dos pontos fracos que deveriam ser sanados, elaborou-se uma proposta composta por algumas das atividades indicadas a seguir. Comenta-se que o escritório de contabilidade viu a necessidade de uma intervenção por encontrar diversas dificuldades no decorrer das atividades realizadas.

Intervenção realizada

A primeira atividade realizada foi a eliminação de documentos que passaram do prazo de guarda de acordo com a legislação vigente e referente a cada tipo documental. Comenta-se que o escritório de contabilidade possui uma Tabela de Temporalidade a qual foi atualizada e está em adoção por todos os departamentos.

A primeira eliminação contemplou aproximadamente 90 caixas de arquivo contendo documentos referentes aos departamentos contábil e fiscal, e datava o período de 2009 até 2017. Foi elaborado um termo de eliminação (já existente nos padrões da empresa) e assinado pela responsável pelo arquivo e pela esta-



FIGURA 4 - Outros materiais. Fonte: Dados da pesquisa (2023).

giária responsável pela separação dos documentos. O termo assinado foi escaneado gerando uma cópia e o modelo original foi anexado ao livro de registro que também já existia nos padrões da empresa.

Após as eliminações foi efetuada uma reordenação das caixas e das estantes, onde foi separado as estantes para cada um dos dois departamentos. Em seguida foi feita uma planilha (QUADRO 1) para mapeamento e localização das caixas.

Por meio das planilhas é possível realizar buscas, sendo possível identificar quantas caixas cada empresa possui e localizar o documento através do código que as caixas recebem em sua abertura.

Havia um grande volume de documentos das empresas que são clientes, documentos estes deixados para retirada, mas que estavam ainda nas dependências do escritório. Assim, foi elaborado um documento de devolução, um protocolo de entrega era encaminhado junto a um termo de devolução que detalhava as tipologias e o ano pertencentes a documentação, sendo anexado o protocolo gerado no sistema GED utilizado pela empresa.

Assim, elaborou-se uma política de intervenção relacionada a devolução de documentos, tendo em vista que um dos problemas encontrados no arquivo é o acúmulo de documentos referentes às empresas-clientes. Com isso, foi realizada uma proposta com

a finalidade de reduzir o volume documental, garantindo uma maior organização e otimização do acesso aos documentos utilizados.

Outro problema identificado era o acúmulo de documentos de empresas que não são mais clientes, que levou a elaboração de uma proposta de intervenção para devolução dos documentos que considerou o volume documental para identificação das tipologias, o ano e a empresa ao qual pertence a documentação; e os níveis de prioridade de documentações a serem devolvidas.

Desta forma, primeiro analisou-se a situação cadastral do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa, e em caso “ATIVO” deve ser realizado o contato com a empresa orientando a busca por seus documentos. Compreende-se que essa é uma forma de resguardar o escritório da responsabilidade pela custódia de documentos que não são mais relativos às suas atividades. Se a empresa estiver “INATIVA”, deve ser realizada uma tentativa de devolução com os proprietários.

Para desenvolver e implementar a “Política de Devolução de Documentos de Empresas Clientes” foram realizadas várias reuniões em conjunto com todos os departamentos do escritório de contabilidade, para que todas as dúvidas fossem sanadas e assim fosse desenvolvida uma política de fácil prática.

Caso a empresa ainda seja cliente, realizar a devolução de acordo com a política de cada setor:

- Departamento contábil: devem ser devolvidos após cinco anos no arquivo intermediário (período que leva para o setor cumprir com suas atividades que necessitam daquela documentação)
- Departamento fiscal: devem ser devolvidos após cinco anos no arquivo intermediário;
- Departamento constitutivo: devem ser devolvidos a partir do distrato de prestação de serviço, ou seja, quando o escritório deixa de prestar serviços

Código caixa	Código empresa	Razão social	Período documentação	Data limite	Estante/ prateleira	Obs.	Protocolo de devolução
desp.2022.p.10	024	Empresa X	2022	2028	est.5/prat 6		7141562

Quadro 1 - Exemplo de planilha para mapeamento das caixas. Fonte: Dados da pesquisa.

contábeis a empresa;

- Departamento pessoal: podem ser devolvidos após 3 (três) anos no arquivo corrente ou somente a partir do distra-to de prestação de serviço (documentos referentes a dossiês de funcionários não devem ficar no escritório, e sim serem devolvidos às empresas-clientes)

Foi acrescentada uma cláusula no contrato de prestação de serviços do escritório sobre a guarda dos documentos.

Dentro do escritório, os documentos do departamento pessoal e constitutivo se encontram em pastas suspensas, por não gerarem uma massa documental tão grande quanto os departamentos contábeis e fiscais. Para auxiliar na busca por informações foi realizado um mapeamento junto às pastas, indicando a empresa e sua respectiva pasta e gaveta no formato de planilha. Cada empresa é enumerada pelo código gerado pelo sistema GED, de forma a facilitar a busca e auxiliar no mapeamento do volume.

Após as eliminações foi realizada uma identificação nas prateleiras e estantes do arquivo para facilitar a localização das caixas existentes, além da reordenação delas de acordo com a empresa, ano e departamento correspondente; registradas em um instrumento de pesquisa em formato de planilha.

Conclusão

Com a conclusão do estágio, podemos finalizar observando que todo arquivo necessita de constantes análises e ajustes, mesmo depois da aplicação de uma gestão documental. Sem as manutenções ne-

cessárias, a gestão perde a sua utilização, podendo levar a sua obsolescência.

O arquivo contábil, assim como todo arquivo, possui suas necessidades e especificações e por isso, necessita de uma gestão documental que se atente às questões que se mostram mais recorrentes e necessárias para o bom uso de sua informação.

Outra questão a abordar refere-se a presença do arquivista no processo de gestão de documentos, conforme sinalizado no trabalho, para que de fato o processo ocorra com êxito e eficácia, possibilitando que as fases da gestão sejam efetuadas de maneira adequada.

É importante que as instituições invistam no corpo de colaboradores, em equipamentos, tecnologias e treinamentos, possibilitando se qualificar para executar de forma eficiente e eficaz o seu trabalho. Na ocasião de realização da coleta de dados, a estagiária do curso desempenhava as ações e atuava de forma direta na gestão de documentos, após a finalização do estágio supervisionado a instituição vendo a necessidade e o valor do profissional da área de arquivos na instituição optou pela contratação da graduanda.

Dessa maneira, o debate sobre tal universo se fez relevante a fim de identificar como é feita a gestão nas instituições, e se existe um arquivista responsável pelo acervo. E acrescente-se o valor da gestão documental com vistas a preservação e a otimização dos fluxos documentais existentes, garantindo o acesso e uso da informação para seus usuários.

Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. (Brasil) **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/

dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 01 mar. 2024

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 1972.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro. FGV, 2006.

BELLOTTO, H. L. Qualificação profissional e código de ética do arquivista. In. BELLOTTO, H. L. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p. 268-277.

BELLOTTO, H. L. A profissão e o ensino da Arquivologia. In.: BELLOTTO, H. L. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 205-217.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 60 da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências**. Diário Oficial, 26 de setembro de 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 01 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.159, de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 01 mar. 2024.

BRITO, D. M. A informação arquivística na Arquivologia pós-custodial. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 31- 50 jan./jun. 2005. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2011/01/pdf_8a952f5d46_0002586.pdf. Acesso em 01 mar. 2024.

CALDERON, W. R. *et al*. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, p.97-104, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a11v33n3.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2024.

CALDERON, W. R. *et al*. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ci. Inf.**, v. 33, n. 3, p. 97-104, 2004.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros-Núcleo Regional de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

DI MAMBRO, G. R. **Glossário Básico de Arquivologia**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013. Disponível em: https://www2.ufjf.br/arquivocentral/files/2013/09/di_mambro_glossa_130520.pdf. Acesso em: 01 mar. 2024.

INDOLFO, A. C. Gestão de Documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. **Arquivística.net**. Rio de janeiro, v.3, n.2, p. 28-60, jul./dez.2007. Disponível em: [\[brapci.inf.br/_repositorio/2011/06/pdf_59336b505e_0003553.pdf\]\(http://brapci.inf.br/_repositorio/2011/06/pdf_59336b505e_0003553.pdf\). Acesso em: 01 mar. 2024.](http://www.</p></div><div data-bbox=)

JAMESON, S. H. **Administração de arquivos e Documentação**. Rio de Janeiro: FGV, 1964. Textos selecionados de Administração pública, 121.

JARDIM, J. M. O conceito e a prática de gestão de documentos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 35-42, jul./dez. 1987. Disponível em: <http://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/02/O-Conceito-e-a-Pratica-de-Gestao-de-Documents.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2024.

MORENO, N. A. **A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Escola da Ciência da Informação, 2006. Belo Horizonte, 2006. 220f. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/EARM-6ZCPUE>. Acesso em: 01 mar. 2024.

MORESCHI, M. P. S. **Diplomática contemporânea e a Diplomática Digital**: os desafios da Gestão Documental para a Garantia da Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Departamento de Ciência da Informação. Londrina, 2022, 103f.

PAES, M. L. **Arquivo**: Teoria e Prática. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. Disponível em: <https://document.onl/documents/arquivo-teoria-e-pratica-marilena-leite-paespdf.html>. Acesso em: 01 mar. 2024.

PRADO, H. A. **A técnica de arquivar**. 5. ed. São Paulo, 1985. p. 1- 31. RODRIGUES, A. M. L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 11, n. 1, p. 102-117, 2006.

RODRIGUES, A. M. L. **Uma análise da Teoria dos arquivos**. Dissertação, 2004, 108 p. (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais - Pós Graduação em Ciência da Informação, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4177719/mod_resource/content/5/UMA%20AN%C3%81LISE%20DA%20TEORIA%20DOS%20ARQUIVOS.pdf. Acesso em: 01 mar. 2024.

VALENTIM, M. L. P. Gestão documental em ambientes empresariais. In: _____. **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

ARTIGO

**AS RUÍNAS DO RIO
SALINAS E AS TERRAS
DA ALDEIA DE IRIRITIBA,
ANCHIETA, ES**

Sônia Missagia Mattos

Professora Titular do DCSO/CCHN/UFES. Esse texto integra o relatório da pesquisa “Memória e Imagens cartográficas” desenvolvido com apoio do CNPq (processo nº471412/2014-7). Colaboram nessa pesquisa Dr^a Gisele Girard (Departamento de Geografia/UFES), Dr^a Izabel Missagia Mattos (Dep. Ciências Sociais/UFRRJ) e Ms. Maria Elisa Tosi Roquetti (Doutoranda Dep. Geografia/UFES).

Resumo

Esse artigo enfoca o município de Anchieta, originado do Aldeamento Jesuítico de Irititiba, localizado no sul do estado do Espírito Santo, Brasil. Nele, destacando as “Ruínas do Rio Salinas” - imponente obra arquitetônica composta por dois conjuntos de pilares de pedras argamassadas, tombada como Monumento de Valor Histórico e Cultural (Diário Oficial da União, em 04 de fevereiro de 2014). Situada às margens do Rio Salinas que corre no interior do manguezal vizinho à Chapada do Á (ex-Araputanga), território onde habitam remanescentes indígena tendo ficado popularmente conhecida como as “Misteriosas Ruínas”. Isso, pelo fato de que, até o resultado da presente pesquisa fossem desconhecidas quaisquer informações, a elas referidas, relativas a data, origem ou a finalidade para a qual fora construída. Ruínas são um vazio de memória, o que me impulsionou novamente a investir em decifrar o tal enigma. Para tal, dentre outros, contamos com documentos oficiais datados dos anos finais do século XVIII e início do XIX, acervos esses que estão sob a guarda de Instituições destinadas a protegê-los, das quais cito Biblioteca Nacional, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, a Biblioteca Nacional de Lisboa. Dentre os acervos destaco um que se encontra sob a guarda do Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa e que foi por mim levantado, em primeira mão, no ano de 2009, ocasião em que realizei estudos de pós-doutoramento com financiamento CAPES. A análise de tal acervo permitiu desvelar não apenas o procurado significado da construção das “Ruínas”, mas também, a importante luta dos indígenas da Vila de Benavente em defesa de suas terras. Destaco, que tal significado não diz respeito apenas a fatos passados. Ele põe sob foco, a subsistência de um longo percurso de violações dos direitos indígenas, que vem sendo persistentemente praticadas, desde o início da colonização portuguesa até a contemporaneidade. O contexto no qual aquelas “Ruínas” foram erguidas é um dos marcos fundamentais para a história da terra no Brasil e foi cuidadosamente analisado por Motta em “Direito à Terra no Brasil. A Gestação de um Conflito”.

Abstract

This article focuses on the municipality of Anchieta, originating from the Jesuit Village of Irititiba, located in the south of the state of Espírito Santo, Brazil. It highlights the “Ruins of the Salinas River” - an imposing architectural work, made up of two sets of mortared stones pillars, listed as a Monument of Historical and Cultural Value (Official Gazette of the Union, February 4, 2014). It is located on the banks of the Salinas River, which flows inside the mangrove forest neighboring Chapada do Á (formerly Araputanga), territory where indigenous remnants live to this day, becoming popularly known as the “Mysterious Ruins”. This is due to the fact that, until the results of this research, any information referred to them regarding the date, origin or purpose for which it was built was unknown. “Ruins” are a void of memory, which pushed me once again to invest in deciphering this enigma. To this end, among others, we rely on official documents dating from the late 18th and early 19th centuries, collections that are under the custody of institutions designed to supervise them, of which I cite the National Library, Public Archives of the State of Espírito Santo, National Library of Lisbon. Among the collections, I highlight one that is kept by the Overseas Historical Archive in Lisbon and which was collected by me, first hand, in 2009, when I carried out post-doctoral studies with CAPES funding. The analysis of this collection revealed not only the meaning sought in the construction of the “Ruins”, but also the important struggle of the indigenous people of Vila de Benavente in defense of their lands. I emphasize that this meaning does not only concern past facts. It focuses on the existence of a long history of evidence of indigenous rights, which has been persistently practiced, from the beginning of Portuguese colonization to contemporary times. The context in which those “Ruins” were built is one of the fundamental landmarks in the history of land in Brazil and was carefully analyzed by Motta in “Direito à Terra no Brasil”. The Gestation of a Conflict.”



Foto parcial das Ruínas do Rio Salinas. Acervo pessoal da autora.

“Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque a ignora”.¹ Borges

Esse trabalho é dedicado à minha tataravó Helena Ferreira da Silva e à sua mãe Maria das Chagas – Índias Puri – nascidas em Vila Nova de Benavente, ex Aldeia Jesuítica de Irititiba - parentes que geram força ancestral de sangue e espírito.²

Introdução

Conforme publicação no Diário Oficial da União em 04 de fevereiro de 2014, as Ruínas situadas na margem esquerda do Rio Salinas, município de Anchieta-ES, foram tombadas como Monumento de Valor Histórico e Cultural, muito embora fossem ignoradas a origem e a finalidade para a qual foram construídas. À primeira vista compreendemos que as Ruínas do Rio Salinas são remanescentes de uma construção arquitetônica de grande vulto, tal como mostra um Relatório Técnico da 21ª SR do IPHAN. Vejamos.

A Ruína da Edificação de grandes proporções consiste em cinco linhas de colunas, sendo as duas linhas da extremidade cilíndricas com diâmetro aproximado de 70cm, e as 3 (três) linhas centrais de colunas de seção quadrada de dimensões aproxi-

1 - BORGES, Jorge Luis. História das Noites In: *Obras completas*. Buenos Aires: EMECE, 1990.
2 - Memórias da Tia Dina (Leopoldina Simões de Mattos) em entrevistas para a elaboração Árvore genealógica da família Mattos sediada em Anchieta, ES.

madras de (75x75) cm. Trata-se de colunas de pedras argamassadas³ com a presença de pedaços de telhas cerâmicas.

A disposição das colunas, indica uma construção simétrica, conformando dois espaços quadrados nas extremidades e uma área central. Os dois espaços das extremidades possuem nível elevado sobre uma base, também de pedras, com, aproximadamente 1,70m (um metro e setenta centímetros de altura).

As colunas cilíndricas estão implantadas no nível do solo e conformam um espaço que remete a uma circulação coberta, sem vedação lateral.⁴

Mostra ainda o Relatório que na mesma área estão cadastrados dois outros sítios históricos: Ruínas do Rio Salinas (ES-GU-3), que registra estruturas remanescentes da construção e Missão do Rio Salinas; e (ES-GU-4) que está referido a uma ocupação histórica efetuada sobre elas. Consta também, no citado Relatório, que à época em que esses dois sítios históricos foram cadastrados, quatro outros sítios pré-históricos também foram registrados na região circundante às Ruínas, todos eles situados próximos ao leito da Rodovia Jabaquara/Anchieta, quais sejam: Chapada do Á (ES-GU-5); Rio Una I (ES-GU-6); Rio Una II (ES-GU-7) e Rio Una III (ES-GU-8).⁵

Pelo local onde se encontram edificadas as Ruínas ser cientificamente constatado como um local tão rico em sítios arqueológicos de evidências históricas e pré-históricas, várias perguntas emergem ao indagarmos sobre aquele espaço. Vejamos. O que seria inicialmente aquela construção? A quem pertenceu? Com qual finalidade foi construída? Por que o Rio que lhe adjacente é chamado Salinas? Indagações como essas persistem

desde há muito, sendo que são ainda recorrentemente ouvidas tanto partindo de moradores do lugar quanto de pesquisadores e turistas que chegam até aquele local. As conclusões a que se tem chegado sinalizaram várias possibilidades de respostas, mas ao mesmo tempo, desvelam ainda grandes vazios da memória do atual município de Anchieta. Município esse, de fundação atribuída ao Padre Anchieta, nos princípios da colonização portuguesa do atual território brasileiro. Vejamos algumas das respostas atribuídas à construção das, também, denominadas “Misteriosas Ruínas”.

Por algum tempo, ouviu-se dizer, que os jesuítas haviam tentado construir algo no local e que poderia ter sido ali a sede da desaparecida Aldeia de São Cristóvão. Mas essa hipótese foi descartada por Pe. Viotti. Ouçamos o que ele diz.

Já em 1679, assinala o **Catálogo** Jesuíta uma terceira aldeia que conta com a presença de missionários, a de São Cristóvão. (...) Superior nessa aldeia é o Pe. Diogo Fernandes que no **Catálogo** seguinte aparece como Superior na Nossa Senhora de Assunção de Reritiba. São Cristóvão desaparecera. Teria sido uma mudança de nomes.⁶

Uma outra hipótese levantada foi a de que as tais Ruínas seriam parte de uma antiga salina clandestina,⁷ construída, possivelmente, ainda nos tempos dos Jesuítas. Tal hipótese deve ter tido como base a existência de apicuns no entorno daquelas Ruínas, tal como registra o arqueólogo Celso Perota.⁸ Essa se constituía uma hipótese muito plausível, uma vez que é muito frequente a instalação de salinas em apicuns.⁹ Nas imediações das Ruínas, apesar das muitas

intervenções que a área tem sofrido, tais como aterros, desmatamentos, dragagens e confecção de poços para a hidratação de rebanhos bovinos, pode-se ainda identificar a existência de vários apicuns. “Os apicuns são áreas planas de elevada salinidade ou acidez, localizadas na região de supra-maré e desprovidas de vegetação ou com vegetação rasa.”¹⁰

O que tecnicamente é chamado de supra-maré,¹¹ conforme saberes de Tupiniquins da Chapada do Á,

é quando as águas sobem muito. Acontece, geralmente, no mês de março, conforme as luas a nova ou a cheia, porém a mais alta costuma ser no início do mês de abril, nossos troncos velhos costumavam falar que a maré de abril vem buscar o que a de março deixou. Quando vem o calor e aquela água seca fica um pasto meio cinza.¹²

O termo Apicum, conforme pesquisadores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), é derivado da palavra *apecu*, originária da língua indígena Tupi e significa língua de areia ou coroa de areia.¹³ Os apicuns estão necessariamente associados a manguezais e localizados entre esses e as encostas. Esse mesmo estudo do ICMBio propõe que

... o chamado apicum deva ser considerado um tipo particular de manguezal herbáceo que, junto com as feições lavado, manguezal arbóreo e ecótono arbustivo constituem o ecossistema manguezal. Foi observado que o recrutamento de *U. cordatus* ocorre próximo ao limite entre o manguezal arbóreo e o herbáceo. O aumento do nível médio relativo do mar implica no deslocamento da zona de recrutamento em direção a terra firme, e qualquer obstáculo compromete esse processo. Portanto, para que a renovação dos estoques deste caranguejo não seja impedida e para evitar impactos socioeconômicos negativos sobre as populações tradicionais dependentes deste recurso pesqueiro, a ocupação de zonas de manguezal herbáceo por empreendimentos econômicos não deve ser permitida.¹⁴

Na historiografia capixaba, encontrei duas outras referências sobre a existência de sal no local onde estão as Ruínas. Uma delas está no livro “Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo,” publicado em 1858, escrito por José Marcelino Pereira de Vasconcelos. Ouçamos sua afirmação: “[...] no município de Benevente existe um rio denominado Salinas, braço do rio Benevente, em que se formam depósitos salinos de grande extensão, de que se servem os moradores circunvizinhos para uso doméstico. Conviria talvez explorá-lo”.¹⁵

A outra referência está no Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo, publicado em 1878, por César Augusto Marques, que registrou serem encontrados nas proximidades do rio Salinas: “depósitos de sal de que se servem os vizinhos para uso doméstico”.¹⁶

14 - SCHMID, A. J. BEMVENUTI, C. E. e DIELE, K. Sobre a definição da zona de apicum e sua importância ecológica para populações de caranguejo-uçá *ucides cordatus* (LINNAEUS, 1763). <http://www.icmbio.gov.br/cepe-ne/images/stories/publicacoes/btc/vol19/art01-v19.pdf>

15 - VASCONCELOS, José Marcelino Pereira de. Ensaio sobre A História e Estatística da Província do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.apees.es.gov.br>>

16 - MARQUES, César Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo. - Rio de Janeiro : Typ. Nacional, 1878. Dispo-

3 - No período do Brasil colonial as argamassas mais utilizadas eram de cal e areia ou de barro. Ver: Nota da autora. COLIN, Sílvio. Técnicas construtivas do período colonial – I. <https://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-i/>.

4 - Relatório Técnico nº 030/2005DITEC/ 21ª SR/IPHAN. p 03.

5 - Relatório Técnico nº 030/2005DITEC/ 21ª SR/IPHAN. p 03.

6 - Ver: VIOTTI, H. A. Anchieta - o Apóstolo do Brasil. São Paulo: Ed. Loyola. 1966. p 215.

7 - Sobre a exploração do Sal no período colonial, ver: FORTES, Bonifácio. Histórico das atividades salineiras e saladeiras do Brasil. Aracaju, SE. 1962. Separata nº1, Ano 1 da Revista da Faculdade Católica de Sergipe.

8 - Conforme cadastro do sítio histórico: Ruínas do Rio Salinas (ES-GU-3). 21ª SR/IPHAN.

9 - Proteção Jurídica dos Apicuns e Salgados: Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012.

10 - HADLICH, G. M., UCHA, J. M., CELINO, J. J. Apicuns na Baía de Todos os Santos: distribuição espacial, descrição e caracterização física e química. In SOUZA QUEIROZ, A. Fernando CELINO, J. J. (orgs). Avaliação de Ambientes na Baía de Todos os Santos: aspectos geoquímicos, geofísicos e biológicos. Salvador :UFBA, 2008. p 22. http://www.recupetro.ufba.br/proamb/LIVRO%20PROAMB-RECUPETRO_Ba%C3%AD%A%20de%20Todos%20os%20Santos,%20Bahia.pdf

11 - “Marés de Sizígia: ocorrem nas ocasiões em que o Sol, a Terra e a Lua estão alinhados. Nesse caso há a sobreposição das marés lunares e solares e, consequentemente, temos as marés altas ainda mais altas e as marés baixas ainda mais baixas. As marés de sizígia ocorrem a cada duas semanas, correspondendo às luas cheia e nova”. Conforme: <https://www.bioicos.com.br/single-post/o-incrivel-fenomeno-das-mares-uma-onda-oceanica>

12 - Marly Fernandes. Entrevista em Maio de 2018.

13 - <http://www.icmbio.gov.br/cepe-ne/images/stories/publicacoes/btc/vol19/art01-v19.pdf> SCHMID, A. J., BEMVENUTI, C.E. e DIELE, K. Sobre a definição da zona de apicum e sua importância ecológica para populações de caranguejo-uçá *ucides cordatus* (LINNAEUS, 1763).

As Ruínas do Rio Salinas são, atualmente, uma das atrações turística do município de Anchieta, litoral Sul do estado do Espírito Santo, Brasil. Chega-se ao local tanto por via terrestre quanto por via fluvial. Por via terrestre, há um acesso pela Rodovia Jabaquara/ Anchieta, entrando à esquerda, por uma estrada sem pavimentação, que tem cerca de 1,0 km (um quilômetro) no sentido a Jabaquara. Por via fluvial, o percurso dura, em média, 40 minutos, e ao final, há que se fazer uma caminhada por cerca de cinco minutos por uma mata limítrofe ao terceiro maior manguezal do estado do Espírito Santo. Esse caminho vai mostrar, também, o preocupante estado de saúde em que se encontra o Rio Benevente.¹⁷ Devido às Ruínas estarem situadas nas adjacências do território da Comunidade Tupiniquim da Chapada do Á, foco de nosso estudo, e por ser um “lugar de memória”¹⁸ do município de Anchieta, elas trouxeram muitas indagações à nossa pesquisa, intitulada “Memória e Imagens cartográficas”,¹⁹ centrada na proposta de mapear, no possível, a rede de relações entre diferentes grupos humanos no município de Anchieta (ES), desde a experiência do aldeamento jesuítico, investigando, de modo simultâneo, atualizações da memória social sobre o ambiente compartilhado e transformado por esses diferentes grupos e os indígenas, em seus significados identitários.²⁰

O constante desafio que é o vazio de memória sobre a origem daquelas Ruínas acabou por ser um incentivo para tentar, mais uma vez, compreender também as “Misteriosas Ruínas.” Para tal contamos com documentos oficiais datados dos anos finais do século XVIII.²¹ Foram passos que a imersão nessa pes-

quisa facultou, embora tenha demorado um longo caminho para que os fatos contidos nos documentos se tornassem conexos com o lugar e com o contexto histórico que possibilitou que pudessem ser decodificados e transcritos a finalidade e o significado daquela construção para a história do lugar.

Finalmente, tais achados historiográficos nos revelaram serem as Ruínas do Rio Salinas uma construção inacabada do que seria um grande Engenho de Açúcar. Aqueles “pilares de pedra” estavam em construção no ano de 1795, sob mando de Antônio Salgado dos Santos, que estava invadindo as terras dos indígenas, em conluio com José Pinto Ribeiro, ouvidor da Capitania do Espírito Santo e diretor-geral dos Índios da Vila Nova de Benavente, ex-aldeia Jesuítica de Iiritiba. Pela data constata-se que a construção das Ruínas do Rio Salinas ocorre no contexto pós-expulsão dos jesuítas²² e diz respeito especificamente à usurpação das terras do Aldeamento de Iiritiba, propriedade inalienável dos índios nela aldeados.

Essa descoberta desvela a luta política e jurídica travada então pelos indígenas pelo direito de permanecer nas terras em que habitavam, pois delas eram “verdadeiros donos e senhores,”²³ independentemente de qualquer titulação ou direito formal. Ela coloca em evidencia que não é possível compreender a história do contemporâneo município de Anchieta, subtraindo dele a importante participação dos povos indígenas. Dado que, esse município foi uma das primeiras localidades onde foi implantada a coloniza-

tação foi por mim, localizada e coletada, em 2009, ano em que realizei estudos de pós-doutoramento, financiamento CAPES, processo nº 44050802009/10, na Universitat Autònoma de Barcelona, com o projeto: “Anchieta: por um futuro mais sustentável.” Uma análise parcial deste acervo que levantei em primeira mão foi entregue à CAPES através do Relatório de atividades de pesquisa pertinente à bolsa recebida e, também publicada no artigo “A Aldeia de Iiritiba: atual cidade de Anchieta no Espírito Santo,” publicado na Revista *Habitus da PUC Goiás*. <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/viewFile/2007/1261>

22 - Ver: MATTOS, Sonia Missagia.

23 - CARNEIRO da CUNHA. Manuela. Terra Indígena: história da doutrina e da legislação. In: Carneiro da Cunha, M. e Samuel Barbosa. São Paulo: UNESP, 2018.

ção portuguesa no hoje território brasileiro, a mesma constatação é pertinente a todo esse território.²⁴

E, para além de recuperar fatos de uma história ocorrida nos finais do século XVIII, os relatos contidos nos documentos que citamos tornam óbvio o caráter eminentemente político da ação de resistência e ação daqueles índios, explícita através das suas lutas para mantê-los. Resistência essa organizada em consonância com o corpo jurídico que os geria e através do qual denunciavam a usurpação de seus direitos sobre suas terras e seus trabalhos, pelos agentes governamentais destinados a protegê-los. As vozes dos índios contidas nesses documentos não dizem respeito apenas a fatos passados, eles põem sob foco a subsistência de um longo percurso de violações dos direitos indígenas que vem sendo persistentemente praticadas desde o início da colonização portuguesa até a contemporaneidade.

O Aldeamento Jesuítico de Iiritiba e as Misteriosas Ruínas

Muito embora os fatos que envolvem a construção das “Misteriosas Ruínas” sejam extensos e complexos, vamos tentar trazê-los. Fato importante a ser insistentemente marcado, é que a História do contemporâneo município de Anchieta, onde as tais Ruínas estão localizadas, tem seus inícios no próprio momento do “Nascimento do Brasil.”²⁵ Sendo que este, por sua vez, está inserido em um grande projeto de desenvolvimento econômico de Portugal – as grandes navegações. Essas foram viagens marítimas que expandiram os limites do mundo então conhecido pela Europa Ocidental e que levaram europeus, de

forma pioneira os espanhóis e portugueses, a conhecer novas alteridades.²⁶

No caso específico de Portugal, foi devido à escassez de seus recursos territoriais, aliado a uma política de expansão do cristianismo, que passou a procurá-los no exterior.²⁷ Conforme Wolf, com o objetivo de fomentar seu processo de desenvolvimento político e econômico, Portugal expandiu seu império, apropriando-se de recursos naturais e mão de obra, afetando extensas populações.²⁸ Cerca de 150 mil escravos africanos foram traficados pelos portugueses, na segunda metade do século XV entre os anos de 1450 e 1500.²⁹ Assim, e conforme Boxer, nessa primeira etapa as políticas desenvolvimentistas que empreenderam estavam direcionadas para o enriquecimento político e econômico de Portugal e Roma, pois sonhava-se com um império português construído a mercê das infalíveis promessas de Deus, tendo em vista a sujeição de todo o globo.³⁰

Foi dentro desse empreendimento que nasceu Anchieta que, tal como outras cidades brasileiras iniciadas no século XVI, teve sua trajetória marcada pelo projeto de navegação e colonização portuguesa, e pela propagação do Catolicismo.³¹ Inicialmente, os religiosos faziam a catequese para promover a conversão dos índios através de visitas informais, itinerantes, às aldeias daquelas populações humanas que denominaram índios. Mas, a prática de ca-

nível em: <<http://www.apees.es.gov.br>> ...

17 - <https://auladecampo.wordpress.com/rio-beneventemanguezal-de-anchieta/>

18 - Conforme o conceito de NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>

19 - Processo CNPq nº 471412-2014-7.

20 - Processo CNPq nº 471412-2014-7.

21 - AHU. ACL. CU 005-01. Cx 93, doc.18.226 (e anexos). Essa documen-

26 - CHAUÍ, M. Brasil: Mito Fundador sociedade autoritária. São Paulo. Ed. Perseu Abramo: 1996.

27 - ZURARA, Gomes Eanes. Crônica do descobrimento e conquista da Guiné. <http://purl.pt/216>

28 - WOLF, Eric R. A Europa e os Povos sem História. São Paulo. EDUSP. 2005.

29 - BOXER. C. R. The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825. Penguin: Books, 1973; ALDEN, Dauril. The making of an enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its empire, and beyond, 1540-1750. Stanford: Stanford University Press, 1996; e ASSUNÇÃO, Paulo de. Negócios jesuítcos: O cotidiano da administração dos bens divinos. São Paulo: EDUSP, 2004.

30 - BOXER. C. R. The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825. Penguin: Books, 1973. p. 15.

31 - BOXER. C. R. The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825. . Penguin: Books, 1973. p. 15.

tequização itinerante não estava apresentando resultados significativos, pois devido à “inconstância” apresentada pelos índios, muitos daqueles que eram batizados logo voltavam ao “paganismo.”³² Tornou-se, então, fundamental adotar uma outra prática de ação e esta foi a implantação de Aldeamentos.

Estes consistiam em certos espaços, determinados pela Coroa Portuguesa, onde eram fixados grupos indígenas, sob a administração e tutela de religiosos para civilizá-los e catequizá-los. As missões jesuítas foram pioneiras na formação desses aldeamentos. Concordo com Moreau, quando ele diz que do presente torna-se difícil julgar o papel da Companhia de Jesus. Para ele, a Companhia quis proteger os índios e integrá-los honradamente à civilização dominadora, mas forçou-os a abandonar costumes e rituais, tornando-os frágeis e expostos ao massacre.³³

Não compete a um estudo científico fazer julgamentos de valor. Dessa forma, a atuação dos jesuítas é tomada aqui como tendo uma historicidade e, portanto, deve ser vista a partir dos processos históricos e conjunturais nos quais os missionários estiveram inseridos. Como mostra Celestino, suas ações “oscilavam entre os compromissos com a Coroa, os direitos dos índios e as relações com os colonos.” E, não desconsiderando que nos aldeamentos os índios sofreram grandes prejuízos em todas espécies de seus direitos, compreendemos que a vontade dos índios, embora limitada “pelas dificuldades cada vez maiores enfrentadas no sertão”, acentuadas pelo processo colonizador, foi um fator relevante para que ingressassem nos aldeamentos.³⁴

Para formar os aldeamentos e iniciar os descimentos, os missionários acompanharam ordena-

mentos da Metrópole, como veremos logo abaixo. Sendo que, os descimentos eram expedições, a princípio não militares, realizadas por missionários, com o objetivo de convencer os índios a “descerem” de suas aldeias de origem para viverem em novos aldeamentos especialmente criados para esse fim, pelos portugueses, nas proximidades dos núcleos coloniais.³⁵

A prática desse tipo de Aldeamentos ou Reduções Jesuíticas teve início na Capitania da Bahia, mas logo foi implantada na do Espírito Santo, na gestão de Tomé de Souza, o primeiro Governador Geral do Brasil. Este, logo após sua posse no criado cargo,³⁶ visitou a Capitania do Espírito Santo, devido a mesma encontrar-se “alenvantada”.³⁷ Tomé de Souza veio para a Capitania do Espírito Santo cumprindo determinações expressas no Regimento de Almerim que lhe foi entregue, por D. João III, então rei de Portugal e que com relação específica a essa Capitania trazia a ordem abaixo.

19 - E porque a do Espírito Santo que é de Vasco Fernandez Coutinho está alevantada ireis a ela com a mais brevidade que puderdes e tomareis informa-

35 - BESSA FREIRE, José Ribamar e MALHEIROS, Márcia F. Os aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro. http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/0039_10.html

36 - Portugal tentou colonizar o território brasileiro através de outorgas de Capitânicas Hereditárias. Porém, o projeto logo apresentou dificuldades, sendo que o contato com os indígenas era uma delas. criação do Governo Geral, foi uma forma encontrada por D. João III para resolver o problema, centralizando o poder. Ver: VAINFAS, R. (org.) Dicionário do Brasil Colonial (1500–1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Verbetes: Capitânicas Hereditárias e Governo Geral.

37 - Desde o início, a Capitania doada a Vasco Coutinho, recebeu continuados ataques dos indígenas. Para se defenderem foi deliberado que os povoadores passassem a sediar a Ilha de Santo Antônio, já doada a Duarte de Lemos. Esta passou a chamar-se Vila Nova. Nela, era mais fácil a defesa dos colonizadores que buscaram o máximo de segurança contra os ataques dos indígenas. Contudo, a 8 de setembro de 1550 na nova vila houve um cruento combate entre os portugueses e indígenas (Goitacazes e Tupiniquim), que queriam retomar as terras que lhes pertenciam. Nesse embate, a grande maioria dos indígenas foi morta, sendo os demais vencidos e dali expulsos. Nessa ocasião à Ilha foi dado o nome de Vitória. Ver DAEMON. Província do Espírito Santo: descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. p. 122/123. https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Província_do_espirito_santo.pdf.

32 - <http://tupi.fflch.usp.br/sites/tupi.fflch.usp.br/files/SERM%C3%83O%20DO%20ESP%C3%8DITO%20SANTO.pdf> VIEIRA, Antônio. Sermão do Espírito Santo. Ver: Viveiros de Castro, Eduardo. A inconstância da alma selvagem. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

33 - MOREAU. Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta. SP. Annalube. 2003. p. 83.

34 - ALMEIDA, M.R.Celestino. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 2010. p. 78/79.

ção pelo dito Vasco Fernandez por quaisquer outras pessoas que vos disso saibam dar razão da maneira que estão com os ditos gentios e o que cumpre fazer-se para se a dita capitania a tornar a reformar e povoar e o que assentardes poreis em obra trabalhando todo o que for em vós por que a terra e assegure e fique pacífica e de maneira que ao diante se não alevantem mais os ditos gentios e na dita capitania do Espírito Santo estareis o tempo que vos parecer necessário para fazerdes o que é dito.³⁸

A conversão dos índios ao cristianismo, como está colocada no Regimento acima, estava sendo pensada não como uma questão que dizia respeito somente à Igreja, mas também ao Estado português. Portanto, a iniciativa para a formação de Aldeamentos, ou Reduções, como o de Irititaba,³⁹ partiu de Dom João III, sendo que estes foram implantados pelos religiosos tendo como base ordenamentos contidos no Regimento de Almeirim – também considerado como a primeira Constituição do território do Brasil. Através dessa Legislação, a Coroa portuguesa estabelecia que os índios cristianizados vivessem em grupos nas proximidades das vilas, entrando em contato mais íntimo com os cristãos, para que pudessem ser melhor doutrinados. Vejamos o artigo 46 do citado Regimento.

46 - Porque parece que será grande inconveniente os gentios que se tomaram cristãos morarem na povoação dos outros e andarem misturados com eles e que será muito serviço de Deus e meu apartarem-nos de sua conversação vos encomendo e mando que trabalheis muito por dar ordem como os que forem cristãos morem juntos perto das povoações das

38 - Regimento de Almeirim, também chamado de a 1ª Constituição de Brasil. <http://www.historia-brasil.com/colonia/constituicao-1548.htm>

39 - As experiências de Aldeamentos (ou Reduções) como as de Irititaba (hoje Anchieta), Aldeia de São João (hoje Carapina) e Reis Magos (hoje Nova Almeida) na Capitania do Espírito Santo podem ser consideradas protótipos dos Sete Povos das Missões - conjunto de aldeamentos indígenas, fundados, no século XVII pelos Jesuítas espanhóis na Região do “Rio Grande de São Pedro” atual Rio Grande do Sul.

ditas capitânicas para que conversem com os cristãos e não com os gentios e possam ser doutrinados e ensinados nas coisas da nossa Santa Fé e aos meninos porque neles imprimirão melhor a doutrina trabalhareis por dar ordem como se façam cristãos e que sejam ensinados e tirados da conversação dos gentios (...).⁴⁰

O Aldeamento Jesuítico de Irititaba

O Aldeamento Jesuítico de Irititaba, estabelecido por José de Anchieta deu origem à fundação da contemporânea cidade de Anchieta no estado do Espírito Santo. Porém, é muito difícil, talvez impossível, precisar com exatidão a data na qual esse Aldeamento foi fundado, tanto que são encontradas marcações de datas sobre a fundação do Aldeamento de Irititaba que variam entre 1561 e 1569. Conforme Daemon, a Aldeia de Irititaba, foi fundada por Pe. José de Anchieta no ano de 1569, nessa viagem ele estava acompanhando Mem de Sá, encarregado de percorrer os novos aldeamentos e de estabelecer outros para a catequese dos Goitacases, Puris, Tupiniquins e Aimorés. Para Daemon, foi nesse ano, que os colonizadores portugueses iniciaram o estabelecimento de três aldeias: Reis Magos, Guarapari e Irititaba, sendo esta na rampa de uma montanha.⁴¹ Conforme Martins, essa última foi denominada Irititaba, por ter sido erigida junto ao rio que os índios denominavam Irititaba.

Serafim si Leite mostra que em Irititaba já havia aldeias anteriores ao Padre Anchieta.⁴² Pela quantidade de sítios arqueológicos lá existentes, não é di-

40 - Regimento de Almeirim - Ou a 1ª Constituição de Brasil. O Regimento de Dom João III entregue a Thomé de Sousa. <http://www.historia-brasil.com/colonia/constituicao-1548.htm>

41 - DAEMON, B. C. Província do Espírito Santo: descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. p.143. https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Província_do_espirito_santo.pdf

42 - LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo VI. Do Rio de Janeiro ao Prata e ao Guaporé. RJ Imprensa Nacional. 1945, T VI, p.189).

fácil de constatar a existência de aldeias autônomas, espalhadas por toda aquela região, desde tempos remotos. Mas, o que é chamado de Aldeia de Iritiba, foi um dos primeiros Aldeamentos, ou Reduções, formados no Brasil Colônia e, fez parte das primeiras experiências com esse tipo de organização.

As terras dos Aldeamentos, tal como o de Iritiba, através de provisões do reino de Portugal, oficialmente pertenciam aos índios aldeados.⁴³ Pelo Regulamento que as geria, nelas não era permitida a entrada de portugueses sem consentimento dos padres da Companhia.

Segundo Padre José de Anchieta, em 1562, por um capítulo de uma carta da Rainha D. Catarina, avó e Regente do Rei D. Sebastião, o Governador da Bahia doou terras de sesmaria aos índios das Igrejas cristãs. Em 1575, essa resolução da Rainha foi reafirmada por provisões do Rei D. Sebastião, que asseguravam direitos aos índios cristãos das Igrejas da Bahia e demais Capitanias, dentre esses direitos estavam expressos aqueles sobre suas plantações e fazendas.⁴⁴

Conforme Daemon, por Alvará datado de 1º de dezembro de 1584, o patrimônio dos índios aldeados de Reritiba⁴⁵ foi demarcado, às instâncias e aos esforços do Padre José de Anchieta.⁴⁶ Nesses tempos Iritiba, “Reritigbá, ou Assumpção de Reritigbá,” chegou a ter 6.000 índios aldeados. Era comum a Aldeia de Iritiba ser chamada de Assumpção de Reritiba, por ter como padroeira Nossa Senhora da Assunção, de especial devoção do Padre Anchieta.⁴⁷ Junto à Igre-

ja, “levantou-se um edifício espaçoso com algumas celas para residência dos Padres e dos Irmãos da Ordem”.⁴⁸ Foi na Aldeia de Iritiba que o Padre José de Anchieta passou os últimos anos de sua vida e onde faleceu no dia 09 de Julho de 1597.

As terras de aldeamentos como o de Iritiba eram de propriedade dos índios. A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha nos mostra que por ocasião da tomada de posse, pelos colonizadores portugueses, do hoje território brasileiro, os povos que aqui habitavam e que passaram a ser chamados de índios, eram senhores dessas terras e reconhecidos como tal. Seus direitos foram fundamentados na tradição histórica específica de que eles eram os senhores dessas terras e sustentado por uma sólida tradição jurídica. Vejamos sua argumentação.

Frei Francisco da Vitória, dominicano espanhol do século XVI, considerado como fundador do direito internacional não só argumentava que “os índios eram senhores (de suas terras) pública e privadamente”, mas até o papa não tinha autoridade para atribuir os territórios da América a Espanha e Portugal. Quanto ao alegado direito (na época) de descoberta, ele era tão injustificado, argumentava Vitória com humor seco, quanto se os índios americanos tivessem descoberto os espanhóis, e se declarassem, por tal razão, senhores das terras ibéricas.⁴⁹

O reconhecimento da autonomia e o direito dos índios às suas terras, independentemente de qualquer titulação ou direito formal, foi reconhecido pelo Estado português, no século XVII, por meio do Alvará Régio de 1680⁵⁰ que assim consignava:

43 - Os índios que viviam nas Aldeias Jesuítica eram denominados pelos colonizadores de aldeados, ou mansos e contrapostos ao “gentio bárbaro” que vivia nos sertões.

44 - ANCHIETA, 1554, p.358 e 371)

45 - SAINT-ADOLPHE, Milliet de. Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 2014. Tomo II. p. 392.

46 - DAEMON, B. C. Província do Espírito Santo: descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. p. 55. https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Província_do_espirito_santo.pdf

47 - SAINT-ADOLPHE, Milliet de. Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 2014. Tomo II. p. 392.

48 - DAEMON, B. C. Província do Espírito Santo: descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. p. 57. https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Província_do_espirito_santo.pdf

49 - Citado por CARNEIRO da CUNHA, Manuela. Índios no Brasil História, Direitos e Cidadania. São Paulo: Claro Enigma. 2012. p. 111.

50 - Anais da Biblioteca Nacional Rio de Janeiro, vol. 66. Rio de Janeiro, 1948. p. 51-56; 57-59.

[...] E para que os ditos Gentios, que assim decerem, e os mais, que há de presente, melhor se conservem nas Aldeias: hey por bem que senhores de suas fazendas, como o são no Sertão, sem lhe poderem ser tomadas, nem sobre ellas se lhe fazer moléstia. E o Governador com parecer dos ditos Religiosos assinará aos que descerem do Sertão, lugares convenientes para neles lavrarem, e cultivarem, e não poderão ser mudados dos ditos lugares contra sua vontade, nem serão obrigados a pagar foro, ou tributo algum das ditas terras, que ainda estejam dados em Sesmarias e pessoas particulares, porque na concessão destas se reserva sempre o prejuízo de terceiro, e muito mais se entende, e quero que se entenda ser reservado o prejuízo, e direito os Índios, primários e naturais senhores delas.⁵¹

Os Aldeamentos eram regulados pela Lei de 1º de abril de 1680, conhecida como o Regimento das Missões. Conforme a historiadora Alves de Souza e Melo, os principais itens do Regimento eram os seguintes:

- a. A administração dos índios aldeados passava com exclusividade para o controle dos religiosos, tanto no que diz respeito ao governo espiritual quanto ao temporal e político dos aldeamentos.
- b. Foi criado o ofício de Procurador dos Índios nas duas capitanias do Pará e Maranhão. O qual deveria ser exercido por um morador, eleito pelo governador, depois da indicação de dois nomes pelo Superior das missões da Companhia.
- c. Ficava proibida a moradia de homens brancos e mestiços nos aldeamentos. Somente aos missionários era permitido acompanhar os índios.
- d. Os missionários tinham a incumbência de descerem novas aldeias para aumentar a po-

51 - PAULA, José Maria de. Terras dos Índios (Boletim no 1, Ministério da Agricultura, Serviço de Proteção aos Índios, 1944), pp. 69 e 70. publicado como Alvará Régio de 06 de junho de 1755. http://www.nacaomes-tica.org/diretorio_dos_indios.htm

pulação dos aldeamentos, cujos índios eram necessários para a defesa do Estado e utilização nos serviços dos moradores.

e. Para poder fazer as entradas nos sertões os missionários receberiam todo o auxílio do governador, tanto para a sua segurança quanto para poderem fazer com maior facilidade as missões.

f. A repartição dos índios aldeados passava a se dar em duas partes, ficando uma parte no aldeamento enquanto a outra servia aos moradores e à Coroa.

g. Não entravam nessa repartição dos índios os padres da Companhia, e para compensá-los estavam destinadas para servir os colégios e residências dos jesuítas uma aldeia no Maranhão e outra no Pará.

h. Ficava estipulado que os religiosos teriam direito a 25 índios para cada missão que tivessem no sertão, por serem necessários para as atividades da missão.

i. O tempo de serviço dos índios fora dos aldeamentos de repartição estava estipulado inicialmente em quatro meses para o Maranhão e seis meses para o Pará, mas depois foi ajustado em um ano para as duas capitanias.

j. Só poderiam entrar na repartição do serviço os índios de 13 a 50 anos, não entrariam nem as mulheres e nem as crianças. Com exceção para algumas índias farinheiras e amas-de-leite necessárias para os moradores.

k. Os índios eram considerados livres e, portanto, teriam seus serviços pagos por salários a serem estipulados conforme a especificidade local.⁵²

52 - ALVES de SOUZA e MELLO, Marcia Eliane. O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa UFA. In CLIO.-Revista de pesquisa Histórica. Capa n. 27.1 (2009). <https://periodicos.ufpe.br/revis->

Segundo Nádia Farage, o Regimento das Missões foi resultado de um longo debate entre colonos e missionários, sendo que no centro estava a questão do trabalho dos índios aldeados.⁵³ Como mostra essa autora, a companhia de Jesus, por sua organização interna e por ter um projeto coeso sobre o trabalho missionário, através do padre Antônio Vieira, influenciou diretamente a legislação indigenista do século XVII.⁵⁴ Isso não sem muitas polêmicas, pois condensava interesses antagônicos, como descreveu Perrone-Moisés. Vejamos:

Fonte primária dessa legislação incoerente, a Coroa não parecia saber ao certo como conciliar projetos incompatíveis embora igualmente importantes. Os gentios cuja conversão justificava a própria presença europeia nas Américas era a mão de obra sem a qual não se podia cultivar a terra, defendê-la dos ataques dos estrangeiros, de outros gentios, enfim, sem a qual o projeto de colonização era inviável. Mas a colônia precisava de mão de obra escrava, os missionários queriam catecúmenos livres. Os missionários, predominantemente jesuítas, defendiam a liberdade dos índios, mas eram acusados pelos colonos, interessados pelo trabalho escravo, de quererem apenas garantir seu controle absoluto sobre a mão de obra. Os jesuítas defendem princípios religiosos e morais e, além disso, mantêm os índios sob controle garantindo a paz na Colônia. Os colonos representam interesses econômicos e mantêm a colônia produzindo, o que é absolutamente vital para Portugal, já que o Brasil, após a decadência do comércio com a Índia, torna-se a principal fonte de renda da Metrópole.⁵⁵

O sistema implantado pelo Regimento das Missões foi modificado através de sucessivas leis complementares, como o Alvará de 1688 (Alvará dos Resgates) e as Provisões de 1718 e 1728 (sobre os descimentos), vigorou até 1757.⁵⁶ Para Nádia Farage, as legislações anteriores a 1750 faziam supor a existência de um projeto político mais amplo do Estado português com relação aos povos indígenas. Porém ele se torna explícito com a implantação de políticas pombalinas.⁵⁷

Iritiba, de Aldeia a Vila Nova de Benavente

Na segunda metade do século XVII, o cenário das Aldeias passou por um grande processo de transformação devido às medidas político-administrativas tomadas por D. José I, rei de Portugal, assessorado por seu Secretário de Estado, o Marquês de Pombal. Uma nova Regulamentação passou a gerir as Aldeias - a Lei de 6 de junho de 1775 - conhecida como Diretório dos Índios.⁵⁸

Em linhas gerais, o Diretório dos Índios, assegurava a eles a posse das terras dos aldeamentos, que não lhes poderiam ser tomadas a fim de melhor se conservarem naquelas povoações e tampouco se lhes poderia “fazer moléstia”. Aos indígenas, o Diretório reservava “lugares convenientes, para neles lavrarem e cultivarem, não podendo ser mudados dos ditos lugares contra a sua vontade.” Além disto, os índios estavam isentos de tributos, mesmo se fossem instalados em terrenos de sesmaria. Resumindo, o diretório garantia aos aldeados “o inteiro domínio

e pacífica posse das terras que se lhes adjudicarem, para gozarem dela por si e todos seus herdeiros”.⁵⁹

Nesta época, destaca-se no Diretório, a intenção do governo de Portugal de evitar a escravização dos índios, sua segregação, seu isolamento e a repressão ao tratamento dos indígenas como pessoas de segunda categoria entre os colonizadores e missionários brancos. Pode parecer um avanço, mas ao mesmo tempo o documento retoma a concepção do índio como sendo de “lastimosa rusticidade e ignorância”, ou seja, como incapaz. E, entre outras medidas incentiva o casamento de colonos brancos com indígenas, a substituição da língua geral pela língua portuguesa, a proibição de que lhes fosse atribuído o termo ‘negro’ (cabocollo), a punição contra discriminações. Por serem considerados incapazes, o Diretório estabelecia que enquanto os índios não tiverem capacidade de se governar, deveria haver em cada aldeia um Diretor laico que o fizesse.⁶⁰ Nesse mesmo contexto, a Companhia de Jesus foi expulsa do Brasil, as Missões jesuíticas foram exterminadas, passando a ser constituídas em Paróquias, com o título de Vigarias. Já os Aldeamentos, passaram a ser geridos por diretores laico,⁶¹ passando à condição de vila, ou de lugares. Sendo que os lugares eram subsidiários das vilas, em face das quais se configuravam como espaços de arregimentação e fornecimento de mão de obra indígena.

Esse projeto também pretendia transformar os luso-brasileiros em vassalos (súditos) do monarca português, nesse sentido foi necessário equiparar à mesma categoria os índios moradores dessas Vilas. E, também, destinando a ambos (índios e brancos) os mesmos privilégios e subordinando-os às mesmas

justiças.⁶² Mas essa política de igualdade, conforme Celestino, estava baseada fundamentalmente na manutenção de vários níveis de distinções “entre os próprios índios habitantes das aldeias (principais e comuns); entre índios bravos dos sertões e índios mansos das aldeias; entre índios e não índios.”⁶³

Ao serem transformadas em Vila, as terras das Aldeias deveriam ser distribuídas pelos Índios que nela habitavam. Era o que determinavam Provisões como a de 08 de maio de 1758. As Leis que reconheciam as terras dos índios como inalienáveis existiam. Porém, no sentido prático, elas eram dúbias e tinham pouca, ou nenhuma eficácia. E, tendo as Aldeias sido erigidas a Vilas, ou seja, extintas, a disputa sobre suas terras aumentou, assim como aumentou a exploração da mão de obra indígena.

A todos esses novos ordenamentos estava submetida a Aldeia de Iritiba que foi erigida em Vila no dia em 14 de fevereiro 1761, recebendo o nome Vila Nova de Benavente.

A carta de sesmaria doada por D. José I, para que os índios de Iritiba e seus descendentes⁶⁴ nela fizessem suas lavouras e comércio, manteve a mesma dimensão territorial da Aldeia Jesuítica. No ano de 1790, o Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo João Inácio Mongeardino informa ao Governador da Bahia sobre as Vilas sob sua jurisdição, fazendo delas uma estatística populacional. Fiz uma pequena tabela da informação dada por Mongeardino para facilitar a visualização. Vejamos:

No mesmo documento,⁶⁵ Mongeardino informa também que os chefes de Benavente, assim

tas/revistacio/article/view/24158

53 - Nádia Farage. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 31 a 33.

54 - Nádia Farage. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 31 a 33.

55 - 11 PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Legislação indígena colonial: inventário e índice. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Unicamp. Campinas, 1990. p. 08. http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/278893/1/Perrone-Moisés_Beatriz_M.pdf

56 - ALVES de SOUZA e MELLO, Marcia Eliane. O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa UFA. In CLIO.-Revista de pesquisa Histórica. Capa n. 27.1 (2009). <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistacio/article/view/24158>

57 - Nádia Farage. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 34.

58 - MATTOS, Sonia Missagia. resistência e ação política: os índios “mansos” da aldeia de Iritiba. Revista do Arquivo Público Est. do Espírito Santo. Vitória, ES. ano 1, nº1. p. 24-42, jan/jun. 2017.

59 - <http://www.julielatti.pro.br/outros/diretorio-dos-indios.html>

60 - <http://www.julielatti.pro.br/outros/diretorio-dos-indios.html>

61 - Ver: Anais da Biblioteca Nacional. Volume xxxi. Inventário documentos Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, organizado por Eduardo de Castro e Almeida.

62 - ROCHA, Rafael Ale. Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2009. http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2009_Rafael_Ale_Rocha-S.pdf

63 - ALMEIDA, M.R.Celestino. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 2010. p. 118.

64 - LEITE, Serafim sj. História da Companhia de Jesus no Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006. T. 6, L. 2, p. 150.

65 - Fonte: Informação do Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo João Inácio Mongeardino dirigida ao Governador da Bahia sobre a representação da Villa de N. Sra.da Victória e as demais Villas da Capitania do Espírito Santo. Victória , 11 de julho de 1790.

Vilas Capitania do ES	Pop. livre	Pop. escravizada
Vitória (cabeça de Comarca)	2.327	4.898
Nova Almeida	2.712	42
Vila do Esp.Santo (Vila Velha)	814	1064
Guarapari	1789	728
Benavente	3017	102
Total	11.661	6.934

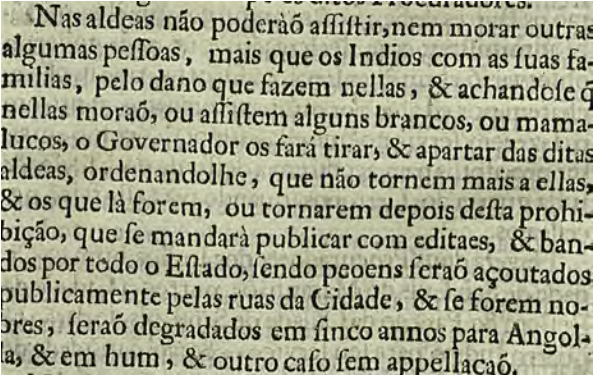
Estatística populacional da Capitania do Espírito Santo - ano de 1790. Fonte: Informação do Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo João Inácio Mongeardino dirigida ao Governador da Bahia sobre a representação da Villa de N. Sra.da Victória e as demais Villas da Capitania do Espírito Santo. Victória , 11 de julho de 1790.

como os de Nova Almeida, eram Índios e que ambas as Vilas eram ex-aldeamentos jesuítas. Como podemos constatar através dos dados estatísticos acima, Irititiba chegou a concentrar um grande contingente populacional indígena. Essa informação pode ser encontrada, também, nos relatos dos viajantes que por ali passaram.

Segundo Maximiliano Wied Neuwied, os jesuítas haviam reunido cerca de seis mil índios na Aldeia de Irititiba, fundando, assim, a maior aldeia da costa. Ele relata que grande parte daquela população deixou a Aldeia depois da expulsão dos jesuítas, devido aos trabalhos forçados a que eram submetidos pelos portugueses. ⁶⁶ O Aldeamento Jesuítico de Irititiba, tal como os demais Aldeamentos incluídos na mesma categoria, era gerido pelo Regimento das Missões, sendo que o mesmo determinava o abaixo especificado. Vejamos⁶⁷:

66 - MAXIMILIANO, Wied Neuwied. Viagens pelo Brasil. São Paulo, Cia Editora Nacional: 1940.

67 - “Nas aldeias não poderão assistir, nem morar outras algumas pessoas, mais que os índios com suas famílias, pelo dano que fazem nelas, e achando-se que nelas moram ou assistem alguns brancos ou mamelucos, o governador os fará tirar, e apartar das ditas aldeias, ordenando-lhes que não tornem mais a elas, e os que lá forem, ou retornar depois dessa proibição, que se mandará publicar com editais, e bandos por todo o Estado, sendo peões serão açoitados pelas ruas da cidade, e se forem nobres, serão degradados em cinco anos para Angola, e em um, e outros caso, sem apelação.” http://purl.pt/15102/4/256097_PDF/256097_PDF_24-C-R0150/256097_0000_1-82_t24-C-R0150.pdf



A determinação de que as terras das Aldeias deveriam pertencer aos índios quando as mesmas fossem transformadas em Vilas, e o livre acesso dos índios aos rios, ao mar e às terras adjacentes às suas Povoações, foi mantida no art. 48 do Diretório dos Índios. Mas, o mesmo Diretório incentivou o estabelecimento de não índios nas terras das Aldeias, como se pode ler abaixo:

Parágrafo 80: Mas como a Real intenção dos nossos Fidelíssimos Monarcas, em mandar fornecer as Povoações de novos Índios se dirige, não só ao estabelecimento das mesmas Povoações, e aumento do Estado, mas à civilidade dos mesmos Índios por meio da comunicação, e do Comércio; e para este virtuoso fim pode concorrer muito a introdução dos Brancos nas ditas Povoações, por ter mostrado a experiência, que a odiosa separação entre uns, e outros, em que até agora se conservavam, tem sido a origem da incivilidade, a que se acham reduzidos; para que os mesmos Índios se possam civilizar pelos suavíssimos meios do Comércio, e da comunicação; e estas Povoações passem a ser não só populosas, mas civis; poderão os Moradores deste Estado, de qualquer qualidade, ou condição que sejam, concorrendo neles as circunstâncias de um exemplar procedimento, assistir nas referidas Povoações, logrando todas as honras, e privilégios, que Sua Majestade for servido conceder aos Moradores delas: Para o que apresentando licença do Governador do Estado, não só admitirão os Diretores, mas lhe

darão todo o auxílio, e favor possível para ereção de casas competentes às suas Pessoas, e Famílias; e lhes distribuirão aquela porção de terra que eles possam cultivar, e sem prejuízo do direito dos Índios, que na conformidade das Reais Ordens do dito Senhor são os primários, e naturais senhores das mesmas terras; e das que assim se lhes distribuírem mandarão no termo que lhes permite a Lei, os ditos novos Moradores tirar suas Cartas de Datas na forma do costume inalteravelmente estabelecido.⁶⁸

O Diretório dos Índios, Lei concebida no reinado de D. José I, como parte do reordenamento jurídico e da implantação das políticas econômicas elaboradas por seu primeiro ministro, o Marques de Pombal equiparou os portugueses nascidos nesse território, assim como os índios aldeados de toda Colônia, ao status político de súditos ou vassalos da Coroa portuguesa. Mas, na prática política e jurídica, os índios eram tratados de modo inferior e, pouco a pouco, foram perdendo prerrogativas que lhes eram de direito.

Devido a não serem ouvidos, ao queixarem-se ao Senado da Câmara de Benavente sobre as injustiças que contra eles estavam sendo praticadas, foi como “cristãos e vassalos”, lugares políticos a eles outorgado pela legislação portuguesa que os regia, que os índios do ex- Aldeamento de Irititiba foram à Corte em Lisboa denunciar os fatos que estavam ocorrendo na Vila Nova de Benavente. Denunciaram, principalmente, o excesso de trabalhos que lhes era imputado; os maus tratos contra eles praticados; a invasão de suas terras; a introdução de trabalhadores negros escravizados naquelas terras e a corrupção praticadas pelos dirigentes da Vila.

68 - <http://www.julielatti.pro.br/outros/diretorio-dos-indios.html>

Os índios da Vila Nova de Benavente, vassalos da Coroa, vão a Lisboa

Para remontar, no possível, alguns fatos ocorridos em Vila Nova de Benavente para tentarmos compreender o porquê desses “vassalos da Coroa” se rebelarem e de outros terem sido obrigados a deixar suas terras, terei por base um conjunto de documentos, datados do final do século XVIII, que localizei e coletei no Arquivo Histórico Ultramarino no ano de 2009. Esses documentos estão catalogados no “Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Archivo da Marinha e Ultramar, organizado por Eduardo de Castro Almeida.”⁶⁹ Penso que eles ficaram “adormecidos” por tanto tempo por estarem arquivados junto a documentos relativos ao estado da Bahia, onde os localizei, e não ao estado do Espírito Santo. Faz todo o sentido que eles tenham permanecido junto aos documentos da Bahia pois, no período em questão, a Capitania do Espírito Santo estava sob sua jurisdição.

Leituras e análises da documentação acima referida, inseridas no contexto em que foi produzida, deixam evidente o grande vulto da estratégia de ação política dos índios aldeados da ex-Aldeia de Irititiba, muito embora fossem eles considerados índios “mansos”, ou “antemuros do gentio bárbaro.”⁷⁰ Através de suas ações vemos que se a Legislação portuguesa promovia um apagamento de sua presença e identidade indígena, subsumindo-as na categoria de “servos da Coroa,” eles aprenderam a conhecer e a utilizar a mesma legislação portuguesa que os regia em defesa deles próprios e de suas terras, exigindo da Corte portuguesa, sem mediadores, os direitos que tinham como seus “servos.”

69 - Ver Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Volume V.

70 - América portuguesa, os textos legais fazem distinção entre duas categorias de índios: os índios amigos dos portugueses, que estavam aldeados, e os índios inimigos, que habitavam os sertões. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista no período colonial” In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.), História do índio do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 115-32

O documento, ao qual todo esse acervo documental está anexado, e que constitui um auto de devassa, é um ofício expedido por D. Fernando José de Portugal, Capitão Geral da Bahia, datado de 24 de abril de 1798 e que foi dirigido a D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro e secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, No referido ofício, D. Fernando José de Portugal informa sobre o resultado de uma devassa tirada em Vila Nova de Benavente, em decorrência de uma Representação que os índios daquela Vila fizeram à Rainha Dona Maria I contra vários vizinhos brancos e pardos, que ali tinham aforado terras em benefício da lavoura.⁷¹

A análise dos documentos que compõem o processo da devassa, nos leva a associar o processo de destruição dos índios do Aldeamento de Iritiba, ao intenso esbulho de suas terras quando, conforme mostrou Manuela Carneiro da Cunha, “a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão de obra para se tornar uma questão de terras”.⁷² E foi nesse contexto que começou a ser construído o projeto de um imenso Engenho de Açúcar, por Antonio Salgado dos Santos, projeto esse que chegou à contemporaneidade como as incógnitas Ruínas do Rio Salinas.

Todo o processo jurídico que compõe a devassa da qual trata os documentos sob análise, teve o ponto de partida com uma Petição que, no dia 10 de agosto de 1795, 15 índios fizeram ao senado da Câmara da Vila Nova de Benavente, devido a espoliações de suas terras praticadas por portugueses. A ação foi efetivada através de dois procuradores, Antônio de Sá e Francisco Dias, também Índios naturais da terra. O ponto central de suas queixas, eram terras nas quais eles se encontravam em “pacífica posse”⁷³ e das quais estavam sendo expropriados. Estas terras, situadas de forma contínua, começavam no sítio da Ingatiba, passavam por Iriri e iam até a entrada de

Piúma - todas elas termos da mesma Vila de Benavente. Na Petição, os índios, demonstrando conhecer a Legislação Portuguesa que lhes dizia respeito, afirmavam serem todos,

(...) moradores do sítio do Iriri e da Ingatiba até a entrada de Piúma, que eles são posseiros daquele lugar há mais de quarenta anos que tiveram de posse pacífica sem ser perturbado de pessoa alguma por estar o mesmo lugar dentro dos marcos dentro desta mesma Vila, agora de próximo um José da Silva Pereira sem haver motivo algum quer inquietar os suplicantes e perturbar aquela pacífica posse onde há tantos anos moram sendo essa ação não lícita e nem permitida pelo Diretório de V. Majestade Fidelíssima; e só teria lugar assim o poder fazer justo se achasse desocupado ou aforado nesse mesmo Senado os quais essenciais requisitos os não tem quais e não tendo esse o rumo que botou prejudica muito os suplicantes porque os suplicados com esse e com outros marcos que se acham fincados com o dito rumo que ele tomou, ter fincado aquele marco que os impede a não passar dali adiante, por vir este torto que devia ir para o Este e não para o Norte para virem a mesma ereção do dito marco como é de direito porque lhes tomam todos os fundos dos suplicantes onde moram e que tem casa de vivenda e lavoura que ficam sem terras para fazerem suas agriculturas, plantarem para terem mantimentos com o que sustentem mulher e filhos por o suplicado haver tomado as mesmas terras e estarem estas debaixo da mesma medição e marco e assim não parece justo, nem de razão que por um pereçam tantos, por cujo motivo requerem os Suplicantes a Vossas Mercês para que se dignem mandar que o mesmo suplicado seja notificado para de abrir mão do dito lugar, pois nele não está aforado e que arranque o dito marco no termo de 22 horas, com pena de que assim não o fazendo seja arrancado por mãos de Vossas Mercês, à custa do mesmo suplicado. Vila de Benavente, 10 de agosto de 1795.⁷⁴

A Câmara mandou que os índios recorressem ao juiz da Medição. Os queixosos⁷⁵ então, remeteram a petição ao referido juiz a quem, conforme a documentação, pertencia a averiguação do requerimento da vila de Benavente em Câmara desde agosto de 1795.⁷⁶

Aqui há um hiato na sequência do acervo documental, mas o posterior movimento que se pode depreender nos documentos mostra que os índios estavam cansados e descrentes de registrar queixas no senado da Câmara de Vila Nova de Benavente, pois viam que as mesmas não eram levadas em conta.⁷⁷ Então, tendo por base detalhado conhecimento do Código de Leis que os geria, orquestraram outras ações político-jurídicas e formalizaram a Representação citada acima, que foi subscrita de forma nominal por 40 índios e assinada por um índio que exercia a função de juiz Ordinário da Câmara da referida Vila e por outros dois que exerciam a função de vereadores da mesma Câmara, respectivamente, Marcelino Francisco Lobato (assinado com cruz); Antônio Francisco – vereador (assinado) e por José Lobato Gonçalves – Vereador (assinado).⁷⁸ Essa Representação foi levada a Lisboa, e entregue em mãos à Rainha Dona Maria I, pelos irmãos Antonio da Silva e Francisco

Dias, ambos “índios Nacionais,” que foram constituídos procuradores dos índios queixosos da Vila Nova de Benavente. O modo como se deslocaram não está posto nos documentos. O que fica claro é que através dessa Representação, de forma autônoma e, sempre, mantendo-se rigorosamente fiel à legislação vigente, levaram ao conhecimento da Rainha D. Maria I denúncias de circunstâncias às quais estavam submetidos no ex-aldeamento de Iritiba.

Na exposição da Representação, portando-se de acordo com as normas jurídicas pertinentes a “súditos da Coroa,” denunciam por corrupção os administradores da Vila, nomeando entre os corruptos os Oficiais da Câmara (juiz, vereador, procurador) e o ex-governador dos Direitos do Índios Domingos Pereira Portela, apontando que o mesmo estava ocorrendo com o, então, ouvidor José Pinto Ribeiro, que naquele período exercia também a mesma função de governador dos Direitos dos Índios. Relatam que os administradores da Vila repartiam entre si os dígitos reais e que davam aos portugueses terras que pertenciam a eles, Índios Nacionais, sendo que os portugueses os expulsavam de suas antigas posses, expropriando-os de suas terras. Denunciam a ambição de portugueses, que dizendo ter recebido sesmarias e sem mostrar-lhes os títulos jurídicos delas, tomavam-lhes as terras, com medições feitas com dolo e malícia. Se os relatos anteriores nos dizem de usurações apenas de terras localizadas na margem direita do Rio Benevente- Iriri, Ingatiba, Piúma, Monte Aghá, nessa nova Representação,⁷⁹ datada de 17 de setembro de 1795, feita pelos índios endereçada e entregue em mãos, por eles próprios, à Rainha D. Maria I na Corte em Lisboa, eles nos mostram o estado de efervescência no qual se encontrava toda a Vila Nova de Benavente.

Nela, queixam-se os índios, de que eles não tinham mais onde pudessem trabalhar para o sustento de suas famílias. Para além de ridicularizá-los

71 - AHU. ACL. CU 005-01. Cx 93, doc. 18.206 e anexos.

72 - CUNHA, Manuela. C. Política indigenista no século XIX. In: _____. (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; Fapesp, 1992.

73 - Termo jurídico por eles utilizado a partir do Diretório dos Índios.

74 - CT:AHU-ACL-CU-005. Doc 18206 e anexos

75 - Eram eles: Manoel Pereira da Paixão, José de Freitas Bueno, Inácio Bueno de Carvalho, Francisco da Silva, Manoel Lobato Bueno, Sylvestre Dias, Manoel Pereira Lemos, Antonio da Silva, Domiciliano Carneiro Gomes, João Cardoso, Francisco Mimoso, Antônio Estevão, João Francisco Borges, Francisco Xavier, José Francisco Torres.

76 - CT:AHU-ACL-CU-005-01. Cx 93 e anexos.

77 - CT:AHU-ACL-CU-005-01. Cx 93 e anexos. Solicitação remetida ao Ouvidor da Comarca da Capitania do Espírito Santo para dar as informações necessárias, na conformidade das Leis. Bahia, 21 de dezembro de 1795.

78 - CT:AHU-ACL-CU-005-01. Cx 93 e anexos. A saber: Francisco da Silva, Manoel Pereira da Paixão, Sylvestre Dias, Antônio da Silva, Domingos Carneiro Gomes, João Cardoso, Francisco Mimoso, Antônio Galvão, João Francisco Reges, Francisco Xavier, José Francisco Torres, João Viegas, Antônio Viegas, João Inácio, Antonio Gomes Portela, Capitão Bruno Lopes de Oliveira, João Manuel, Ignácio Viegas, Inocência Antonio, Antonio Ferreira, Gonçalo Vaz Cardoso, Inácio de Abreu, Cristiano de Souza, João Pires, Antonio Pereira, João da Silva, Domiciliano Correa, João de Souza, Fernando dos Reis, Sylvestre dos Santos casado, José Lemos casado, João de Almeida, Lourenço da Silva (casado), Gaspar Borja casado, Luiz Pereira casado, João da Cruz, Lourenço da Silva também casado, Luciano Reis também casado, Manoel Luiz, Francisco Pereira, Domeliano Correa

79 - CT:AHU-ACL-CU-005-01. Cx 93 doc.18206 e anexos.

chamando-os de “cabocollo,”⁸⁰ os administradores os obrigavam a submeter-se a diárias de trabalho exaustivas e degradantes, tanto em benefício próprio quanto para atender “pítórios” de seus amigos e acentuavam que tudo era feito “*a poder de despesas dos ditos Índios*” e que ficavam os “*Portugueses, descansados, sem trabalho algum somente cuidando, indagarem modos de porem os ditos Índios em pobreza*”⁸¹, mas colocam-se à disposição para os serviços da Coroa dentre as quais “serrar madeiras para as guarnições” e “lutar contra o gentio bárbaro.” E, em demonstração do cumprimento dos deveres constantes na Legislação que lhes regia, ou seja, atuando como servos, cumprem o protocolo e pedem à Rainha que pusesse sobre eles “*seus pobres vassalos*”, “*os seus reais olhos*,” favorecendo-os e distribuindo-lhes justiça conforme o requeriam.

Ouvindo-os e levando em consideração o que denunciavam, D. Maria I ordenou a apuração dos fatos que relatavam e que lhes fosse distribuída a justiça na forma requerida no que lhes fosse de direito. Dando continuidade ao processo, os Índios Antônio da Silva e seu irmão Francisco Dias voltam ao Brasil, em 1796, trazendo um Ofício que lhes era favorável e que havia sido emitido por D. Rodrigo de Souza Coutinho,⁸² então Secretário de Estado de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarino, para ser entregue ao Governador e capitão-general da Bahia D. Fernando José de Portugal.⁸³

80 - O termo Cabocolo, em documentações do período, é utilizado como sinônimo de Negro. É uma forma de tratamento, então, considerada pejorativa e, conforme o Art. 10 do Diretório dos Índios, de atribuição proibida para referir-se aos índios.

81 - Transcrevi e anexei, na íntegra, a referida Representação, no final desse texto, por ser um documento raro, de difícil tradução e de grande importância histórica, não apenas para o município de Anchieta, mas para repensar a história de nosso país.

82 - Sobre D. Rodrigo de Souza Coutinho: http://www.arqnet.pt/exercito/rodrigo_exercito.html.

83 - A Capitania do Espírito Santo passou por muitos revezes administrativos. Com o intuito de revigorá-la, no ano de 1797, por instrução, do Regente D. João VI, nomeou para administrá-la um governador particular, Antonio Pires da Silva Ponte, mantendo-o subalterno ao Governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal (Da *Carta Régia em que se dirigem diversas instruções ao capitão-general da Capitania da Bahia*, Francisco da Cunha Menezes, *apud* ALMEIDA, *Inventário*, IV, 235-41). Em 1810 a

Em Carta de 29 de Agosto, de 1796, D. Fernando José de Portugal remeteu ao Ouvidor da Capitania do Espírito Santo José Pinto Ribeiro uma comunicação e cópia da Representação, que os Índios haviam apresentado a D. Maria I. Nela solicita ao Ouvidor que ouvisse a referida Vila e que o informasse e, sendo de direito, fizesse pronta e exata justiça aos referidos Índios, da qual não obteve resposta do Ouvidor da Capitania do Espírito Santo.

No processo há uma terceira cópia de queixa dos mesmos índios. Apesar de não estar datada, o teor da reivindicação nela expresso, leva a deduzir que seja posterior à solicitação de D. Fernando ao Ouvidor da Capitania do Espírito Santo, acima referida. E, muito embora seja dirigida a uma autoridade masculina, por estar assim encabeçada: “Senhor,” o pronome de tratamento utilizado faz referência direta a D. Maria I: “Vossa Majestade.” O certo é que também foi escrita, formalmente no espelho da Legislação, devido à Representação anterior não haver sido atendida. Ouçamos:

Senhor, **Os moradores** da Vila Nova de Benavente Capitania da Bahia **representaram a Vossa Majestade** por seus procuradores Antônio de Sá e Francisco Dias naturais da mesma Vila que certas pessoas pretendiam que se lhes dessem sesmarias de algumas terras que pelos Augustos predecessores de Vossa Majestade foram dadas aos suplicantes a fim de as cultivarem no que querem continuar concorrendo com seus trabalhos para serem úteis ao Estado. E porque até agora não foram deferidas, talvez porque os seus Procuradores não puderam promover os seus requerimentos pelo motivo de serem presos para a equipagem da Fragata Tritão, aonde presentemente se acham; recorrem a Vossa Majestade que se digne condoer-se da opressão que fazem dos suplicantes, e ordenar que não sejam expulsos de suas terras porque presentemente já não são gentios,

capitania tornou-se autônoma em relação à Bahia e passou a depender diretamente do governo-geral.

mas sim observadores da verdadeira Religião desta Câmara; e não pode ser da pia intenção de Vossa Majestade que se eles requerendo os auxílios que lhes estão permitidos pelas Leis do Senhor D. José I que em Glorias descansa e tanto esperam da Real Piedade de Vossa Majestade (Escrivão).⁸⁴

O objeto central aqui é uma Representação, ainda não deferida, que à Rainha Dona Maria I os índios da Vila Nova de Benavente enviaram, em mãos, como súditos cristãos da Coroa Portuguesa, através de dois procuradores, também “índios nacionais,” por eles constituídos. Nessa queixa relatam que a Representação a que se referem está centrada nas terras que por direito lhes pertenciam, terras que cultivavam e que desejavam continuar cultivando, mas que lhes estavam sendo tiradas. Relatam ainda que a referida Representação, talvez, não tivesse ainda podido ser deferida, porque os seus procuradores haviam sido presos para equipar a Fragata Tritão, lugar no qual ainda se encontravam.

Eram três as queixas e D. Fernando não havia recebido resposta do ouvidor da Capitania do Espírito Santo referente à Carta que havia lhe enviado em 29 de agosto, de 1796. Assim, 08 de novembro de 1797,⁸⁵ enviou-lhe outra carta, à qual inicia com uma pública forma da comunicação anterior. E, referindo-se à primeira correspondência enviada, diz ao ouvidor José Pinto Ribeiro que lhe havia remetido a Representação⁸⁶, que os Índios da Vila Nova de Benavente haviam entregue em mãos à Rainha Dona Maria I. Diz-lhe ainda que os índios haviam acompanhado o Ofício que lhe havia sido enviado por D. Rodrigo de Souza Coutinho solicitando-lhe que informasse a ele (José Pinto Ribeiro) para que sobre aquela petição e mais papéis que a acompanhava ouvisse a Câmara da referida Vila. Nessa segunda comunicação, D. Fernando José de Portugal ordena ao ouvidor da Capi-

84 - AHU. ACL. CU 005-01. Cx 93, doc.18.226 e anexos.

85 - AHU. ACL. CU 005-01. Cx 93, doc.18.226 e anexos.

86 - AHU. ACL. CU 005-01. Cx 93, doc.18.226 e anexos.

tania do Espírito Santo que, com toda a brevidade, lhe informasse, sobre o dito e requerimento e que, se fosse o caso, fizesse pronta e exata justiça aos referidos índios.

Só em fevereiro de 1798, o ouvidor José Pinto Ribeiro que, também havia sido denunciado por corrupção pelos índios e por consentir que portugueses lhes tomassem as terras, chegou à Vila Nova de Benavente. Em companhia do escrivão da Fazenda Real Antonio Ferreira da Cunha Velho,⁸⁷ iniciou as investigações para cumprir o que lhe havia sido ordenado: fazer “pronta e exata justiça aos referidos índios.”⁸⁸

A documentação mostra que o ouvidor demorou um ano e meio em atender ao ordenamento do governador-geral solicitando-lhe que o “informasse com toda brevidade sobre o dito requerimento.”⁸⁹ Isso leva a supor que foi o próprio ouvidor que tenha remetido os procuradores para a equipagem da Fragata Tritão.

A nova ordem recebida coagiu o ouvidor a atendê-la, E, assim, ele ordenou aos oficiais da Câmara da Vila Nova de Benavente (juiz ordinário, vereadores, procurador) que providenciassem o livro que documentava as posses e os aforamentos de terra feitos por aquela Câmara; e que o escrivão passasse certidão sobre os seguintes quesitos: a relação de díizimos pagos tanto pelos indígenas quanto pelos portugueses; o teor do parágrafo 80 do Diretório dos Índios, sendo esse o artigo do Diretório que mais normatizava “o avanço dos brancos sobre as terras dos índios.” Outra ordem dada pelo ouvidor foi para que se apresentassem à Câmara os Oficiais que haviam servido à Câmara, em anos anteriores, mas, principalmente, no ano de 1795, no qual a Representação havia sido feita.

No dia 22 do mês de fevereiro de 1798, na “casa de aposentadoria da Comarca,” na Vila de Nossa Senhora da Assunção de Benavente, o ouvidor solicitou que fossem tomados depoimentos de testemunhas

87 - AHU. ACL. CU 005-01. Cx 93, doc.18.226 e anexos.

88 - AHU. ACL. CU 005-01. Cx 93, doc.18.226 e anexos.

89 - Ver página 25 deste texto.



Mapa do território do Aldeamento de Iriritiba.

sobre a representação que os Índios fizeram a Sua Majestade. Foram, então, ouvidas 22 testemunhas, todas do sexo masculino, sendo que destes 19 eram casados, um era solteiro e dois eram viúvos. Com relação à etnia, 18 eram Índios Nacional, e três casados com Índias Nacionais, sendo dois pardos e um branco. A idade das testemunhas variava entre 65 e 26 anos, predominando aqueles situados entre 50 e 30 anos. Com relação à subsistência, todos foram unânimes em dizer que viviam do cultivo de suas lavouras.

Quanto à localização das propriedades dos depoentes, tendo por referência o Rio Benevente (Iriritiba), temos que 10 delas estavam situadas em sua margem esquerda: Porto do Araputanga (Chapada

do Á), Monte Urubu, e Sipitandiba (proximidades da atual rotatória de acesso a Ubú)⁹⁰; uma estava no centro: no termo da Vila e 12 estavam localizadas na margem direita: Agá, Êrerá, Iriri e Tabuâ (atual Viegas).

A atenção à distribuição espacial das testemunhas é importante porque, aliando-a ao que está registrado na documentação, podemos inferir que toda a Vila estava em convulsão e que havia uma comunicação intensa entre os moradores, sendo que eles faziam uso costumeiro do Rio Iriritiba como sistema viário.

90 - Informação de Dona Pedrolina (entrevista em 2010).

Os depoimentos⁹¹ deixam claro que os chamados índios “mansos” da Aldeia de Iriritiba estavam muito longe de ter um comportamento apático. O registro que eles nos deixam de suas vozes nos mostram serem eles agentes de suas histórias e que agiam em defesa do território que lhes era de direito.⁹² Território do qual mostram ter uma noção exata da extensão quando afirmam que o mesmo se estendia do Maymbá ao Iriri, no qual incluíam o Monte Aghá e que podemos constatar na cartografia acima.⁹³

A ordem a que se procederam os inquéritos foi a seguinte: Marcelino Lobato, Francisco Luís das Chagas, Antônio José de Almeida dos Santos, Miguel Nunes Vieira, Inácio do Espírito Santo da Costa, Domingos Carneiro Gomes, Manoel Francisco a Penha, Miguel dos Anjos Pereira, Miguel Viegas, João Manoel Lopes, Manoel Pereira da Paixão, Antonio Gomes Portela, José Freitas Bueno Manoel Pereira de Lemos, Benedito das Flores, Liandro Pereira da Costa, Manoel Vicente Borges, Miguel Fernandes, Manoel Pinto Ferreira, Alexandre de Souza, Francisco da Costa Mimoso e Estevão Francisco. Como procedimento fundamental de confiabilidade, todas as testemunhas deveriam ser “juradas aos Santos Evangelhos,” e para tal, iniciavam o ritual jurídico colocando sobre um livro deles “a mão direita prometendo dizer verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado.” O contexto da situação leva a supor que ao menos a ordem inicial de depoimentos das testemunhas não foi aleatória. Vejamos:

A primeira testemunha a ser inquirida foi Marcelino Lobato, sendo que lhe foi perguntado, insistentemente, se ele era Marcelino Francisco Lobato, o juiz ordinário que havia assinado a Representação que os Índios haviam levado a Sua Majestade, ao que ele sempre respondeu ter assinado como vereador e não como juiz ordinário. Ele foi enfático ao declarar várias

91 - Todos os documentos citados estão apensos.

92 - CARNEIRO da CUNHA, Manuela. *Índios no Brasil: História, Direitos e Cidadania*.

93 - AHU.CARTm.007.D.1050. Esse documento também foi por mim, localizado e coletado, no mesmo período que o acervo documental acima citado.

vezes que na Vila não havia Marcelino Francisco Lobato e que ele se chamava Marcelino Lobato. Relatou ainda ser morador da própria Vila, que vivia de suas lavouras no sítio e Porto de Araputanga, que era casado e que tinha cerca de 40 anos de idade; disse que quanto ao costume era Índio Nacional. Quando lhe foi perguntado sobre a Representação que os Índios fizeram a Sua Majestade, sobre a questão das terras, disse que sempre viu que a Câmara daquela Vila aforava a vários portugueses, tanto brancos como pardos, sítios pertencentes a terras da Vila que se achavam devolutos, sem que os mesmos prejudicassem terceiros; disse ainda que recentemente a Câmara vinha aforando a vários Portugueses algumas terras, e que outros aforamentos estavam sendo concedidos, por sesmarias, desde a cidade da Bahia para os mesmos portugueses; relatou ainda que, recentemente, no Porto de Araputanga, um pardo chamado José Fernandes Serrão havia comprado um sítio e estava tratando muito mal aos seus vizinhos, inclusive a ele próprio, sendo ele nacional e residente naquele local havia muitos anos; apontou que no mesmo lugar se instalou Antônio Salgado dos Santos, por sesmaria vindo da Bahia. E que as terras que dizia ter recebido iniciavam em Araputanga (atual Chapada do Á), passava por Monte Urubu e chegava até Jabaquara. Cita que nesses lugares, moravam vários Índios, com suas casas e lavouras aos quais o dito Salgado prejudicava e que ele (Salgado) não poderia, naquele local, fazer fábricas⁹⁴ por causa dos nacionais que ali residiam.

A segunda testemunha a ser inquirida foi Francisco Luís das Chagas, também Índio que servia como juiz ordinário da Vila, relata o que, então, sabia sobre os foreiros que estavam fazendo mal aos Índios Nacionais. Disse ele, também ter conhecimento que a Câmara vinha aforando vários sítios e casas a portugueses e que outras sesmarias de terras vinham da Cidade da Bahia e que todos esses estavam situados e estabelecidos nas mesmas terras os ditos nacionais porém, até então, não faziam mal aos seus vizinhos.

94 - Engenhos

Porém, recentemente, Antônio Salgado dos Santos havia alcançando, da Cidade da Bahia, uma sesmaria de terras de duas léguas e meia,⁹⁵ que iniciava no Porto de Araputanga e que ia até o Monte Urubu e dali até Jabaquara, onde havia vários moradores índios nacionais; e que o mesmo tendo tomado posse das ditas terras, estava prejudicando a vários moradores nacionais com seu gado, e não permitindo que eles trabalhassem por forro; relata ainda que **Salgado estava fabricando olaria e levantado Engenho**, impedindo que os mesmos nacionais tirassem forro com o que poderiam se remediar e também, disse saber, por ser público, que Antônio José Garcez, homem branco, solteiro, antigamente morador da Vila e foreiro em um sítio chamado **Tabuã**, recentemente costumava prejudicar os nacionais fazendo roças em suas terras e impedindo que os nacionais trabalhassem; relata ainda saber que, recentemente, um tal de Joaquim José da Silva Furtado de Mendonça, natural de Campos, havia comprado no lugar do Iriri uma pequena posse de terra a um mulato que havia assinado a venda sem licença da Câmara e ele (Mendonça) queria continuar a trabalhar e a cultivar as terras dos seus vizinhos, os nacionais da terra, vindo a dar um grande prejuízo a eles, pois tomou de posse suas terras. A testemunha diz ainda que, como Juiz Ordinário, ele havia ido ao referido lugar a requerimento dos moradores, acompanhado do escrivão diretor para o efeito de formalizar uma futura queixa contra o dito Mendonça, para que ele não trabalhasse nas terras dos vizinhos e nem nas que comprou por serem posses compradas sem a anuência da Câmara.

A terceira testemunha a ser inquirida foi Antônio José de Almeida dos Santos, homem branco, com cerca de quarenta anos de idade, casado com nacional da terra, e morador do sítio do Aghá onde vivia da lavoura, havia já cerca de quatorze para quinze anos. Quando perguntado sobre o conteúdo da representação que os índios fizeram a Sua Majes-

tade, disse que quando, ele chegou para aquela Vila, encontrou vários portugueses, tanto pardos quanto brancos, que por serem casados com Nacionais eram aforados pela Câmara em vários sítios antigos, sendo os ditos foreiros também antigos e que por isso a mesma Câmara tem continuado a aforar terras de Marinha a portugueses; disse que os Ministros, que desde então até o presente ali serviam, continuaram a consentir e a prometer que a Câmara fizesse aforamentos se não causasse prejuízos a terceiros, e se as terras estivessem devolutas; e que isso era feito para promoção da agricultura com a finalidade de aumentar as rendas dos direitos de Sua Majestade, e que o resultado estava sendo muito positivo; a esse respeito ele cita como exemplo o Francisco Xavier Pinto, como “o foreiro de maior agricultura ali sediado” do qual não constava ter causado prejuízo aos índios nacionais com suas agriculturas; disse, porém, que Antônio Salgado dos Santos, um outro foreiro havia obtido, por sesmaria vinda da cidade da Bahia, uma grande porção de terras, que mediam duas léguas e meia de testada, iniciando no Porto de Araputanga indo até o Monte Urubú (nas quais havia antigos moradores nacionais), sendo que o dito Salgado ao tomar posse daquelas terras foi expulsando a maior parte deles [pagando a uns as benfeitorias e aos outros botando-os fora] recrutando as suas lavouras, e foi fazendo logo **fábrica de olarias e levantando pilares de pedra para Engenho de Açúcar**; o depoente relata ainda que ele próprio pediu ao Salgado para ir trabalhar das terras de Monte Urubú para cima, em Jabaquara por não ter vizinhos para fazer mal; disse ele também que sabia que José Antônio Garcez, homem branco, solteiro, da Vila da Vitória, há vários anos morador da Vila e aforado, com muitas terras, no sítio de Tabuã, não se continha em seus limites, prejudicando os índios nacionais, seus vizinhos, fazendo foros nas terras deles; apontou ainda que, recentemente, no lugar do Iriri, Joaquim José Furtado de Mendonça, natural dos Campos, sem licença da Câmara da Vila, comprou as benfeitorias e uma pequena porção de terras a um mulato que havia

assinado sem titulação da Câmara e logo o dito Mendonça, aforado de escravatura, e maltratando-os a cultivar as terras dos seus vizinhos.

A esses depoimentos seguem outros dezenove. Analisando o conjunto, depreende-se que todos os vinte e dois depoimentos enfatizam a mesma queixa, sendo que esta está centrada nas expropriações de suas terras pelos portugueses. Outros pontos comuns nos depoimentos são: a existência de antigos foreiros (pardos e brancos) que haviam conquistado seus antigos foros através de procedimentos legais e que viviam em harmonia com os nacionais; a existência de novos foreiros dos quais alguns se diziam legalmente amparados, mas que estavam ocupando terras da Vila que não eram consideradas devolutas e com isso traziam prejuízos a terceiros, pois os estavam expropriando de suas terras, dentre eles citam: José Fernandes Serrão, Antônio Salgado dos Santos, Antônio José Garcez e Joaquim José da Silva Furtado de Mendonça; todos são unânimes em citar que **Antônio Salgado dos Santos foi fazendo logo fábrica de olarias e levantando pilares de pedra para Engenho de Açúcar**, que estava situado justamente no lugar onde estão hoje as Ruínas do Rio Salinas. Outro ponto que fica claro nesses depoimentos é a dispensa da mão de obra indígena e a troca da mesma pela exploração do trabalho de negros escravizados, pois os grandes sesmeiros eram donos de “escravaturas.” Em todos os depoimentos ficou patente a denúncia da convivência que aqueles que usurpavam suas terras tinham com as autoridades designadas para protegê-los. Envolvidos nessa questão estavam tanto os Oficiais da Câmara quanto o diretor-geral dos Direitos dos Índios e ouvidor da Capitania do Espírito Santo - José Pinto Ribeiro - que era justamente quem estava presidindo os trabalhos daquela Devassa.

Após os inquéritos, em 24 de Fevereiro de 1798, o ouvidor José Pinto Ribeiro baixou uma portaria pela qual ordenou ao escrivão da Vila de Benavente *José da Silva Pereira* que notificasse a *Antônio Salgado dos Santos* para que não inquietasse os Índios Nacionais que tinham sítios e portos de casa de Arapu-

tanga até o Monte Urubu onde o Salgado tinha seu lar e também estava estabelecido como sesmeiro e **queria levantar engenho**, sob pena dele ser expulso do lugar por ordem de Sua Majestade se inquietasse os Índios Nacionais que tinham sítios vizinhos; e da mesma forma notificasse a Antônio José Garcez para que não embaraçasse os Índios seus vizinhos a terem suas agriculturas, pois, também, ficaria incurso debaixo da referida pena; da mesma forma ordenou que o escrivão notificasse a Joaquim José da Silva Furtado de Mendonça para que se abstivesse de fazer plantações no lugar Iriri, inquietando os seus vizinhos, porque não obteve licença da Câmara para comprar a porção de terra que dizia ter comprado para, também, não ficar incurso na mesma pena. A Portaria ordenava ainda que o escrivão fizesse as notificações de tudo e que lhe passasse certidão de todo o procedimento. O termo de notificação solicitado foi feito apenas no dia 31 de março de 1798, pois conforme foi exposto pelo escrivão e tabelião público José da Silva Pereira, a diligência deveria ser feita nas próprias pessoas nomeadas pela Portaria, sendo que ela não foi feita de imediato por eles se encontrarem fora de seus sítios.

Assim, dando por concluídas as averiguações, o ouvidor José Pinto Ribeiro enviou um ofício a Dom Fernando José de Portugal, prestando-lhe conta, ao seu modo, da recebida tarefa. Tendo por base o Ofício que lhe foi enviado pelo ouvidor da Capitania do Espírito Santo, o governador da Bahia encaminhou um outro ofício para D. Rodrigo de Souza Coutinho, no qual informou sobre o resultado da Devassa que foi tirada motivada pela Representação que os Índios da Vila de Benavente haviam feito a Rainha Dona Maria I. Vejamos o teor do ofício:

Para poder melhor informar o requerimento que na real presença de Sua Majestade puseram os Índios da Vila de Benavente, que a acompanhou o ofício de V. Ex^a de 30 de setembro de 1796, que torno a remeter, ordenei ao atual Ouvidor da Capitania do Espírito Santo aonde pertence aquela Vila, que me

95 - Aproximadamente 14km. Ver <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Légua>

informasse sobre essa matéria ouvindo a Câmara por escrito; e dar circunstanciada informação do mesmo Ouvidor que será tão bem com esta, conhecerá V. Ex^a, que nenhuma razão tem os Suplicantes em se queixarem de viver estabelecidos nas terras de que fazem menção, vários homens brancos e pardos, que tem aforado parte delas em benefício da Lavoura, como sempre se praticou, e o que é conforme ao Diretório do que tem resultado aumentar-se as Rendas dos Dízimos Reais, mostrando a experiência que os Índios regularmente se descuidam de cultivar uma légua de terra em quadro que Sua Majestade lhes concede para este fim, contentando-se com Lavouras insignificantes e com qualquer interesse que delas tirem.

Da mesma informação, documentos que a acompanham, e resposta da Câmara de Benavente, não só se mostra a falsidade da representação, mas também que fora urdida por um pardo chamado Antonio Alexandrino, de péssima conduta, hoje falecido, e pelos Índios Antônio José Lopes, Antônio da Silva e Francisco Dias, sendo esses dois últimos que como Procuradores, assinaram mais dois requerimentos que V. Ex^a me remeteu com as cartas de 27 de fevereiro e de 26 de março do ano passado recomendando-me que se lhes não fizesse injustiça a respeito do que expunham nas mesmas súplicas e que todos sejam tratados com afabilidade e generosidade para que se promova a civilidade dos mesmos Índios. Bahia, 24 de abril de 1798. Assinado: D. Fernando José de Portugal.⁹⁶

Considerações

Mediante as conclusões do processo que foram transmitidas à Dona Maria I, através do ofício enviado pelo

Ouvidor José Pinto Ribeiro⁹⁷ a Dom Fernando José de Portugal, as inquietantes queixas que pudemos ouvir através das vozes dos índios do ex-aldeamento jesuítico de Irititaba foram uma vez mais abafadas.

A mim parecia que o assunto tivesse sido encerrado com o citado ofício, mas o encontro de outros conjuntos de documentos trouxe-o de volta. Um deles é referente a uma petição dirigida a D. Pedro II, em 27 de novembro de 1826, pelo Capitão João Pinto Ribeiro, e outros, da Vila de Campos. Nela, o Capitão afirma que são senhores e possuidores de uma fazenda no lugar denominado Monte Urubu, em terras da Vila Nova de Benevente, com fábrica de açúcar, com três léguas de sertão e uma pelo rio acima. Dizem ser foreiros à mesma Câmara, segundo consta de seus competentes títulos e que para viverem em paz e harmonia com seus vizinhos e confrontantes pretendem medir e demarcar e, para tal, solicitam ao Imperador que “se digne passar provisão” conforme exige a Justiça da Vila.

Destaco também uma carta que é anterior à petição que está acima, Carta essa que fora enviada a D. João VI pelo Governador da Capitania do Espírito Santo, Antônio Pires da Silva Ponte em 1802. Nela, o Governador informava sobre o comportamento “furioso” do Pároco da Vila Nova de Benevente que dentre outras violências⁹⁸ havia açoitado duas Índias e coberto de injúrias a D. Francisca Pinto Ribeiro mulher grave, viúva, e irmã consanguínea do Conselheiro Marcelino Pinto Ribeiro.⁹⁹ O sobrenome das

97 - **José Pinto Ribeiro**-desembargador-ouvidor da Capitania do Espírito Santo-1789. Nascido Vila de Vitória da Capitania do Espírito Santo, em 1758?. Falecido Campos dos Goitacazes em 15-05-1798, de escorbuto. Solteiro, sem filhos. Bacharel em Direito, pela Universidade de Coimbra, a 19.06.1782. Provedor-Mor da Santa Casa de Misericórdia de Campos. Tinha ido para Campos a fim de castigar os revoltosos vencidos e foi chamado de “O Flagelo de Campos”. In <http://www.guia.heu.nom.br/genealogia/RibeiroPinto.html>.

98 - AHU_CU_007, cx. 07, doc. 483 1802, setembro, 04, Vila da Vitória. CARTA do Governador da Capitania do Espírito Santo, Antônio Pires da Silva Ponte [Pais Leme e Camargo] a informar do procedimento do Padre Inácio Joaquim da Natividade, ofendendo com zorraque duas Índias: Inácia Maria e Ana Maria..

99 - AHU_CU_007, cx. 07, doc. 483 1802, setembro, 04, Vila da Vitória.

pessoas contidos nessa carta me levou de volta ao capitão João Pinto Ribeiro¹⁰⁰ e ao ouvidor José Pinto Ribeiro. Pesquisando sua genealogia constatei que D. Francisca, o conselheiro Marcelino e o ouvidor José eram irmãos consanguíneos, pois os mesmos eram filhos de Manoel Pinto Ribeiro¹⁰¹ e de D. Luzia Carneiro Pereira.¹⁰² A árvore genealógica também apontou o fato de que D. Francisca Pinto Ribeiro era viúva de **Antonio dos Santos Salgado – o construtor das “Ruínas do Rio Salinas”**.

Apesar de já ter utilizado essa referência em outros dois outros textos que escrevi,¹⁰³ torno a lembrar aqui as observações e as contundentes constatações de Saint Hilaire sobre a situação dos índios do ex-Aldeamento de Irititaba e que nos remetem às queixas e aos depoimentos das testemunhas que pudemos acompanhar nesse processo de devassa no qual encontramos a construção e o significado das não mais misteriosas Ruínas do Rio Salinas. Vejamos:

Saint Hilaire, em sua viagem de volta ao Distrito dos Diamantes, retomando o seu projeto de pros-

CARTA do Governador da Capitania do Espírito Santo, Antônio Pires da Silva Ponte [Pais Leme e Camargo] a informar do procedimento do Padre Inácio Joaquim da Natividade, ofendendo com zorraque duas Índias: Inácia Maria e Ana Maria..

100 - **João Pinto Ribeiro** Primo-proprietário nas margens do rio Muriaé e das fazendas da Barra Seca de cima, Santa Luzia do Porto da Madeira e Camutungo, esta com casas de vivenda e moradia. Vereador para a câmara de Campos, Juiz de Fora e Almotacé. Recebeu o hábito da Ordem de Cristo em 1828. Nascido Vitória do Espírito Santo e falecido Campos dos Goitacazes-Inventário 1º Ofício/nº357. em avançada idade. Deixou testamento a 25.01.1861. <http://www.guia.heu.nom.br/genealogia/RibeiroPinto.html>

101 - Manuel Ribeiro Pinto (ou Pinto Ribeiro), nascido em 14.05.1708, na Freguesia de São Payo de Olibeira, Braga, e falecido antes de 1792. – Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo/Provedor da Fazenda Real e que vivia de seu negócio mercantil. <http://www.guia.heu.nom.br/genealogia/RibeiroPinto.html>

102 - Luzia Carneiro Pereira (irmã dos padres André Duarte Carneiro e Padre Miguel Duarte (Frei Miguel de Jesus Maria- Guardião do Convento de S.Francisco de Vitória-eleito 28-08-1790-e professor no convento do Rio de Janeiro),nascida Capitania do Espírito Santo,filha do Alferes Luiz Duarte Carneiro (Escrivão de Órfãos da vila de Vitória, provido 24-11-1732 e procurador de auditórios). <http://www.guia.heu.nom.br/genealogia/RibeiroPinto.html>

103 - <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view-File/2007/1261> e https://ape.es.gov.br/Media/ape/Documentos/Revisita_APEES_numero_1.pdf

seguir viagem pelo litoral para visitar a Capitania do Espírito Santo, ao passar por Mangueiros, nas proximidades de Cabo Frio, relata:

Continuando minha caminhada (...) cheguei a uma área aberta e arenosa, onde encontrei uma casa habitada por índios civilizados. O chefe da família disse-me que ele era de Vila Nova de Benevente, e havia deixado seu lugar para escapar à perseguição a que esteve exposto. “O juiz”, acrescentou, dá aos Portugueses os terrenos vizinhos ao nosso, e eles têm gado que estão devastando as nossas plantações. Nós nos queixamos sem obter justiça, e estamos nos tornando inimigos. Estou melhor agora que me mudei para esse lugar, onde ninguém me inquieta.¹⁰⁴

Depois, estando na Vila de Benevente, e constatando haver ali situações semelhantes a aquela que ele pode observar em São Pedro dos Índios (da Aldeia), Saint Hilaire comenta:

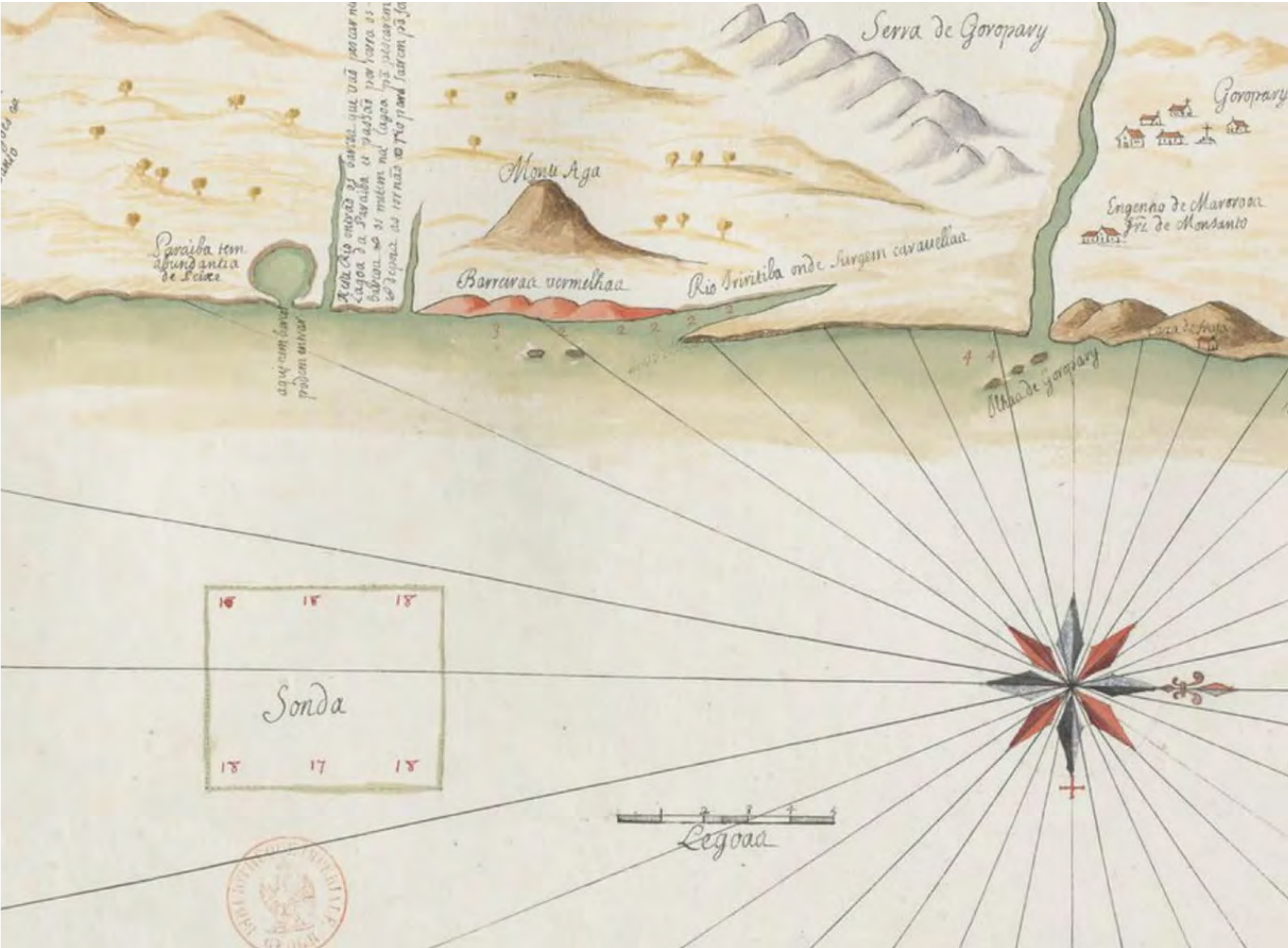
Quando expulsou os jesuítas, o governo destinou aos índios civilizados de Benevente uma área **inalienável**¹⁰⁵ de seis léguas por outras tantas, mas sendo fértil o lugar, os governadores logo deram aos seus amigos, partes dessas terras, sem considerar os direitos dos indígenas que reclamaram inutilmente. (...) Outros indígenas ao deixar a região não fizeram venda alguma e portugueses tomaram pura e simplesmente posse de suas terras. Contudo, hoje se dão sesmarias em todo o distrito, sem sequer exigir aforamento para a Câmara; o Ouvidor da Vila de Vitória tem o título honorífico de conservador das possessões dos índios de Benevente, mas na verdade nada mais têm a conservar. As mencionadas terras têm passado quase todas pelas mãos dos luso-brasileiros e os índios se comprazem em culti-

104 - SAINT HILAIRE, A. Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941. p. 424. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or311664/or311664.pdf

105 - O grifo foi feito por mim.

var campos que deveriam semear para si mesmos. Quando um índio pede justiça contra o português, como poderá obtê-la? É aos amigos e patrícios de seus adversários que ele é obrigado a dirigir-se, já que os Juizes ordinários de Benevente são exclusivamente portugueses. E, ainda como as queixas de uma raça de homens pobres e sem apoio chegarão até aos magistrados superiores, a tão grande distância desses infelizes, e na maioria das vezes surdos às vozes dos que se apresentam de mãos vazias?”¹⁰⁶

106 - SAINT HILAIRE. Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. São Paulo. Cia. Ed. Nacional.1958. p. 163.



Registo Geral
dos Soldados

da Família, Al. M.
des desta Prov^a

3

RESENHA

**RICARDO SALLES E SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA A
HISTORIOGRAFIA SOBRE
A GUERRA DO PARAGUAI**

Marcos Antonio Briel

*Mestrando em História (UFES). Graduado em História
(UFES). Subgerente de Documentos Textuais e Carto-
gráficos (APEES).*

Ricardo Salles e sua contribuição para a historiografia sobre a guerra do Paraguai

A Guerra do Paraguai foi o maior conflito bélico entre os Estados sul-americanos, conhecida também como Grande Guerra ou Guerra da Tríplice Aliança. Iniciou-se nos meses finais de 1864, a partir da captura do vapor Marquês de Olinda e terminou em 1º de março de 1870, após a morte do ditador paraguaio Francisco Solano López. Estima-se que o Brasil levou para o front cerca de 135 mil combatentes¹, de todas as províncias do Império, agrupados nos contingentes do Exército profissional, Voluntários da Pátria, guardas nacionais, recrutas e ex-cativos.

A obra *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército* contribui para discutir os impactos sociais e políticos do conflito platino sobre o Império do Brasil, sobretudo, sua relação com a formação institucional do Exército e o grande esforço nacional para cooptar indivíduos das camadas médias, pobres livres e escravizadas. Lançado em 1990 pela editora Paz e Terra, trinta e quatro anos depois, o livro continua como uma das principais referências na historiografia da Guerra do Paraguai, colaborando para elucidar a temática em nível nacional e suscitar pesquisas que analisam a participação das províncias no confronto.

O autor, Ricardo Salles (1950-2021), é um dos grandes historiadores da área de Brasil Império, dedicando-se às temáticas da Guerra do Paraguai, economia escravista e a trajetória de Joaquim Nabuco. Também, juntamente com Keila Grinberg, foi o organizador da coleção *Brasil Imperial* (2009), que reuniu artigos de estudiosos de todo o país que examinam o período monárquico. Era professor titular de História Contemporânea da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

O livro analisado divide-se em seis capítulos, sendo os três últimos os eixos centrais das análises do

autor. O primeiro realizou uma breve apresentação dos danos políticos, materiais e humanos causados pelo esforço de guerra em cada um dos países envolvidos. Para o caso brasileiro, especificamente, Salles destacou que a vitória do Império, ao contrário de outros conflitos mundiais de grande escala, não desencadeou um período de expansão econômica para o Estado vencedor. Mas, sua sustentação gerou inúmeros gastos públicos, aumentou o endividamento do país com os bancos ingleses e desgastou politicamente a monarquia, iniciando-se uma série de eventos que levaram à Proclamação da República em 1889.

No segundo capítulo, o autor analisou a historiografia sobre o tema, onde apontou os problemas constantes nas versões tradicionalistas e revisionistas que marcaram a primeira e segunda fase de produção. Enquanto, no terceiro, destacou o contexto do Brasil pré-guerra, enfatizando o processo de consolidação do sistema político imperial, a partir da década de 1850. Apaziguadas as divergências regionais e derrotados os movimentos separatistas que eclodiram durante o Período Regencial, a tranquilidade interna possibilitou ao Império voltar-se para fora de suas fronteiras, na tentativa de consolidar-se como principal potência entre os países da bacia do Rio da Prata.

Com o início do próximo capítulo intitulado “A guerra do Paraguai e o Brasil: a formação de um exército nacional e o fim do Império”, Ricardo Salles insere o leitor nas atividades beligerantes, especialmente na necessidade de formar um exército numeroso e centralizado para expulsar os paraguaios do território nacional.

Até a Guerra do Paraguai, os embates realizados na região platina travaram-se com o emprego da Guarda Nacional das províncias do Sul, com o exército profissional utilizado apenas como força auxiliar. Além disso, o efetivo da caserna era pouco numeroso, com cerca de 15 mil homens. O serviço militar, durante o século XIX, foi visto como um castigo pela população. Havia uma repugnância geral em tornar-se recruta. As condições de alimentação e estrutura nos quartéis eram precárias. Roubos, brigas, deserções e

¹ CARVALHO, José Murilo. Cidadania: tipos e percursos. *Revista Estudos Históricos*. FGV: Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, 1996. p. 350.



SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

castigos físicos faziam parte da rotina da instituição militar². Ademais, os soldados de baixa patente não participavam da cidadania ativa, impedidos pela legislação de votarem.

Entretanto, a eclosão do conflito platino obrigou o Império a abandonar as antigas práticas militares e mobilizar todo o conjunto da sociedade. O que denota a expansão da interferência do Estado sobre as dinâmicas do poder local, na economia escravista e no cotidiano de seus súditos. Elaborou-se uma intensa campanha patriótica que foi capaz de alterar a imagem punitivista da farda e transformá-la em ato de coragem, desprendimento e nacionalismo. A necessidade de enviar homens para o fronte fez com que o Império recorresse a grupos excluídos do sistema político e social, que agora eram chamados a defender os valores de civilização que os alijava.

² CARVALHO, 1996, p. 349-350.

Entre eles estavam os escravizados, que podiam ser empregados à luta como doação ao esforço de guerra, usados como substitutos de guardas nacionais, libertos oferecidos pelo governo (escravizados da Nação, irmandades religiosas e da Casa Imperial) ou alistados como Voluntários da Pátria, após fugirem das fazendas de seus senhores. De acordo com o autor, não é possível determinar com precisão o número de cativos enviados aos acampamentos aliados. Além da precariedade burocrática dos registros, há uma intenção de suprimir a dependência de valer-se dos escravizados para continuar uma campanha que, ao contrário dos primeiros meses de mobilização, encontrou forte resistência popular.

Todavia, Ricardo Salles pondera que o conjunto de escravizados remetidos ao Sul não ultrapassou 10% de todo o contingente brasileiro. Um dos principais impedimentos da larga utilização era o impacto econômico que geraria, devido ao alto valor de mer-

cado. A promulgação da Lei Eusébio de Queiroz em 1850, que proibiu o tráfico negreiro, triplicou o preço dos escravizados e diminuiu o índice de mão de obra disponível, já que devido às péssimas condições de vida, o índice da população escrava declinou, aceleradamente, em relação à porção livre. Apesar dos estudiosos revisionistas e a imprensa oficial paraguaia afirmarem a franca utilização de cativos nas fileiras do Exército, foram os setores livres que compuseram a maior parcela.

Havia muitas maneiras de colaborar com as causas da guerra: oferecimento de serviços em prol da campanha, doações pecuniárias, fundação de associações patrióticas e a promoção do alistamento militar entre os familiares, protegidos e outros indivíduos que as elites locais conseguissem arregimentar. Certamente, a principal colaboração com a luta do Império era engajar-se como combatente.

Como incentivo e necessidade de captar recursos humanos, o governo publicou, em 7 de janeiro de 1865, o decreto nº 3.371, que instaurou os corpos de Voluntários da Pátria. Tal instrumento garantia aos inscritos soldos diários de 300 réis, gratificação de 300\$000 ao final da guerra, prazos de terras, pensão em caso de invalidez ou morte e preferência em cargos públicos. Foi considerado uma nova forma de mobilização que, caso o apelo ao patriotismo não fosse suficiente, as vantagens financeiras atraíam interessados.

De acordo com Salles, o governo imperial e a sociedade escravista se esforçaram para criar um sentimento de unidade, capaz de produzir uma grande mobilização nacional. O Estado precisou recrutar indivíduos além de seu alcance e explorou valores morais e ideológicos em prol do conflito. Por isso, além de todo o impacto causado no país, a Guerra do Paraguai é considerada um dos principais fatores da criação de uma identidade nacional.

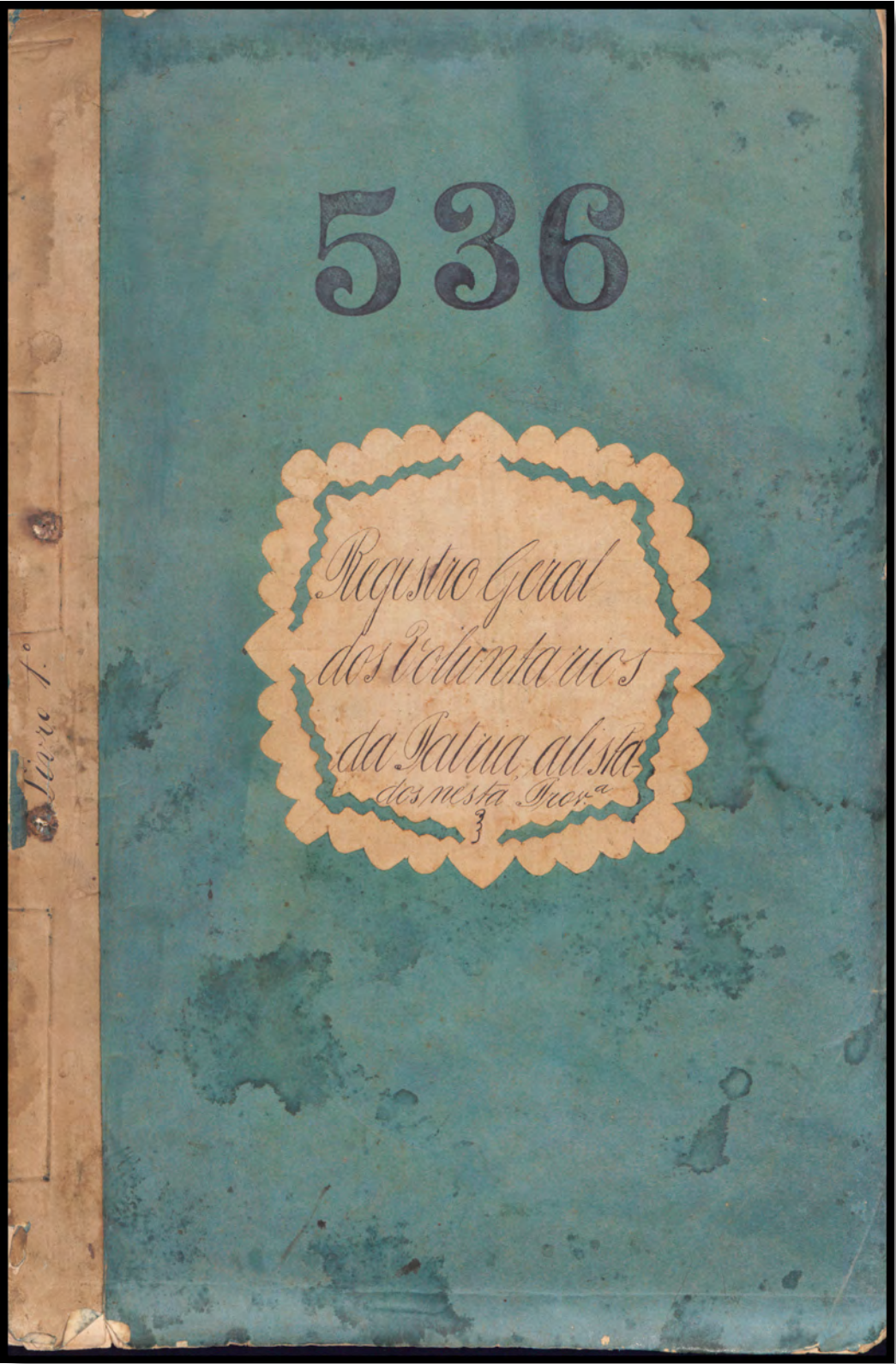
Já no quinto capítulo, o autor descreve as etapas da campanha, a movimentação e o cotidiano das tropas brasileiras na guerra. Chama a atenção a presença feminina nos acampamentos. Havia mães,

esposas, amantes, prostitutas que seguiram seus companheiros em marcha e cuidavam da comida, roupas, socorriam doentes, feridos e também pegavam em armas.

Por fim, tratou sobre as contradições existentes na instituição de bases amplas criada para o conflito contra o Paraguai, o Exército nacional, especialmente as diferenças que colocavam em contradição o oficialato e a tropa. O alto escalão da instituição militar buscou manter a estratificação social existente em seu interior. A ascensão aos postos militares de maior relevância, mesmo após distinguir-se por atos de bravura, continuou restrita ao grosso da tropa. Libertos, homens livres e pobres ainda estavam impedidos de alcançarem boas promoções na carreira militar. Sintoma de uma estrutura política e social excludente, que recorreu e inseriu as camadas populares na instituição formada para atingir seus objetivos externos, enquanto reafirmaram os privilégios que mantinham a rigidez da estrutura e impossibilitaram a promoção de indivíduos de fora do círculo elitista.

Referências:

CARVALHO, José Murilo. Cidadania: tipos e percursos. *Revista Estudos Históricos*. FGV: Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, 1996. p. 350.
SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.



RELATÓRIO

DO

PRESIDENTE DA PROVINCIA

DO

ESPIRITO SANTO

O GOVERNADOR

Luiz Pereira do Coutinho Ferraz

NA ABERTURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL
NO DIA 1.º DE MARÇO DE 1848.



RIO DE JANEIRO

IMP. DO DIARIO, DE N. L. VIANNA.

1848.

QUADRO DEMONSTRATIVO

ANOS	ESPELHO	ANOS
1848	1848	1848
1849	1849	1849
1850	1850	1850
1851	1851	1851
1852	1852	1852
1853	1853	1853
1854	1854	1854
1855	1855	1855
1856	1856	1856
1857	1857	1857
1858	1858	1858
1859	1859	1859
1860	1860	1860
1861	1861	1861
1862	1862	1862
1863	1863	1863
1864	1864	1864
1865	1865	1865
1866	1866	1866
1867	1867	1867
1868	1868	1868
1869	1869	1869
1870	1870	1870
1871	1871	1871
1872	1872	1872
1873	1873	1873
1874	1874	1874
1875	1875	1875
1876	1876	1876
1877	1877	1877
1878	1878	1878
1879	1879	1879
1880	1880	1880
1881	1881	1881
1882	1882	1882
1883	1883	1883
1884	1884	1884
1885	1885	1885
1886	1886	1886
1887	1887	1887
1888	1888	1888
1889	1889	1889
1890	1890	1890
1891	1891	1891
1892	1892	1892
1893	1893	1893
1894	1894	1894
1895	1895	1895
1896	1896	1896
1897	1897	1897
1898	1898	1898
1899	1899	1899
1900	1900	1900

REPORTAGEM

ARQUIVO PÚBLICO DISPONIBILIZA ON-LINE 129 RELATÓRIOS DE GOVERNO

Jória Motta Scolforo

Jornalista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Doutora em História Social das Relações Políticas (UFES).

ARQUIVO PÚBLICO
DISPONIBILIZA ON-LINE 129
RELATÓRIOS DE GOVERNO

A documentação permite uma série de pesquisas sobre a história política do Espírito Santo

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) digitalizou e disponibilizou on-line 129 relatórios de governo, abrangendo os anos de 1842 a 1958. Nos documentos, é possível realizar diferentes pesquisas sobre a história capixaba, abrangendo temas como as atividades políticas, as ações das forças policiais e do exército, a administração financeira, as obras públicas, as paróquias, as atuações referentes à educação, entre outros assuntos. Os materiais podem ser consultados no link: <https://ape.es.gov.br/relatorios>.



QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ALGAS MAIORES E MENORES DA PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO, QUE SE ACRESCENTAM PROVIDAS.

NÚMERO DA ALGA	LUGARES	NOMES DOS PROFESSORES	VALORES	LEI QUE OS ESTABELECEU
1	Cidade da Vitória	1. Ignacio Pato d'Almeida Salles	13	Lei de 15 de Maio de 1833, n.º 3.
2	Vila de S. Mathias	1. Manoel Gomes Monteiro	7	Lei de 15 de Maio de 1833, n.º 3.
3	Vila de S. Mathias	1. Francisco das Chagas Araújo	3	Lei de 15 de Maio de 1833, n.º 3.
4	Vila de Linhares	1. José Maria Nogueira da Costa	32	Lei de 15 de Maio de 1833, n.º 3.
5	Aldeia Velha	1. José Barbosa Silveira Pereira	14	Lei de 15 de Maio de 1833, n.º 3.
6	Vila de Nova Almeida	1. Manoel Soares Leite Vidigal	17	Lei de 15 de Maio de 1833, n.º 3.
7	Vila de Serra	1. Antonio Ferreira Maya	41	Lei de 15 de Maio de 1833, n.º 3.
8	Cidade da Vitória	1. Ignacio das Santos Pinto	130	Lei de 15 de Maio de 1833, n.º 3.
9	"	Manoel Ferreira das Neves	41	Lei de 15 de Maio de 1833, n.º 3.
10	Caraculo	1. Antonio Pereira dos Santos	36	Lei de 15 de Maio de 1833, n.º 3.
11	Vila de Espírito Santo	1. João Baptista Feres	11	Lei de 15 de Maio de 1833, n.º 3.
12	Vila de Espírito Santo	1. Luciano Antonio das Neves	3	Lei de 15 de Maio de 1833, n.º 3.
13	Vila de Guarapari	1. João Teodoro Pinheiro	3	Lei de 15 de Maio de 1833, n.º 3.
14	Vila de Brejo Verde	1. Manoel André dos Santos	13	Lei de 15 de Maio de 1833, n.º 3.
15	Vila de Imbuizinho	1. Joaquim José Gomes da Silva Neto	40	Lei de 15 de Maio de 1833, n.º 3.

N.º 1. A. Acta do município da Cidade da Vitória, e a do município da Vila de Serra de S. Mathias achados vagos por falta de apuração.

Almeida Salles.

Relatórios de Governo

No relatório do presidente de Província, Jose Francisco de Almeida Monjardim, publicado em 1848, temos um exemplo dos dados que eram divulgados neste tipo de documento. No item “Tranquilidade Pública” afirma-se que o Espírito Santo se encontrava em perfeita tranquilidade e seus habitantes davam provas de respeito às instituições juradas e de que amavam a ordem pública e o adorado imperador.

Na seção “Iluminação”, por sua vez, destaca-se que se cumpria informar que era muito pequeno o número de lampiões para que toda cidade pudessem se beneficiar da iluminação pública. “Além de ter

sido forçoso colocar os lampiões a grande distância uns dos outros, há lugares em que são indispensáveis e em que não há um lampião”.

Ao falar do “município da cidade”, um dos documentos ressalta que se apresentavam em grande adiantamento as obras da praça da cidade e que a ponte sobre o rio Mangaraby já estava iniciada, assim como continuava em progressivo o andamento da ponte sobre o rio Jucu.

Em seu conjunto, os relatórios de governo permitem tecer diversas ponderações sobre o cotidiano da Província e, posteriormente, do Estado do Espírito

Santo, assim como possibilitam observar as articulações políticas, financeiras e administrativas, mostrando-se, desse modo, como uma fonte de grande relevância para os pesquisadores e demais interessados na história capixaba.



**RELATÓRIO DE GESTÃO
REFERENTE AO ANO DE
2023**

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo



RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE AO ANO DE 2023

O presente Relatório de Gestão aborda os aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial. Está organizado de modo a permitir uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES, evidenciando os resultados dos programas desenvolvidos no âmbito da instituição no exercício de 2023, em atendimento ao que determina o Artigo 137, II, do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013.

Introdução

Criado oficialmente como “Arquivo Público Espírito-Santense” pelo Decreto nº 135, de 18/07/1908 pelo então Presidente do Estado, Jerônimo de Souza Monteiro, vinculado à Secretaria Geral do Governo; transformado pela Lei nº 3.932, de 14/05/1987, em órgão de regime especial e reestruturado pela Lei Complementar nº 47, de 22/03/1994, como Arquivo Público Estadual (APE). A instituição passou a se denominar Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), por meio da Lei Complementar nº 370, de

29/06/2006. Está vinculado atualmente à Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), com a missão de realizar a gestão de documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Estadual, bem como tratar os documentos públicos, após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados.

Em resumo, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo é a instituição responsável pela gestão documental e guarda dos documentos produzidos pelos diversos órgãos e secretarias do Poder Execu-

tivo Estadual, classificados conforme a procedência, formando assim os fundos documentais, sendo estes preservados em caráter definitivo, em função do seu valor probatório, histórico ou informativo. A instituição guarda ainda documentos de outras origens, sejam públicas ou privadas.

Com base nessas prerrogativas, o APEES tem como missão promover a política estadual de arquivos, definida pela legislação arquivística, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do Estado do Espírito Santo, a fim de garantir ao governo e à população o acesso seguro e eficaz à informação, além de incentivar e produzir conhecimento científico e cultural.

A seguir, seguem algumas das ações de destaque empreendidas pela instituição em 2023:

Recursos financeiros

O orçamento do ano-exercício de 2023 do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo obteve seus valores aprovados pela lei nº 11.767, de 27 de dezembro de 2022, cuja despesa total fixada inicialmente foi de R\$ 3.121.247,00 (três milhões, cento e vinte e um mil, duzentos e quarenta e sete reais).

As despesas realizadas somaram um total de R\$ 2.239.783,67 (dois milhões, duzentos e trinta e nove mil, setecentos e oitenta e três reais e sessenta e sete centavos), sendo R\$ 1.546.242,29 (um milhão, quinhentos e quarenta e seis mil, duzentos e quarenta e dois reais e vinte e nove centavos) com pessoal e encargos sociais; R\$ 679.691,38 (seiscentos e setenta e nove mil, seiscentos e noventa e um reais e trinta e oito centavos) com outras despesas correntes; Quanto a investimentos, foi realizado o valor de R\$ 13.850,00 (treze mil, oitocentos e cinquenta reais), com reforma do banheiro PNE deste APEES. Também foi descentralizado para o Departamento de Estrada e Rodagem – DER, o valor de investimento de R\$ 615.938,65 (seiscentos e quinze mil, novecentos e

trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos), para reforma da nova fachada do APEES, sendo devolvido o valor de R\$ 555.938,65 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos) no mês de dezembro/2023, em cumprimento ao Decreto nº 5.539-R de 06 de novembro de 2023, com programação de nova descentralização no exercício de 2024.

Recursos humanos

Conforme o organograma, o órgão possui um Diretor-Geral, um Diretor Técnico Administrativo e oito Coordenações. Também compõem o quadro de servidores do órgão: três Assessores Técnicos, um Assessor Especial, quatro Agentes de Serviço I, um Supervisor de Atividades, um Supervisor 1 e um Chefe de Grupo Financeiro. O órgão conta ainda com quatro servidores efetivos (Analistas do Executivo): um historiador, duas arquivistas e uma jornalista. No total, são 25 servidores e sete estagiários.

No ano de 2023, esteve em tramitação uma proposta de reestruturação do órgão, para atender às atuais demandas da instituição. Esse projeto foi reconfigurado no sentido de transformar o APEES em uma Autarquia, conforme entendimentos com a Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SEGER), Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), conforme orientações da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (PGE). No final do ano o projeto foi encaminhado pelo Governador do Estado à Assembleia Legislativa do Espírito Santo para análise e aprovação, ficando essa decisão para o ano de 2024.

Melhorias prediais

Em 2023 foi iniciada a reforma da fachada do APEES, que vem apresentando sérios problemas de deterioração, trazendo riscos aos pedestres e veículos, por conta da queda de pedaços de reboco na calçada.

GOVERNODOESTADODOESPÍRITOSANTO COMPARATIVODADESPESA AUTORIZADACOMAREALIZADA 400102 - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO AcumuladoatéDezembro/2023					
Anexo XI, da Lei 4.320/64					
CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/ MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARIOS	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINARIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
40 - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA					
DESPESAS CORRENTES					
PESSOALEENCARGOSSOCIAIS	1.558.334,00	0,00	1.558.334,00	1.546.242,29	12.091,71
JUROSEENCARGOSDADÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRASDESPESASCORRENTES	925.678,00	0,00	925.678,00	679.691,38	245.986,62
TotalDespesasCorrentes	2.484.012,00	0,00	2.484.012,00	2.225.933,67	258.078,33
DESPESASDECAPITAL					
INVESTIMENTOS	686.940,00	0,00	686.940,00	13.850,00	673.090,00
INVERSÕESFINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃODADÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TotalDespesasdeCapital	686.940,00	0,00	686.940,00	13.850,00	673.090,00
RESERVADECONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totaldoórgão	3.170.952	0	3.170.952	2.239.784	931.168
TOTAL GERAL DO ESTADO					
DESPESASCORRENTES	2.484.012,00	0,00	2.484.012,00	2.225.933,67	258.078,33
PESSOALEENCARGOSSOCIAIS	1.558.334,00	0,00	1.558.334,00	1.546.242,29	12.091,71
JUROSEENCARGOSDADÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRASDESPESASCORRENTES	925.678,00	0,00	925.678,00	679.691,38	245.986,62
TOTAL DESPESAS CORRENTES	2.484.012,00	0,00	2.484.012,00	2.225.933,67	258.078,33
DESPESASDECAPITAL	686.940,00	0,00	686.940,00	13.850,00	673.090,00
INVESTIMENTOS	686.940,00	0,00	686.940,00	13.850,00	673.090,00
INVERSÕESFINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃODADÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTALDESPESASDECAPITAL	686.940,00	0,00	686.940,00	13.850,00	673.090,00
RESERVADECONTINGÊNCIA					
TOTAL DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTALDOESTADO	3.170.952,00	0,00	3.170.952,00	2.239.783,67	931.168,33

Tabela 1 - comparativo da despesa autorizada com a despesa realizada no exercício de 2023.
FONTE:SistemaIntegradodeGestãoodasFinançasPúblicasdoEspíritoSanto/SEFAZ-ES

A obra está sendo realizada por meio de um termo de cooperação técnica junto ao Departamento de Edificações e Rodovias do Espírito Santo (DER). Está sendo investido nas melhorias prediais o valor de R\$ 615.938,65. No decorrer do ano também foram realizadas reformas nos banheiros da sala de consultas, para que atendessem a todos os critérios de acessibilidade, por solicitação do Ministério Público Estadual. O valor contratado para esta obra foi de R\$ 55.399,00, sendo empenhado em 2023 o valor de R\$ 13.850,00, sendo o valor restante a ser empenhado e pago no exercício de 2024.

Gestão de documentos

A Coordenação de Gestão de Documentos (COGED) é responsável pelas atividades arquivísticas internas do APEES, tais como: organização e arquivamento de documentos correntes e intermediários, elaboração da listagem de eliminação de documentos em papel, ponto focal para as questões relacionadas à implantação do sistema e-Docs, dentre outras. De acordo com a Legislação Estadual e Federal vigentes, compete também à COGED o assessoramento aos órgãos do Executivo Estadual desde a produção até a destinação final dos documentos por meio das normas e procedimentos do Programa de Gestão do Governo do Estado do Espírito Santo (PROGED).

Em 2023, entre as atividades desenvolvidas, destacam-se as seguintes ações:

- Emissão de 18 pareceres Técnicos, sendo eles:
 - seis aprovações de terceirização de serviços de arquivo e correlatos: CETURB, DIO, SESA (HEAC, SRV), SETADES e IPAJM;
 - três aprovações de Plano de Classificação de Documentos (PCD) e Tabela de Temporalidade e Destinação de documentos (TTD) das atividades-fim: SECTI, SEDES e IEMA;
 - nove aprovações de Eliminação de Do-

cumentos: IASES, DETRAN, INCAPER, PCES, DER, PRODEST, SEMOBI, IDAF e FAPES.

- quatro Visitas Técnicas: SEFAZ/ INCAPER/ SESA (CREFES e HEUE);
- Cadastro e Gestão dos Planos de Classificação de Documentos das atividades-meio e fim nos sistemas SEP e e-Docs;

Além das atividades relacionadas acima, que ocorrem em razão das demandas provenientes do PROGED, o trabalho da COGED em parceria com o Comitê Gestor do Programa resultou também nas seguintes entregas:

- 14 reuniões do Comitê gestor do PROGED
- uma reunião com as Comissões de avaliação de documentos (CADS) de todos os órgãos e secretarias para tratar do Decreto de Digitalização.
- Capacitação de servidores por meio de cursos voltados para Gestão de documentos na ESESP;
 - Classificação de Documentos em Sistemas – cinco turmas;
 - Gestão Documental (documentos em papel) – três turmas;
 - Noções Básicas de Digitalização de Documentos – cinco turmas;
 - Gestão e Preservação de Documentos Digitais.
- Acompanhamento das atualizações das CADS;

Em setembro de 2023 foi publicada a Política de Preservação Digital do Estado do Espírito Santo. O instrumento foi elaborado pela Comissão de Preservação Digital que conta com a participação do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A ppdig@es tem como objetivo geral nortear os procedimentos necessários para a preservação adequada dos documentos digi-

tais, produzidos e recebidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, bem como de seus metadados relacionados e dotar o APEES, que é o Arquivo Permanente Digital, de uma plataforma de preservação, conforme previsto no Modelo OAIS (do inglês Open Archival Information System), para receber, descrever, armazenar e preservar os documentos arquivísticos digitais sob sua custódia. A publicação da política é importante, pois serve de orientação legal para a gestão da preservação e para o acesso permanente aos objetos digitais produzidos no Brasil. São poucas as instituições e empresas no país que estabeleceram alguma política de preservação digital, o que coloca o Estado do Espírito Santo como pioneiro no projeto.

Cooperação técnica entre APEES X FAPES

Foi realizada a estruturação do Projeto de Pesquisa por meio da Cooperação Técnica entre APEES e FAPES para o desenvolvimento de estudo de arquitetura computacional para a Preservação Digital Sistêmica (PDS) dos documentos arquivísticos digitais do e-Docs, para atender os procedimentos previstos na PP-dig@ES. Essa ação está contemplada no projeto Pro@Arq, que prevê duas grandes entregas: o referido estudo, bem como o tratamento arquivístico e digitalização de documentos correntes e intermediários.

Sistema E-DOCS

Reuniões com representantes de municípios e outros entes públicos interessados na adesão ao sistema e-Docs, por meio de Cooperação Técnica.

Decreto de digitalização de documentos

Foi publicado no Diário Oficial do Estado (DOE-ES) do dia 04 de setembro de 2023 o Decreto nº 5491-R, que regulamenta as técnicas e os requisitos a serem utilizados pelos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado do Espírito San-

to para a digitalização de documentos públicos ou privados. Para o cumprimento do disposto no Decreto, o e-Docs precisará de melhorias no que tange aos metadados que serão inseridos no sistema para que os representantes digitais tenham valor de documento original. O Decreto tem por objetivo padronizar os procedimentos relativos à digitalização, garantir a qualidade e legalidade dos representantes digitais provenientes da digitalização, proporcionar agilidade, transparência e ampliar o acesso às informações públicas.

Acervo documental

a organização do acervo de documentos do APEES, em seus diversos suportes, é gerenciada pela Coordenação de Documentos Escritos, Audiovisuais e Cartográficos (CODEAC), que tem por responsabilidade a realização de atividades concernentes ao tratamento técnico arquivístico dos fundos e coleções, de caráter permanente (documentos também considerados como históricos) e acesso à informação, guardados pelo APEES. Em 2023, podemos ressaltar as seguintes ações:

Recolhimento/Doação de acervos – Textual, iconográfico

- Recebimento por doação de parte do acervo fotográfico de Alfredo Mazzei - 243 imagens.
- Doação do acervo Alpia Couto, sobre a história da educação de surdos no Espírito Santo, em 20 de outubro de 2023.
- Quadro 0,80 x 1,45 cm Caricatura Santa Ceia, autoria de Milson Henriques, em 08/11/2023.
- Patrimônio Fotográfico Viana – Funcultura.
- Coleção - Convento da Penha – Funcultura.
- Coleção Memória Fotográfica de Mimoso do Sul – Funcultura.
- Coleção Teatro da Barra – Funcultura.

Digitalizações 2023			
Fundos:	Série:	Quant. Caixas/Livros:	Quant. De Páginas:
Polícia	Inquéritos	105	78.616
Polícia	Lista de passageiros	67	27.229
Juízo de Direito da Comarca de Vitória	Livros	56	4.836
Juízo de Direito da Comarca de Vitória	Caixas	13	18.741
Jornal Correio do Sul	"	15	8.125
Governadoria	Accioly	2	476
Governadoria	751	85	11.255
Governadoria	Novas Séries	11	3.476
Emcatur	"	1	73
Câmara Municipal de Nova Almeida	"	14	1.651
Alfredo Mazzei	"	1	243
Total Anual Digitalizado:		370	154.721

Revisão do Fundo Serviço de Rádio, Cinema e Teatro Educativo

- Revisão de todo o acervo e organização física.

Pedidos de acesso ao acervo

- 411 documentos disponibilizados para pesquisas.

Inventário de acervos

- Alfredo Mazzei
- Fotografias Carnaval 1984 – Fundo EMCA-TUR
- Fundo Nova Almeida
- Fundo Juízo de Direito de Itapemirim (Em andamento)
- Juízo de Direito da Comarca de Vitória

Organização dos objetos digitais (FamilySearch)

- Lista de Passageiros – 67 Caixas (Fundo Polícia)
- Fundo Justiça Eleitoral – 60 caixas
- Fundo Governadoria, Série 751 – 60 livros. Todos já preparados e inseridos na plataforma AtoM.

Acima o quantitativo de digitalizações realizadas no ano de 2023.

Na página seguinte está o número de páginas inseridas na plataforma para consulta on-line:

Disponibilizado no Atom 2023	
Fundos	Total de páginas
Polícia	78.616
Juízo de Direito da Comarca de Vitória	23.577
Jornal Correio do Sul	4.429
Governadoria	15.207
Emcatur	73
Câmara Municipal de Nova Almeida	1.651
Alfredo Mazzei	243
Total anual:	123.796

Atendimento ao público

Seguem abaixo os dados estatísticos referentes ao atendimento ao público, presencial e à distância, sob a responsabilidade da Coordenação de Atendimento ao Usuário (COATEN), no ano de 2023:

- atendimentos presenciais: 1.014 consulentes.
- Visitas escolares: 33.
- Alunos: 491.
- Atendimento à distância: 2.072 e-mails respondidos.
- Registros de imigrantes emitidos: 1.350.
- Registros de imigrantes emitidos via Arquivo Itinerante: 1.406.

- Documentos inseridos na base de dados do Projeto Imigrantes: 320.
- Fotografias inseridas na base de dado do Projeto Imigrantes: 180.
- E-mails respondidos do Projeto Imigrantes: 4.013.

Projetos e catálogos desenvolvidos

- “Projeto migrantes no século XIX”: aproximadamente 4.000 registros de entrada, especialmente de retirantes cearenses.
- Estrangeiros naturalizados: catálogo com 252 nomes de pessoas naturalizadas.
- Registros das cartas de sesmarias: 236 sesmarias.
- Escrituras de vendas de escravos: 1882 a 1887.
- Matrícula de africanos livres: 1864.

Visitas do arquivo itinerante

Com o apoio de uma Van, recém adquirida pela instituição para o Arquivo Itinerante, adaptada como escritório móvel, os servidores prestaram atendimento aos interessados em obter informações sobre o Arquivo Público e sobre os seus antepassados, por meio da base de dados do Projeto “Imigrantes Espírito Santo. A base de dados, composta por mais de 50 mil nomes, refere-se a imigrantes provenientes de diversas nacionalidades, como: Itália, Alemanha, Espanha, Líbano, Portugal, Polônia, Holanda, Suíça, Áustria que chegaram ao Espírito Santo a partir de 1812. Um dos produtos do Projeto é a emissão do “Registro de Entrada do Imigrante”, documento que traz as informações sobre os antepassados dos solicitantes, como idade, navio e região de procedência. Por meio do Arquivo Itinerante o APEES percorre os diversos municípios do Estado a fim de viabilizar o acesso àqueles que não têm condições de pesquisar diretamente na instituição, na web ou por outros meios.

Em 2023 foram realizadas nove viagens ao interior do Estado, com as respectivas datas e número de registros emitidos:

- Rio Bananal (08/07): 123 Registros;
- Marilândia (09/07): 170
- Guaraná (16/07): 77
- Jaguaré (04-05/08): 157
- Vila Pavão (25-26/08): 183
- Itaguaçu (08-09/09): 270
- UFES Vitória (18/10): 186
- Muniz Freire (03-04/11): 125 e
- EEEFM Pedra Azul Domingos Martins (14/11): 115

No total, foram 1.406 registros emitidos por meio do Arquivo Itinerante em 2023.

Biblioteca Maria Stella de Novaes

No decorrer do ano de 2023, a biblioteca de apoio Maria Stella de Novaes, realizou inúmeras tarefas necessárias para a melhoria do acervo. Entre essas atividades estão:

- Digitalização total das Leis, Decretos, Mensagens e Relatórios do Governo do acervo.
- 200 novas obras inseridas no Acervo.
- 180 obras em análise para inserir no Acervo.
- Doação de 503 obras e recebimento de outras 350 obras, como doação.
- Confecção de Fichas Catalográficas para edição de publicações.

Preservação do acervo

A Coordenação de Preservação do Acervo (COPAC) realiza a higienização, restauração e acondicionamento de documentos diversos do acervo do APEES e também visitas técnicas de orientação a outras instituições e municípios. Em 2023 podemos destacar as seguintes atividades:

- Preparação para digitalização de jornais, fotografias, cartazes, folders e programas do Acervo DEC/Divisão de Memória, Acervo APEES/Milson Henriques entre outros acervos, totalizando 125 itens.
- Higienização e reparos de três livros de documentos de Fundos Documentais do APEES (Agricultura, Série Accioly e TRE/ES) para consulentes.
- Higienização e acondicionamento de acervo de 73 fotos coloridas (19x24,5cm) do Carnaval no Espírito Santo – EMBRATUR/1974.
- Higienização e identificação de 400 filmes em película para acondicionamento em estojos de polietileno.
- Troca de 175 caixas danificadas (de papelão

e de polipropileno corrugado) por caixas novas de polionda do acervo dos Fundos Fazenda, Segurança Pública, Registro Civil, SEG e SEAR.

- Reformulação do espaço de guarda dos filmes em suporte película (filmes cinematográficos) com a separação dos filmes higienizados depositados na Sala de
- Documentos Especiais.
- Acompanhamento da finalização da instalação do sistema de alarmes e combate a incêndios: detectores de fumaça, hidrantes, mangueiras e sprinklers.
- Atendimento a consultantes do acervo audiovisual do APEES para produtores locais (cinco) e projetos fora do Estado (dois).
- Foram digitalizadas edições do jornal Correio do Sul dos anos de 1928 a 1974, com um total de 8.745 Imagens.

Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Em 12 de abril de 2023, foi lançada a 11ª edição da Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, com o dossiê temático “Povos indígenas no Espírito Santo: desafios da invisibilidade histórica e protagonismo político-social”, sob a coordenação de Vânia Maria Losada Moreira e Tatiana Gonçalves de Oliveira, no qual destaca a necessidade de reconhecimento dos direitos constitucionais dos povos indígenas não oficialmente reconhecidos pelo Estado, aborda a pesquisa sobre História Oral e Cartografia Social para promover o protagonismo dessas comunidades e discute o emergente protagonismo indígena como contraponto à narrativa de extermínio.

Além disso, há uma análise sobre um projeto de pesquisa genética, uma entrevista sobre a luta pelos direitos indígenas, uma resenha sobre demografia e resistência histórica, além de artigos livres sobre história, gestão de documentos e propaganda antico-

munista, oferecendo uma variedade de perspectivas e abordagens dentro do campo acadêmico. Dentre os artigos mais acessados da publicação online da Revista, destacam-se: “Devassa: origens e significados históricos”, com 269 acessos; “A identidade étnica botocuda da comunidade de Areal (Linhares, ES) e a desconstrução de sua invisibilidade colonial”, com 218 acessos; e “Gueras e massacres: o genocídio dos povos indígenas no vale do Cricaré”, com 130 acessos. Ao todo, a revista registrou cerca de 1,3 mil acessos até dezembro de 2023.

Em novembro de 2023, foi lançada a 12ª edição da Revista, com tema livre. Essa edição incluiu 10 artigos livres, um documento e duas reportagens. Entre os artigos mais acessados, destacam-se: “Imigração italiana em Alfredo Chaves: uma abordagem cultural”, com 6 acessos; “O conclave do ‘Papa’ Geovani: um episódio da história do ES”, com quatro acessos; e “A participação das elites recém-formadas de Itapemirim-ES no reconhecimento da independência do Brasil”, com três acessos. No total, essa edição registrou cerca de 22 acessos até dezembro de 2023. Na Revista, que conta com a parceria dos Departamentos de História e Arquivologia da Ufes, são publicados artigos acadêmicos, resenhas, entrevistas, documentos históricos e reportagens. Neste processo, contamos com a participação de diferentes pesquisadores que com seus olhares contribuem para os estudos históricos e arquivísticos no Espírito Santo e no país.

Mediação cultural: mostras “Abre-alas do carnaval capixaba” e “Inovação e tradição: o teatro capixaba nos anos 1970”

Em 2023 o APEES sediou a Mostra “Abre-Alas do Carnaval Capixaba”, na qual os visitantes puderam conhecer diversos documentos históricos como revistas, fotografias, cartazes, registros de licenças do século XIX, além de vinis, cd’s e fantasias. A exposição foi composta tanto pelo acervo institucional quanto por figurinos, adereços e audiovisuais cedidos por colaboradores. A Mostra “Inovação e Tradição: O teatro capi-

xaba nos anos 1970”, por sua vez, trouxe à cena diferentes fotografias, matérias de jornais, cartazes, livros, revistas, panfletos, convites e programas de espetáculos do acervo da instituição e esteve em cartaz nos meses de agosto a dezembro.

Lançamentos da marca e do calendário dos 150 anos da imigração italiana no Espírito Santo

Durante a cerimônia de comemoração do Dia da República Italiana, em 6 de junho, no Palácio Anchieta, que contou com a participação do Governador do Estado e do Cônsul Geral da Itália no Rio de Janeiro, dentre outras autoridades, o APEES, em parceria com a Comunità Italiana do Espírito Santo e o Com.It.Es (Comitê dos Italianos no Exterior – Espírito Santo-Rio de Janeiro, realizou o lançamento da marca (selo) dos 150 Anos da Imigração Italiana no Espírito Santo, seguindo o exemplo das comemorações dos 130 e dos 140 anos.

Em 19 de dezembro, o APEES participou do lançamento do Calendário dos 150 anos da Imigração Italiana, em cerimônia realizada na Casa do Turismo Capixaba, em Vitória. Também participaram da cerimônia de lançamento do calendário o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Associação Federativa Comunità Italiana do Espírito Santo, a SETUR, SECULT, dentre outras instituições, associações de diversos municípios do Estado. O “Calendário de Eventos da Cultura Italiana” traz uma série de ações que ocorrerão no decorrer de todo o ano de 2024, comemorativas aos 150 anos da imigração italiana no Brasil. As atividades envolvem músicas, danças, religiosidade, comidas típicas, artes visuais e encontro de lideranças. Elas serão realizadas em diferentes municípios do Espírito Santo com o propósito de fortalecer e valorizar as práticas culturais dos italianos e seus milhares de descendentes no Estado.

Site institucional

Em 2023 foram inseridas 62 notícias no site institucional referentes ao APEES, aos espaços e ações culturais do Governo do Estado e atividades do E-docs. Ao todo, o site recebeu aproximadamente 64 mil visitas, sendo a página inicial a mais acessada, com 45 mil visualizações.

Redes sociais

A principal missão do APEES nas redes sociais é dar acesso a um público mais amplo, além daquele que comumente frequenta a instituição, às informações quanto às principais atividades do órgão e sobre os acervos nele guardados e preservados. Com isso, pretende-se despertar o interesse para as diferentes possibilidades de pesquisas que portam os documentos, assim como publicizar as ações efetuadas em prol da história e da arquivologia do Estado do Espírito Santo.

- Facebook Institucional: no ano de 2023 o Facebook do APEES ganhou 212 novos seguidores, totalizando 15.733. Foram publicados, no referido ano, 68 posts sobre as atividades da instituição.
- Facebook Projeto Imigrantes: a página possui atualmente 10.101 seguidores. Foram elaborados, nesse período, 27 posts sobre o tema da imigração no Espírito Santo.
- Instagram: em 2023 o Instagram do APEES recebeu 743 novos participantes, com um total de 4.258 seguidores. Nele, foram inseridos 62 posts no decorrer do período.
- Youtube: o canal do Youtube possui, atualmente, 691 inscritos.

Vitória, 26 de março de 2024.

Cilmar Cesconetto Francischetto

Diretor Geral

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Referências das Imagens

Capa: Recens Elaborata Mappa Geographica Regni Brasiliae in America Meridionali, Maxime Celebris Accuratae Delineata, Seutter, Matthias – 1730. Disponível em: <https://brainly.com.br/tafe/23820554>.

Página 3: *Carta Geografica del Bresil*, Albrizzi, Girolamo; 1750. [Detalhe]. Disponível em: <https://www.bahia.ws/mapa-do-brasil-de-1750/i>.

Páginas 6 e 7: Revista “Vida Capichaba”. Capa [detalhe]. Década de 1930.

Página 8 e 9: material do curso de extensão Imagens do Cinema com Fábio Camarneiro. Cinemetropolis - Ufes. Disponível em <https://cinema.ufes.br/imagensdocinema>.

Páginas 14 e 15: Figura 37. Posse do 1º governo - (Palácio Anchieta) - 1955.

Páginas 16: Figura 44. Dr. Chiquinho e Magalhães Pinto (Governador de Minas Gerais) discursando - Contestado MG/Es - 1963 [detalhe].

Páginas 28 e 29: Figura 26. Guaçuí Praça da Bandeira - Esquerda para direita Monsenhr Miguel Santis, Silvio Araujo, Dr. Merovéu (Juiz de Direito), José Ferreira, Henrique D'Almas de Almeida, Américo de Aguiar, Irineu Barberini, Ataliba (Discursando) - 1947 [detalhe].

Página 30 e 31: Jean-Baptiste Debret, Une Mulatresse Allant Passer les Fetês de Noël à la Campagne, 1827. Disponível em: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

Página 32: Vergonha - Desenho de Jean-Baptiste Debret: o Brasil da escravidão (Jean-Baptiste Debret/ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES/):

Página 35 e 47: Jean-Baptiste Debret, Mariage de Nègres d'une maison riche, 1827. Disponível em: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

Páginas 48 e 49: Sala de consulta do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Acervo APEES.

Página 50: Sala de consulta do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Acervo APEES.

Páginas 63: Sala de consulta do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Acervo APEES.

Página 64 e 65: Fotografia de banco de imagens: mrsiraphol no Freepik.

Páginas 72 e 73: Revista “Vida Capichaba”. Capa [detalhe]. Década de 1930.

Página 74 e 75: Fotografia de banco de imagens: mrsiraphol no Freepik.

Páginas 89 e 105: Capitania de Porto Seguro – [Escala ca 1:300 000]. – [Ca 1631]. – 1 mapa em 1 bifólio : ms., color., papel ; 44,5x67,5cm. In: Estado do Brasil coligido das mais sertas noticias q[ue] pode aivntar dõ Ieronimo de Ataide. Por Ião Teixeira Albernaz, cosmographo de Sya Ma[gest]ade. Anno: 1631. – 1631. – Cart. 16. - João Teixeira Albernaz, o Velho. - Pert.: Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://historiacapixaba.com/documentos/capitania-de-porto-segu-ro-1631/>. [detalhe]. Acesso em: 13/09/2024.

Página 90 e 91: Itapimarim, Castello mountains, Porro do Frayle & C. Acervo de Iconografia / Instituto Moreira Salles. 1825-1826.

Páginas 106 e 107: Escritório de contabilidade. Acervo pessoal de Bianca Claro Dantas.

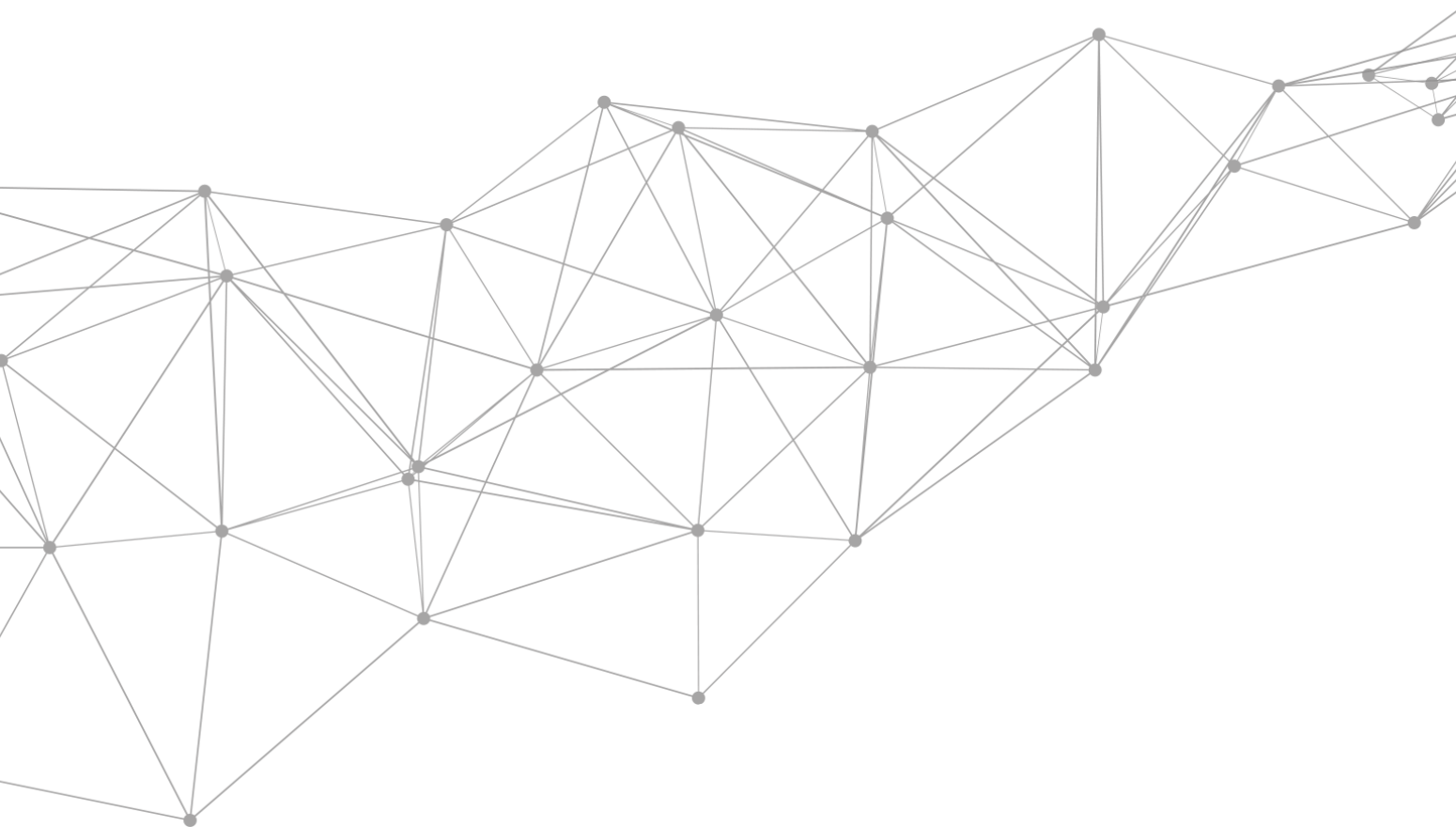
Páginas 118 e 119: Foto parcial das Ruínas do Rio Salinas. Acervo pessoal de Sônia Missagia Mattos.

Páginas 144 a 145: Do cabo de S. Tome ate o Morro de João Moreno. [Escala ca 1:480 000]. 5 léguas = [5,2cm]. 1640. 1 mapa em 1 bifólio : ms., color., papel ; 23,5x37,5cm, em folha de 29,6x41,6cm. In: Descrição de todo o Maritimo da terra de S[an]ta Crvs chamado uulgamento o Brazil, por João Teyxeira Cosmographo de sua Maiestade, anno 1640. – 1640. – Fol. 11. - João Teixeira Albernaz, o Velho. - Pert.: Biblioteca Nacional da França, Paris. Disponível em: <https://historiacapixaba.com/documentos/do-cabo-de-s-tome-ate-o-morro-de-joao-moreno-1640/>. Acesso em: 13/09/2024..

Páginas 146 e 147: BR ESAPEES.GOV.751. Livro 536. Registro geral dos voluntários da pátria alistados nesta província [detalhe]. 1865 a 1868.

Páginas 156: Revista “Vida Capichaba”. Capa [detalhe]. Década de 1930.

A RAPEES agradece a todas as pessoas e instituições que autorizaram, de modo gentil, a reprodução das imagens desta edição. Empenharam-se todos os esforços para reconhecer e contatar a fonte e o detentor dos direitos copyright de todas elas. Desculpamo-nos por quaisquer erros ou omissões involuntárias, que poderão ser retificados, por meio de errata, nas edições futuras desta revista.



PARCERIA



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

